

*A Obra de Fernão Ornelas*  
*na Presidência da*  
*Câmara Municipal do Funchal*  
*1935 – 1946*



Agostinho do Amaral Lopes

Funchal, Dezembro de 2005

## **1 - Introdução**

O presente estudo resultou da motivação que esta época e a figura de Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves suscitaram ao elaborar os primeiros trabalhos no âmbito do mestrado de História e Cultura das Regiões, pela Universidade da Madeira, sob orientação do Professor Doutor Rui Carita, ao qual e na abertura deste nosso trabalho, agradecemos desde já o apoio e incentivo, assim como a orientação e achegas dadas ao longo do mesmo.

A percepção, por um lado, que muito pouco era ainda conhecido relativamente à grandiosidade da obra que o político realizara, encaminhou-nos decididamente para o trabalho aqui apresentado. Alguns trabalhos, quer em artigos e livros, quer em notícias de jornais, não davam, em nosso entender, a dimensão da obra realizada por Fernão de Ornelas enquanto Presidente da Câmara Municipal do Funchal. Por outro, embora alguns Historiadores houvessem feito um breve resumo dos aspectos que mais marcaram a actuação do Presidente e da sua equipa, salientando as áreas de intervenção e as mais emblemáticas realizações que projectaram o Funchal para o futuro, muitas obras eram ignoradas e, com o tempo, poderiam cair irremediável no esquecimento dos homens. Entendemos assim que um levantamento sistemático dos trabalhos iniciados pela equipa de Fernão Ornelas era essencial à compreensão de toda essa época.

Ciente das sucessivas alterações ocorridas, de que ficam apenas marcas de um passado, que nem sempre nos permitem compreender os vários aspectos da cultura de um povo, o nosso propósito foi o levantamento, tão exaustivo quanto possível, de toda a situação. O valor patrimonial dos registos que chegam até nós é bastante diversificado e nem sempre corresponde às expectativas criadas. Todavia, esses registos merecem toda uma muito especial atenção para que não se percam valores irreparáveis.

O Património, que é portanto resultado de uma sociedade, e como tal pertença de todos, tem também de suscitar o interesse da maioria, como se se tratasse de um desafio para cada cidadão, no sentido de colaborar na sua preservação, transmitindo aos vindouros o que subsiste do passado. O emissor de outros tempos, quando chega ao público vê muitas vezes a sua mensagem deturpada. Na Madeira, tal como noutras regiões, o património cultural também sofre adaptações, ou mesmo adulterações, consoante a forma como é abordado. O tempo e as novas necessidades fazem esquecer aspectos da arte, do folclore, da

arquitectura e do urbanismo, da pintura e escultura, das organizações e seu funcionamento, em suma, do património cultural real.

As constantes mudanças que o século XX permitiu, e das quais ainda não possuímos a compreensão total, contribuíram para uma profunda alteração nos valores culturais dos povos que se foram adaptando à nova realidade, fazendo esquecer aspectos outrora imprescindíveis. Todas as sociedades humanas se confrontam com o problema da mudança. Condiçionados pela necessidade de se adaptar a novas situações, os homens têm procurado encontrar ao longo da História formas diferenciadas de responder aos desafios que se lhe deparam. Essa mudança, nem sempre é fácil de acompanhar, pois os ritmos de transformação têm sofrido uma aceleração sem precedentes.

Numa altura em que o Funchal iniciou uma série de actividades conducentes às comemorações dos seus quinhentos anos como cidade, a primeira criada de raiz no novo mundo da expansão do Atlântico, o nosso propósito foi o contribuir assim para salvaguardar um património mais recente e, por tal, com mais possibilidades de ser esquecido. Este trabalho pretende ser, dentro das nossas limitações, um contributo para um estudo mais aprofundado sobre as obras realizadas de 1935 a 1946, pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal. Estas obras, abrangendo várias áreas de realização, ajudam-nos a compreender o verdadeiro valor patrimonial da época em que foram realizadas e ainda a projecção que possuem na actualidade.

Para tal, socorremo-nos dos registos de todas as actas durante o período de governação de Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, com especial incidência para as deliberações tomadas pela respectiva comissão administrativa; da documentação depositada no Arquivo Regional da Madeira, sobretudo os jornais e com destaque para o crítico e humorístico *Re-Nhau-Nhau* que teve um papel fundamental na recolha de informação para este trabalho. As referências na comunicação social às obras e aos problemas em causa são imprescindíveis, pois a imprensa assume um papel fundamental para o estudo desta época.

Muitos outros aspectos ficarão por abordar, uma vez que decidimos centrar as atenções nas deliberações camarárias, e só pontualmente nos socorremos de informações recolhidas em acta nos diversos sub-temas, como são o Expediente – Offícios; Comunicados; Requerimentos; Mandados ou Balancete. Qualquer destes pontos complementarará certamente as informações aqui apresentadas, ajudando a uma melhor compreensão da realidade vivida nos anos 30 e 40 do século XX.

Pretendemos assim com este trabalho conhecer melhor a implementação na Madeira do ideário do Estado Novo, procurando a partir das relações de família e institucionais do Dr. Fernão de Ornelas, perceber o alcance que essas relações lhe permitiram no enquadramento da sociedade da época. Procura-se ainda enumerar as necessidades gerais da Ilha, as principais questões políticas, económicas e sociais da época, as instituições e seu funcionamento, bem como os programas do Estado Novo então implementados.

O objectivo, é o de tentar conhecer um pouco mais da realidade histórica madeirense das décadas de trinta e quarenta do século passado, tendo por base a actuação de Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves enquanto Presidente da Edilidade do Funchal, bem como de todos aqueles que com ele privaram nas tomadas de decisão. Neste propósito, importa conhecer em que condições Fernão de Ornelas chega à presidência da Câmara Municipal do Funchal e de que modo irá pôr em prática a sua política governativa. As questões que se colocam são: o que irá mudar com a sua nomeação em 1935; qual a sua capacidade de governação e de resposta às dificuldades sentidas na época?

Sabemos que este é um período conturbado da Câmara do Funchal, numa altura em que a nível nacional se vai consolidando a governação de Salazar, facto que faz aumentar as expectativas. Quem é afinal Fernão Ornelas e qual a sua relação com o regime do Estado Novo?

Aspecto fundamental nesta recolha de informação é a inventariação dos principais projectos levados a cabo e quais os artistas e técnicos envolvidos. O que teria levado Fernão Ornelas a encabeçar a Câmara do Funchal; como encontrou suporte económico para as acções que empreendeu; qual o apoio e a oposição que foi encontrando e, por último, perante a qualidade da obra levada a efeito, porque foi obrigado a retirar-se? Até que ponto a Madeira representou um espaço de alguma forma fechado em relação ao Continente, mas aberto a inúmeras influências; até que ponto, numa terra que se pretendia aberta ao mundo, se conseguiria conciliar os interesses dos *antigos* com os *modernos*, levando a um progresso saudável sem provocar uma reacção excessiva dos opositores, para que fosse viável acalentar a ideia de realizar a utopia de um Funchal moderno e civilizado, a par de outras capitais europeias de renome.

Articulámos o nosso trabalho através de uma **introdução à Madeira nos inícios do século XX**, essencialmente através do trabalho do nosso orientador, professor Rui Carita, levado a cabo para os volumes da *História da Associação Comercial e Industrial do Funchal*. Nessa sequência apresentamos **o Homem e a Obra**, em mais dois capítulos, remetendo o levantamento, essencialmente, das actas das sessões camarárias para um

anexo, independente. O trabalho remata com uma **conclusão** do que nos foi possível apurar, assim como com os habituais índices e a bibliografia.

Desejamos deixar aqui uma palavra de reconhecimento aos funcionários do Arquivo e Biblioteca Municipal pela colaboração atenta e competente que prestaram no deslindar de vários obstáculos que foram surgindo ao longo dos tempos. Agradecemos também à Câmara Municipal do Funchal que facultou todos os meios possíveis para prosseguir esta tarefa, e muito particularmente aos responsáveis pelo Arquivo Geral deste município, salientando a dedicada e sempre entusiasmada contribuição de D. Maria José Gouveia, que muito tem feito para preservar esse Património de todos nós.

Gostaríamos também de deixar os mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que nos apoiaram neste trabalho e nos foram dando força para prosseguir, ajudando-nos a superar os obstáculos que foram surgindo ao longo dos tempos. Englobamos neste agradecimento não só os nossos colegas de Mestrado, como de Escola, como também a Família, a que faltámos com o nosso apoio durante estes longos meses.

Não gostaria de esquecer neste momento nenhum dos contributos que nos foram dados por várias pessoas, pelo que endereçamos a cada uma delas os nossos maiores agradecimentos. Só com a ajuda de cada uma, foi possível completar esta tarefa que é apenas o início de um trabalho que se quer mais completo, enriquecido com o contributo de todos aqueles que pretendem dar a conhecer a verdade dos factos que marcaram a realidade de uma época que transformou o Funchal, projectando-o a uma escala internacional.

## 2 – O Arquipélago da Madeira nos inícios do século XX

### 2.1 – A Madeira até ao segundo quartel do século XX

Ao longo da História do Homem, sempre foi necessário compreender o ritmo dos acontecimentos que marcam uma realidade concreta. Uma realidade que depende de inúmeros factores que a condicionam e lhe impõem um rumo, baseado numa determinada estratégia que foi moldando o mundo e nos conduziu à actualidade.

Nos começos do século XX, intensificaram-se as relações culturais, económicas e técnicas entre os países que aos poucos foram suscitando a criação de organizações internacionais, públicas e privadas, de âmbito universal, regional ou sub-regional. Desenvolvem-se relações de amizade, organizam-se interesses comuns, luta-se em grupo, para destruir rapidamente o mais fraco e aniquilá-lo. As organizações internacionais preocupam-se em praticar uma política de equilíbrio com vista a salvaguardar as suas coligações.

Já desde a Grécia Antiga, aparecem preocupações com a constituição de organizações internacionais. No entanto, os conflitos ao longo dos tempos, não permitiram a sua afirmação. Desde essa época, surgem alguns pensadores a preconizarem planos de paz. Pensadores como Sully, William Penn e Leibniz, conceberam a unidade supranacional da Europa. No século XVIII, o abade de Saint-Pierre publicou o seu “ *Projecto para estabelecer a paz perpétua na Europa*”, sugerindo o princípio da arbitragem para a resolução de questões futuras<sup>1</sup>.

Kant propunha uma federação europeia com uma constituição, à imagem dos Estados Unidos da América, enquanto Saint-Simon, preconizava uma federação dos povos europeus, com um parlamento comum e um governo supranacional<sup>2</sup>. Apesar da ideia de “*Sociedade das Nações*” se ter desenvolvido a partir do século XVII, só no Século XIX, é que aparecem os primeiros delineamentos de organização internacional, pois sente-se uma necessidade de se institucionalizar a cooperação entre nações. O Congresso de Viena, de 1815, constitui um exemplo claro dessa necessidade. Contudo, foram essencialmente as

---

<sup>1</sup> António José Fernandes, *Organizações políticas internacionais: O. N. U., O. E. A. e O. U. A*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, Portugal, p. 24.

<sup>2</sup> Idem, p. 25.

necessidades económicas e técnicas que sensibilizaram os governos a entrarem em acordo para estabelecer verdadeiras administrações internacionais.

Os diversos progressos efectuados em várias áreas, exigiam uma cada vez maior colaboração de todas as partes interessadas. Por essa razão, aquela ideia, talvez utópica, de juntar todos os esforços numa Europa unida, viria a ganhar força, para em conjunto melhor superarem as adversidades. Para tal, torna-se necessária a negociação de interesses e pontos de vista, com o objectivo de melhorar o bem comum, que deveria ser respeitado por todos. Porém isso implica uma grande capacidade de distanciamento das coisas terrenas, exige o amadurecimento de uma mentalidade aberta e socialmente mais justa, para que todos em sociedade possam beneficiar de algo em concreto. Essa é de facto uma enorme dificuldade, pois interfere com aquilo que cada um coloca no seu domínio privado, e como tal considerado individualmente como fora de qualquer negociação.

Na obra “*Estudos do século XX*”, considera-se que a utopia se interessa pela essência ética do homem e pelo sentido da sua vida. Questiona-se como é que o mundo deve ser e, por isso, questiona a própria investigação pura. A utopia invade a esfera das ciências políticas, ao projectar uma nova ordem económica e com esta rede de relações pretende traçar o melhor dos mundos, que se oponha, pela sua perfeição, à realidade carente e realize a aspiração permanente do homem a uma vida social plena e feliz<sup>3</sup>.

É pois, uma nova ordem económica que se pretende eficaz, em que se procuram desenvolver as melhores relações, de modo a conduzir ao melhor dos mundos, opondo-se a todas as carências sentidas. É esta busca constante por uma vida melhor, que importa transpor para um plano regional, em que a população reivindica para a Madeira, uma melhoria significativa no seu modo de vida. Neste início de século, a utopia de uma vida plena e feliz, precisa de juntar esforços para caminhar na direcção correcta. Torna-se assim necessário descobrir o modo de financiar a realização de qualquer utopia, de qualquer projecto, que permita criar as condições para aproximar um sonho a uma realidade específica da cidade do Funchal. Só desta forma, seria viável a concretização de uma obra, até esta data, impossível de realizar.

Cada vez mais se torna impossível sobreviver economicamente isolado, como tal, desenvolvem-se as relações de amizade, organizam-se interesses comuns, luta-se em grupo para salvaguardar as coligações das organizações internacionais. A hipocrisia reina e vence

---

<sup>3</sup> Miguel Baptista Pereira, “Utopia e apocalíptica nos caminhos da existência”, in *Estudos do século XX, Europa-Utopia Europa-Realidade*, Quarteto, número 2-2002, Universidade de Coimbra, p.28.

a *“real politic”*. Por isso se torna uma tarefa complexa o estudo de uma realidade histórica. A sua total compreensão depende de um conjunto de informações que por vezes simplesmente nunca existiram ou foram destruídas pela ignorância de alguns. Esses documentos na verdade, *“se existem, são monumentos de patriotismo e nacionalidade, pregoeiros eternos dos homens, sua vida e obras, raízes de progresso e civilização no Município; se nunca se fizeram, negarão em absoluto, para sempre, pela sua falta, a existência dos próprios homens, vidas e obras que não ficaram escritas e que o tempo, o esquecimento, a indiferença ou a ingratidão dos seus sucessores reduzirão a nada, e nem duns nem doutros deixarão qualquer resto ou memória”*<sup>4</sup>.

Para que alguns dos documentos do período em estudo não caíam em total esquecimento, pretendemos contribuir com este trabalho, para um mais completo conhecimento da realidade histórica madeirense do segundo quartel do século XX, com base na informação disponível, sobretudo as deliberações camarárias, onde se destaca o personagem Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, aquele que foi o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal de 1935 a 1946.

Porque os acontecimentos não surgem espontaneamente numa determinada hora ou local, mas sim porque são um ponto de chegada intermédio, que levarão a consequências diversas, temos de entender o conjunto das variantes que determinam os acontecimentos. Nesse sentido, não podemos perceber o segundo quartel do século XX, se não atentarmos nos períodos que o antecedem.

Segundo a opinião de José de Sainz-Trueva, a Ilha da Madeira possibilitou ao longo dos tempos o cultivo de produtos diversos, compreendendo ciclos económicos de significativa importância atraindo à Ilha gente das mais diversas origens e ambições<sup>5</sup>.

Para Alberto Vieira, o rápido surto de desenvolvimento da Madeira na centúria quatrocentista, através da sua produção açucareira, gerou a cobiça dos mercadores genoveses, que sentiam dificuldades nas tradicionais rotas do Oriente. Já em meados da centúria, Cadamosto, um dos poucos venezianos que aportou à Madeira, ao abordar a ilha ficara estupefacto com o grau de progresso atingido por esta, despertando-lhe interesse a próspera produção açucareira. O autor defende todavia que, só a partir dessa data e,

---

<sup>4</sup> Padre Eduardo C. N. Pereira, *Das Artes e da História da Madeira*, nº 5, 1951, p.12.

<sup>5</sup> José de Sainz-Trueva, “Heráldica de apelidos estrangeiros na ilha da Madeira”, in *Islenha*, nº 18, Funchal, DRAC, Janeiro - Junho 1996, p. 110.

fundamentalmente da década de setenta o açúcar ganha uma posição dominante na produção e comércio da ilha<sup>6</sup>.

Se no século XV o açúcar projectou a Madeira para um plano internacional, a partir de meados do século XVI, a sua indústria do açúcar foi sacudida por anos de forte recessão, determinada pela concorrência do açúcar brasileiro, pela baixa dos preços e sobretudo pela quebra da produtividade dos solos. Com o declínio da produção açucareira, o florescente cultivo da vinha tomou o seu lugar, abrindo perspectivas à economia insular depois de um período de decadência e grande miséria nas últimas décadas do século XVI, e até mais de metade do século XVII<sup>7</sup>. Na opinião de Rui Carita, “*a crise de produção açucareira nos meados do Século XVI, obrigou a Ilha a procurar outros rumos económicos e uma nova linha para as suas capacidades geográficas e marítimas*”<sup>8</sup>. Como refere entretanto Rui Nepomuceno, “*paulatinamente, a classe dirigente arrima-se a perspectivas de lucros crescentes e em todas as terras férteis os camponeses foram recebendo ordens para abater canaviais e plantar vinhas e novamente os senhores impedem ou limitam as culturas de cereais que não lhes garantiam tantos proventos*”<sup>9</sup>.

Desde o último quartel do século XVI que o ilhéu, fez mudar os canaviais por vinhedos, os quais alastraram a todas as terras cultivadas, devorando a floresta a sul e a norte. Nessa autêntica febre vitícola o madeirense esqueceu que devia semear cereais e plantar árvores de fruto. O vinho era a sua única fonte de sustento pois com ele adquiria-se o alimento necessário, trazido pelas embarcações americanas, ou a indumentária e manufacturas europeias, nomeadamente inglesas, tudo trocado por pipas de vinho. Desde tempos recuados, o vinho Madeira é celebrado por poetas e apreciado por monarcas, príncipes, generais, exploradores e expedicionários, ganhando fama no mundo colonial europeu<sup>10</sup>. Assim, a partir de meados do século XVI, entra-se no ciclo do vinho como cultura fortemente dominante até aos primeiros anos do século XIX.

---

<sup>6</sup> Alberto Vieira, “Os italianos na Madeira: séculos XV – XVI”, in *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, 2ª série, 1999, vol. III, p. 13.

<sup>7</sup> Rui Nepomuceno, *As crises de subsistência na História da Madeira*, Editorial Caminho, 1994, p. 65 e 66.

<sup>8</sup> Rui Carita, *A Arquitectura Militar na Madeira nos séculos XV a XVII*, vol. I, Lisboa – Funchal, 1998, p. 177.

<sup>9</sup> Rui Nepomuceno, ob. cit., p.76.

<sup>10</sup> Alberto Vieira, *História do Vinho da Madeira*, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, p. 9.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, desempenharam um papel cada vez mais determinante os comerciantes e interesses ingleses, que se instalaram na ilha e souberam tirar partido dos vários produtos, ao ponto de, nos inícios do XIX, a Ilha ser aproveitada como base de operações do exército inglês para a invasão do continente europeu. Nessa altura, a soberania portuguesa foi totalmente relegada, hasteando-se a bandeira britânica em todas as fortalezas e expulsando-se do Funchal o governador e o bispo. Os cônsules ingleses passaram a desempenhar um papel fulcral em toda a política insular, havendo instruções especiais a este respeito para os governadores. As suas interferências eram de tal forma constantes, que colocaram frequentemente em causa o próprio governador, embora muitas vezes, por outro lado, servissem de suporte económico e administrativo à governação<sup>11</sup>.

Aliando as motivações económicas cíclicas, às características especiais da Madeira, esta tornou-se ao longo dos tempos um lugar de abrigo para muitas famílias que chegavam dos mais variados quadrantes implantando novos tipos de relações socioculturais. Muitas destas famílias fomentaram o desenvolvimento do Arquipélago através de plantações viradas para a exportação e cultivadas em situação de quase monocultura. Este facto, determinou que a maioria da população fosse vítima de crónicas situações de carências alimentares, condicionando a luta de classes e contribuindo para que a Madeira fosse altamente dependente do exterior. Muitos acabaram por ver na emigração uma forma de ultrapassar estas dificuldades. Outros, passaram a apostar no desenvolvimento do turismo, como medida para enfrentar a grave situação vivida no século XIX. A emigração cresceu, o turismo terapêutico também, mas a crise económica e social manteve-se durante quase todo o século XIX e as primeiras décadas do século seguinte. Aliás, o século XIX, bem como já acontecera no século XVII, foram na opinião de Rui Nepomuceno “*os períodos mais negros e dramáticos da história madeirense*”<sup>12</sup>. O turismo do século XIX pouco beneficiou a população madeirense, uma vez que quem dominava grande parte da vida económica do arquipélago eram os comerciantes ingleses e uma classe da burguesia madeirense de alguma forma ligada aos mesmos<sup>13</sup>. É precisamente nesta altura que surge a tentativa de infiltração

---

<sup>11</sup> A situação da Madeira nos anos da ocupação inglesa encontra-se estudada por Paulo Miguel Rodrigues, *A Política e as questões militares na Madeira. O período das Guerras Napoleónicas*, CEHA, Funchal, 1999.

<sup>12</sup> Rui Nepomuceno, ob. cit., p. 119 e 153.

<sup>13</sup> Cf., por exemplo, Isabella de França, autora de uma interessante descrição da Madeira nos meados do século XIX, casada com um dos morgados da Calheta, que entretanto se fixara mesmo em Londres. Isabella de França, *Journal of a visit to Madeira and Portugal, 1853-1854*, Junta Geral do distrito do Funchal, 1970.

alemã nas ilhas atlânticas portuguesas, bem patente na questão da concessão dos sanatórios da Madeira, integrada num projecto alemão de disputa do domínio britânico dos mares. Aproveitando algum sentimento anti-britânico muito vivo em Portugal, depois da questão do ultimato inglês, e com as dificuldades da política interna no país, a Alemanha conseguia diminuir a influência britânica em Portugal. Para tal, terá contribuído também a exigência inglesa, “*de retirar das negociações da dívida portuguesa com os credores externos os rendimentos das ilhas atlânticas. Assim o pagamento da dívida era garantido exclusivamente pelos rendimentos das alfândegas do Continente*”<sup>14</sup>. Graças a uma extraordinária perseverança, a Alemanha progredira no mercado português, pondo em causa a tutela inglesa sobre o nosso território. Desta forma, seguiriam os interesses alemães no Funchal, ombreando com as pretensões dos ingleses.

As famílias mais abastadas, até aos anos 30 do século XX, preparam e alugam as suas quintas, na área do Funchal, por falta de capacidade de resposta da burguesia madeirense que não havia ainda despertado para uma visão industrial. De facto, nem os ideais do liberalismo conseguiram uma melhoria significativa, pois o ritmo da produção não acompanhava as necessidades sentidas pela população. Ao que parece, os políticos da época estavam mais preocupados com os seus negócios particulares do que com a degradação do nível de vida das populações.

Culpam-se os deputados regionais pela calamitosa situação na Madeira. Acusa-se o governo central de continuar a sorver grandes quantidades de fundos, o que fomenta e fortalece sentimentos autonómicos contra Lisboa e o Terreiro do Paço. Até fins do século XIX e princípios do século XX, a incúria do Governo Central era total e as reformas necessárias continuavam por realizar-se<sup>15</sup>. Tal situação justificava as imensas reivindicações feitas à Metrópole.

Entre várias disputas políticas, foi criada a Autonomia Administrativa pelo decreto de 8 de Agosto de 1901, mas a legislação que a deveria acompanhar e enquadrar só mais tarde veio a ser publicada. Com a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, pareceu que alguma alegria e esperança pudessem acontecer na Ilha. Aliás, a Câmara Municipal do Funchal chegou a meter mesmo ombros a uma fantástica tarefa, que era a de reformular toda a organização do Funchal, para o que chamou à Madeira um dos maiores

---

<sup>14</sup> Gisela Medina Guevara, *As Relações Luso-alemãs antes da primeira Guerra Mundial*, A questão da concessão dos sanatórios da ilha da Madeira, Edições Colibri, Lisboa, 1997, p.113 e 29.

<sup>15</sup> Rui Nepomuceno, ob. cit., p.164 e 169.

arquitectos portugueses de então: Ventura Terra, que trabalhava nessa altura na reformulação do convento de São Bento, em Lisboa, para ali se instalar a Assembleia Nacional<sup>16</sup>.

No entanto, no povo madeirense, mantinha-se uma profunda crise económica, política e social. As reformas que o povo reivindicava tardaram e com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, a situação tornou-se de novo desesperada. A nossa moeda estava em queda acentuada, a instabilidade política crescia fortemente, os conflitos sociais surgiam com naturalidade. As sucessivas quedas dos governos “*impedem a resolução dos problemas e o debelar das crises e abalam as frágeis instituições democráticas*”<sup>17</sup>.

A fome voltava a bater à porta de muitos lares devido à dependência externa e à impossibilidade de importar produtos. A Autonomia Administrativa de 8 de Agosto de 1901 não permitia aos madeirenses gerirem os seus recursos sem interferência do Poder Central. Considera-se portanto esta Autonomia insuficiente e inapta numa situação crítica. Exigem-se transformações estruturais, verbas disponíveis e Autonomia política, para que a Madeira possa dar um passo em frente no caminho do progresso. “*Ora os autonomistas baseiam-se em fortes motivos: são a constatação de que é fundamental para o desenvolvimento económico das Ilhas vencer as grandes distâncias relativamente aos tradicionais centros de decisão e poder; é a afirmação de que as condições específicas das Ilhas e a sua peculiar problemática necessitam de modalidades locais de Governo, fortemente descentralizadas, a fim de permitirem decisões políticas e administrativas tomadas onde se verificam os problemas e com a rapidez necessária à sua solução. É enfim, a constatação de que só é possível promover o fomento económico e o desenvolvimento através de parlamentos e Governos Regionais autónomos e com livre capacidade de decisão*”<sup>18</sup>.

A ideia de uma autonomia tinha-se instalado definitivamente depois de avanços e recuos verificados ao longo dos tempos, quer por parte das crises económicas quer pela atitude do poder central. Discutia-se entre uma autonomia administrativa e uma autonomia política com um Governo próprio e uma Assembleia Legislativa para os assuntos regionais. A criação da Junta Geral em 1901, alterada em 1913, passando a ter quinze procuradores de eleição popular, como representantes dos diversos concelhos, manteve quase sem alteração

---

<sup>16</sup> Uma colega nossa de Mestrado, Dr.<sup>a</sup> Teresa Vasconcelos, encontra-se a trabalhar precisamente nesse assunto para a sua Tese.

<sup>17</sup> Rui Nepomuceno, ob. cit., p. 178 e 179.

<sup>18</sup> Idem, p. 181 e 190.

a questão da autonomia. Os anos da 1ª República também não foram capazes de fazer esquecer a difícil situação política, social e financeira verificada, ou mesmo a ideia de uma completa e absoluta Autonomia.

Em 1922 reclama-se para a Madeira o estatuto de Estado federado<sup>19</sup>. Defendia-se por um lado, uma Autonomia insular que colocava amplos poderes nas mãos do Governador-geral e reduzia a intervenção da Junta Geral, por outro, pretendia-se que o Governador Civil fosse a única autoridade administrativa com funções puramente representativas e fiscalizadoras<sup>20</sup>.

Muitas foram as discussões relativas à Autonomia, mas na verdade, os tempos vindouros não eram propícios a descentralizações e muito menos a descentralizações políticas. O próprio Governador Civil do Funchal, Nelson Eduardo Sarsfield, terá dito que era preciso ver bem até onde deve ir essa autonomia, de forma a conciliar os interesses madeirenses e os da Metrópole. À luta pela autonomia política da década de 1920, seguiu-se o golpe fascista de 28 de Maio de 1926. A Europa caminhava para o domínio dos fascistas, inimigos das liberdades e das autonomias. *“Com Salazar e a sua disciplina dos dinheiros públicos, a autonomia distrital viu-se de novo cerceada de meios; e com os Estatutos de 1940, vigiada de perto pelos Governadores dos Distritos, directamente ligados ao Ministério do Interior, os quais nomeavam e demitiam os Presidentes das Juntas Gerais, os das Câmaras e os regedores das freguesias”*<sup>21</sup>, a situação em Portugal não foi diferente.

Aos poucos, iam caindo por terra os defensores quer de uma autonomia política, quer administrativa. Para os habitantes da Ilha, *“a situação gravosa em que se encontrava o país e o descrédito nos políticos durante a 1ª República, fez com que o movimento revolucionário que levaria à ditadura, fosse acolhido com esperança pelo povo madeirense”*<sup>22</sup>. Mas essa esperança não tardaria a transformar-se em revolta. Uma revolta que foi crescendo nos finais dos anos 20 e culminou em 1931. Mesmo a classe média passaria grandes dificuldades. Este é um período em que por todo o lado as falências, os despedimentos, as fomes e a miséria se fazem sentir, desencadeadas pela grande depressão que nos anos 30 alastrou a todo o mundo. Na Madeira, o monopólio das farinhas iria dar origem ao chamado regime de fome, tal era a gravidade da situação. Esta revolta da farinha, mostra claramente a crise económica que assolava na Ilha.

---

<sup>19</sup> Rui Nepomuceno, ob. cit., p.196.

<sup>20</sup> Idem, p.201.

<sup>21</sup> Idem, p.207 e 208.

<sup>22</sup> Abel Fernandes, Ângela Alves e Julieta Fernandes, *“História da Madeira”*, Antologia de textos, p.122.

Acreditava-se que só uma ampla descentralização administrativa e financeira poderia dar uma resposta cabal às carências sentidas. Todavia, os inícios dos anos 30, eram propícios à afirmação dos princípios do corporativismo e do fascismo<sup>23</sup>. De tal modo que rapidamente se consolidaria no nosso país o regime fascista de Salazar, que governaria os portugueses, no segundo e terceiro quartel do século XX.

---

<sup>23</sup> Nelson Veríssimo, *O Alargamento da Autonomia Insular, o contributo açoriano no debate de 1922-23*, p.24.

## 2.2 - Da República à Afirmação do Estado Novo

Os tempos de viragem do século XIX para o século XX, eram de grande incerteza quanto ao futuro. Verificam-se grandes progressos nas ciências exactas e naturais e na afirmação do movimento operário com vista ao incremento das lutas de classe<sup>24</sup>.

Nos anos que antecedem essa viragem, assistimos a nível mundial, a uma intensa discussão das ideias que passam por pôr um ponto final nos regimes governativos monárquicos. A Proclamação da República em Espanha no ano de 1868 e em França em 1870 levaria a uma mudança de pessoal e de estilo político que os monárquicos acabariam por sentir, constituindo ambos os casos um exemplo para Portugal.

A primeira revolta republicana, surge no nosso país, como reacção ao ultimato inglês de 1890, com manifestações populares em vários pontos. Pedia-se a ajuda dos soldados e reclamava-se a expulsão dos artistas ingleses. Os tumultos iriam continuar nos dias seguintes, mas rapidamente o Partido Republicano tomou conta da verdadeira onda de comoção popular<sup>25</sup>.

Todavia as duas últimas décadas da monarquia adivinham-se de grandes dificuldades. O esforço da acção governativa é uma característica permanente, verificando-se um agravamento dos problemas, sobretudo das finanças públicas<sup>26</sup>. Progressivamente a oposição ao regime monárquico ganhava adeptos e iam sendo criadas as condições para uma tentativa de revolução republicana. Mas a República era uma aspiração, que ficou com o caminho livre após o regicídio de D. Carlos e do príncipe herdeiro do trono D. Luís Filipe. D. Manuel assumiu o reinado durante dois anos e foi forçado a mudar de Ministério por sete vezes.

A 5 de outubro de 1910, era então proclamada a implantação da República, o que significava o fim da governação monárquica em Portugal.

Com a implantação da República e uma certa agitação política que se viveu nos anos seguintes, não deve ter sido fácil a vida da população que sentia na pele as dificuldades do momento.

---

<sup>24</sup> Rui Nepomuceno, *Uma perspectiva da História da Madeira*, p.248

<sup>25</sup> José Hermano Saraiva, “As questões ultramarinas e o fim da monarquia”, in *História de Portugal 1640 – Actualidade*, p. 493.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 500.

Na Madeira, às 18 horas do dia 5 de Outubro de 1910, a agência telegráfica Havas confirmava aos funchalenses os boatos que já circulavam acerca do triunfo da revolução republicana. Nesse mesmo dia, acabaria por reunir a Comissão Republicana do Funchal, no centro Republicano Manuel de Arriaga, tendo decidido indicar o Dr. Manuel Augusto Martins para Governador Civil e o Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior para administrador do concelho do Funchal. Estas nomeações foram confirmadas telegraficamente pelo Governo Provisório da República<sup>27</sup>.

Apenas no dia seguinte foi oficialmente proclamada a República na Madeira, sendo então conferida posse aos novos governantes e pela primeira vez hasteada a bandeira republicana, no Palácio de S. Lourenço.

Por sua vez, o jornal *A República Portuguesa*, no dia 13 de Outubro de 1910 publica o seguinte texto bem demonstrativo da esperança das populações. *“Este jornal, sahido da Revolução, não pode esquecer aquelle que a fez, n`uma hora tremenda do seu esforço heroico. Por isso, as suas primeiras palavras são para elle, o grande Povo, que, em meio da sua miséria e da sua dor, deu ao mundo uma das maiores lições da história. Isto era, ainda hontem, uma Falperra ignobil, uma calabria infame. A vida nacional cahia por toda a parte, aos pedaços. Apodrecia-se de inercia e agonisava-se em depravações de toda a ordem. O Estado pertencia às forças e os cofres públicos a meia duzia de adventicios sem escrupulos. E o povo teve esse gesto heroico. Varreu a praça pública. Havia um velho casarão: elle encostou-lhe o hombro e o casarão cahiu, subvertendo a vasa estercoraria que dentro d`elle se remexia.*

*N`essa vasa mexem ainda vermes. Vêem ainda à superfície alguns reptis, espargindo veneno. É necessário, não diremos já exterminal-os, mas pelo menos vigia-los. É forçoso que o seu contacto não corrompa e envenene. Se o consentirmos, a nossa obra está perdida. Então melhor seria termos ficado em casa, dormindo o somno mole das covardias mansas.*

*Por isso, nós, filhos da Revolução gloriosa que deu ao mundo uma nova patria, vimos chamar o povo a colaborar connosco, n`esta obra que será a continuação da sua lucta d`hontem. Não terminou aqui a aspiração dos nossos corações! A obra social é como a eternidade: infinita para todos os lados, progressiva sob todos os aspectos.*

---

<sup>27</sup> Abel Soares Fernandes, Emanuel Janes, Gabriel Pita, coordenação de Alberto Vieira, *História da Madeira*, p. 287

*Vamos, pois, para ella, cheios d'amor e confiança, na certeza de que ella será proficua e magnanima, como convem a toda a obra honesta e como convem a todo o esforço honrado.*

*Avante, pois, pela verdade, avante, pois, pela justiça!*

*Ou, como diria Gambetta, lancemos a Ordem no Progresso!”<sup>28</sup>.*

Segundo Rui Nepomuceno, a queda da Monarquia na Madeira só não foi inteiramente pacífica em virtude do governador militar coronel Valeriano José da Silva e de alguns oficiais terem oferecido uma surda resistência, nomeadamente não mandando içar a bandeira republicana no dia 7 de Outubro. Esta hesitação momentânea, rapidamente se transformou em esperança. A população pretendia acima de tudo, ver resolvidas as suas reivindicações. Era preciso respeitar os vencidos e encontrar a ordem tão necessária para proceder às mudanças que se exigiam.

Os tempos não eram no entanto de fácil gestão dos problemas e chega-se ao ano de 1914 sem que muito tenha sido conseguido. Com a entrada de Portugal na primeira guerra mundial, as dificuldades económicas agravaram-se, assim como os conflitos sociais. O descontentamento geral acaba por se instalar naturalmente com os elevados custos da guerra, com o agravamento da situação económica e financeira, com o aumento dos impostos, a desvalorização da moeda e o consequente aumento dos preços.

Os madeirenses, sempre dependentes do abastecimento externo foram então novamente penalizados com o clima de guerra. As dificuldades no transporte de mercadorias por causa da insegurança dos mares, impedia sobretudo a chegada dos alimentos que superassem as carências alimentares. A população da Ilha vivia em constante desassossego. *“Em Agosto de 1917, o governador civil substituto, Dr. António Jardim, foi demitido porque, face à fome que já alastrava na Madeira, ordenara o descarregamento no Funchal de 700 toneladas de milho de África destinado ao Continente”<sup>29</sup>.*

O clima de intranquilidade suscitado pela participação de Portugal no conflito armado, fez-se sentir na região com o bombardeamento do Funchal a 3 de Dezembro de 1916, e novamente a 12 de Dezembro de 1917. Foram afundados 3 barcos franceses na baía do Funchal, morreram 33 membros da tripulação e 8 madeirenses que forneciam carvão a um dos barcos. A cidade foi também atingida em vários pontos nomeadamente na Igreja de

---

<sup>28</sup> Jornal *A Republica Portuguesa*, dia 13 de Outubro de 1910, p. 1.

<sup>29</sup> Abel Soares Fernandes, Emanuel Janes, Gabriel Pita, coordenação de Alberto Vieira, *História da Madeira*, p. 288.

Santa Clara, provocando cinco mortos e muitos feridos. “A crise vivida pela Madeira durante o conflito europeu de 1914-18 despertou a consciência insular para a realidade que só nela residia a força necessária para a resolução dos seus problemas”<sup>30</sup>.

Com o fim da guerra, surgem de novo as tensões e problemas, agora ainda mais agravados. Os conflitos partidários e ideológicos acentuavam a divisão e o desprestígio dos partidos ligados ao poder, aumentando a instabilidade política. A situação económica e financeira degradara-se pela conjuntura da guerra<sup>31</sup>.

A “*questão das subsistências*”, que agora se colocava de modo mais evidente com o agravamento da dependência económica da Madeira em relação ao exterior e o aumento do custo de vida, provocados pela guerra, a que se juntavam a repressão sobre as forças republicanas e a censura aos jornais a elas afectos, suscitaram uma renovada vontade de afirmar a necessidade de uma maior autonomia para a Madeira.

Com o agravamento da crise económica na Ilha, o avanço da cana-de-açúcar e o monopólio do fabrico do açúcar e da aguardente pelos Hinton, o exclusivo da compra do trigo de fora pelos donos das moagens, a morosidade dos contactos entre as autoridades da ilha e o Governo de Lisboa e o seu pouco empenhamento na resolução dos problemas específicos da Madeira, suscitaram o desencanto político e uma vontade renovada de luta em prol de uma maior descentralização administrativa e económica<sup>32</sup>.

A governação do major Sidónio Pais, não tinha conseguido produzir os efeitos esperados, apesar de ter apoios entre os monárquicos e os católicos. Destes últimos, a figura principal na Madeira era o Dr. Juvenal Henriques de Araújo, pessoa com muita influência no meio. Em um ano apenas de governo do sidonismo, lutando contra tudo e contra todos, o visconde de Porto da Cruz, considera que a sua obra foi colossal e afirma mesmo que a reforma social e política da Europa se deveu à sua tentativa em Portugal<sup>33</sup>.

*“Mais do que uma experiência política, o sidonismo foi, para os Madeirenses, um período dominado pelos problemas do quotidiano, dado que é um tempo de crise, e o que importa sobretudo é assegurar a sobrevivência. No entanto, quer apoiando-o, quer se lhe*

---

<sup>30</sup> Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico 1836 – 1933*, p. 75.

<sup>31</sup> Fátima Freitas Gomes e Nelson Veríssimo, *A Madeira e o Sidonismo*, p. 24.

<sup>32</sup> Abel Soares Fernandes, Emanuel Janes, Gabriel Pita, coordenação de Alberto Vieira, *História da Madeira*, p. 292 e 293.

<sup>33</sup> Fátima Freitas Gomes e Nelson Veríssimo, *A Madeira e o Sidonismo*, p. 30.

*opondo, os círculos políticos nunca ficaram indiferentes, obviamente, à ideologia em que assentava o projecto de Sidónio Pais*”<sup>34</sup>.

Na opinião de Fátima Freitas Gomes e Nelson Veríssimo, sidonismo foi um tempo repleto de problemas e tensões, onde se entroncam interesses antagónicos. Foi uma experiência pioneira de ditadura moderna, cujas sementes irão frutificar, mais tarde, com o “Estado Novo”. Para estes autores, os problemas vividos no arquipélago da Madeira revestem-se da especificidade insular, sem contudo diferirem substancialmente dos do Continente Português. O período que se segue, e até 1926, foi a fase mais agitada da história da Primeira República.

De facto, os anos que se seguiram ao final da 1ª Grande Guerra, com a experiência sidonista, a revolução de 28 de Maio de 1926 e a progressiva implantação da ditadura que levou ao Estado Novo foram muito complicados, não só em Portugal, como no complexo económico Europa-América, levando inclusivamente, à queda da bolsa de Nova Iorque em 1929. Este fenómeno arrastou toda a economia dos dois continentes e acabou igualmente por ter importantes reflexos na praça económica do Funchal<sup>35</sup>.

A Madeira atravessou nestes anos um difícil período económico e financeiro. A crise arrastava-se desde 1930, como consequência da queda da bolsa de Nova Iorque, quando se deu a derrocada do Banco Henrique e Figueira da Silva, ao que se seguiu o Banco Sardinha & C.<sup>a</sup> e ainda a casa bancária Reid, Castro & C.<sup>a</sup>. O governo central tentara atalhar a situação com a entrega do monopólio das farinhas à insular de Moinhos, reagindo a população na Ilha com a revolta das Farinhas e depois a revolta da Madeira, sendo voz corrente que o abandono a que tudo foi sujeito nessa sequência não era outra coisa senão o castigo do Estado Novo pelas revoltas efectuadas<sup>36</sup>.

Na opinião de Gabriel Pita, a instabilidade política e económica, o desemprego, a alta do custo de vida e a insegurança social, foram gerando pouco a pouco um clima propício à descrença nas instituições políticas, à agitação social e ao oportunismo político. As sucessivas quedas dos governos e a falta de autoridade por parte destes, impedem a resolução dos problemas e o debelar das crises e abalam as frágeis instituições democráticas. Os detentores do poder económico e respectivos organismos, receosos de

---

<sup>34</sup> Fátima Freitas Gomes e Nelson Veríssimo, *A Madeira e o Sidonismo*, p. 147.

<sup>35</sup> Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico 1836 – 1933*, p. 78.

<sup>36</sup> Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico 1933 – 2002*, p. 15.

perderem velhos privilégios, tudo fazem para atrelar a si as classes mais modestas e trabalhadoras. Estas, indecisas e receosas, deixam-se manipular. As lutas partidárias, as estéreis discussões parlamentares, as agressões ideológicas e a corrupção política, geram um péssimo ambiente social e provocam conflitos, ao ponto de se ir afirmando como uma das raras aspirações comuns, o desejo de ordem e de estabilidade<sup>37</sup>.

A situação económica nos meados da década de 20, tinha-se tornado insustentável, ao ponto de numa célebre conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, em Dezembro de 1923, Cunha Leal apelar, em linhas ainda gerais, a uma ditadura salvadora da Nação. Por sua vez, na Madeira, para além da Associação Comercial, então liderada por Henrique Augusto Vieira de Castro, esta posição tinha tido o apoio do *Jornal da Madeira*, dirigido pelo seu filho, que na edição de 14 de Março de 1924, ocupa quase toda a 1ª página com uma entrevista a Cunha Leal, onde se volta a mencionar a necessidade de uma ditadura<sup>38</sup>. “*De todos os sectores se pedia abertamente uma ditadura, isto é, um período de suspensão de normalidade constitucional, para poder implementar as bases de uma vida política corrigida e renovada. Era, uma vez mais, a aspiração de uma regeneração*”<sup>39</sup>.

A actividade dos partidos aparecia como um obstáculo à própria política progressiva, tendo então as dissidências mais avançadas do partido democrático recorrido a um golpe militar. “*O pronunciamento militar iniciado em Braga, de onde o então comandante militar daquela zona, general Gomes da Costa, marchara sobre Lisboa, sem qualquer oposição, depôs o governo e implantou uma ditadura, passou na altura quase despercebido na Madeira*”<sup>40</sup>. Apesar de ser noticiado brevemente no dia seguinte na imprensa local, só no dia 3 de Junho se comenta a vitória da revolução, inserida no ressurgimento europeu de supressão das democracias.

Os anos difíceis dos princípios do século XX, levaram os intelectuais portugueses a uma fecunda reflexão sobre o destino europeu. Com um olhar individual, mas também plural, são de assinalar as tentativas de cooperação desses intelectuais. De referir os congressos realizados, as publicações dadas a lume, as comissões internacionais

---

<sup>37</sup> Rui Nepomuceno, *As crises de subsistência na História da Madeira*, p.178 e 179.

<sup>38</sup> Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico 1836 – 1933*, p. 87.

<sup>39</sup> José Hermano Saraiva, “O Estado Novo”, in *História de Portugal 1640 – Actualidade*, p. 536.

<sup>40</sup> Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico 1836 – 1933*, p. 87.

organizadas e a profusa edição de revistas<sup>41</sup>. Mas estávamos então a caminhar para a época das ditaduras na Europa, e como tal, em Portugal também se iria instalar a ditadura militar.

Chegava ao fim a Primeira República e a obra que deixara foi julgada de formas diferentes. Em dezasseis anos de governação, existiram quarenta e cinco governos e sete eleições legislativas, facto preocupante e significativo, sem paralelo em qualquer outro país da Europa. Obstrução parlamentar, indisciplina partidária, sublevações militares, interregnos ditatoriais, ameaças de restauração monárquica, ambiente de conspiração permanente foram outros tantos factores de instabilidade. A participação na Primeira Grande Guerra acabou, por seu lado, por se revelar mais um factor de adensamento da crise a todos os níveis, do que de consolidação das novas instituições. Os partidos republicanos não tinham programas suficientemente concretos para atalharem aos grandes problemas nacionais. Por tudo isto, a actuação dos governos raramente podia ultrapassar o limite das medidas de tipo conjuntural<sup>42</sup>.

Inicialmente pretendeu-se instalar uma ditadura apenas provisória e não permanente. Todavia, o governo presidido pelo general Carmona, mandou prender os chefes dos partidos e, sem julgamento, deportou-os para Cabo Verde. As forças políticas opositoras ainda tentaram reagir, mas foram depostas em 1927, seguindo-se finalmente um período de acalmia política<sup>43</sup>.

Foi então que o Governo introduziu algumas reformas internas e criou as condições que levariam à eleição do general Carmona a Presidente da República em 1928. Este apresentou-se como candidato único e o resultado foi considerado pelo regime como uma espécie de legalização da ditadura pelas urnas. Na cerimónia de investidura solene do chefe do Estado, o general Carmona exprimiu a aspiração de ver reconciliada, em breve, numa perfeita unidade moral, toda a família portuguesa. Foram então separadas as funções de Presidente da República e de Presidente do Ministério, sendo a chefia do Governo confiada ao coronel José Vicente de Freitas, que tinha sido anteriormente ministro do Interior e a quem se devia em grande parte a tentativa de abertura e legalização institucional que levava à eleição presidencial<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, “A Europa dos Intelectuais nos alvares do século XX”, in *Estudos do século XX, Europa-Utopia Europa-Realidade*, Quarteto, número 2-2002, Universidade de Coimbra, p.125.

<sup>42</sup> António Reis, “A Primeira República”, in *História de Portugal 1640 – Actualidade*, p. 532.

<sup>43</sup> José Hermano Saraiva, “O Estado Novo”, in *História de Portugal 1640 – Actualidade*, p. 538.

<sup>44</sup> Idem, p. 540.

Por esta altura, a ditadura militar decretara disposições tendentes ao saneamento político do aparelho de estado, retomadas e alargadas pelo Estado Novo, por forma que a depuração passou a partir de então a ser utilizada como punição sistemática para actos de oposição ao Governo, como sucederia nas grandes levas de saneados em 1935, 1946 e 1947. Mas o salazarismo introduziria o saneamento preventivo da função pública, isto é, a selecção política dos seus quadros, quer pela obrigatoriedade imposta sob juramento, a todos os candidatos e funcionários públicos ou administrativos do repúdio formal do comunismo e da aceitação da ordem social estabelecida pela constituição política de 1933, quer pelo procedimento bem mais eficaz, de sujeitar qualquer nova admissão nos serviços públicos à prévia informação da polícia política<sup>45</sup>.

Segundo Rui Carita, em Setembro de 1927 tinha sido chamado à pasta ministerial do Interior o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, general José Vicente de Freitas, natural da Calheta, que fora governador civil do Funchal em 1915 e representara o Distrito, como deputado, nas eleições de Abril de 1918, chegando a ser eleito Presidente da Câmara dos Deputados. As suas primeiras preocupações no quadro da Ditadura foram a reorganização da segurança interna, essencialmente entregue a militares, com a criação da Direcção-Geral da Segurança Pública.

José Vicente de Freitas, organizou as eleições que deram a vitória, a 25 de Março de 1928, por larga maioria ao marechal Óscar Fragoso Carmona. Em Abril, o coronel foi empossado como Presidente do Governo e, em Maio, depois de cumprida a principal missão do novo cargo governativo, era promovido a general. A missão era a de convidar o professor doutor António de Oliveira Salazar para a pasta das Finanças, e para tal encarregou o engenheiro Duarte Pacheco, que se deslocou a Coimbra para o efeito. A 28 de Abril, o professor António de Oliveira Salazar tomava posse como Ministro das Finanças<sup>46</sup>.

Para essa aceitação terá contribuído o facto de o Governo ser constituído de um modo geral por personalidades fora da política, mas moderadas e que anunciou um programa com onze pontos, surgindo em primeiro lugar, a defesa da ordem pública. Segue-se um conjunto de medidas avulsas: compressão de despesas, urgente revisão das contribuições, remodelação dos serviços públicos para evitar duplicações e descoordenação,

---

<sup>45</sup> *História de Portugal*, direcção de José Mattoso e coordenação de Fernando Rosas, vol.7, “O Estado Novo” (1926 – 1974), p. 277.

<sup>46</sup> Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico 1836 – 1933*, p. 91.

descentralização administrativa e novo Código Administrativo, enquadramento do fomento da produção nacional no respeito das verdadeiras leis económicas, incremento da instrução primária, custeio do ensino médio e superior pelos interessados e desenvolvimento do ensino técnico, limitação dos efectivos militares, cumprimento da lei sobre incompatibilidades, remodelação das representações diplomáticas e política de fomento na metrópole e colónias a fim de conseguir-se um rápido ressurgimento da Nação. Quanto ao problema político, mais urgente e mais grave, não continha uma palavra. Faltava então preencher no elenco governativo a pasta das finanças que estava destinada ao ilustre professor de finanças da Universidade de Coimbra<sup>47</sup>.

Salazar pertenceu até aos 35 anos de idade a uma minoria política que durante a I República reforçou nas contingências da oposição o seu instinto de cidadania e a sua vocação para o poder. Era filho único de um feitor humilde da aldeia de Vimieiro, perto de Santa Comba Dão. Quando nasceu, em 1889, a sua mãe tinha já 43 anos e o pai tinha 50. A sua educação básica, dada a magreza dos recursos familiares, foi custeada pelo sistema de assistência da Igreja Católica. Coursou teologia no Seminário de Viseu, chegou a tomar ordens menores mas desistiu do sacerdócio e fixou-se em Coimbra pouco depois da proclamação da República. Foi um excepcional aluno de Direito. Licenciou-se com média final de 19 valores, doutorou-se em Ciências Económicas em 1918, e tinha-se na conta de um rapaz com uma ideia séria, como refere José Freire Antunes. Metódico, introspectivo e austero, bom escritor inspirado no Padre António Vieira e mau orador, tornou-se catedrático da Universidade de Coimbra e era conhecido no corpo docente como um espírito muito católico e conservador. A sua origem social e as dificuldades que teve para ascender até professor universitário moldaram de forma insuperável a idiossincrasia de Salazar<sup>48</sup>.

A sua primeira aparição política teria sido em Maio de 1914, quando defendeu pela primeira vez em público, no congresso da Juventude Católica realizado no Porto, a tese de que o catolicismo era compatível com qualquer regime político, fosse ele monárquico ou republicano. Em 1921, tinha sido deputado pelo círculo de Guimarães, mas poucos meses depois o presidente da República, Dr. António José de Almeida, dissolvera a Assembleia. Ainda assim, participou em vários trabalhos parlamentares.

Nos inícios de Abril de 1925, a convite da Comissão Diocesana da Juventude Católica Portuguesa e do Dr. Juvenal Henriques de Araújo, o brilhante professor deslocava-se ao

---

<sup>47</sup> José Hermano Saraiva, *O Estado Novo*, in *História de Portugal 1640 – Actualidade*, pg. 540.

<sup>48</sup> José Freire Antunes, *Salazar e Caetano – Cartas Secretas 1932 – 1968*, p.11.

Funchal para efectuar duas palestras, a 5 e 13 daquele mês, subordinadas aos temas *Laicismo e Liberdade* e *O bolchevismo e a Congregação*, onde explicava a sua ideia de Estado, de Doutrina e de Doutrina de Estado. Salazar veio acompanhado do Doutor Mário de Figueiredo, igualmente professor na Universidade de Coimbra, tendo ambos ficado instalados no Monte Palace Hotel e permanecido na Ilha durante 15 dias. Por esta altura, um dos assessores de Salazar, o madeirense Quirino de Jesus, escrevia na imprensa do Funchal que as classes e os indivíduos, em geral, vêm tendo como dogma que os erros e os desvios do poder justificam os dos cidadãos, reduzindo agora mais do que nunca a moral dos actos à habilidade egoísta de iludir os deveres da solidariedade nacional e as obrigações para com o Estado<sup>49</sup>.

Quirino Avelino de Jesus, um veterano político de 77 anos, foi um multifacetado doutrinador do nacionalismo católico, antigo colaborador da *Seara Nova* e estava ligado à finança. Viu irem tão longe os nossos males, que depois do golpe de 1926 e sob a Ditadura Militar quis participar no “*critério civil*” de uma reorganização política de Portugal e das suas dependências. Inspirou o acto colonial (1930), o Manifesto e os Estatutos da União Nacional (1932) e foi um seu projecto que serviu de base da Constituição de 1933, onde cooperaram Salazar e Caetano. Os juristas Fezas Vital e Caetano ajudaram Salazar na adaptação da proposta de Quirino de Jesus, mas foi depois o matemático Theotónio Pereira quem escreveu a versão final do texto<sup>50</sup>.

Ainda no ano de 1914, numa palestra que realizou em Viseu, Salazar estruturou três ideias – força: as formas de Governo tinham uma “importância secundária”, a democracia era uma realidade “perfeitamente conciliável com o catolicismo”, a estratégia dos católicos em Portugal deveria ser a de “influir” sobre a democracia nos termos sugeridos por Alexis de Tocqueville: “instruí-la, regular-lhe os movimentos e adaptar o seu governo às épocas e aos lugares”<sup>51</sup>.

A primeira manifestação do seu estilo político foi o discurso da posse, um discurso que se diria propositadamente impopular e por isso obteve enorme audiência pública. Começou por revelar que só com grande relutância acedera ao convite para integrar o Governo e que só o fizera sob quatro condições, que expôs em pormenor e que, no

---

<sup>49</sup> Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico 1836 – 1933*, p. 92.

<sup>50</sup> José Freire Antunes, *Salazar e Caetano – cartas secretas 1932 – 1968*, p.30.

<sup>51</sup> Idem, p.12.

essencial, vinham colocar na sua dependência toda a administração pública, visto que vedava aos ministros aumentarem as despesas sem o seu acordo. Pedia depois a confiança do País: “*confiança na minha inteligência e na minha honestidade, confiança absoluta, mas serena*”. Terminou exigindo obediência: “*Sei muito bem o que quero e para onde vou. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar a altura de mandar*”. Esta atitude, aparentemente impolítica, correspondia a uma aspiração generalizada de eficiência e de autoridade, e essa aspiração ajuda a explicar a posição dominante imediatamente assumida pelo ministro das Finanças na política portuguesa. Os chefes militares da ditadura aceitaram-no desde logo não apenas como ditador financeiro, mas como uma espécie de mentor do regime e condutor do destino político português<sup>52</sup>.

Iria começar a estabilizar-se a Ditadura e, num artigo de 1928, Salazar escrevia que incumbia ao Exército sustentar e defender os que eram capazes e competentes para conduzir a bom termo a obra de restauração das finanças e do país<sup>53</sup>. Assim se iniciava uma longa permanência no Governo e na efectiva direcção da política portuguesa, de 1928 a 1968.

José Freire Antunes afirma que foi o mais longo membro de governo (40 anos e 5 meses) e o mais longo Primeiro - Ministro (36 anos e 2 meses) da história mundial<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> José Hermano Saraiva, “O Estado Novo”, in *História de Portugal 1640 – Actualidade*, p. 541.

<sup>53</sup> Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico 1836 – 1933*, p. 93.

<sup>54</sup> José Freire Antunes, *Salazar e Caetano – cartas secretas 1932 – 1968*, p.17.

### 2.3 – O Governo Civil e a Junta Geral

A criação da Junta Geral do Distrito autónomo do Funchal, surge pelo decreto de 18 de Julho de 1835, tendo efectuado a sua primeira reunião em Julho do ano seguinte e a sua instalação definitiva apenas em Junho de 1837.

Este corpo administrativo resulta do movimento liberal que fez despertar nas populações a premência da defesa dos interesses da Ilha, através da participação política dos representantes legitimamente eleitos. Foi com essa participação que se conseguiu na Constituição de 23 de Setembro de 1822, que os arquipélagos da Madeira e dos Açores deixassem de estar associados às províncias ultramarinas. A partir deste momento, estas Ilhas ficavam anexadas a Portugal com a designação de “ilhas adjacentes”. Todavia as mudanças necessárias na hierarquia de poder não se realizaram, tendo a situação ficado inalterada, acusando-se por isso os “mandões de Lisboa”<sup>55</sup>. O descontentamento geral em 1836 era por demais evidente como se pode constatar através do excerto do Registo Geral da Câmara do Funchal que afirma *“tudo falta nesta terceira cidade do Reino: não há molhe; não há um só cais onde saltem os estrangeiros a pé enxuto; não há iluminação na cidade; não há cemitério; não há teatro (...); não há caminhos transitáveis nem mesmo os vicinais; estão completamente arruinadas as calçadas das ruas e nem dinheiro temos para tapar os buracos mais perigosos; não há depósito de mendigos que andam em bando pelas ruas, comovendo compaixão, desgosto e repugnância; não há uma polícia municipal eficiente; enfim, todas as cousas, e todos os belos estabelecimentos, que nenhuma cidade, ou aldeia dos países civilizados deixa de possuir, todos aqui desconhecemos por falta de meios ou antes por falta de os saber procurar (...)”*<sup>56</sup>.

Pelo decreto que criou a Junta Geral, foram definidas as atribuições da mesma, que eram de carácter deliberativo ou consultivo, cabendo ao Governador Civil toda a execução das deliberações tomadas. Competia-lhe fazer a repartição das contribuições directas do Estado entre os concelhos do distrito; contrair com autorização das Cortes, os empréstimos necessários para obras e outros fins de utilidade geral do distrito; examinar e aprovar as contas anuais dos rendimentos do distrito prestadas pelo Governador Civil; formar

---

<sup>55</sup> Abel Soares Fernandes, Emanuel Janes, Gabriel Pita, coordenação de Alberto Vieira, *História da Madeira*, p. 260.

<sup>56</sup> Idem, p. 263.

anualmente, antes de encerrada a sessão, um relatório do que houvesse deliberado e uma consulta geral sobre as necessidades do distrito e melhoramentos susceptíveis de serem concretizados<sup>57</sup>. A Junta Geral era composta inicialmente por treze procuradores eleitos pelos eleitores da província, no entanto, o decreto de 1840 determinou que fossem nomeados pelas Câmaras e pelos Concelhos Municipais e o código de 1878 autorizou a sua eleição directa, aumentando o número de procuradores para vinte e um.

Paralelamente a este organismo, em 1835 foi criada a figura de administrador geral que persistiu até 1846, sendo institucionalizada a partir desta data a figura do Governador Civil. O primeiro a desempenhar este cargo foi o Conselheiro José Silvestre Ribeiro, que apostou num conjunto de medidas de fundo com repercussão importante na sociedade e na economia<sup>58</sup>. Trata-se de um superior magistrado administrativo do distrito e imediato representante do Governo Central, nomeado por decreto da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino<sup>59</sup>.

Sedeado na Fortaleza de S. Lourenço, o Governador Civil tem por competências regular todo o serviço administrativo na área da sua circunscrição territorial, prover às necessidades do mesmo serviço em todos os assuntos da administração pública, que por lei ou regulamento não forem exceptuadas das suas atribuições. Em casos de extrema urgência e necessidade pública, pode tomar todas as providências administrativas indispensáveis, solicitando depois, a ratificação pelo governo dos actos que tiver praticado fora da sua competência<sup>60</sup>.

Norberto Sousa Varela e Augusto Russel Cortez dirigiram a Legislação da República Portuguesa onde se apontam as atribuições do Governador Civil e dos seus empregados da secretaria. Estes autores legislaram no artigo 180º que, o Governador Civil é da livre nomeação do governo, e presta juramento nas mãos do Ministro e Secretário de Estado dos negócios do reino. Segundo os artigos seguintes, é obrigado a residir na capital de distrito e tem substituto nomeado pelo governo.

Como delegado e representante do governo, para além de muitas outras funções que aqui não apontamos, compete-lhe mandar proceder às eleições de todos os corpos electivos;

---

<sup>57</sup> Maria Fátima Araújo de Barros Ferreira e outros, *Arquivo histórico da Madeira*, vol. XX, 1997, p.48.

<sup>58</sup> Abel Soares Fernandes, Emanuel Janes, Gabriel Pita, coordenação de Alberto Vieira, *História da Madeira*, p. 265.

<sup>59</sup> Maria Fátima Araújo de Barros Ferreira e outros, *Arquivo histórico da Madeira*, vol. XX, 1997, p.46.

<sup>60</sup> *Idem*, p.47.

abrir e encerrar as sessões da Junta Geral do distrito; transmitir as leis, regulamentos e ordens superiores às autoridades subalternas, dando-lhes as instruções convenientes para a sua execução; exercer inspecção-geral e superior sobre a execução de todas as leis e regulamentos de administração; nomear para todos os empregos de administração para que a lei lhe dá competência, ou que não têm por lei modo especial de nomeação; demitir os empregados de sua nomeação; examinar sempre que o julgar necessário, o estado dos cofres, quer públicos, quer das corporações e estabelecimentos públicos, e verificar a sua escrituração; promover a sustentação dos presos e melhoramento das cadeias; dirigir o serviço sanitário do distrito; tomar providências policiais sobre vários assuntos e em geral executar e fazer executar todas as leis e regulamentos de polícia; o Governador Civil é obrigado a visitar anualmente o distrito, provendo às necessidades públicas e dando conta dos melhoramentos; nos casos omissos e urgentes é autorizado a tomar as providências que as circunstâncias exigirem, informando de imediato o governo; as resoluções tomadas pelo Governador Civil podem, em todos os casos e a todo o tempo, ser revogadas pelo governo<sup>61</sup>.

O Governo Civil foi extinto em 1976 com a implantação do regime autonómico.

*“Segundo o Elucidário Madeirense, os códigos administrativos de 1895 e 1896 sancionaram o disposto no decreto de 6 de Agosto de 1892 relativamente à extinção das Juntas Gerais, contudo a Junta Geral do Funchal foi restabelecida pelo Decreto de 8 de Agosto de 1901, sendo então dotada de autonomia administrativa”<sup>62</sup>.* Esta Junta Geral de cariz autonómico, foi aumentando progressivamente as suas atribuições cabendo-lhe a administração dos bens distritais, dos serviços agrários, florestal e pecuário, das obras públicas, da fiscalização industrial e viação, da saúde pública, da assistência e previdência, da educação e cultura e da polícia cívica.

A ideia e a necessidade absoluta de uma autonomia, no entanto, instalara-se definitivamente depois de avanços e recuos verificados ao longo do século XIX. Por um lado, pressionara-a as crises económicas e, por outro, a atitude distante, senão mesmo arrogante, do poder central. A discussão centrava-se na passagem do século entre uma autonomia administrativa e uma autonomia política, já com um Governo próprio e uma Assembleia Legislativa para os assuntos regionais. A criação da Junta Geral em 1901,

---

<sup>61</sup> *Legislação da República Portuguesa*, Direcção de Norberto Sousa Varela e Augusto Russel Cortez, ano I – volume I, p.21 e 22.

<sup>62</sup> Maria Fátima Araújo de Barros Ferreira e outros, *Arquivo histórico da Madeira*, vol. XX, 1997, p.48.

alterada em 1913, passando a ter quinze procuradores de eleição popular, como representantes dos diversos concelhos, manteve quase sem alteração a questão da autonomia. A difícil situação política, social e financeira verificada durante os anos da República, agravada pelas consequências da Primeira Grande Guerra, não permitiu avançar com projectos de desenvolvimento económico. O vazio de poder gerado pela instabilidade política em Lisboa, com a entrada de Portugal na primeira Grande Guerra e toda a problemática que envolveu e, regionalmente, com as comemorações do V Centenários do Descobrimento da Madeira, abriram espaço político para novamente a discussão da autonomia se reacender.

O decreto que regulamentou a Autonomia Administrativa para a Madeira teve a data de 8 de Agosto de 1901 e seguia em linhas gerais os anteriormente citados e, principalmente, a legislação para os Açores, publicado com data de 12 de Junho desse ano. A Autonomia então instituída ficou bastante aquém do que era esperado e do que tinham pedido os representantes dos distritos insulares. Este decreto instituiu uma corporação administrativa: a Junta Geral, com algumas especificidades em relação às juntas continentais.

A Junta iniciou-se com quinze procuradores de eleição popular, como representantes dos diversos concelhos da Madeira. Reuniam duas vezes por ano, em Abril e Novembro. Elegia então uma comissão executiva composta por três membros, para apresentação de relatórios e eventuais deliberações. O primeiro presidente da Junta Geral do Funchal foi o conselheiro José Leite Monteiro e o primeiro chefe de secretaria, o Dr. Manuel dos Passos Freitas. Este corpo administrativo foi extinto com o desaparecimento dos distritos, em 1976, e com a criação da Região Autónoma da Madeira<sup>63</sup>.

Com a implantação da República tinham nascido uma série de promessas de descentralização e autonomia para as então Junta Gerais dos distritos insulares, infelizmente não cumpridas. Com a conjuntura do pós-guerra, quando já tinham decorrido 10 anos sobre a implantação da República, nasceu uma franca contestação política ao governo de Lisboa, patente no reacender dos ideais autonómicos. Da discussão então activada nasceu, com data de 17 de Outubro de 1921, um projecto açoriano da autoria de Francisco d'Atayde de Faria e Maia para um Estatuto Autonómico para os Distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. No entanto, este projecto não teve sequência, pois coincidiu com a chamada "*noite sangrenta*", na qual foram assassinados vários políticos de nomeada, entre os quais o

---

<sup>63</sup> Maria Fátima Araújo de Barros Ferreira e outros, *Arquivo histórico da Madeira*, vol. XX, 1997, p.48.

visconde da Ribeira Brava, natural da Madeira. Assim, o projecto não foi acolhido na Madeira com qualquer entusiasmo ou especiais referências.

Este projecto de Outubro de 1921 retomava algumas ideias anteriores de um outro projecto da autoria de Aristides da Mota, ampliando francamente as atribuições das então Junta Gerais e conferindo-lhes uma certa autonomia financeira. As receitas destas Juntas deviam ter origem nos impostos e rendimentos cobrados no distrito. Da sua constituição deveria fazer parte uma assembleia de procuradores, eleita indirectamente e com funções de órgão legislativo, com algumas deliberações sujeitas a referendo. O projecto previa a eliminação do cargo de Governador Civil, substituído por um delegado do Governo Central, ou Alto-comissário, mas com funções limitadas.

A ideia de Autonomia na Madeira pendia mais para os modelos ingleses, do tipo *Crown colonies*, havendo nesse aspecto francas referências na comunicação social madeirense. Estas queixas tinham recomeçado com a 1ª Grande Guerra e as dificuldades colocadas então ao tráfego marítimo. Isto, para não salientar mesmo os dois bombardeamentos ao Funchal e que tinham lançado o pânico em toda a Ilha.

Por essa época, a 9 de Novembro de 1921, o colunista F.L. escrevia no *Diário de Notícias*: “A meu ver deve, na Madeira, existir uma única vontade, uma única ambição política: a nossa completa e absoluta autonomia, devendo a bandeira ser a única ligação com a Mãe Pátria”. Nesta sequência e com a crise resultante do agravamento da carga fiscal, a ideia de Autonomia conheceu na Madeira uma franca discussão. As principais razões apontadas para a contestação ao Governo Central nos anos de 1921 e 22, eram a exigência de cobrança em ouro, o imposto sobre a navegação, o regime cerealífero, a criação de sobretaxas especiais sobre o vinho da Madeira, a falta de soluções para a cultura sacarina e a recusa de verbas para a manutenção das levadas. No entanto, o mais citado como escandaloso, era a cobrança na Madeira de 5 % sobre todos os direitos de exportação para custearem as obras do porto de Leixões<sup>64</sup>.

A situação na Madeira foi levantada mesmo na visita do Presidente da República, Dr. António José de Almeida, que regressado de uma viagem ao Brasil, a bordo do vapor inglês *Arlanza*, aproveitara a escala no Funchal a 9 de Outubro de 1922, para visitar a Madeira. Para espanto do Presidente e de toda a comitiva, o discurso de boas vindas do Presidente da

---

<sup>64</sup> Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico 1836 – 1933*, p. 119.

Junta Geral do Distrito, Dr. Fernando Tolentino da Costa, incidiu especificamente sobre o alargamento da autonomia do distrito e uma maior justiça na repartição das receitas cobradas na Madeira. O orador foi mesmo mais longe, citando: "*Não creia Vossa Excelência nunca nas vozes que acusam o propósito de nos separarmos da metrópole. Orgulhamo-nos de ser portugueses e portugueses queremos continuar*". No entanto, acrescentava: "*Mas ambicionamos paralelamente - e havemos de consegui-lo - que nos dêem mais largos recursos e mais ampla autonomia*". O discurso do Presidente da Junta Geral foi amplamente divulgado nos órgãos de comunicação social e desencadeou um amplo debate do assunto<sup>65</sup>.

Nos finais desse ano de 1922 e nos inícios de 1923, a convite da Junta Geral do distrito do Funchal, os distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo enviaram delegações à Madeira para assistirem às comemorações do V Centenário e estudarem aqui as várias propostas de ampliação da autonomia. Acabou assim por ser elaborado um documento sob o título: *Projecto de bases para uma reorganização geral administrativa dos distritos insulares*, que teve também ampla divulgação nos jornais dos dois arquipélagos. A campanha tinha então deixado de ser açoriana ou madeirense para ser *insulana*. No entanto, não foi possível reunir num mesmo documento os três distritos insulares, acabando a Madeira por apresentar, através do senador Vasco Gonçalves Marques, no Congresso de 9 de Março de 1923, ligeiras alterações ao estatuto em vigor, muito aquém do defendido pelo próprio Vasco Marques, em finais de 1922, enquanto Presidente da Junta Geral do Funchal. Por outro lado, as sucessivas quedas dos governos da capital não deixaram sequer avançar a discussão da proposta apresentada<sup>66</sup>.

Ainda em 1923, surge um novo movimento com base num sector mais conservador e que passará a utilizar o termo *regional*, em vez de *autonómico*. Nesta sequência, é preconizada pelo padre Fernando Augusto da Silva, a fundação de um Partido Regional, que pugnassem por uma ampla e verdadeira autonomia para a Madeira<sup>67</sup>.

Acreditava-se assim que só uma ampla descentralização administrativa e financeira poderia dar uma resposta cabal às carências sentidas. Todavia, a instabilidade política dos

---

<sup>65</sup> Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico 1836 – 1933*, p. 120.

<sup>66</sup> *Idem*, p. 121.

<sup>67</sup> *Idem*, p.122.

anos 20 levaram a que o início dos anos 30 não fosse, de forma alguma, propício a qualquer projecto autonómico, mas sim à afirmação dos princípios do corporativismo e de uma nova centralização de poder, que em linhas gerais levou à implantação dos chamados regimes fascistas um pouco por toda a Europa. Será nesse quadro que surgirá em Portugal a ditadura do professor António de Oliveira Salazar e a nomeação para a presidência da Câmara Municipal do Funchal do Dr. Fernão de Ornelas Gonçalves, cujo trabalho é o objecto da nossa tese.

## 2.4 – O Município do Funchal nos inícios do século XX

O porto e a cidade do Funchal afirmaram-se desde muito cedo como *cabeça* do Arquipélago, tornando a cidade como o centro da Ilha e levando a que tudo o mais fosse praticamente arredores. Desde os inícios do século XVI que o porto do Funchal mantinha contactos com outros portos europeus e africanos, principalmente por causa da sua importante produção açucareira, encontrando-se o seu açúcar registado a partir dos meados do século XV, desde os portos do mar Báltico aos do Mediterrâneo, com especial referência nos mercados da Flandres. Como ponto de passagem, quase obrigatório, das primeiras armadas dos descobrimentos e depois das rotas comerciais desenvolvidas, transferiram-se para a Ilha importantes interesses europeus e nela se fixaram aventureiros e comerciantes das mais recônditas origens, na procura de melhores condições de trabalho e de vida.

Apesar de ser a principal cidade do arquipélago, esta apresenta nos anos 30 inúmeras carências que a população de uma forma geral não consegue entender e muito menos aceitar. As necessidades e aspirações da Madeira fazem circular na imprensa local o descontentamento generalizado. *O Jornal*, na sua edição de quarta-feira, 9 de Janeiro de 1935, refere-se a esta situação nos seguintes termos: “*é a consciência, por parte dos madeirenses, de que não foram ainda atendidas as suas reclamações fundamentais e das quais, no seu entender, depende o início duma época de verdadeiro progresso e ressurgimento para esta Ilha. (...) o que a Madeira pretende é apenas, baseada no princípio de autonomia financeira que lhe foi concedida, que atendendo às suas necessidades instantes, há vantagem de auxiliar o seu turismo, ao rendimento que Estado e particulares aufeririam da mobilização dos seus enormes recursos, - se atribuisse à Junta e às Câmaras maiores rendimentos. Rendimentos que garantissem a realização duma verdadeira, profunda e profícua obra de administração.*

*Sacrifício para o Estado?*

*Porventura, mas só de momento, compensado a breve trecho pelo desenvolvimento do turismo, pelo aumento da riqueza geral, pela valorização da matéria colectável, pelo progresso e pelo desenvolvimento da Madeira”<sup>68</sup>.*

---

<sup>68</sup> *O Jornal*, 9 de Jan. de 1935, p.1 e 3.

Pedia-se portanto que fossem fornecidos os meios necessários às instituições locais para que estas pudessem dar início à resolução dos seus muitos problemas. Reivindicava-se uma maior capacidade de acção, sobretudo para a Junta e para as Câmaras. A prova de que a situação está cada vez mais complicada, volta a surgir no mesmo jornal, no dia 10 de Janeiro de 1935. Desta vez afirma-se que: *“Dissemo-lo ontem e repetimo-lo hoje: Há fome na Madeira. Embora pareça uma inútil e descabida redundância o afirma-lo de novo, torna-se porém, indispensável pôr em bem saliente relevo essa triste e pungente verdade, e oferece-la à ponderosa reflexão de quantos devam contribuir para atenuar eficazmente um flagelo, que é já uma palpável realidade e que pode ainda revestir proporções mais assustadoras. (...) Deve estabelecer-se o preço máximo de 130 centavos, por cada quilograma de pão. Nunca por dezasseis tostões cada quilo! Nunca!”*<sup>69</sup>.

Sendo também da responsabilidade da Câmara Municipal do Funchal encontrar soluções para as dificuldades sentidas, na verdade, e apesar de todas as atribuições e competências que lhe são conferidas pela lei, faltavam os meios para a sua efectivação. Se nos socorrer-mos da Legislação da República Portuguesa da autoria de Norberto Sousa Varela e Augusto Russel Cortez, verificamos que as câmaras municipais têm uma reunião ordinária por semana, e as extraordinárias que o bem do serviço exigir; que os vereadores eleitos tomam posse no dia 2 de Janeiro imediato à eleição e o administrador do concelho tem entrada e voto consultivo em todas as sessões da câmara, e toma assento ao lado esquerdo, junto do Presidente.

No capítulo segundo, das atribuições das câmaras destacamos o facto de ser promotora e administradora dos interesses municipais; autoridade policial do concelho; auxiliar da execução de serviços de interesse geral do estado e do distrito; deliberar sobre a aquisição dos bens necessários ao desempenho dos serviços do concelho, e sobre a alienação dos que forem dispensáveis; criar estabelecimentos municipais de beneficência, educação e instrução, que sejam da utilidade do concelho; mandar abrir, construir, reparar e conservar as ruas e estradas do concelho; nomear os professores de instrução primária; contrair empréstimos para a realização de melhoramentos municipais; mandar proceder à construção, conservação e reparação das fontes, pontes e aquedutos do concelho; regular o modo de exploração dos bens; lançar taxas; fazer regulamentos; administrar os celeiros comuns; celebrar acordos com outras câmaras para realizar melhoramentos comuns; como autoridade policial do concelho compete-lhe fazer posturas; emitir voto consultivo em

---

<sup>69</sup> *O Jornal*, 10 de Jan. de 1935, p.1.

todos os assuntos de interesse público sobre que for consultado pela autoridade administrativa ou pela Junta Geral do distrito; pelo artigo 106º, não são executórias, sem prévia aprovação da Junta Geral do distrito, as deliberações das câmaras municipais tomadas: sobre empréstimos; sobre o lançamento de contribuições; orçamentos ordinários ou suplementares; sobre as posturas e regulamentos de execução permanente; aposentação de empregados; sobre contratos para fornecimento e execução de obras; as deliberações que não constam deste artigo são executórias independentemente da aprovação de qualquer outro corpo administrativo ou autoridade. As deliberações das câmaras municipais podem ser revogadas ou alteradas pelos tribunais do contencioso administrativo<sup>70</sup>.

É dentro destas atribuições e deixando à competência dos que vierem a executar com mais detalhe e acompanhamento os diversos trabalhos, que se referem algumas das necessidades mais prementes desta Ilha enumeradas pelo conhecido arquitecto Ventura Terra. As justificações por ele apontadas em Maio de 1915, partem da planta geral existente da cidade, indicada no plano de conjunto.

O projecto abrange na generalidade, os melhoramentos municipais e os melhoramentos públicos ou do Estado. Trata principalmente da resolução do problema da viação pública municipal e suas relações com os melhoramentos particulares. A cidade do Funchal tende a desenvolver-se de uma forma considerável e necessita por isso dos requisitos que fazem a formosura e a comodidade dos sistemas de viação das cidades modernas mais adiantadas. No Funchal não se deu a menor atenção a uma boa organização da via pública, que foi surgindo quase sempre como fruto do acaso. Se a cidade aspira a ser uma das cidades de turismo com créditos na Europa e no Mundo, pela riqueza do seu clima, pela situação geográfica e pelas belezas naturais, deve procurar obedecer a um projecto capaz de suportar tais intenções.

Para Ventura Terra, aproveitando o possível do que já existe, deve-se cortar a cidade com amplas e apropriadas Praças e Avenidas, Parques, Jardins, Bairros, etc. de modo que do conjunto de todos os esforços e despesas quer públicas quer de particulares, trabalhando todos com o mesmo fim, possa resultar o mais harmónico e mais útil resultado final.

Neste sentido, atendendo a que toda a grande vida movimentada do Funchal surge do seu porto marítimo, pela grande navegação transatlântica, que todos os dias desembarca e

---

<sup>70</sup> *Legislação da República Portuguesa*, Direcção de Norberto Sousa Varela e Augusto Russel Cortez, ano I – volume I, p.15 a 19.

espalha na cidade enorme massa popular de turistas, impõe-se a abertura de uma ampla e formosa via pública, em contacto imediato com o cais de embarque e desembarque e os outros melhoramentos do porto, armazéns comerciais, depósitos e outros.

Esta avenida marginal, destina-se a receber e a regularizar todo o dito movimento e é sem dúvida uma obra da máxima utilidade e de grande alcance prático. Deverá ter 50 metros de largo e servirá de óptimo acesso aos melhoramentos marítimos a empreender pelo Estado e pelos particulares, de acordo com o projecto sensato e prático, elaborado pelo ilustre engenheiro Adriano Augusto Trigo.

Também uma formosa praça na entrada da cidade deve ser traçada, e tanto a praça como a avenida serão formadas por passeios laterais e passeios centrais, convenientemente arborizados, alinhados e pavimentados, e entre eles, as competentes faixas de rodagem em número de três. Através desta praça de entrada da cidade e avenida marginal, todo o movimento será pronta e facilmente levado ao coração da cidade, pelas novas vias projectadas. Estas avenidas serão também amplas e belas vias públicas, de 30 metros de largura, com excelentes passeios e placas artisticamente alinhadas e arborizadas, com duplas faixas de rodagem, de trainéis moderados, que prontamente porão em óptima comunicação, rápida e desafrontada, a praça de entrada da cidade e avenida marginal com a nova praça da República e avenidas de Norte, Leste, Oeste, etc.

A avenida de Santa Luzia será uma das mais belas avenidas do Funchal, com uma largura de 30 metros, estendendo-se desde a avenida marginal até próximo da Estação do ascensor ou caminho de ferro do Monte, onde terá por término uma ampla e bela praça ou rotunda, com 65 metros de diâmetro, e cruzando entre outras vias públicas, com a nova avenida de Leste, em cujo cruzamento formará outra excelente praça, com 70 metros de diâmetro, com uma larga placa central, óptima para receber um artístico monumento. Esta avenida será de feliz construção, porque resultará do projecto de cobertura da Ribeira de Santa Luzia, actualmente dum aspecto imundo e repugnante, por conduzir a descoberto os esgotos das casas de grande parte da cidade, com grande ofensa da higiene e do decoro da população. A cobertura que projectámos será de abóbada de berço contínuo em cimento armado, sobre a qual será construída a faixa de rodagem com 12 metros de largura, e convertendo as actuais ruas marginais da Ribeira de Santa Luzia, Rua 5 de Outubro e Rua 31 de Janeiro, em amplos passeios laterais da nova avenida, artisticamente alinhados e arborizados, e onde convirá conservar a actual arborização. No troço que liga com a avenida marginal, projecta-se desviar a ribeira para o eixo da nova avenida de Santa Luzia, por convir à nova edificação e arborização.

A nova Praça da República, surgirá de uma importante transformação e ampliação da que já existia, ficando com a largura de 30 metros por 218 de comprimento, dividida em amplos passeios laterais e centrais, com largas e duplas faixas de rodagem, devidamente alinhadas e arborizadas. Presta-se assim a receber na margem norte os edifícios públicos mais precisos e importantes, a que lhe dá direito a sua esplêndida situação no coração da cidade.

Entre a nova Praça da República e a nova Praça de Santa Luzia, o movimento será levado a toda a periferia, pelas novas avenidas de Oeste, de Leste e de Norte, além das ruas adjacentes. Todas estas avenidas serão, da mesma maneira amplas e belas vias de comunicação, artisticamente alinhadas e arborizadas nos seus passeios centrais, com largas e duplas faixas de rodagem, com trainéis cómodos, boa pavimentação apropriada ao trânsito de peões, cavaleiros, veículos de tracção animal e mecânica.

Deste projecto constam também a criação de um novo bairro Oriental e outro Ocidental. A leste da cidade, projectamos um novo bairro com arruamentos de 15 metros de largo atravessado pela avenida de Leste que o põe em rápida e cómoda comunicação com o centro, parte marginal e toda a cidade. Este bairro que cria uma área considerável de terrenos para novas edificações, será principalmente destinado às construções económicas das classes populares, remediadas e operárias, satisfazendo assim uma necessidade bastante sensível no Funchal, qual é a de fornecer terrenos bons para edificações modestas e higiénicas, em boas condições económicas, acessíveis a estas classes trabalhadoras.

A oeste, projecta-se um formoso e rico bairro ocidental, todo de largas avenidas de 20 metros, destinado a edificações luxuosas e artísticas das classes ricas e abastadas, sendo também atravessado por uma bela avenida de 25 metros de largo e 1.200 de comprimento que o põe também em rápida e cómoda ligação com o centro e todo o resto da cidade. Este bairro, pela sua esplêndida situação, óptimos pontos de vista e excelente ligação com toda a cidade, é de prever que venha a ter um rápido e considerável desenvolvimento de construções ricas e artísticas, no género das modernas cidades jardins da América, visto também a enorme procura de terrenos nestas condições, bem manifesta no Funchal, pelas classes abastadas que ali fazem estação de inverno.

Tanto no novo bairro oriental como ocidental, e no cruzamento das grandes avenidas entre si e com os arruamentos existentes, projectámos belas praças e rotundas em número de 16, que serão excelentes pontos de vista, óptimos para colocação de monumentos.

Junto de cada um destes dois novos bairros, projectamos parques ajardinados e arborizados, com belos pontos de vista, de onde se descobrirão vastos e lindos panoramas.

Serão destinados a desempenhar um papel importante e notável na vida da cidade, sob o ponto de vista da salubridade, recreio da população, conforto e recepção de turistas.

Neste plano geral de melhoramentos do Funchal, todas as avenidas, arruamentos, parques, etc., no que respeita à forma artística e técnica de construção, serão de fácil compreensão com um exame atento dos desenhos que apresentamos. De resto, se o nosso projecto for posto em prática por profissionais competentes, e a Ex.<sup>a</sup> Câmara organizar uma corporação especial composta de individualidades devidamente capacitadas, que dite e fiscalize as leis a subordinar as novas edificações e com atribuições para aprovar ou rejeitar, conforme os casos, os projectos das edificações que o público queira construir, é certo que a cidade do Funchal sofrerá uma bela e grandiosa transformação, e ocasionará a iniciação ou o aperfeiçoamento de todos os outros melhoramentos públicos, do Estado, municipais e particulares, os quais agora são impossíveis de realizar ou de melhorar, pelo simples facto de lhes faltar a base principal, e indispensável, ou seja um sistema aceitável e moderno de via pública, com belas avenidas, praças e jardins públicos, aptos a receber belos monumentos, e modernos e artísticos edifícios.

Assim pois, os melhoramentos marítimos do porto, os monumentos e edifícios, as obras das águas, dos esgotos, da iluminação, da tracção eléctrica e automóvel, a edificação particular, serão melhoramentos inevitáveis que terão a sua solução prática e moderna, e transformarão o Funchal, certamente, em pouco tempo, numa das mais belas e modernas cidades do mundo civilizado<sup>71</sup>.

As ideias defendidas neste projecto, vêm modificar por completo toda a organização da cidade do Funchal, que como se pode verificar pela memória descritiva e justificativa, é uma cidade com pouca higiene pública e sem condições de base para acompanhar o desenvolvimento de outras capitais de turismo.

Confirma o aspecto pouco citadino e de pouco desenvolvimento, o facto de nas primeiras décadas do século XX, em pleno centro do Funchal, as galinhas serem colocadas em celhas pela manhã, para serem transportadas para a ribeira onde ficavam durante o dia, regressando pela noite às respectivas celhas para pernoitarem junto aos barracões que ficavam ali mesmo ao lado das ribeiras.

---

<sup>71</sup> Estas informações foram retiradas do *Plano Geral de Melhoramentos do Funchal*, apresentado por Ventura Terra em Maio de 1915. Nele se pode confirmar toda a memória descritiva e justificativa do projecto, os respectivos desenhos e orçamento por estimativa.

Entre as reclamações da população, as dificuldades da governação camarária e as ideias de progresso expressas no projecto de Ventura Terra, faltava encontrar o elo de

ligação, o meio termo, capaz de conciliar os interesses de ambos e caminhar para a resolução das adversidades. Querer alcançar esta utopia era para muitos o primeiro sinal de maior descontentamento no futuro. Combater as desigualdades sociais era pois limar um grande fosso existente entre grupos distintos na sociedade madeirense. Como forma de ilustrar um pouco melhor a realidade vivida, apresentamos uma imagem de *Re-Nhau-Nhau*<sup>72</sup> datada de 6 de Julho de 1935.

É desta realidade distante do desenvolvimento dos grandes centros de

turismo a uma escala internacional que partimos para a compreensão da actuação de uma equipa camarária que não quis ficar parada no tempo e lutou por uma cidade moderna.



<sup>72</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 6 de Julho de 1935, p.1.

### 3 - Fernão de Ornelas: O Homem e a Obra

#### 3.1 – O Surgir do Personagem Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves

Depois de uma breve tentativa de enquadramento histórico, podemos afirmar que a Madeira, no segundo quartel do século XX, apresenta-se-nos com imensas dificuldades que parecem não ter resolução à vista. Se a vontade de uma autonomia de facto tinha ganho adeptos, depressa essa vontade ia sendo aniquilada com os ideais do fascismo. Para que não restem dúvidas quanto a esse propósito, a imprensa madeirense publica a opinião do Dr. Oliveira Salazar. No dia 9 de Janeiro de 1935, *O Jornal* afirma que Salazar disse que lhe competia “fazer a joeira dos projectos de lei e ajustamento dos interesses particulares ao critério do interesse nacional” terminando por declarar que “ali fica, no seio dela, o centro vital de toda a orgânica do Estado Novo, chave da reforma constitucional portuguesa”<sup>73</sup>.

Por estas palavras, fica claro que o chefe da Nação não está disposto a ceder a interesses particulares desta ou de qualquer outra região, lidando com todas elas como num jogo de xadrez, em direcção ao completo controlo político. Talvez mesmo por esse motivo, o mesmo jornal e no mesmo dia, tenha publicado um artigo demonstrativo da real necessidade de apoio para o desenvolvimento da Ilha e da qualidade de vida das suas gentes, há muito reivindicado mas ainda não alcançado. De facto a Madeira necessita de apoio para a sua economia que gira à volta dos bordados, dos vinhos e do turismo.

A situação é de tal forma grave que o já citado jornal afirma no dia 10 de Janeiro de 1935 que existe fome na Madeira e que é indispensável repeti-lo e oferece-lo à ponderosa reflexão de quantos devam contribuir para atenuar um flagelo que pode ainda revestir proporções mais assustadoras.

Se a população vivia na miséria, o mesmo sentia a Câmara Municipal que não tinha meios para pôr termo a tal penúria. A reunião da comissão administrativa de 1 de Novembro de 1934, presidida pelo senhor Juvenal Raymundo de Vasconcelos, dá-nos conta disso mesmo, considerando que a situação financeira da Câmara Municipal do Funchal exige a utilização de todos os recursos de que legitimamente dispõe para fazer face

---

<sup>73</sup> *O Jornal*, 9 de Jan. de 1935, p.1.

a compromissos urgentes e avultados. É portanto necessário vender prédios, terrenos e até mesmo o camarote da Câmara no teatro Arriaga<sup>74</sup>.

Talvez por estas medidas, ou pelo conjunto de toda uma acção governativa pouco eficaz, o facto é que logo no dia 8 do mesmo mês e ano constatamos que é nomeado para Presidente da Comissão Administrativa da câmara do Funchal, o Sr. Luís da Rocha Machado, por alvará do Sr. Governador Civil, Sr. António Correia Caldeira Coelho. Os tempos eram de tal modo conturbados que o Sr. Presidente agora nomeado, não tardaria a pedir a demissão. No final da sessão de 22 de Novembro de 1934, o Sr. Presidente deu conta do ofício que assinou dirigido ao Sr. Governador Civil, confirmando o pedido de demissão colectiva apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Caldeira Coelho no dia 20 do corrente. Todavia este grupo, por razões alheias à sua vontade, continuou a assegurar o expediente enquanto não foram oficialmente demitidos os seus membros. Foram apenas 56 dias de governação camarária desta Comissão.

Durante os poucos dias de funções, foi aprovada uma sentença contra o ex-tesoureiro da Câmara, João Francisco de Ornelas, condenado a 4 anos de prisão maior celular, seguida de degredo por oito ou na alternativa de degredo por quinze anos. Foi ainda condenado o arguido na indemnização à Câmara Municipal da importância de trezentos e vinte mil escudos e no imposto de justiça de mil e quinhentos escudos e respectivos adicionais. O réu tinha desviado fundos camarários, entre outras irregularidades.

Perante tal cenário seria impossível ultrapassar as dificuldades sentidas na Ilha, apesar de dispor desde 1933, do importante recurso de participações de 50% em dinheiro, para todas as obras de utilidade pública e de empréstimos caucionados com parte das suas receitas<sup>75</sup>.

O rumo dos acontecimentos só iria alterar-se com a substituição dos chefes dos mais importantes sectores da vida activa madeirense. Esse novo rumo começou a desenhar-se no dia 3 de Janeiro de 1935, quando foi lido um ofício do Sr. Governador Civil deste Distrito, capitão de fragata Augusto Goulard de Medeiros, comunicando ter tomado posse do cargo de Governador Civil e oferecendo franca e leal cooperação. No dia 10 de Janeiro deste ano, *O Jornal* informa que no vapor *Lima* chega hoje à Madeira, o Sr. Tenente-coronel Carlos Alberto Gonçalves Marques, novo Comandante Militar desta Ilha, a quem o jornal apresenta cumprimentos de boas-vindas. Passados 3 dias, o referido jornal faz saber que

---

<sup>74</sup> Acta da Sessão da Comissão Administrativa da C.M. Funchal, 1 de Novembro de 1934.

<sup>75</sup> Eduardo C.N. Pereira, “Regime Administrativo”, in *Ilhas de Zarco*, vol. II, p.342.

foram nomeadas novas Comissões Administrativas para a Junta Geral do Distrito e Câmara Municipal do Funchal, tendo a primeira como presidente, o Dr. João Abel de Freitas, e a segunda, o Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves.

Estamos portanto, perante uma renovação de fundo dos dirigentes à frente dos destinos madeirenses. É pois nesta onda de nomeações, que surge então o personagem Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves à frente dos destinos da edilidade funchalense.

As acções levadas a cabo pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, são assim o objecto de um trabalho mais aprofundado que se pretende realizar. O auto de posse desta mesma comissão, realizado a 14 de Janeiro de 1935, foi presidido por Sua Ex.<sup>a</sup> o Governador Civil, Sr. Comandante Goulart de Medeiros, tendo à sua direita o novo Presidente, Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves e à sua esquerda o Sr. Dr. Óscar Gonçalves, presidente da comissão distrital da União Nacional. Usaram da palavra os citados senhores, tendo o Dr. Fernão Ornelas agradecido ao chefe do distrito a honra da sua confiança, nomeando-o para presidir aos destinos do município. Durante o seu discurso, o novo presidente apresentou um plano de realizações, às quais procuraria dar andamento e completa efectividade, como então se refere.

Interrompido por vezes pelos aplausos, produziu afirmações políticas, enaltecendo a obra realizada que impõe Portugal à Europa e ao Mundo. Tomou a palavra também o presidente da comissão concelhia da União Nacional o Dr. João Figueira de Freitas para felicitar a nova comissão que considera ser composta por personalidades de destaque na Medicina, na Advocacia, no Exército, no alto comércio e nos sindicatos nacionais, esperando por isso da sua inteligência, acção e boa vontade, uma obra de vulto e digna dos madeirenses.

Nesse mesmo dia, reunida a comissão administrativa pelas dezasseis horas, o Sr. Presidente abriu a sessão e cumprimentou os colegas da comissão, dizendo esperar que das suas qualidades pessoais e da sua dedicação à Revolução Nacional resultasse necessariamente uma acção benéfica na administração municipal. Espera de todos a mesma colaboração que lhes oferece, e deseja que se trabalhe na mais absoluta camaradagem, em que todos sejam iguais<sup>76</sup>.

Pelas afirmações públicas feitas pelos novos dirigentes, não restam dúvidas de que a ideia de uma autonomia para a Madeira, iria ser posta de lado uma vez que se afirmava a unidade nacional. Neste propósito, desempenhou papel importante o integralista Ernesto

---

<sup>76</sup> Acta da Sessão da Comissão Administrativa da C. M. Funchal, 14 de Janeiro de 1935.

Gonçalves, que regressou à Madeira após o 28 de Maio de 1926, escrevendo vários artigos de opinião em defesa da Ditadura. Em 1933 adere ao Estado Novo e aceita o cargo de delegado na Madeira do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. É também vogal da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal e para ele, “ *o regime instaurado em 1926, provou, desde as primeiras medidas tomadas em relação á Madeira, que esta havia recuperado a sua nobreza antiga (...)*”. Entende que, com o Estado Novo, desapareceu “*o problema da Madeira*” porque agora a Ilha projecta-se dentro da nova estrutura do Estado, enquadrada dentro do interesse nacional, iniciando-se assim, “*o período do seu verdadeiro regionalismo*”<sup>77</sup>. Apesar destas palavras de Ernesto Gonçalves, a obra do Estado Novo na Madeira parece-nos que só se torna visível a partir de 1935. Para isso muito terá contribuído a acção dos dirigentes que tomaram posse no início desse ano, particularmente o Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, à frente do município funchalense.

Filho do médico Fernão de Sousa Gonçalves em *t.º de Freitas Alves* e de D. Gabriela de Ornelas Gonçalves em *t.º de Ornelas e Araújo*, era o segundo dos cinco filhos do casal. O primeiro foi Rui de Ornelas Gonçalves, o terceiro e o quarto Sebastião e Henrique de Ornelas Gonçalves e por fim D. Brites de Ornelas Gonçalves Ramos<sup>78</sup>.

Nasceu na freguesia de São Pedro do Funchal a 14 de Junho de 1908. Tirou o curso do Liceu do Funchal e matriculou-se depois na faculdade de Direito de Lisboa onde se licenciou em Julho de 1931 com altas classificações. Aí exerceu durante algum tempo a advocacia tendo sido nomeado subdelegado do Procurador da República em 17 de Agosto de 1932 e chefe da Secretaria Judicial em 11 de Dezembro de 1935. No dia 12 de Janeiro de 1935 foi nomeado Presidente da Câmara Municipal do Funchal onde realizaria uma obra notável de modernização da cidade. Tinha grande força de vontade e ladeando todas as dificuldades conseguia realizar todos os projectos que se proponha executar. Foi Presidente do Município durante 12 anos, Procurador à Câmara Corporativa, Director do Banco da Madeira, fez parte do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência por nomeação do Governo e Administrador na *Hidrotécnica do Cávado* e no *Banco Pinto & Souto Maior* em 1959. Foi condecorado como Oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul, do Brasil e com a Comenda da Ordem Militar de Cristo.

Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, casou pela primeira vez com D. Paulina da Costa Rodrigues, filha de Henrique Augusto Rodrigues e de D. Gabriela da Costa. O seu

---

<sup>77</sup> Emanuel Janes, *O Integralista Ernesto Gonçalves e o Estado Novo*, p.155.

<sup>78</sup> Luís Peter Clode, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses*, sécs. XIX e XX, p.232.

segundo casamento foi com sua sobrinha, D. Madalena Rodrigues de Ornelas Gonçalves, filha de D. Raquel Rodrigues Araújo e de António Araújo. Faleceu em Lisboa em Maio de 1978<sup>79</sup>.

Segundo o anotador das *Saudades da Terra*, Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, o primeiro apelido de Ornelas diz respeito a Álvaro de Ornelas, filho único de Lopo Esteves de Ornelas, chefe desta antiga e nobre família, que é das principais desta Ilha. Gaspar Frutuoso diz ainda que era da casa do infante D. Henrique, “*por cuja ordem andou nos descobrimentos*”, tendo sido dos primeiros povoadores da ilha a quem foram atribuídos os terrenos no Caniço desde a ponta do Garajau para cima até à ribeira do Caniço, onde depois o seu filho Álvaro de Ornellas Saavedra instituiu o morgado chamado do Caniço<sup>80</sup>.

Desde então o nome da família Ornelas está ligado a importantes acontecimentos e personagens que se destacaram ao longo dos tempos. Neste trabalho, mais uma vez se confirma que este nome não poderá ser esquecido, uma vez que Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves foi um bom servidor dos interesses do Município. Isso mesmo, poderá ser constatado através da placa que existe na rua a que deu o nome, onde podemos ler: “*Rua Dr. Fernão de Ornelas – Dr. Fernão Manuel Ornelas Gonçalves – Que na Presidência da Câmara Bem Serviu a Terra Onde Nasceu – 1935-1946*”, mandada lavrar pela vereação que lhe sucedeu e quando já se encontrava em Lisboa.

Fernão de Ornelas não deixou apenas uma rua com o seu nome. Marcou, de forma significativa, todo o traçado do Funchal, durante o período em que presidiu à Câmara.

A revista do *Diário de Notícias* de 13 a 19 de Outubro de 2002, num texto de Gonçalo Nuno Santos e Sérgio Gouveia, após conversa com familiares, apresenta Fernão de Ornelas na capa, como o *Homem por detrás do nome*<sup>81</sup>. Temos pois que acrescentar, que se trata antes de um homem por detrás de toda uma obra que se tornou inesquecível para o município e conseqüentemente para toda a Madeira, transformando definitivamente a cidade do Funchal.

Ao tempo da sua governação camarária, muitos não viram com bons olhos algumas das suas propostas e ideias. Mas o tempo encarrega-se de separar o trigo do joio. No que se refere aos homens e às actividades por eles desenvolvidas, traz à superfície os melhores, afogando os restantes num limbo de esquecimento. Quer isto dizer que em circunstâncias

---

<sup>79</sup> Luís Peter Clode, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses*, sécs. XIX e XX, p.352.

<sup>80</sup> *Elucidário Madeirense*, vol. III, p.20.

<sup>81</sup> Santos, Gonçalo Nuno e Gouveia, Sérgio, “O Homem que transformou o Funchal”, in *Revista Diário, Diário de Notícias*, de 13 a 19 de Outubro de 2002, p.10 a 15.

normais, só os vindouros serão capazes de julgar, correctamente, a obra dos presentes. As intrigas morrem com quem as cria e esses, normalmente, não ficam para a História. Daniel Vieira Barbosa, governador civil da Madeira, e depois ministro, não faz parte na nossa memória colectiva. Fernão de Ornelas sim. Quis transformar, acabando como vítima de uma revolução que a mesquinhez humana não compreendeu de imediato.

Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves faz todo o percurso académico no Funchal, até que, com 17 anos, embarca para Lisboa, inscrevendo-se na Faculdade de Direito. Regressa à Madeira, e em 1934 abraça a vida política. Membro da União Nacional, é um homem do Estado Novo. Na Ilha, é visto como um dos melhores quadros jovens do regime, por isso, ninguém estranha quando é nomeado vereador da Câmara Municipal do Funchal. Poucos meses depois, a 12 de Janeiro de 1935, ascende a Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal. Tinha apenas 27 anos. Sem que ninguém o adivinhasse, esse dia marcou o início da modernização da cidade.

Com uma energia e visão notáveis, na opinião da revista do *Diário de Notícias*, Fernão de Ornelas encarrega-se nos anos seguintes, de transformar a capital. A “revolução” que promove custa-lhe inimigos, e faz com que tenha de abandonar a ilha, desiludido. Fernão de Ornelas está na génese da maior transformação que o Funchal já presenciou. Faz obra e muda mentalidades<sup>82</sup>.

A mesma revista solicitou também a opinião de dois actuais responsáveis à frente dos destinos da Madeira. O personagem deste trabalho, é recordado pelo Dr. Alberto João Jardim, Presidente do Governo Regional, ainda nos tempos em que este vivia em casa do seu avó. Diz-nos sobre o personagem em destaque: *“Conheci o Dr. Fernão de Ornelas quando era muito novo. O meu avô, em casa de quem eu vivia, foi vereador dele durante os seus anos de mandato e elogiava a sua capacidade de decisão, o facto de decidir sem muita conversa. Recordo-me da história da cadeia dos Viveiros. Sem esperar pelo Ministério da Justiça, Fernão de Ornelas ordenou que os presos fossem transferidos para o novo estabelecimento, o que se fez numa noite. Lembro-me de uma frase dele: “o que é preciso é fazer. Se discutimos muito numa ideia, eles brigam todos e nada se faz”. Outra frase, que às vezes utilizo, também é da autoria de Fernão de Ornelas: “O madeirense é o maior inimigo do madeirense”. Mais tarde, já no fim da sua vida, almocei com ele no Caniço, no “velho” restaurante da Quinta do Sol. Lembrava-se de mim, daquele miúdo*

---

<sup>82</sup> Santos, Gonçalo Nuno e Gouveia, Sérgio, “O Homem que transformou o Funchal”, in *Revista Diário, Diário de Notícias*, de 13 a 19 de Outubro de 2002, p.10.

*pequeno em calções. Eu já era presidente do Governo e tivemos uma longa conversa sobre o futuro da Madeira”<sup>83</sup>.*

Para Miguel Albuquerque, actual presidente da Câmara Municipal do Funchal, “*o Dr. Fernão de Ornelas foi um homem da dimensão de um Duarte Pacheco, ou de um Barão Haussman, que transformou Paris nos finais do século XIX. Era um visionário e um político com coragem no momento de decidir. Tomou decisões, algumas polémicas e com grande impacto na época, mas decisivas para modernizar a cidade. Acusam-no de ter gasto muito dinheiro, mas a História prova que o mais importante é a forma como se gasta, e não quanto se gasta. Já no que diz respeito à polémica que algumas das suas decisões causaram, o hábito de criticar-se quando se faz obra no Funchal é antigo, anterior a ele, e ainda não se perdeu”<sup>84</sup>.*

Muitos são hoje os que desconhecem a obra feita naquele tempo, mas pela função que ainda exerce na data actual, não será difícil reconhecer-lhe a capacidade de visão para o progresso da cidade. Algumas das obras concluídas, ou iniciadas, durante o mandato de Fernão de Ornelas estavam previstas num plano ambicioso para a cidade do Funchal, encomendado em 1915 ao famoso arquitecto português Ventura Terra.

Descoberta na torre do Edifício dos Paços do Concelho, a planta esteve exposta durante a discussão pública do PDM. Ventura Terra previa uma cidade aberta ao mar, com amplas avenidas, com várias praças, com um casino num promontório artificial perto do cais da cidade, com dois grandes jardins, um na zona Este, outro na zona Oeste.

Traçado na Alemanha, seguindo as mesmas teorias urbanísticas que o Barão de Haussman aplicara a Paris, transformando a cidade no que ela é hoje, previa um aterro artificial para alargar a Avenida do Mar, a passagem do porto comercial para a zona do Almirante Reis, a cobertura de algumas ribeiras para criar vias de circulação, novos espaços públicos. Fernão de Ornelas recuperou a planta que nunca tivera aplicação, traçando algumas avenidas nela previstas<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> Santos, Gonçalo Nuno e Gouveia, Sérgio, “O Homem que transformou o Funchal”, in *Revista Diário, Diário de Notícias*, de 13 a 19 de Outubro de 2002, p.13.

<sup>84</sup> *Idem*, p.14.

<sup>85</sup> *Idem*, p.15.

### 3.2 – Os elementos da Vereação de 1935 a 1946

Quando em finais de 1934 a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal pediu a demissão colectiva, iria iniciar-se um novo período na história do município do Funchal. Foi, por S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador Civil, nomeada uma nova Comissão encabeçada por um homem que acabaria por marcar para sempre o rumo de desenvolvimento desta cidade. Dessa Comissão fazem parte figuras distintas e de reconhecido valor no meio.

Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves que será o Presidente; Dr. Paulo Gonçalves Jardim Amaro; Dr. William Edward Clode; Ludgero de Freitas Martins; Dr. José Luís Brito Gomes; Tenente Domingos Cardoso; Francisco Leão Faria, vogais efectivos; Tenente David Gonçalves Sumares; António Marques da Silva; Luís Martins Cardoso; Américo Custódio Soares; João Alfredo de Faria; Júlio Aurélio da Silva Carvalho; Manuel Gonçalves Júnior, vogais substitutos.

Chegam ao poder camarário, no dia 14 de Janeiro de 1935, após a exoneração dos anteriores membros da Comissão Administrativa, pelo Governador Civil, como se pode verificar através da acta da sessão do mesmo dia.

*“Aos catorze dias do mês de Janeiro de mil novecentos trinta e cinco, reunidos na sala das sessões da Câmara Municipal do Funchal, nos Paços do Concelho, pelas dezasseis horas, os cidadãos Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal e os vogais Dr. Paulo Gonçalves Jardim Amaro, Dr. William Edward Clode, Ludgero de Freitas Martins, Dr. José Luiz Canavial de Brito Gomes, Tenente Domingos Cardoso, faltando por motivo justificado o vogal Sr. Francisco Leão de Faria, foi lido pelo chefe da Secretaria o alvará de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador Civil deste distrito, do teor que se segue:*

*“Augusto Goulard de Medeiros, capitão de fragata, Governador Civil do Distrito do Funchal”*

*“ No uso da faculdade que me confere o artigo 27 do decreto nº 14.812, de 31 de Dezembro de 1927;*

*“Tenho por conveniente exonerar, a seu pedido, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho do Funchal, composta dos cidadãos: Luís da Rocha Machado, Tenente Henrique Ernesto Teixeira Moniz, João Teago de Castro, Tenente*

*(Jordão Luís Drumond digo) Jordão de Castro e Abreu, Eduardo Simões Dias Paquete, Juvenal Raimundo de Vasconcellos, Manuel Francisco Veloza Barreto, vogais efectivos; Alberto da Veiga Pestana, Norberto Teles de Freitas, José de Freitas Pestana, João Nunes Pereira, Raúl Serrão Delgado, Jaime Aquino de Gouveia, Manuel Rodrigues da Silva, vogais substitutos; e bem assim nomear para substituir a Comissão exonerada os seguintes cidadãos:*

*Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, que será o Presidente,*

*Dr. Paulo Gonçalves Jardim Amaro,*

*Dr. William Edward Clode,*

*Ludgero de Freitas Martins,*

*Dr. José Luiz de Brito Gomes,*

*Tenente Domingos Cardoso,*

*Sr. Francisco Leão de Faria, vogais efectivos;*

*Tenente David Gonçalves Sumares,*

*António Marques da Silva,*

*Luiz Martins Cardoso,*

*Américo Custódio Soares,*

*João Alfredo de Faria,*

*João Aurélio da Silva Carvalho,*

*Manuel Gonçalves Júnior, vogais substitutos”<sup>86</sup>.*

Após a nomeação desta comissão que substitui a anterior, procedeu-se à eleição do Vice-Presidente e Secretário da nova comissão, bem como dos vogais efectivos e substitutos para constituir a Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados. De seguida, fez-se a distribuição dos pelouros, do modo como podemos verificar.

*“Distribuição dos Pelouros:*

*Presidência, Secretaria e Obras – Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves;*

*Teatro e Viação – Dr. Paulo Gonçalves*

*Postos Médicos, Cemitérios e Iluminação – Dr. William Edward Clode;*

*Contabilidade e Incêndios – Ludgero de Freitas Martins;*

*Instrução, Biblioteca e Museu – Dr. José Luiz Canavial de Brito Gomes;*

*Mercado, Praça e Limpeza – Tenente Domingos Cardoso;*

---

<sup>86</sup> Acta da Sessão da Comissão Administrativa da C.M. Funchal, de 14 de Janeiro de 1935.

*Jardins e Parques – Francisco Leão de Faria*”<sup>87</sup>.

Esta chegada ao poder camarário, é desde logo motivo da crítica do trimensário



humorístico *Re-Nhau-Nhau*<sup>88</sup>, jornal bem conhecido na praça funchalense pelo seu jeito hábil de criticar tudo e todos, usando em jeito de brincadeira a capacidade artística dos seus colaboradores para através da caricatura colocar o dedo nas feridas de muito boa gente. A tomada de posse desta comissão, que aqui apresentamos, é assim motivo de capa deste humorístico, e é apenas a primeira de muitas que se iriam seguir, nem sempre pelos mesmos motivos.

Neste mesmo dia, ficou desde logo estipulado que as sessões ordinárias da

Comissão teriam lugar todas as semanas, às quintas-feiras pelas 16 horas. Deliberou-se nomear o Sr. Dr. William Edward Clode para Presidente da Junta de Higiene e ordenar que sejam enviados para a tesouraria os conhecimentos das licenças comerciais e industriais referentes ao ano de 1934-35, para se proceder à respectiva cobrança.

Tratando-se de um longo período camarário que se inicia com esta nova presidência, muito dificilmente estaríamos a falar aqui sempre das mesmas personalidades, uma vez que em 12 anos, muitas são as contingências da governação de um município. Numa gestão tão prolongada e com diversos intervenientes activos, são algumas as oscilações e trocas de cadeiras dos que partilham os vários lugares de decisão. Por isso, toda a obra realizada, terá de reconhecer o contributo de todos aqueles que de uma forma ou de outra foram cúmplices nesta tarefa.

O Capitão Goulard de Medeiros, que deu posse a esta Comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal, terá terminado oficialmente essa sua cumplicidade ao pedir a demissão, como se pode constatar na acta de 14 de Outubro 1937. Nessa sessão, a

<sup>87</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Janeiro de 1935.

<sup>88</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 19 de Janeiro de 1935, p. 1.

Comissão Administrativa ao ter conhecimento de que o Ex.º Sr. Capitão de Mar e Guerra Goulard de Medeiros pediu a demissão do cargo que tão proficientemente vinha desempenhando no Governo Civil do Distrito, lamenta que razões imperativas da carreira militar de S. Ex.<sup>a</sup> o tenham forçado a uma tal decisão e resolve manifestar-lhe publicamente o seu reconhecimento pelo muito que fez em favor do Concelho do Funchal, durante dois anos e meio de Governo<sup>89</sup>. Este seria substituído pelo Dr. Augusto Branco Camacho.

A 22 de Março de 1940 deixa de fazer parte da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal o Dr. Paulo Gonçalves Jardim Amaro para ingressar na Junta Geral como vogal. Trata-se de uma figura que foi importante a secundar a acção do Presidente, durante os primeiros cinco anos desta equipa. Depois de dar conhecimento à Comissão do alvará de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador, que exonerou o Sr. Dr. Paulo Amaro do cargo de Vice-Presidente da Câmara, foram referidos os seus relevantíssimos serviços prestados ao concelho do Funchal. Em anexo poderá ser confirmada a admiração de todos os elementos presentes, pelas qualidades verdadeiramente excepcionais evidenciadas e pela dedicação às causas públicas, revelando uma perfeita integração nos princípios que Salazar impôs à Nação. Apesar da saída da Câmara, a sua colaboração ao serviço do interesse público irá continuar<sup>90</sup>.

Após a sua saída, tornou-se imperioso proceder à nomeação de tão importante cargo, que passou a ser desempenhado pelo Professor José Rafael Basto Machado. A 11 de Abril de 1940 regista-se o auto de posse do substituto do Presidente da Câmara. Na presença dos representantes camarários, é então nomeado por alvará de Sua Ex.<sup>a</sup> o Senhor Governador Civil do distrito autónomo do Funchal Doutor Augusto Branco Camacho, Primeiro-oficial servindo de Governador, como pode ser constatado no nosso anexo<sup>91</sup>.

Neste mesmo ano de 1940, concretamente a 18 de Junho, as actas camarárias registam a nomeação do vogal Sr. António Bettencourt Sardinha por incompatibilidade legal do vogal Sr. João Virgínio de Paiva e Cunha. O Senhor Presidente disse que era com sincero aprazimento que dava posse ao novo vogal da Comissão Administrativa, Sr. António Bettencourt Sardinha, que pelas suas qualidades de carácter e inteligência assegurava uma colaboração leal e de grande valor na acção municipal. O Senhor António Bettencourt Sardinha, agradeceu as palavras do Senhor Presidente e disse que procuraria

---

<sup>89</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Outubro de 1937.

<sup>90</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 22 de Março de 1940.

<sup>91</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 11 de Abril de 1940.

corresponder à confiança que nele foi depositada, desempenhando as suas funções com a maior dedicação e espírito de colaboração. A cargo do novo vogal ficava o Pelouro do Teatro.

Em anexo, podemos constatar que esta substituição leva o Senhor Presidente a falar acerca do alvará de Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Autónomo, que exonerou o Sr. João Cunha de vogal da Comissão em virtude de incompatibilidade legal. Disse que exprimia o sentir da Comissão Administrativa lamentando que o referido Senhor não pudesse continuar a prestar a sua valiosa colaboração, na qual revelou, além duma grande integridade de carácter, invulgares dotes de inteligência e cultura<sup>92</sup>.

Como prova de que toda a obra realizada nestes anos, exige a colaboração de todos os que lutam por melhores condições para o município, temos a acta da reunião Extraordinária da Comissão Administrativa de 20 de Julho de 1940, da Presidência do Sr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves. Através dela verificamos que o Senhor Presidente marcou esta reunião extraordinária para dar conhecimento aos senhores vogais do telegrama enviado por Sua Excelência o Sr. Governador deste Distrito Autónomo, Doutor José Nasolini ao Sr. Governador interino, Dr. Branco Camacho. A mensagem deste telegrama refere-se a um empréstimo de dez mil e quinhentos contos, que de forma excepcional deverá auxiliar a conclusão da Avenida Infante e Marginal, a construção de Repartições Públicas e de casas económicas, entre outras, como se confirma em leitura anexa.

Espera-se que as muitas obras enunciadas neste telegrama lancem as bases de uma era nova, iniciando a execução do plano de urbanização do Funchal, facilitando uma maior aplicação de mão de obra da cidade e de fora dela, e aumentando de um modo geral as possibilidades de ressurgimento económico na Madeira, como forma de enfrentar a dolorosa crise que se vive. A satisfação sentida pelos resultados do trabalho conjunto é evidente, levando a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal a conferir ao Senhor Doutor José Nasolini Pinto Osório da Silva Leão, o título de “*Cidadão Benemérito da cidade do Funchal*”. Para a Câmara, estas medidas agora anunciadas devem-se, sem dúvida, à tenacidade e à persistência de Sua Excelência junto do governo da Nação. Os agradecimentos foram também enviados por telegrama a S. Excelência o Senhor Presidente do Concelho de Ministros<sup>93</sup>.

---

<sup>92</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 18 de Junho de 1940.

<sup>93</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Julho de 1940.

Este ilustre Governador Civil, deixou esse cargo em Fevereiro de 1941, tendo sido exonerado a seu pedido. A sua colaboração no plano de melhoramentos para a cidade, levou a Câmara Municipal do Funchal a saudar uma vez mais Sua Excelência o Sr. Dr. José Nasolini, ao deixar o seu alto cargo, manifestando o seu reconhecimento<sup>94</sup>.

Em tempo de reconhecimento pelos serviços prestados pelo Dr. Nasolini, é de registar que também o Presidente deste município foi distinguido. Recebeu a homenagem da Comissão Administrativa pela condecoração que lhe fez o Governo do Brasil. Esta homenagem prestada pela Comissão Administrativa ao Sr. Presidente a 15 de Outubro de 1941, resulta do facto de a Comissão fazer questão de exprimir o seu regozijo pela condecoração da Comenda da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul com que o Sr. Presidente da Câmara foi agraciado pelo governo do Brasil, distinção esta absolutamente merecida pelo Senhor Dr. Fernão Ornelas e que constitui também uma honra para a Câmara, resolvendo a Comissão que se agradecesse em nome da Câmara ao governo dos Estados Unidos do Brasil a homenagem prestada<sup>95</sup>.

Muitos foram de facto os que colaboraram na grandiosa obra de modernização da cidade do Funchal, com contributos muito diversificados das mais variadas áreas de influência. Tal como outros, não poderá ser esquecido o contributo do Arquitecto Raúl Lino que a 13 de Novembro de 1941 foi convidado a visitar esta cidade a fim de se pronunciar sobre diversos problemas de estética cidadina, designadamente no que respeita às obras das fachadas laterais do edifício dos Paços do Concelho<sup>96</sup>.

Tal como os governadores se foram sucedendo, também as restantes equipas de trabalho foram sofrendo remodelações.

Ao tomarem posse os vogais da Câmara para o quadriénio de 1941-1945, facilmente nos apercebemos das substituições que já ocorreram desde o início desta presidência em 1935. Desta feita, inicia-se um novo grupo de trabalho, com base na equipa que vem exercendo funções nos tempos mais próximos. A acta de 5 de Dezembro de 1941, que transcrevemos em anexo, é disso bem demonstrativa.

Desse grupo de trabalho fazem parte o Professor Alfredo Vital Miguéis, António Bettencourt Sardinha, Tenente Domingos Cardoso, Engenheiro Clemente Pinto da Silva Júnior, João Alfredo de Faria e Guilherme Rodrigues da Silva, eleitos vogais efectivos

---

<sup>94</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Fevereiro de 1941.

<sup>95</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 15 de Outubro de 1941.

<sup>96</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Novembro de 1941.

desta Câmara pelo Concelho Municipal, na sessão de 25 de Novembro último e os Senhores: Ernesto Honorato Ferreira, Professor José Modesto da Trindade, Júlio Aleixo de Freitas Morna, Gabriel Afonso Garcia de Freitas, Jorge Casimiro Camacho e Romano Carlos Oliveira, vogais substitutos eleitos também na referida sessão.

Verifica-se neste momento que se mantêm em funções os Senhores Tenente Domingos Cardoso e António Bettencourt Sardinha que já prestaram relevantes serviços ao Funchal, o primeiro desde Janeiro de 1935. Os demais Vereadores foram acarinhados com uma menção especial, salientando-se a proferida ao Senhor Professor Alfredo Miguéis, que é um nome na arte em Portugal. As palavras dedicadas a cada um destes elementos ficam registadas no anexo documental que complementa este trabalho. Ficam as promessas de lealdade e cooperação para dar prosseguimento à obra que o Estado Novo vem realizando na Madeira. Servir a Causa do Município com lealdade e firmeza, parece ser a vontade expressa por todos<sup>97</sup>.

Neste conjunto de colaboradores, encontra-se pela primeira vez um representante dos sindicatos, no entanto, este vogal, Sr. Guilherme Rodrigues da Silva, não terminou o seu mandato, pois a 20 de Setembro de 1945 apresentou uma declaração onde refere que por razões de ordem particular tem que deixar a câmara antes de findar o mandato. Os agradecimentos enviados aos colegas de vereação ficam registados em acta da sessão camarária, bem como no nosso anexo. Registe-se também o orgulho sentido por este elemento, por colaborar durante quatro anos na defesa dos interesses do município. Este vogal, não quis retirar-se sem antes cumprir um dever. O dever de manifestar ao Ilustre Presidente a sua maior admiração pelo seu carácter, pelas suas qualidades inultrapassáveis de administrador, pela sua inteligência e pelo seu amor a esta Terra. Acrescenta ainda que *“Já não se pode falar do Funchal sem falar do Dr. Fernão de Ornelas. A sua obra impõe-se à admiração de todos quer queiram quer não queiram os seus inimigos. Luta a administração do Dr. Fernão de Ornelas com dificuldades de vária ordem e a coroar tudo isto mantém-se-lhe uma campanha surda e inconcebível, sendo tanto mais para lamentar quanto é certo que ela parte, em especial, de indivíduos que dizem servir a mesma causa nacional. Senhor Vice-Presidente: Srs Vereadores: que a Câmara realize integralmente o vastíssimo plano de obras que tem entre mãos são os meus votos para sua honra e honra da cidade*<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 5 de Dezembro de 1941.

<sup>98</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Setembro de 1945.

Em face de tais declarações, muito se poderia avançar sobre o desempenho dos elementos desta comissão, ou dos seus opositores, mas essa questão será abordada mais à frente. Na verdade, quando o contributo não é realmente de todos os que deveriam fazer algo pelo bem de uma terra, as dificuldades aumentam e os obstáculos parecem multiplicar-se constantemente. Apesar de tudo, as motivações dos que lutam pela causa pública parece não se deixarem afectar. A sua força de vontade fica bem expressa no auto de posse da Câmara Municipal do Funchal realizado a 2 de Janeiro de 1946, para o quadriénio de 1946-1949.

A equipa camarária que se inicia neste ano de 1946, mantém o Senhor Doutor Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves como Presidente da Câmara e o Senhor professor José Rafael Basto Machado, Vice-Presidente da mesma. Os senhores Tenente Domingos Cardoso, António Bettencourt Sardinha, João Alfredo Faria, Doutor Henrique de Freitas e João de Freitas Martins Júnior, são os restantes elementos eleitos para comporem a Câmara Municipal do Funchal, que mantém como chefe da secretaria Ernesto Pelágio dos Santos. Os reconduzidos, juntamente com os novos empossados, irmanados no mesmo espírito, pretendem continuar a trabalhar na defesa do bem público e do progresso. Para esse progresso, irão contribuir também as muitas iniciativas enumeradas no auto de posse que transcrevemos em anexo documental. Os benefícios reais alcançados para o concelho resultam do condicionalismo criado pela acção do governo de Salazar e sem o apoio dos governadores do Distrito, por melhor boa vontade que nos animasse os resultados seriam sempre limitados<sup>99</sup>.

Ao actual Governador Ex.mo Senhor Engenheiro Vieira Barbosa são dirigidas publicamente palavras de agradecimento por todo o patrocínio que os trabalhos da Câmara lhe têm merecido, bem como as eficientes medidas que o governo tem adoptado, entre as quais se destaca o ter promovido a vinda à Madeira de Sua Ex.<sup>a</sup> o Sub-Secretário das Obras Públicas, Engenheiro Frederico Ulrich, de que resultou e resultarão inestimáveis benefícios para o Funchal.

Com a colaboração de todos, no próximo ano, a Câmara deverá ainda intensificar mais a sua acção para poder concluir as grandes obras de urbanização do Funchal. Remetemos para o anexo documental a consulta das muitas obras que se pretendem realizar em benefício do Município<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Janeiro de 1946.

<sup>100</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Janeiro de 1946.

Apesar de toda esta vontade de realizar obra em nome de uma terra, entre os dias 21 e 24 de Outubro, ocorrem determinadas circunstâncias que levam à saída da Câmara do Presidente Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves. Alguns detalhes dessa intrincada polémica podem ser analisados na documentação anexa<sup>101</sup>.

O professor José Rafael Basto Machado, até então Vice-Presidente, assume provisoriamente a presidência, cabendo-lhe a missão de dirigir os trabalhos numa época conturbada, mas que ele foi capaz de gerir de forma criteriosa, até à tomada de posse do novo Presidente.

Nesta sequência de acontecimentos, a 7 de Novembro de 1946, o vogal Sr. António Bettencourt Sardinha pede escusa das suas funções ao abrigo das disposições do Código Administrativo, tendo então o presidente chamado para o seu lugar o Sr. Ernesto Honorato Ferreira, que era o vogal substituto mais velho<sup>102</sup>.

Neste mês, ocorre ainda a substituição do Vogal Efectivo Senhor João Alfredo Faria, alegando ter decorrido mais de um quadriénio no exercício do lugar de Vogal desta Câmara, mas ainda pela sua vida particular absorver o tempo que disporia para colaborar nos assuntos de interesse municipal. Este pedido de escusa, ficou expresso em acta no dia 21. Para o substituir, o Sr. Presidente chamou o Vogal Substituto a seguir mais velho na respectiva lista, Sr. Romano Carlos de Oliveira, de 51 anos de idade, que prestou o compromisso de honra previsto no parágrafo segundo do artigo 330 do Código administrativo, tomando em seguida parte nos trabalhos desta reunião<sup>103</sup>.

Daniel Vieira Barbosa, o Governador Civil que esteve no centro das polémicas que levaram ao afastamento de Fernão Ornelas, também ele vai dar lugar a outros intervenientes neste alto cargo governativo. Ainda antes de o novo Presidente da Câmara ocupar a sua posição, é anunciada a nomeação do Dr. João Abel de Freitas para o cargo de Governador Civil, como se pode verificar através da acta de 27 de Fevereiro de 1947. Nesta data, a Câmara Municipal, tomando conhecimento do convite feito ao Dr. João Abel de Freitas para Governador do Distrito Autónomo do Funchal, congratula-se com a prova de distinção e confiança dada ao Presidente do nosso Primeiro Corpo Administrativo<sup>104</sup>.

---

<sup>101</sup> Acta da Reunião extraordinária da C. M. Funchal de 21 de Outubro de 1946.

<sup>102</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 7 de Novembro de 1946.

<sup>103</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 21 de Novembro de 1946.

<sup>104</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 27 de Fevereiro de 1947.

Tal facto é confirmado pelo próprio por ofício de 13 de Março de 1947, onde comunica que assumiu funções e oferece as maiores facilidades que dependem das suas atribuições. A sua consulta poderá ser feita no nosso anexo documental<sup>105</sup>.

A substituição de Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves no cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, ocorre a 8 de Maio de 1947, com a tomada de posse do novo Presidente Óscar Baltazar Gonçalves.

Este, nomeado para o cargo de Presidente da Câmara Municipal do Funchal, por alvará de Sua Ex<sup>a</sup> o Senhor Governador deste Distrito, tinha José Rafael Basto Machado como Vice-Presidente, e os Vogais Tenente Domingos Cardoso, Ernesto Honorato Ferreira, Romano Carlos de Oliveira e José Modesto da Trindade.

O Vogal Senhor Tenente Domingos Cardoso, como Vereador mais antigo, apresentou, em nome de todos os seus colegas, as boas vindas ao Senhor Doutor Óscar Baltazar Gonçalves afirmando que Sua Excelência podia contar com a colaboração de sempre dos Vereadores. As demais palavras trocadas nesta tomada de posse, foram registadas pelo chefe da secretaria, Ernesto Pelágio dos Santos, e estão disponíveis em anexo<sup>106</sup>.

Estes são apenas alguns dos personagens que animaram a vida do Município ao



longo dos anos aqui em estudo. Muitas outras figuras e de significativa importância deveriam figurar neste conjunto de elementos que estiveram na base da governação camarária, mas isso não nos é possível de momento.

Tal como apresentamos uma caricatura de *Ren-Nhau-Nhau*<sup>107</sup> na tomada de posse, aqui deixamos também a imagem escolhida para a caricatura, na hora da despedida. Afinal parece que as obras que havia para fazer já estavam feitas.

<sup>105</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Março de 1947.

<sup>106</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 8 de Maio de 1947.

<sup>107</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 31 de Outubro de 1936, p.1.

### 3.3 – As Primeiras Intenções

Após a chegada ao poder da equipa de Fernão Ornelas, a primeira preocupação foi a de se inteirarem dos principais problemas que era urgente resolver. O descontentamento acumulado de décadas anteriores, não permitia grande margem de manobra, impondo uma rápida e eficaz actuação no sentido de dar resposta às necessidades das populações. Face às carências sentidas, era imperioso que o Estado Novo demonstrasse capacidade de resolução dos problemas há muito adiados na sociedade madeirense. Para que os objectivos fossem traçados e algo pudesse ser feito, era pois necessário fazer um levantamento das principais necessidades do momento. Por isso, considera-se fundamental como ponto de partida para análise de toda uma governação camarária, o conjunto de ideias que se descrevem de seguida, com base no *Ofício-memorandum* enviado pela Câmara Municipal do Funchal em Fevereiro de 1935 ao Presidente da Junta Geral, respondendo ao ofício da mesma.

*“Exmo. Sr. Presidente da Comissão Administrativa  
da Junta Geral Autónoma do Distrito de Funchal*

*Acusando a recepção do ofício de V. Ex.<sup>a</sup> datado de 1 do corrente mês, no qual essa Ilustre Corporação se digna pedir a esta Câmara quais as necessidades mais instantes deste Concelho, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que na sessão de 7 do corrente mês, foi resolvido indicar as obras mais necessárias a atender desde já neste Concelho as quais passamos a enumerar:*

*1º - Transformação e adaptação d’um corpo de edifícios municipais para instalação dos “Serviços Municipalizados”, Repartição de Registo Civil, Delegação do Instituto Nacional de Trabalho e Tribunal do trabalho. Os “Serviços Municipalizados” criados recentemente, estão a funcionar em dependências que de dia a dia se tornam insuficientes com o desenvolvimento crescente dos mesmos “Serviços”. A Repartição do Registo Civil está instalada num edifício velho, muito mal acomodada. Já, por duas vezes, estiveram em grave risco os seus documentos, em dois incêndios sobrevindos em estabelecimentos comerciais que lhe ficam subjacentes. Esta obra de reconhecida urgência, está computada em cerca de escudos:<sup>108</sup>*

---

<sup>108</sup> No documento original não aparece registado o valor em escudos para a obra em causa. Esta situação repete-se, em alguns casos, ao longo deste *Ofício-memorandum*.

2º - *Instalação condigna da Secretaria Judicial. Sem esta obra o Tribunal não poderá funcionar convenientemente. Pelo Estatuto Judiciário os cartórios ou secções desaparecem e o respectivo pessoal tem de trabalhar em conjunto numa Secretaria, como qualquer outra repartição, mas para esta obra calcula-se ser necessária a verba de escudos.*

3º - *Pavimentação das Ruas. É esta uma das obras mais necessárias e importantes a levar a efeito para bom nome duma terra de turismo, como é a cidade do Funchal, ante-câmara da ilha da Madeira, (e para a qual aquela indústria tem uma importância capital na economia da ilha). É necessário proceder-se com a possível urgência à pavimentação de quaise todas as ruas da cidade do Funchal, onde o piso é simplesmente péssimo para os naturais e muito mais para os estrangeiros que nos visitam e que manifestam a cada passo a sua repulsa por semelhante pavimentação. Esta obra está calculada, muito por alto, em cerca de quatro mil contos (4.000).*

4º - *Construção dum mercado de “frutas e flôres”, lançado em bases modernas, pois o que existe é um arremedo de mercado, onde tudo está amontoado devido ao acanhadíssimo espaço que dispõe. Esta obra pode calcular-se em escudos:*

5º - *Construção dum mercado para a “venda de peixe”, que obedeça às modernas linhas dos edifícios desta natureza. A actual praça de peixe, frequentemente visitada por estrangeiros, deixa muito a desejar e pode considerar-se uma vergonha para uma terra que se diz com foros de cidade, (uma cidade como o Funchal).*

*Esta obra de imediável resolução, deve custar cerca de escudos (500.000\$00) quinhentos mil escudos.*

6º - *A construção das “casas destinadas à residência dos magistrados”, obrigação imposta aos Municípios pelo Estatuto Judiciário, e que devido à precária situação financeira desta Câmara ainda não pode ser levada a efeito, mas que se impõe em absoluto e cujas edificações andarão à volta de quatrocentos mil escudos (400.000\$).*

7º - *A construção de nove (18) escolas municipais, uma (duas) para cada freguesia de que se compõe o concelho do Funchal, e que é muito pouco para as modernas exigências do ensino.*

*Esta obra pode computar-se em cerca de setecentos contos (700.000\$00).  
/1.400.000\$00/*

*8º - Esgotos - Há uma necessidade absoluta de intensificar o lançamento da rede geral de esgotos atendendo às péssimas condições higiénicas em que se encontra a rede antiga e à falta de canos em grande número de ruas com um grande número de habitações, que se vêem impossibilitadas de fazer convenientemente o seu esgoto.*

*O empréstimo de 7000 contos contrahido por este Município na Caixa Geral de Depósitos e destinado às obras de saneamento do Funchal não foi suficiente para cobrir as despesas com o lançamento da rede geral de água potável, construção de reservatórios, compra de água e contadores etc., e a construção de rede geral de esgotos.*

*Preferiu a Câmara fazer primeiro a distribuição de águas duma maneira completa, começando depois o lançamento da rede geral de esgotos com o saldo que lhe ficasse do empréstimo. Estando os trabalhos da distribuição de águas a terminar verifica-se já que o saldo do empréstimo dará apenas para a construção do emissor principal e o lançamento dumas centenas de metros de cano de esgoto nas ruas mais necessitadas. Ficará, porém, por fazer, o lançamento da rede geral que deve orçar por cerca de 3.500 contos.*

*A Câmara vê-se impossibilitada de realizar este grande melhoramento, sem auxílio financeiro extranho e com a urgência que um trabalho de higiene desta natureza aconselha.*

*9º - Matadouro - O Matadouro Municipal construído há mais de oitenta anos não corresponde às necessidades presentes da população do concelho que se eleva já a mais de sessenta e oito mil habitantes. Fica situado no centro da Cidade oferecendo um aspecto desagradável não só aos residentes mas também ao grande número de turistas que nos visitam anualmente.*

*A Câmara julga que a construção em lugar apropriado dum Matadouro em condições higiénicas é uma necessidade inadiável que se impõe para o bem da saúde pública e bom nome desta terra.*

*A construção dum Matadouro incluindo compra de terreno e todos os apetrechos necessários ao seu bom funcionamento deve orçar por cerca de mil e quinhentos contos.*

10º - Fontanários - O Abastecimento de água potável á população rural do Concelho é o assunto que vem preocupando há muito a Câmara Municipal. Com a conclusão dos trabalhos de assentamento da rêde de distribuição de água potável ficará a população da Cidade convenientemente abastecida, mas a população rural continua a fornecer, para beber e usos domésticos, de águas impróprias de levadas. Urge, pois, construir-se para uso da população das freguesias rurais deste concelho alguns fontanários abastecidos com boa água potável.

As freguesias mais necessitadas são as de S. Martinho, S. Roque, Monte, St.<sup>a</sup> Maria Maior e S. Gonçalo.

Um mínimo de doze fontanários são, desde já, necessários. Esta obra não deve custar menos de trezentos e sessenta contos.

11º - Pagamento do seu avultadíssimo passivo. (no montante de 1.400.000\$00).

12º - Aumento das receitas da Câmara a fim de esta !estar habilitada! poder cumprir anualmente com os seus encargos .

Em última análise e de um modo geral necessita a Câmara Municipal do Funchal que lhe sejam aumentadas as receitas para que possa fazer face aos seus grandes encargos, pois as suas condições financeiras são presentemente muito precárias.

Finalizando este breve ofício–memorial penhoradamente agradece a Câmara Municipal do Funchal à digna e Ilustre Comissão da mui digna presidência de V. Ex.a. a vossa indispensável cooperação no sentido de serem satisfeitas estas instantes, necessárias e justíssimas pretensões.

Com os protestos da minha subida consideração sou de V. Ex.a.

A Bem da Nação

Paços do Concelho do Funchal, aos 8 de Fevereiro de 1935.

A vice-presidência, em exercício, da Comissão Administrativa <sup>109</sup>.

---

<sup>109</sup> Memorandum sobre alguns melhoramentos de que a cidade do Funchal tem necessidade imediata; Em carta enviada pela vereação camarária, ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral Autónoma do Distrito de Funchal, a 8 de Fev. de 1935.

Através deste *memorandum* sobre alguns melhoramentos de que o Concelho do Funchal tem necessidade imediata, podemos apontar algumas das preocupações que nortearam os responsáveis camarários ao iniciar o seu mandato em 1935. Muitas destas necessidades não são de facto novidade. São pretensões da população, que ficaram também como recomendações da Comissão liderada pelo Sr. Luís da Rocha Machado, para que os vindouros as tivessem em conta. Estas recomendações foram escritas a 22 de Novembro de 1934, quando a referida comissão apresentou o pedido de demissão colectiva. A sua leitura mais atenta pode ser feita consultando o anexo documental. Nos cinquenta e seis dias de gestão camarária desta comissão, ficam estas manifestações de vontade de fazer, que podem ser confirmadas nos registos das actas. A grande questão que todos colocam é de como resolver todas estas necessidades há muito pretendidas e nunca alcançadas.

Enumeradas então as necessidades mais instantes do concelho, tendo em consideração as recomendações deixadas, era agora fundamental arranjar meios para a sua efectiva realização. Essa é de facto a grande batalha que vai ser travada por toda uma equipa chefiada por Fernão Ornelas, para que toda a ambição não seja apenas um plano cheio de boas intenções. Por considerarmos relevante, neste ponto do nosso trabalho, apresentamos cronologicamente os assuntos tratados em todas as reuniões camarárias dos anos de 1935 e 1936. Julgamos que, desta forma, se poderá perceber melhor a capacidade de resposta aos problemas sentidos e qual a rapidez de actuação perante as exigências que os munícipes impunham.

Iniciava-se o ano de 1935 com importantes alterações nos órgãos governativos da Madeira. Depois de um início de século bastante conturbado, é então conseguida alguma acalmia com a instalação do regime do Estado Novo na Ilha.

Nas *Ilhas de Zarco* podemos observar que a edilidade do Funchal vem a distinguir-se desde 1935, ano em que, sob a égide do Estado Novo, presidiu à respectiva comissão executiva o Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves. De *“rasgada visão política, espírito de iniciativa, firmeza de carácter e oportuna intransigência realizou uma obra de tão grande eficiência administrativa, relativamente ao concelho do Funchal, qual foi a do Conselheiro José Silvestre Ribeiro, o maior Governador Civil da Madeira, em todos os sectores da vida social, administrativa e económica do arquipélago. Resgatando o Município do seu passado, deu-lhe notável progresso no presente e projectou-o com*

*grandeza no futuro. Abriu-se com esta gerência uma época nova no Município do Funchal, fazendo-o ascender na escala dos modernos centros de turismo europeus*”<sup>110</sup>.

Esta nova época do Município começou a desenhar-se logo após a tomada de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal. *Re-Nhau-Nhau* não perdeu a oportunidade de caricaturar esse momento, como já tivemos ocasião de referir. Assim, no dia 14 de Janeiro de 1935, após a exoneração dos anteriores membros da Comissão Administrativa, procedeu-se à eleição do Vice-Presidente e Secretário da nova comissão, bem como dos vogais efectivos e substitutos para constituir a Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados.

De seguida, fez-se a distribuição dos pelouros, atribuídos do seguinte modo: Presidência, Secretaria e Obras – Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves; Teatro e Viação – Dr. Paulo Gonçalves Jardim Amaro; Postos Médicos, Cemitérios e Iluminação – Dr. William Edward Clode; Contabilidade e Incêndios – Ludgero de Freitas Martins; Instrução, Biblioteca e Museu – Dr. José Luiz Canavial de Brito Gomes; Mercado, Praça e Limpeza – Tenente Domingos Cardoso; Jardins e Parques – Francisco Leão de Faria<sup>111</sup>.

Neste mesmo dia ficou desde logo estipulado que as sessões ordinárias da Comissão, tinham lugar todas as semanas às quintas-feiras pelas 16 horas. Deliberou-se nomear o Sr. Dr. William Edward Clode para Presidente da Junta de Higiene e ordenar que fossem enviados para a tesouraria os conhecimentos das licenças comerciais e industriais referentes ao ano de 1934-35, para se proceder à respectiva cobrança. Ainda nesta sessão, considerou-se urgente proceder ao pagamento do pessoal assalariado, cujos vencimentos estavam em atraso e para os quais era necessário tomar providências. Era necessário arranjar capital para fazer face às dificuldades sentidas. Por esse motivo, na sessão de 22 de Janeiro, deliberou-se elaborar a tabela da alfândega e recorrer a um empréstimo para a Câmara do Funchal, em Lisboa. Só assim se poderia pensar em construir as pontes do Bettencourt e Monumental, tratar da iluminação das pontes da cidade e colocar um candeeiro nas Angústias.

Na segunda sessão realizada por esta Comissão foi decidido ainda que os nomes das ruas voltariam a ser os tradicionais e os retirados seriam para atribuir a novas vias. Foi dito que o peso dos camiões punha as ruas da cidade em lastimoso estado e, como tal, pede-se uma rigorosa fiscalização dos zeladores e fiscais que terão de apresentar um mapa semanal

---

<sup>110</sup> Eduardo C.N. Pereira, “Regime Administrativo”, in *Ilhas de Zarco*, vol.II, p.342.

<sup>111</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Janeiro de 1935.

com os registos das participações feitas por eles, por transgressão às posturas da Câmara e demais serviços. Foi decidida ainda a continuação das obras de recalçamento e a aprovação de uma postura sobre queima de resíduos de cana nas fábricas. Por fim, foram nomeados os cidadãos que iriam fazer parte, como delegados, das comissões das freguesias do concelho do Funchal, encarregados de organizar as relações de eleitores<sup>112</sup>.

Seguindo o livro de actas das sessões da comissão administrativa desde 11 de Outubro de 1934 até 23 de Maio de 1935, podemos constatar que a 1 de Fevereiro de 1935 muitas foram as deliberações tomadas. Assim, as multas passariam a ser entregues na tesouraria pelo infractor mediante recibo. As reparações nos canos da Câmara seriam feitas pelo seu pessoal. Os vendedores de peixe devem ter cartão de identidade ao pagar a contribuição industrial. A pintura das casas não deve ter mais de uma cor. É aprovada a tabela da Alfândega do Funchal através de uma postura. É dado um louvor a um funcionário por reparação de um dos carros e rapidez na sua recuperação. Decide-se fazer uma vitrina para colocar a antiga bandeira desta Câmara no Museu Regional. Compram-se carteiras, 1 secretária e 1 quadro para a escola da Achada e arrendam-se uma casa para a escola da Sé. Finalmente é deliberado o alargamento do Largo de Santo António<sup>113</sup>.

No dia 7 de Fevereiro deliberou-se sobre o funcionamento do talho pequeno, sobre a promoção de cantoneiros, sobre os seguros da Câmara com a seguradora Mundial, sobre a mudança de praças dos carros colectivos, sobre a compra de material para os Bombeiros Municipais e ainda dos embargos do 3º Ministério Público sobre a Câmara.

Passado exactamente um mês após a tomada de posse, foi decidido o pagamento de dois anos de energia no Trapiche e a instalação de 23 lâmpadas até ao referido local. Também ficou decidido iluminar o Beco da Madalena e o Caminho do Esmeraldo até ao Caminho de São Martinho. Para melhores cuidados de saúde pública decidiu-se reparar uma retrete na Rua 5 de Outubro e um urinol na Feira Velha e entendeu-se que eram necessários mais dois médicos. Nesta sessão foi deliberado um orçamento suplementar para os anos de 1934-35, com verbas a transferir. Deliberou-se, por fim, qual o seguro de expropriação de prédios como o da casa da Ponte de S. Lázaro.

A 21 de Fevereiro deliberou-se arranjar o cano na Travessa das Torres e arranjar a balança da praça de peixe. Sobre a reconstrução dos monumentos madeirenses foi dito que era preciso conservar a sua feição característica, sob pena de perderem todo o interesse, por isso esta comissão decidiu fazer a recuperação dos edifícios de carácter histórico e valor

---

<sup>112</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 22 de Janeiro de 1935.

<sup>113</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 1 de Fevereiro de 1935.

arquitectónico, dos seus costumes e suas tradições. Propõe-se, portanto, reconstruir todos os que sejam de maior interesse arqueológico, histórico ou artístico como a casa de João Esmeraldo, o portão dos Varadouros ou o Pelourinho<sup>114</sup>.

Tal decisão motivou acesas discussões na época, como se pode constatar no trimensário humorístico *Re-Nhau-Nhau* do dia 2 de Março de 1935, que satirizou, com uma gravura de Malho e descrição de Ivo, que nos mostra o Vice-Presidente a “brincar com o arquinho” do Portão dos Varadouros enquanto o Zé Povo, ao largo, está com cara de quem se está nas tintas para os monumentos.

Este foi um assunto que motivou muitas trocas de opinião em diversos jornais da época. O nosso humorístico dedicou várias páginas aos argumentos dos monumentos históricos envolvidos nas alterações da cidade, transformando-os em verdadeiros personagens activos desta remodelação do espaço urbano do Funchal. Muitas foram as conversas com alguns dos mais conhecidos monumentos que foram visados pelas transformações ocorridas na época, criando desde logo opiniões divergentes relativamente às questões do património. Com o título de “*Falam os grandes monumentos históricos*” foram escritas as opiniões dos próprios monumentos que reagiam assim de forma positiva ou negativa às modificações de que tinham sido alvo. Um dos muitos exemplos que podemos referir é o do Pilar de Banger, divulgado a 7 de Dezembro de 1935 por este humorístico.

Em jeito de crítica, *Re-Nhau-Nhau* lamenta que a Câmara não tenha “*vintém para continuar a sua grandiosa obra medieval, pois neste capítulo muita coisa há a fazer, como seja a reconstrução da Capela de S. Sebastião; o convento de S. Francisco com as suas respectivas galerias subterrâneas; o carro americano – era tão lindo o carro americano; o antigo passeio com as suas antigas muralhas que os vândalos destruíram; a feira velha onde hoje é o inestético Teatro Arriaga; o velho cais de Madeira com três elegantes degraus, etc. e tal.*” Finaliza esta observação afirmando que “*o Funchal acocorado, um dia quando V. Ex.<sup>as</sup> forem desta para o mundo da verdade, há-de saber mostrar o seu reconhecimento erigindo-lhes um bem belo Panteon Nacional*”<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 2 de Março de 1935, p.1. O que só veio a acontecer quase 50 anos depois, acrescente-se.

<sup>115</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 2 de Março de 1935, p.3.

Na página 8 deste trimensário vemos a forma encontrada para dar andamento às



reconstruções, com o Dr. Juvenal de Araújo a dar um enorme contributo, pois só com grandes soluções se poderiam realizar estas obras de alto calibre<sup>116</sup>.

Enquanto se lutava pela obtenção das verbas necessárias, continuavam as deliberações camarárias. No dia 28 de Fevereiro foi aprovada a compra de um rolo compressor para ajudar nas obras de recalçamento das calçadas. Decidiu-se aprovar o curso nocturno de Santa Maria Maior, demitir o porteiro do Teatro e organizar um cadastro de todo o pessoal camarário.

A 7 de Março, decidiu-se orçamentar o custo das reparações na Torre da Câmara e regularizar a situação das vendedoras de flores.



Na reunião seguinte deliberou-se dar resposta ao ofício do Ateneu, informando das medidas tomadas para resolver os problemas económicos. *Re-Nhau-Nhau* nesse mesmo dia, dá-nos conta dos pedidos de ajuda feitos em conjunto pelos comerciantes, industriais e agricultores da Madeira<sup>117</sup>.

No dia 21 de Março, foi decidido aplicar adicionais às contribuições do Estado e construir um arco na Ponte do Bom Jesus para permitir o alargamento da ponte. No entanto, o motivo da crítica do nosso humorístico foi o Dr. João Abel de Freitas,

<sup>116</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 2 de Março de 1935, p.8.

<sup>117</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 14 de Março de 1935, p.1.

que antes de os projectos avançarem decidiu ponderá-los com calma<sup>118</sup>.

Na última reunião do mês deliberou-se alterar a postura existente sobre a queima de fuligem com dispositivos especiais. Relativamente à nova avenida, resolveu a comissão administrativa dar o nome de “Avenida do Infante D. Henrique”, à avenida em construção no Bairro dos Ilhéus. Neste dia, foi ainda decidido proceder à substituição de lâmpadas eléctricas em vários sítios.

A 4 de Abril, o *Re-Nhau-Nhau* mostra-nos claramente os resultados das reuniões no Ateneu, de onde a maioria saiu cabisbaixa<sup>119</sup>, instalando um clima de grande instabilidade ameaçando a paz do Município, como se refere na página 8 deste jornal, por comparação com outras figuras que iriam ficar na História do século XX pelos piores motivos. Nesse dia, a acta da sessão da comissão administrativa dá-nos conta de que foi deliberada a compra de carteiras para as escolas, a colocação de lâmpadas em vários sítios, o arrendamento de duas casas, a abertura do mercado às 6 horas, a contratação de um guarda para o cemitério de S. Roque e a regularização da praça das águas. Para além disso, considerou-se necessário proceder a um inquérito às carnes verdes que deveria ser feito pelo comandante da Polícia.

Foi ainda decidido intimar os proprietários das casas das escolas a fazer obras, nomeadamente nas escolas de Boliqueime, da Achada, de S. Pedro, das Tílias, da Ajuda e do Salão, sendo as últimas duas obras nas escolas de ambos os sexos.

Na sessão do dia 11 de Abril, para além da colocação de novas lâmpadas, foi decidido elaborar uma proposta de amortização da dívida da Câmara à Companhia da Luz Eléctrica no valor de 519.823\$15 até à data de 30 de Junho de 1934. Após esta sessão, *Re-Nhau-Nhau* decidiu publicar uma bela ilustração dos dois deputados madeirenses na Assembleia Nacional<sup>120</sup>.

Na sessão seguinte, a 25 de Abril de



<sup>118</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 23 de Março de 1935.

<sup>119</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 4 de Abril de 1935 p. 1 e 8.

<sup>120</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 13 de Abril de 1935, p.1

1935, as deliberações visaram as transferências do pessoal do cemitério e a intimação ao pessoal do posto de venereologia. No dia 2 de Maio, deliberou-se que a largura da Rua das Cruzes deveria ter 6 metros. Para além disso, esclareceram-se as condições em que deveriam ser colocados os reclames publicitários.

No dia 9 de Maio, a comissão decidiu colocar novas lâmpadas, reparar o muro no sítio do Lombo na freguesia do Monte, comprar cadeiras para a escola da Victória da mesma freguesia e reparar as retretes na 5 de Outubro e o cano de esgoto na estrada Conde Carvalhal. Na sessão seguinte, foi deliberada a oficialização da escola Municipal do Laranjal em S. António, a reparação da máquina de escrever e numeradores, a abertura das grades do Jardim Municipal e estudo da sua iluminação. Foi ainda elaborada uma postura sobre obras para pesquisar, explorar e captar nascentes de água.

A 23 de Maio, deliberou-se extinguir a Praça da Autonomia na Rua Imperatriz D.



Amélia, entre a porta do *Savoy* e o Largo António Nobre. Foram também aprovadas duas posturas, sendo uma sobre venda de flores e outra sobre gado. Dois dias depois, o trimensário *Re-Nhau-Nhau* publica uma caricatura de João Abel de Freitas atarefado com a planta da Quinta Vigia<sup>121</sup>.

No dia 6 de Junho, em virtude dos problemas verificados na Madeira, o humorístico jornal dá-nos conta da resposta de Salazar ao Presidente da Junta Geral. Numa caricatura com descrição de Ivo e gravura de Malho é visível a obediência para com o chefe da Nação<sup>122</sup>. Esta caricatura constará de um anexo onde surge uma selecção de algumas imagens relativas à época de governação de Fernão ornelas.

Segundo Rui Nepomuceno, nessa carta não oficial, Salazar “ordenava as medidas que entendia convenientes para resolver os problemas da situação financeira insular, do

<sup>121</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 25 de Maio de 1935, p.1

<sup>122</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 6 de Junho de 1935.

*regime sacarino, bordados, frutas e géneros hortícolas, lacticínios, vimes, passando ainda pelo turismo, construção de um sanatório, do liceu, do Banco de Portugal, do bairro económico, lotarias, portos, fundo de desemprego, impostos e outras receitas !!!*”<sup>123</sup>. Afirma ainda que “*a autonomia não é a autonomia de gastar, mas a de administrar um património ou uma receita, tirando de um ou de outra o maior rendimento. (...) Em toda a parte há gente que não sabe agradecer, mas uma terra inteira, cheia de benefícios e desconhecadora deles, só a Madeira. E porquê? Porque no fundo deseja o que não pode ter, quer o que não é capaz de realizar e faz ideia que é ao Governo que cabe a responsabilidade dos erros e dos crimes praticados pelos seus naturais*”<sup>124</sup>.

Essa ideia de gastar em excesso é visível também no *Re-Nhau-Nhau* do dia 27 de Junho de 1935, considerando que se está na hora do “*bota fora*”<sup>125</sup>. A 6 de Julho podemos verificar que quem não “*bota fora*” é o Presidente da Associação Comercial, aparecendo caricaturado a recolher tudo o que podia<sup>126</sup>.

Voltando ao dia 6 de Junho e tendo em conta as deliberações tomadas pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, foi decidido erigir um busto de Salazar, encomendado uma vez mais a Francisco Franco, intimar a comissão administrativa da Levada de Santa Luzia, estabelecer novos seguros dos prédios e construir o bairro dos Ilhéus. No dia 13 de Junho, acordou-se que a consulta jurídica da Câmara seria 800\$00 mensais, que deveriam ser cortados os subsídios a viúvas e as gratificações, tendo sido deliberado também o 2º orçamento suplementar de 1935. A 27 de Junho decidiu-se arranjar o cano do *Monte Palace Hotel*, fazer obras na secretaria, na ala sul do edifício dos Paços do Concelho e colocar polícias em S. Pedro.

Na sessão do dia 4 de Julho, deliberou-se fazer as portas, galeria e cantarias que vedaram o Jardim Municipal do Funchal, bem como fazer o novo roteiro da cidade do Funchal<sup>127</sup>. No dia 11 de Julho as deliberações foram: alugar a casa escola de Santa Luzia e Laranjal; calcetamento da estrada do Gorgulho; reparar a estrada no parque do Monte, colocar luzes no Monte desde o sítio do Tanque ao sítio do Pico e Vereda da Fonte no sítio das Tílias, elaborar modelos de casas baratas, pagar um subsídio mensal de 22\$50 para

---

<sup>123</sup> Rui Nepomuceno, *As crises de subsistência na História da Madeira*, p. 216 e 217.

<sup>124</sup> Idem, p. 219.

<sup>125</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 27 de Junho de 1935.

<sup>126</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 6 de Julho de 1935.

<sup>127</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 4 de Julho de 1935.

limpeza das escolas, as remunerações para os cursos nocturnos, provimento definitivo de contínuo e nova comparticipação para alargamento da rua do comércio.

A 18 de Julho, foi escolhido o traje regional, elaborada uma postura sobre a



sublocação de uma escola oficial do sexo masculino do sítio do Monte e estabelecida a hora de encerramento da Praça de S. Pedro.

A 25 de Julho as decisões estabeleceram uma renda de 50\$00 para a casa “Castelo” do Monte, permitiram a criação de fontanários no Chão da Loba, obras na rua do Gorgulho e na casa escola mista de S. Pedro. Para regularizar as barracas nos arraiais tornou-se necessária a licença camarária. Os senhores Bianchi, Agostinho Ramos e Dr. Juvenal Araújo, são desta vez os personagens escolhidos para a primeira

página do nosso jornal do dia 27 de Julho deste ano<sup>128</sup>.

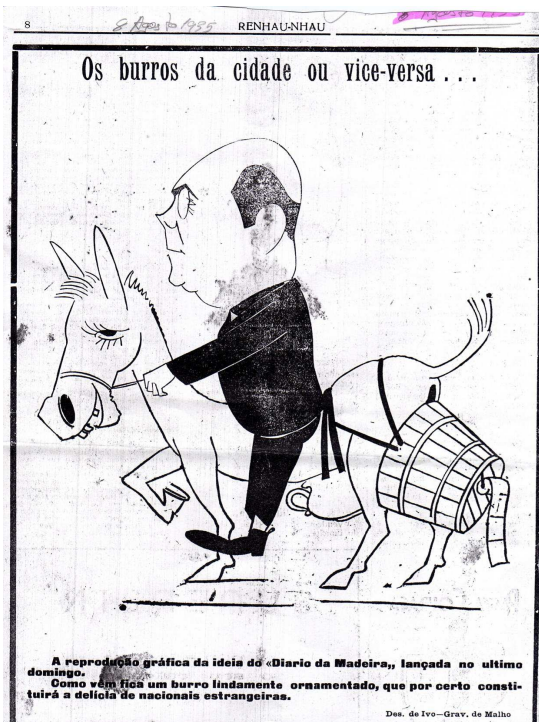
No primeiro dia de Agosto, a sessão deliberou concluir as obras de reparação do gradeamento do adro da Igreja do colégio em dois meses, deslocar para o Campo Almirante Reis as “zorras, muares e bois”, capear muros da ribeira de Santa Luzia, arranjar miradouros, calcetar a rua do Gorgulho, comprar livros para a Biblioteca Municipal, proibir o transporte de cadáveres em carros de bois e as tabuletas em língua estrangeira, e por fim, aumentar as taxas de covatos. *Re-Nhau-Nhau*, fazendo referência a estas taxas caricatura afirmando mais valer ir morrer longe<sup>129</sup>.

Na semana seguinte, as deliberações feitas são sobre as obras na ala sul dos Paços do Concelho, sobre uma postura acerca dos arraiais e sobre a melhor iluminação no Relógio da Sé. Nesse dia 8 de Agosto, *Re-Nhau-Nhau* ilustra bem os cuidados que se

<sup>128</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 27 de Julho de 1935.

<sup>129</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 19 de Agosto de 1935.

pretendia ter nas principais ruas da cidade. Até os animais deveriam contribuir para a limpeza da cidade<sup>130</sup>.



As deliberações do dia 29 são no sentido de arranjar brigadas de reparação, preparar as casas dos Magistrados, abrir concurso das escolas de S. Roque e de Santa Maria Maior e elaborar as armas da cidade. Foi ainda nomeado para vogal dos incêndios o tenente Cardoso.

A 5 de Setembro, deliberou-se fixar as taxas de enterramentos para estrangeiros bem como estipular as condições de carga e descarga de mercadorias. Relativamente às taxas que foram surgindo, *Re-Nhau-Nhau* mostra-nos que eram muitos os protestos contra o imposto predial. Este foi tomado

como exemplo para manifestar o desagrado da população, conforme se pode comprovar no



anexo documental. Com descrição de Ferosa e gravura de Malho, essa caricatura<sup>131</sup> mostra-nos o chefe da Repartição de Finanças muito atarefado com os protestos que considera grandes de mais. No dia 12 de Setembro de 1935, deliberou-se preparar a casa da escola do Lombo dos Aguires, colocar 33 lâmpadas na estrada velha do Monte para o terreiro da Luta, expropriar uma casa na rua do Anadia e organizar as licenças comerciais. Face à quantidade de obras realizadas pela Câmara sob a presidência de Fernão Ornelas<sup>132</sup>, o trimensário humorístico *Re-Nhau-Nhau*

<sup>130</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 8 de Agosto de 1935.

<sup>131</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 9 de Setembro de 1935.

<sup>132</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 17 de Setembro de 1935.

publica no dia 17 de Setembro uma caricatura bem elucidativa da vontade do Presidente em calçetar as principais ruas da cidade.

Fernão Ornelas, com a sua vontade própria em organizar todos os sectores camarários, juntamente com a restante comissão, deliberou que todos os funcionários da Câmara cumprissem os horários de entrada e saída do serviço. Esta reunião de 19 de Setembro também deliberou sobre as condições da venda do peixe. Na sessão de 26 de Setembro, as decisões tomadas visaram a residência da professora dos Louros, em S. Gonçalo e, uma licença provisória para colocar luz eléctrica no Caminho dos Salões. A 3 de Outubro foram deliberados vários ofícios e ainda as regras para os vendedores ambulantes de peixe através de uma postura camarária.

A acta da sessão da Comissão Administrativa de 10 de Outubro, presidida por Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, dá-nos conta das seguintes deliberações: aprovação do projecto de recalçetamento a paralelepípedos das ruas do Funchal a realizar no ano seguinte na importância de 467.212\$00 e na extensão de 9.150 metros quadrados distribuídos pelas ruas das Pretas; de João Tavira (desde a Carreira à do Aljube); Rua dos Ferreiros (desde a Rua dos Netos à Câmara); Rua de S. Pedro (desde o Largo de S. Pedro à Rua das Mercês); Rua da Sé (desde o edifício dos correios à Avenida Arriaga); Rua de João Gago (desde o largo do Chafariz à Rua da Sé); Largo do Chafariz; Rua dos Ferreiros (desde

a Câmara ao Largo do Chafariz); Largo do Colégio; Rua da Carreira (desde a Rua de S. Francisco até ao Largo do Colégio); Rua de S. Francisco (desde a Rua do Conselheiro à Rua de S. Francisco); Rua do Conselheiro (desde a Rua Hermenegildo Capelo à Rua Nova de S: Pedro). Foi resolvido pedir a participação do fundo de desemprego para todas estas obras.

*Re-Nhau-Nhau*<sup>133</sup> resolve, no dia 23 de Outubro, oferecer um “Cuspidor” a todos os necessitados para pôr fim a comportamentos pouco dignos, na



<sup>133</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 23 de Outubro de 1935.

sequência das deliberações tomadas, na reunião camarária do dia 17 de Outubro. Estas incluíram a aprovação de uma postura que proibia o escarrar no chão, sob multa de 10 paus e melhoramentos nos retratos de Salazar que existiam nas escolas. Resolveu-se ainda que as levadas deveriam estar limpas para evitar distúrbios.

Por estes dias, é resolvida a aquisição de um cilindro compressor e a expropriação de terrenos no Monte. Foi ainda deliberado sobre as Festas da Cidade, sobre a escola do Socorro e sobre a bilheteira do Teatro.

A 24 de Outubro, as deliberações tomadas levam a um embargo nas Tílias (Monte), à ligação de vários canos e ao estabelecimento dos seguros do pessoal de 1 a 31 de Dezembro de 1936. Nesta sessão, considerou-se que os alinhamentos nas novas construções devem permitir o alargamento das ruas com indicação da licença do alinhamento e assinatura do funcionário depois de prévia aprovação do Presidente da Câmara. A comissão resolve que não poderá ser feita qualquer construção sem que se mostre no verso do talão de licença a indicação do alinhamento com a assinatura do funcionário que a tiver dado. A repartição técnica não poderá conceder alinhamentos sem a prévia aprovação do Presidente da Câmara.

No dia 31 de Outubro, a comissão decidiu deliberar uma postura para chaminés,



outra para os descalços motivando uma reacção do *Re-Nhau-Nhau* que no dia 30 de Novembro nos diz que o Zé Povo não tem dinheiro para comprar sapatos<sup>134</sup>.

As restantes deliberações da última sessão de Outubro referem-se às licenças para motoristas e às calçadas a construir em 1936. Deste modo, foi resolvido aprovar o projecto de recalçamento das ruas do Funchal para o ano de 1936 a iniciar em Janeiro, enviando-se cópia do Projecto ao Fundo de Desemprego para obtenção da respectiva comparticipação.

<sup>134</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 30 de Novembro de 1935.

Em Novembro, é deliberado que os Regedores tenham em atenção que os atestados de pobreza devem ser claros e justos. São deliberadas as rendas de 1936 e as casas para escolas. É decidido o local onde se pode estacionar carros na Avenida António José de Almeida e Avenida Gonçalves Zarco. É aprovado o projecto de casas de escola-modelo, a conferição de pesos e medidas e a anulação de alguns contratos.

Sob a presidência de Fernão Ornelas, a sessão de 14 de Novembro deliberou elaborar uma postura sobre as reclamações e registos dos canos. Estabeleceu regras para apanhar pombos, para funcionamento do Bar e Caição, sendo esta última gestão da responsabilidade do Comandante Militar da Madeira e Alfândega. Decidiu-se realizar ainda a Taça da Cidade do Funchal, prova desportiva com automóveis, para além de algumas anulações e circulares bem como receitas e despesas.

Tendo como Presidente o Dr. Paulo Gonçalves Jardim Amaro, a Comissão Administrativa, no dia 21 de Novembro, decidiu fazer a iluminação pública desde o prolongamento da Ponte Nova da Rua do Til até ao Beco do Caminho dos Saltos. Decidiu consertar os canos com uma receita ordinária de 5.052\$23 e, por fim, foram autorizados vários pagamentos.

No dia 28 de Novembro, deliberou-se que os seguros do pessoal para o ano de 1936 deveriam ser tratados com as seguradoras Fidelidade e Mundial. Ordenou-se colocar 16 lâmpadas no Lombo dos Aguires, efectuar a canalização na escola de Santa Luzia e fazer vários pagamentos. Foi também deliberado preparar o recrutamento militar para o ano de 1936 e, finalmente, deliberou-se fazer uma expropriação na Rua do Til para alargamento daquela via.

Na primeira sessão do último mês do ano, realizada a 5 de Dezembro, foi alterada a sessão que teria lugar a 26, para o dia 28 do corrente mês. Decidiu-se fazer a cobertura do poço onde se limpa o peixe na praça de S. Pedro e construir as bancadas sul no mercado. Para obtenção de pedra basáltica para a câmara decidiu-se fazer um concurso para 3.870 metros quadrados.

A 12 de Dezembro, deliberou-se a isenção de taxas para os reclames luminosos, deliberou-se contestar a reclamação administrativa contra a Madeira House por causa dos trajes regionais, deliberou-se fazer a aprendizagem de motoristas e o horário das farmácias aos domingos a partir de 1 de Janeiro de 1936. Foi ainda aprovada a compra de um cilindro compressor e a elaboração de novo concurso para máquinas visando a preparação de terrenos a calcetar.

A 19 de Dezembro é decidido lançar o concurso para recalçamento, elaborar uma reclamação do orçamento ordinário da receita e despesa da Câmara Municipal para o ano civil de 1936 e são decididas as condições do imposto da prestação de trabalho. Porque se atravessa a época natalícia é decidido ainda distribuir bolo por 300 pobres.

O ano de 1935 termina com a reunião da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal que a 30 de Dezembro deliberou a transferência para a sessão do dia 2 de Janeiro de 1936 de 3.870 metros quadrados de paralelepípedos para recalçamento. O orçamento ordinário de 1936 foi deliberado sem qualquer reclamação apresentada, sendo aprovado o orçamento de 6.112.846\$96. Para finalizar as deliberações tomadas no ano de 1935 foram autorizados vários pagamentos.

A 21 de Dezembro de 1935, o trimensário humorístico *Re-Nhau-Nhau* na sua festa do sétimo aniversário analisa o ano findo<sup>135</sup>. Considera que sem nunca se ter afastado da sua orientação inicial, conseguiu vencer mais um ano, com um sorriso ou com uma ironia, sacudindo a monotonia sórdida do burgo, como única nota de vida numa cidade morta. Pretendeu sempre fazer justiça aqueles que a mereceram, chuchar o prestígio balofo de certa gente, piparotear as orelhas dos que erram e defender os interesses do público que é o seu único patrão. Para *Re-Nhau-Nhau*, “algumas pessoas, aquelas que sabem ver um palmo à frente do nariz, reconhecem o esforço e fazem-lhe justiça mas considera que nesta terra são poucos os que realmente vêm um palmo à frente do nariz”<sup>136</sup>.

Após um ano de 1935 com intensa actividade camarária, espera-se a continuidade numa correcta administração dos interesses públicos, de acordo com a capacidade dos seus responsáveis. As primeiras intenções apontadas como prementes para a população do Funchal, parecem finalmente ter o caminho aberto para uma resposta concreta. No entanto, tal tarefa exige de todos um trabalho árduo e constante, que precisa de manter o mesmo fôlego e a mesma dinâmica, para que as intenções se concretizem efectivamente.

Findo este ano de 1935, de grandes promessas numa melhor gestão das receitas, “cumprindo despesas e exigindo os sacrifícios possíveis e legais dentro duma zelosa e honesta administração pelo desejo de bem servir a comunidade”<sup>137</sup>, iniciaram-se os trabalhos da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, logo no dia 2 de Janeiro de

---

<sup>135</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 21 de Dezembro de 1935.

<sup>136</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 21 de Dezembro de 1935, p.3.

<sup>137</sup> Eduardo C.N. Pereira, “Regime Administrativo”, in *Ilhas de Zarco*, vol.II, p.342.

1936. Presidida pelo Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, esta sessão visava a abertura do concurso para 3.870 m<sup>2</sup> de paralelepípedos de pedra basáltica aparelhada, para calçada. Deliberou-se o arrendamento de uma casa para funcionar como escola em Santa Luzia e Santa Maria Maior e a venda de flores em toda a cidade. Ordenou-se ainda a construção de um abrigo na Praça de S. Pedro, para limpeza do peixe. Foi resolvido aprovar o alargamento e alinhamento da Avenida Pedro José de Ornelas, a qual ficará sendo de 8 metros de largura. Quanto ao horário de Inverno de abertura e encerramento da Praça de S. Pedro e Mercado de D. Pedro V, passou a abrir às 7 horas e a encerrar às 17 h.

Já no dia 9 de Janeiro, e dando continuidade às reuniões semanais desta Comissão Administrativa, procedeu-se à praça de fornecimento de um pilão destinado à preparação prévia do terreno das ruas desta cidade para o seu recalçamento. Surgiram duas propostas, sendo uma das firmas Francisco S. Crispim de Gouveia & C.<sup>a</sup> e outra da firma Gesche & Smitzer Ld.<sup>a</sup>, respectivamente com os valores de 35.000\$00 e 49.000\$00. De seguida, procedeu-se à praça de recalçamento das ruas com paralelepípedos regulares, aparecendo um único concorrente, de nome Manuel Alberto Gomes, morador à Rua do Castanheiro desta cidade. As propostas foram enviadas à repartição técnica<sup>138</sup>.

Nesta segunda sessão do ano de 1936, foram deliberados os seguintes aspectos: procedeu-se à expropriação amigável, por utilidade pública, de um prédio rústico pertencente a Augusto Rodrigues, proprietário desta cidade, situado a norte da estrada de ligação entre a Levada de Santa Luzia e o Bom Sucesso, para depósito do lixo da cidade. Neste sentido, oficiou-se o Sr. Comandante da Polícia deste Distrito, para efectuar o respectivo termo de expropriação pela quantia de 5.500\$00. Resolveu-se officiar a Companhia da Luz Eléctrica para mandar iluminar no moderno sistema de iluminação as ruas da Carreira até à Rua dos Aranhas, Rua do Surdo, Rua de S. Francisco, Rua Ivens e Rua do Conselheiro. Ainda à mesma Companhia, foi chamada novamente a atenção, no sentido de repor imediatamente as calçadas que levantar e assinalar convenientemente as valas com luz vermelha. Procedeu-se à aplicação de uma suspensão de 5 dias de recebimento de salário ao trabalhador do Jardim Municipal, António Gomes, por abandono de serviço. Foi resolvido ordenar à repartição técnica que mande proceder à pintura a preto dos ponteiros do relógio da Sé. Aprovou-se o formulário de receitas para doentes pobres. Alterou-se a deliberação tomada a 2 de Janeiro em relação ao alargamento da Avenida Pedro José de Ornelas, a qual em vez de 8 metros de

---

<sup>138</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 9 de Janeiro de 1936.

largura passa a ter a largura útil até ao muro do lado nascente da ribeira. Antes de concluir a sessão foram autorizados vários pagamentos na importância de 4.319\$60 escudos.

No dia 16 de Janeiro, a repartição técnica deu o seu parecer favorável à firma Francisco S. Crispim de Gouveia e Companhia a quem foi então adjudicado o fornecimento de um pilão, por ser a concorrente que apresentou condições mais vantajosas. Face a esta aquisição e às vantagens oferecidas por este moderno aparelho, resolveu a Comissão administrativa anular o concurso aberto para o fornecimento de um rolo compressor. Neste

mesmo dia foi resolvido adjudicar o recalçamento das ruas ao concorrente Manuel Alberto Gomes, com a alteração porém, do preço do vidro dos passeios passar de 55\$00 para 50\$00 o metro quadrado, pagando a Câmara a importância de 10.463\$35 incluindo já as despesas com o funcionamento do referido aparelho.

A vontade de demonstrar obra feita é bem visível na primeira página de *Re-Nhau-Nhau* de 3 de Fevereiro, em que o Dr. João Abel de Freitas surge em grande azáfama a abrir mais um beco<sup>139</sup>, onde mais tarde o



Engenheiro Botilheiro poderia dar continuidade à experiência feita com o pilão da Câmara na Rua da Sé<sup>140</sup>. Esta segunda imagem remetemo-la para o anexo documental.

Desta sessão saíram diversas deliberações. A aquisição de vários livros para a Biblioteca Municipal, um pedido de comparticipação para o alargamento do Caminho das Romeiras, uma comunicação ao Director do Posto de Venereologia comunicando a dispensa dos serviços de uma enfermeira, fazer a encomenda do combustível e óleo de lubrificação para o aparelho pilão. Resolveu ainda a Comissão Administrativa nomear os seus delegados para conjuntamente com os regedores de freguesia, organizarem o recenseamento eleitoral, e nomear também os Srs. António Sabino da Silva Júnior e Manuel Gabriel de Andrade, para

<sup>139</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 3 de Fevereiro de 1936, p.1.

<sup>140</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 14 de Março de 1936, p.10.

fazerem parte como vogais respectivamente para a Comissão permanente de avaliação de prédios urbanos e rústicos.

Neste mês de Janeiro, a Comissão Administrativa reuniu-se novamente para deliberar no dia 23. Das deliberações efectuadas destacam-se, a alteração de uma postura de 17 de Maio de 1935 que passa a proibir aos condutores de zorras e de carros de turismo a deixarem-se conduzir sobre os mesmos quando estes transportam qualquer carga sob pena de serem multados. Foi aberto concurso para emboçar e capear o mainel da Ribeira de Santa Luzia, na rua 5 de Outubro, sendo a obra adjudicada a José Pedro Marques. Foi resolvido abrir concurso para arrendamento de casas para escola e residência dos respectivos professores, nas freguesias de Santa Luzia e do Socorro. Resolveu-se oficializar a Companhia da Luz Eléctrica para fazer a ligação da iluminação pública no Caminho do Lombo da freguesia do Monte. Foram efectuados vários pagamentos.

Na última reunião do mês realizada a 30 de Janeiro e sob a presidência do Dr. Paulo Gonçalves Jardim Amaro, a Comissão Administrativa congratula-se e ao mesmo tempo considera que com a cedência das quintas *Vigia, Pavão e Bianchi* para a exploração e futura construção de um Casino, o Governo satisfaz uma das grandes aspirações da Madeira. Como sinal de reconhecimento de todo o trabalho efectuado, fizeram-se os agradecimentos devidos a diversos intervenientes tais como: a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente do Conselho, a S. Ex.<sup>a</sup> O Sr. Ministro do Interior, a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador Civil pelo êxito da acção importantíssima na concessão das três quintas, bem assim a todas as demais entidades que contribuíram para a mesma concessão, nomeadamente os Senhores Tenente Coronel Linhares de Lima, Brigadeiro Silveira e Castro, Dr. Mário Esteves, Deputados madeirenses, Procurador à Câmara Corporativa - Presidente deste Município e Comissão Administrativa da Junta Geral. Esta deliberação, ficou encarregado o Sr. Presidente de a transmitir ao Sr. Governador Civil<sup>141</sup>.

Com menor destaque, seguiram-se deliberações no sentido de orçamentar o custo de reparações a efectuar no depósito da água da Secretaria e na travessa do Dr. Castilho. De acordo com o pároco da freguesia do Monte, na qualidade de Presidente da Comissão dos bens daquela freguesia, pertença do Estado, deliberou-se mandar ajardinar um pequeno troço de terreno que fica situado ao lado do Adro da Igreja. Foram aprovadas as taxas de medição de distâncias neste concelho e foi aplicada uma multa de 5 dias de perda de salário por irregularidades praticadas pelo coveiro do Cemitério das Angústias. Antes de encerrar a

---

<sup>141</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 30 de Janeiro de 1936.

sessão foi resolvido adjudicar a confecção de molduras para os quadros do Museu Regional, a Guilherme S. Martins pela importância de 352\$00 por ser a proposta mais vantajosa.

Iniciado o mês de Fevereiro, reuniu-se a Comissão Administrativa ao sexto dia para arrendar por 4 anos, a contar da data de conclusão das obras e depois de vistoriada, a casa pertencente ao Sr. Francisco Gomes Pernetta Júnior, para acomodação da escola oficial do sexo feminino do sítio da Chamorra e residência da respectiva professora. Foi resolvido autorizar a efectivação dos seguintes trabalhos: recalçamento da travessa da Penha de França, a mão de obra para a construção de 4 pilares para iluminação pública na Ponte do Bettencourt, o fornecimento de 10 sarjetas para passeios, a reconstrução de um muro de suporte à estrada das Romeiras, na extensão de 16 metros e o estofamento do carro funerário. Foi também autorizado o pagamento de escudos 844\$40 à empresa decoradora, pela pintura de letreiros das ruas e números de polícia. Resolveu ainda a Comissão Administrativa aceitar e aprovar o projecto do Dr. Cabral do Nascimento para a reforma das armas, bandeira e selo do concelho do Funchal, como era imposto por uma circular da Direcção Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior.

Uma semana depois, decidiu-se mandar intimar o proprietário do prédio onde funciona a repartição do Registo Civil, para que este faça as reparações necessárias, devendo mesmo caiar e pintar o prédio.

Pelo livro de actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, podemos perceber o apertado controlo que se fazia de todos os sectores camarários. Prova disso, é uma deliberação da sessão de 20 de Fevereiro de 1936 em que foi resolvido mandar retirar 30 cadeiras das que serviam nos camarotes do Teatro Dr. Manuel de Arriaga, a fim de serem distribuídas pelas escolas oficiais e pelo posto Antivenéreo<sup>142</sup>.

No dia 27, foi resolvido oficial ao Sr. Comandante da polícia para que proíba a venda ambulante de fatos, roupas e outros artigos usados de vestuário. Foi também aprovada a aplicação de uma taxa a lavradores de fora do Funchal para puderem vender os seus produtos junto à muralha da ribeira das 17 às 21 horas. Nesta sessão foi presente a conta do tesoureiro privativo da Câmara Municipal, senhor Carlos Militão Ferreira Leal, pela sua gerência desde 1 de Julho de 1934 a 31 de Dezembro de 1935, tendo a Comissão Administrativa julgado a presente e o tesoureiro supra, quite com a Fazenda Municipal.

---

<sup>142</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Fevereiro de 1936.

As reuniões semanais desta comissão administrativa, deram continuidade a inúmeros projectos que demonstram uma intensa vontade de mostrar trabalho a todos os munícipes.

A 5 de Março, sobre as tabelas dos carros de turismo, decidiu-se alterar a postura municipal de 31 de Agosto de 1934 que regula a tabela de preços feita pelos serviços de automóveis. Desta forma, a direcção do sindicato nacional dos motoristas deste distrito poderá ajustar, com as agências de turismo que organizam excursões ao estrangeiro, preços especiais, inferiores aos fixados na tabela oficial, e em alguns casos especiais de trabalhadores, alunos e marinheiros. Foi presente a nota das deliberações tomadas pela Junta de Higiene deste concelho, na sua sessão de 2 do corrente mês. Destaca-se nesta reunião a cedência de toda a Quinta Santana para construção de um sanatório preventivo para tuberculosos e ainda a participação de 467.000\$00.

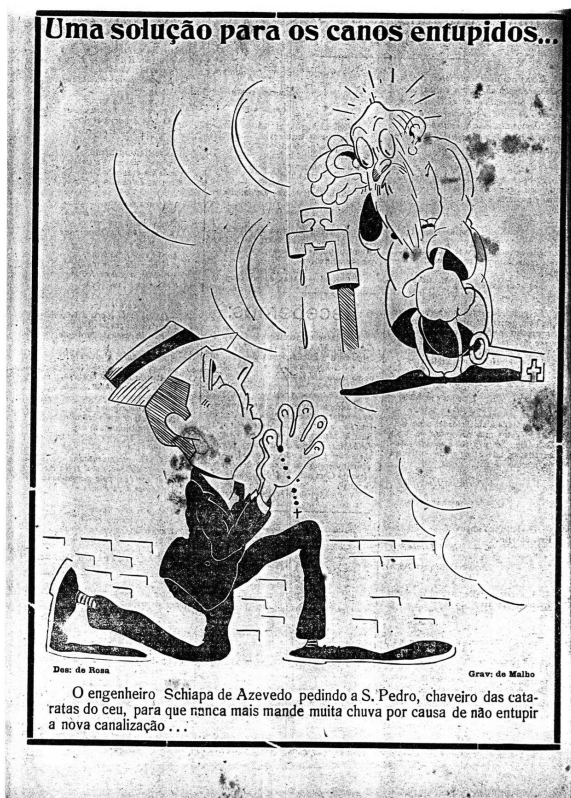
Uma semana depois, foi resolvido proceder à construção do miradouro do Redondo António Nobre, com base no projecto do architecto Carlos Ramos. Neste dia deliberou-se também sobre a “estufa” existente no Jardim Municipal, em harmonia com a planta a elaborar pela repartição técnica. Destaca-se o convite feito ao Sr. César Sotero Leandro Afonso, para comparecer na Câmara Municipal do dia 14 do corrente, a fim de ser tentada a possibilidade da expropriação amigável do terreno ao norte do cemitério de S. Roque. De imediato, ficou escrito também que se esta diligência fracassasse, proceder-se-ia à imediata expropriação judicial. Foi ainda resolvido adquirir as tabuletas metálicas com os sinais adoptados pela convenção internacional e constantes do código da estrada para serem colocadas nas ruas desta cidade. Ainda nesta sessão foi resolvido adjudicar ao empreiteiro João Pinto Correia Segundo, a empreitada das alterações no anexo da ala sul do edifício dos Paços do Concelho, cujas obras devem estar impreterivelmente concluídas dentro do prazo de 3 meses. Foi comunicado pelo Sr. Presidente que o concurso para o provimento dos dois partidos médicos foi anulado, tendo sido nomeados interinamente para exercerem as funções de médicos municipais os cidadãos Agostinho Gabriel de Jesus Cardoso e Mário Cirilo de Matos.

No dia 26 de Março, em nova sessão camarária, foi resolvido que a partir do dia 1 de Abril próximo, a abertura e encerramento do Mercado D. Pedro V e Praça de São Pedro, passe a efectuar-se respectivamente às 6 e 18 horas. Neste dia decidiu-se pôr à cobrança as licenças comerciais e industriais no dia 1 de Junho seguinte. Foi também resolvido pôr em reclamação as contas da Câmara relativas ao ano económico 1934/35.

Estas contas submetidas a reclamação na sessão anterior foram aprovadas a 2 de Abril de 1936, como consta da acta desse mesmo dia. Nesta primeira sessão de Abril, foi comunicado pelo Presidente que na semana seguinte se iniciariam os trabalhos de prolongamento da Rua 5 de Junho, estabelecendo a ligação com a Rua do Conselheiro. Resolve a comissão administrativa enviar o mapa das expropriações ao Sr. Comandante da Polícia, pedindo a máxima rapidez na organização dos respectivos autos. Após várias solicitações resolveu a Comissão Administrativa conceder o prazo improrrogável até o dia 30 do corrente mês, para as licenças de alvarás sanitários, de cães, letreiros e demais licenças camarárias, iniciando-se em seguida uma rigorosa fiscalização. Foi aberto o concurso para o alargamento da Ponte Nova, bem como o alargamento da rua do mesmo nome. Resolveu-se officiar o Sr. Comandante da Polícia, pedindo o cumprimento da deliberação de 5 de Setembro de 1935 que mudou a praça dos camiões de carga da Rua da Praia para o Largo dos Lavradores, a leste da Ribeira de João Gomes. Neste dia foi resolvido proceder à expropriação amigável de uma área de terreno situada ao norte do cemitério de S. Roque, que será destinada a um largo para logradouro comum dos povos daquela freguesia e que em caso algum será cedida a particulares. Ao servente da secretaria José Vieira Ventura foi concedida uma gratificação de duzentos escudos pelos bons serviços prestados e para o porteiro do museu foi decidido comprar uma farda. No valor de 3.701\$65 chegaram à Câmara os livros destinados à biblioteca.

Devido às avarias nas canalizações, foi pedido um relatório aos senhores engenheiros Augusto Aníbal Trigo, Luís Peter Clode, e Jorge Schiapa de Azevedo sobre as suas causas. Por esse relatório se vê que as correntes eléctricas vagabundas, devido ao mau estado de conservação das canalizações eléctricas da iluminação pública, e ao seu mau isolamento, foram e são as causas desses estragos. Em face deste relatório propôs-se que fosse exigida a competente responsabilidade à companhia de electricidade, enviando-se-lhe uma cópia do mesmo relatório. Foi acordado ainda enviar oportunamente a esta companhia a respectiva nota das despesas com as mesmas reparações, a fim desta companhia satisfazer o seu montante aos serviços municipalizados. Pediu-se ainda uma planta detalhada da rede de distribuição da corrente eléctrica da cidade, de maneira a permitir conhecer a idade real dos cabos e as suas características.

O relatório apresentado a 17 de Dezembro de 1936, que se encontra em anexo, justificou a imagem de *Re-Nhau-Nhau* aqui apresentada<sup>143</sup>.



No dia 16 de Abril, deliberou-se criar quatro novas casas para escolas, elaborar o novo quadro dos funcionários para reforma dos seus vencimentos e em caso de infracção das posturas municipais, estas devem ser informadas pelos zeladores e fiscais da câmara ao Presidente.

Na sessão seguinte, decorrida a 23 de Abril, foram lidas diversas comunicações, entre as quais se destaca a necessidade de construção de fontanários da cidade do Funchal. Como deliberação, encarregou-se o Sr. Schiapa de Azevedo de proceder à vistoria de duas casas na Rua Bela de Santiago.

Após a intensa actividade do mês de Abril, *Re-Nhau-Nhau* resolve publicar com o título



de “Maravilhas deste burgo!”, uma imagem bem elucidativa do aspecto das ruas do Funchal e do furor das suas máquinas<sup>144</sup>.

A 30 de Abril, as diversas deliberações apontam no sentido de efectuar obras no muro do Caminho da Choupana e no Caminho de Santo Amaro, de aplicar um castigo disciplinar, de proceder ao calcetamento do caminho que liga a Rua do Coronel Cunha com a Travessa de Manuel Alexandre, ao concurso de médicos municipais, de solicitar uma comparticipação das câmaras da comarca nas despesas com a cadeia, de reformar o

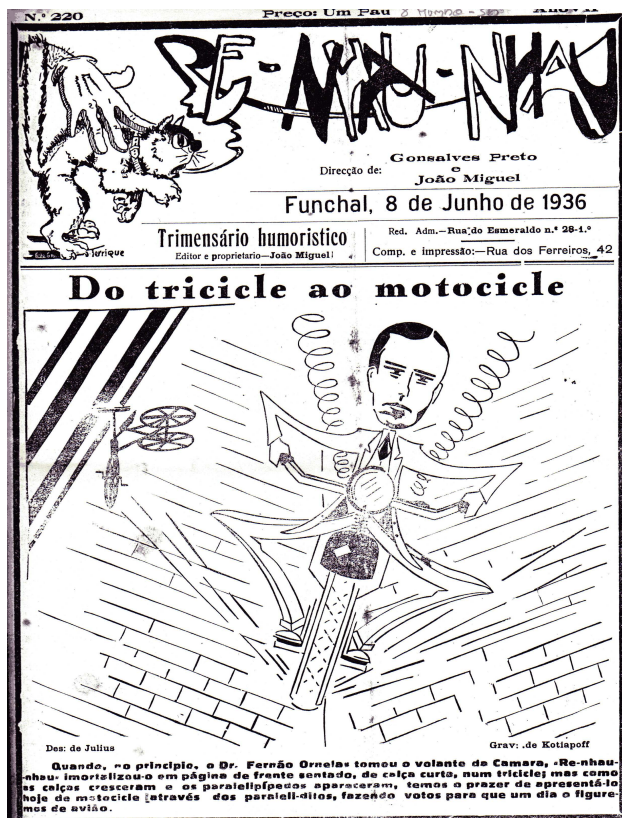
<sup>143</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 27 de Abril de 1936, p.10.

<sup>144</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 27 de Abril de 1936, p.10.

quadro e vencimentos dos funcionários, introduzir alterações ao roteiro da cidade, de proceder à venda de terreno e apresentar a conta da gerência da Comissão Administrativa da C. M. do Funchal de 1 de Julho de 1934 a 31 de Dezembro de 1935.

As deliberações de 7 de Maio apontam a construção de um portão de ferro para o novo depósito do lixo da câmara, a reparação do Caminho da Chamorra e o reboco da fachada do prédio que a câmara possui à ponte de S. Lázaro, como principais acções a desenvolver.

No dia 14 de Maio do corrente, deliberou-se sobre a construção de casas económicas,



lavadouros do Beco da Pena, pinturas dos letreiros das ruas, campas para os mortos da Grande Guerra, castigos disciplinares a varredores com reincidência, programa dos festejos do 28 de Maio e ainda praça de águas, bocas de rega e trinta dias de licença ao engenheiro da câmara.

Findo o mês de Maio, o já citado trimensário humorístico apresenta-nos o Dr. Fernão Ornelas em cima de um “motocicle”, deixando de lado o anterior “tricicle”, percorrendo os paralelepípedos já colocados nas ruas da cidade<sup>145</sup>.

Todavia, na publicação desse mesmo dia, surge também a pergunta relacionada com a data do início das obras da Avenida Gonçalves Zarco<sup>146</sup>. A 27 de Junho de 1936, *Re-Nhau-Nhau* publica uma gravura de Kotiapoff e descrição de Julius, onde se considera que, relativamente ao novo chafariz, é pior a emenda que o soneto<sup>147</sup>.

Na sessão de 4 de Junho, decidiram-se os presentes por um miradouro no Socorro, pela estátua do sementeiro da autoria de Francisco Franco a colocar na Praça de Tenerife, pelas execuções fiscais administrativas, por uma praça para alargamento da Ponte Nova e Largo do Caminho das Tílias, uma postura sobre trânsito de zorras, pela demolição de um prédio por estar arruinado e regulamentação dos vendedores em arraiais.

<sup>145</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 8 de Junho de 1936, p.1.

<sup>146</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 8 de Junho de 1936, p.10.

<sup>147</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 27 de Junho de 1936, p.1.

A 18 de Junho as decisões tomadas referem-se ao condicionamento da estética das construções no Funchal que não devem envergonhar e comprometer o nível de civilização de uma cidade, às obras de calcetamento do Caminho dos Barreiros, do Caminho Velho da Ajuda e da Levada de Santa Luzia, a um castigo disciplinar de um varredor municipal e a um contínuo da biblioteca, e sobre fornos.

As deliberações sobre um processo disciplinar e sobre o Caminho Velho da Ajuda prosseguem na sessão de 25 de Junho de 1936, tendo sido também deliberado sobre o miradouro do Socorro e licenças diversas.

A 18 de Julho de 1936, *Re-Nhau-Nhau* publica uma gravura de Kotiapoff e descrição de Rosa, onde é visível a intenção do Engenheiro Schiapa de Azevedo em mostrar o crescimento do recalçamento da cidade<sup>148</sup>.

Já no dia 16 de Julho, os destaques das decisões tomadas vão para a questão do orçamento suplementar do ano de 1936, das fuligens da fábrica Hinton que atingiam cerca de 112 toneladas por laboração, e da inspecção dos serviços municipalizados que lhe reconheceu a maneira perfeita como estão instalados e funcionam esses mesmos serviços.

Uma semana depois, esteve na ordem do dia a questão dos projectos de construção sem a assinatura do autor que sempre que possível deve ser uma pessoa especializada, a questão do mobiliário escolar, algumas intimações, a aprendizagem para motoristas e algumas gratificações por serviços extraordinários.

Após esta sessão, o nosso humorístico demonstra a pouca vontade que teriam alguns munícipes em efectuar o respectivo pagamento do imposto de trabalho à Câmara Municipal, preferindo “*dar o corpo ao manifesto*” para não ter de pagar a dívida<sup>149</sup>.

A 30 deste mês, foi abordada a questão da Polícia Municipal, do arraial do Monte, do Beco do Açúcar, de um prédio que ameaça ruir e da intimação feita a algumas obras. A Comissão Administrativa resolveu suspender a sessão, a fim de ir pessoalmente cumprimentar o Sr. Presidente da Junta Geral pelo bom êxito de suas “*demarches*” junto do Governo. Tal como esta Comissão Administrativa, e de acordo com a caricatura de *Re-Nhau-Nhau*, também a estátua de Gonçalves Zarco se quis juntar neste agradecimento público ao Dr. João Abel pelas grandes coisas que tinha feito<sup>150</sup>. Recomendamos a consulta do anexo para um melhor esclarecimento deste assunto.

---

<sup>148</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 18 de Julho de 1936, p.10.

<sup>149</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 29 de Julho de 1936, p.1.

<sup>150</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 10 de Agosto de 1936, p.1.

No dia 6 de Agosto, reunida a Comissão Administrativa, as decisões foram sobre o calcetamento das ruas da cidade, sobre execuções fiscais, intimações, anulações e aspectos ligados à Biblioteca Municipal.

Na sessão da semana seguinte falou-se da inauguração de 5 novos fontanários. Quanto às deliberações, salienta-se o incêndio no edifício da Luz Eléctrica, congratulando-se a Câmara do Funchal pela maneira decidida e corajosa como foi localizado o incêndio ocorrido na madrugada do dia 12 do corrente, pelos Bombeiros Voluntários Municipais. Salientam-se ainda os serviços de limpeza urbana, mictórios subterrâneos, a Escola Central de S. Pedro, a Biblioteca Municipal, o alargamento do Caminho das Romeiras e a importação de paralelepípedos para calcetamento das ruas.

A 20 de Agosto, é de destacar a deliberação sobre o bairro económico a construir com cerca de 50 casas, sendo esse destaque no dia 27 atribuído ao concurso para o calcetamento das ruas da cidade. Nestas sessões foi ainda deliberado sobre o Caminho das Romeiras, Caminho da Casa Branca, serviço de limpeza urbana, castigos disciplinares e Secretária Judicial<sup>151</sup>.

Relativamente à construção de um bairro económico, *Re-Nhau-Nhau* aproveita a situação para publicar nas suas páginas uma caricatura do Dr. Fernão Ornelas em conversa com o Zé Povo, a quem diz que vai dar uma casinha<sup>152</sup>. Mais uma vez é visível a preocupação em mostrar obra feita, construindo novos edifícios e resolvendo em simultâneo alguns dos problemas sociais.

Quanto ao mês de Setembro, para além de se deliberar sobre alguns assuntos já referidos anteriormente, no dia 3 decidiu-se também sobre licenças de cães e sobre a Escola de Santa Maria Maior, cujas obras deverão estar concluídas em Outubro.

No dia 17 de Setembro salienta-se um terreno em S. Roque, a Quinta do Carvalhal, com cerca de 100.000 metros quadrados, relacionada com a Agência do Banco de Portugal, a aquisição de terrenos para a construção de casas económicas, o imposto de trabalho e o fornecimento de medicamentos ao Posto Antivenéreo pela Farmácia Portuguesa.

Uma semana depois, decide-se o alargamento da Rua Alferes Veiga Pestana, a expropriação judicial de uma pequena casa a leste do Largo do Socorro para alargamento e embelezamento do local. Foi resolvido arrendar, para instalações de uma nova escola, uma casa no Caminho das Romeiras com todos os modernos requisitos exigidos por lei para

---

<sup>151</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Agosto de 1936.

<sup>152</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 29 de Agosto de 1936, p.1.

edifícios desta natureza. Foi ainda lançado o concurso para novo fornecimento de paralelepípedos, mas como *Re-Nhau-Nhau* faz notar, havia quem considerasse de menor qualidade os paralelepípedos importados do continente<sup>153</sup>.

No primeiro dia de Outubro, a Comissão Administrativa pronunciou-se sobre os salários mínimos que não deveriam ser pagos abaixo de 8\$00 diários. Sobre os vendedores ambulantes de pão, foi resolvido alterar a postura aprovada a 24 de Outubro de 1935 que passa a obrigar os vendedores a apresentarem-se vestidos de branco, com boné branco de pala de verniz. O infractor desta disposição incorre na multa de 20\$00 e solidariamente o proprietário do estabelecimento na multa de 50\$00. Foi decidida ainda a pintura da entrada para as sobrelojas e anexo da ala sul do edifício dos Paços do Concelho, entregue à Empresa Decoradora da Madeira Lda. por 1.025\$00<sup>154</sup>.

Foi novamente discutida, no dia 15 deste mês, a situação da escola modelo nos Ilhéus, resolvendo a Comissão Administrativa expropriar, pela importância de 40\$00 o metro quadrado, os terrenos necessários para esta obra. Foi também resolvido ordenar à Companhia da Luz Eléctrica que proceda à iluminação provisória da Avenida do Infante. Quanto à hospitalização em Lisboa, a Câmara apenas assume a responsabilidade dos internamentos que se considerarem indispensáveis à vida das pessoas, devendo tal facto constar dos atestados que acompanham os requerimentos. Sobre o funcionamento das bombas de gasolina, resolveu a Comissão Administrativa aprovar e publicar uma postura que proíbe o serviço de abastecimento de bombas de gasolina colocadas na via pública das 6:30 às 24:00 horas, não podendo estas destinar-se ao serviço de particulares, devendo satisfazer pronta e imediatamente as requisições que pelo público sejam feitas. Quando tal não for cumprido, será intimado o levantamento da bomba respectiva no prazo de 8 dias. O proprietário da bomba que infringir estas medidas pagará uma multa de 250\$00.

Reunida novamente a sessão no dia 22, foi aprovado um inquérito aos Bombeiros Voluntários Municipais, obras na sessão de finanças e, que em caso de doença dos trabalhadores, estes receberão metade do vencimento.

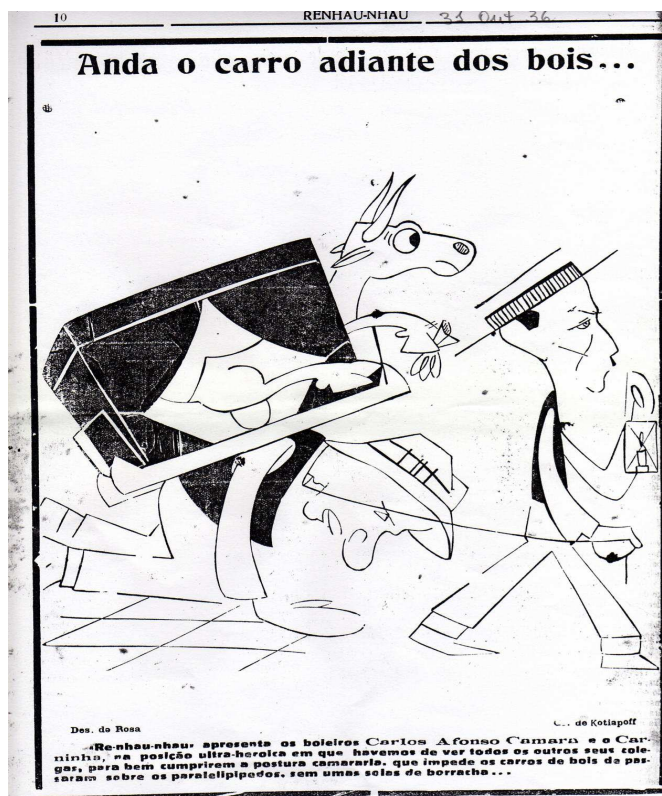
Sobre a circulação na cidade, foi deliberado a 29 deste mês que a circulação de camiões e camionetas de carga ou de passageiros na rua do Til se faça no sentido ascendente a partir do dia 1 de Novembro. Nessa mesma data é proibida essa circulação na Rua dos Aranhas, sendo permitida a circulação de automóveis nos dois sentidos na Rua dos

---

<sup>153</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 20 de Outubro de 1936, p.10.

<sup>154</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 1 de Outubro de 1936.

Ferreiros do Largo do Chafariz ao Largo do Colégio. Toda esta circulação devia, no



entanto, ser feita com regras, cumprindo assim as posturas camarárias, para que ficasse facilitada a tarefa de recalçamento das ruas da cidade e não fosse danificado o novo piso. Desta vez as ilustrações do nosso humorístico revelam que as medidas tomadas agradam às camionetas, uma vez que não têm solas de borracha para circularem sobre os paralelepípedos. Fica portanto esta sugestão humorística para resolver tal problema<sup>155</sup>. Desta forma a “camionete” que foi elevada em Novembro à categoria de

funcionária pública não teria grandes dificuldades em cumprir a postura camarária<sup>156</sup>.

Novembro iniciou-se com deliberações relativas à municipalização do serviço de transportes. Neste sentido foi decidido, nesta sessão de 5 de Novembro iniciar no dia 1 de Janeiro de 1937 a exploração, em regime de serviço municipalizado, do transporte colectivo de passageiros, misto e de mercadorias dentro da área do concelho do Funchal. Esta exploração compreenderá todas as carreiras cujas concessões terminem em Dezembro próximo, bem como as demais, à medida que forem caducando as respectivas concessões. Os serviços municipalizados poderão ainda adquirir mediante avaliação prévia o material circulante dos concessionários das carreiras que forem municipalizados. A fim de se dar máxima rapidez à cobrança coerciva do imposto de trabalho, foi resolvido nomear quatro escrivães e quatro oficiais de diligências que se encarregarão exclusivamente deste serviço. Foi ainda adjudicada a construção de vinte bancadas de cimento no mercado, pela importância de 1.800\$00 e a construção de um muro na Rua Pedro José de Ornelas.

No dia 12, a comissão decidiu efectuar diversas obras, nomeadamente o alargamento da Rua da Ponte Nova, alargamento da Ponte do Cidrão, da Rua Pedro José de Ornelas,

<sup>155</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 31 de Outubro de 1936, p.10.

<sup>156</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 12 de Novembro de 1936, p.10.

calçetamento do Caminho de Santa Quitéria, ajardinamento ao cimo da Rua dos Viveiros e no Caminho das Tílias e a construção de prateleiras para flores no Mercado D. Pedro V.

Na semana seguinte, voltou-se a falar de expropriações, da construção da escola modelo nos Ilhéus, das obras no sector das finanças, da construção de grades de madeira para protecção de árvores no valor de 3.425\$00 e da renda do bar do Teatro Arriaga. Foram autorizados vários pagamentos, entre eles, o da primeira prestação do empréstimo na importância de 335.675\$00.

Na sessão da Comissão Administrativa de 3 de Dezembro, foi decidida a pintura de alguns números de polícia desta cidade e foram indicados os nomes para constituir a comissão do recenseamento militar para o ano de 1937. No dia 10, foi acordada a publicação das actas e demais publicações expedidas pela câmara, no *Diário de Notícias* desta cidade, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937.

A 17 de Dezembro foi resolvido que a partir do dia 1 de Janeiro de 1937 a



remuneração aos condutores de finados será feita pelos dias que efectivamente trabalham. Esta remuneração não inclui obviamente o trabalho que o Dr. Francisco Figueira está a efectuar nas páginas de *Re-Nhau-Nhau*, apesar de se tratar de um bonito funeral<sup>157</sup>.

Por ser época natalícia, foi decidido distribuir no dia 21 de Dezembro um bolo a 1200 pobres. Foi também resolvido expropriar amigavelmente, pela importância de 5.000\$00, a casa pertencente a António da Silva Coelho. Foram aplicados castigos disciplinares a alguns varredores

por negligência e adjudicou-se a construção de secretárias para a secção de finanças. Ainda neste dia, relativamente à avença de géneros de produção local, a Comissão Administrativa designou os comerciantes e industriais que de futuro deveriam efectuar este pagamento. Sobre a venda ambulante de flores dentro do concelho, foi posta em execução uma postura

<sup>157</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 21 de Novembro de 1936, p.10.

que apenas permite essa venda a mulheres que se apresentem vestidas com o traje regional da Madeira, de acordo com o modelo estabelecido por esta câmara. Estas vendedeiras devem previamente munir-se com a competente licença camarária. Foi resolvido proceder à expropriação amigável de um lagar e terreno pertencente a D. Maria Ana de Freitas Branco, no valor de 3.000\$00. Devido a inundações que se deram em algumas ruas da cidade do Funchal, foram levantadas suspeitas acerca da completa eficiência da rede geral de esgotos. Para determinar as causas das referidas inundações e perceber as medidas que terão de se adaptar para evitar a sua repetição, foi pedido um relatório aos senhores engenheiros Aníbal Trigo e Shiapa de Azevedo.

Como conclusão, as causas do incidente são atribuídas às chuvas verdadeiramente excepcionais, só comparáveis às ocorridas a 24 de Fevereiro de 1871 e 5 de Dezembro de 1875. Desta forma considera-se que as canalizações do esgoto que está a ser instalado estão perfeitamente de acordo com o projecto que está muito bem estudado e perfeitamente coordenado, podendo até servir de modelo aos trabalhos deste género.

Este projecto teve como autores os engenheiros Adriano Augusto Trigo e Aníbal Augusto Trigo com a assistência do ilustre e distinto engenheiro Adolfo Ferreira Loureiro que aqui viera comissionado pelo Governo para tratar deste e de outros assuntos de interesse público. É um projecto com data de 8 de Fevereiro de 1899 e foi superiormente aprovado sob o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas de 10 de Abril de 1899. Tanto este projecto, como o do abastecimento de águas no Funchal, foi organizado pelos mesmos engenheiros com a colaboração do distintíssimo engenheiro senhor João Henrique Von-Hape, que viram o seu trabalho publicado na íntegra na revista de obras públicas e minas, isto por proposta do senhor engenheiro Oliveira Simões, na sessão ordinária da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses de 6 de Maio de 1899. Quando agora se procurou dar mais incremento a estas obras de canalização de esgotos, foi convidado o senhor engenheiro Aníbal Augusto Trigo conjuntamente com o engenheiro Botilheiro, este director das obras públicas municipais, para rever o projecto da canalização dos esgotos, isto ainda na presidência do doutor Gastão de Deus Figueira, a 24 de Março de 1933. Essa revisão foi sendo feita à medida que se pretendia colocar os canos e em princípio, apenas nas ruas que agora foram calçadas com paralelepípedos. Esta é uma preocupação que visa evitar levantar as novas calçadas num futuro muito próximo e assim sendo, os novos canos recebem águas das velhas canalizações que não lhes pertencem pela nova distribuição e vão desaguar em canos também velhos, que não dão a conveniente vazão, tanto mais que os emissores de descarga no mar estão por construir. Muitos

trabalhos estão ainda por realizar mas pensa-se que quando tudo se achar concluído, a rede de canalização dos esgotos deve funcionar em boas condições. Deve ser dito ainda que no primeiro projecto se atendeu ao número de habitantes da cidade que era de 26.630, tendo sido considerado um futuro aumento da população para 50.000 habitantes.

Nesta sessão foi ainda aprovada uma postura relativa à afixação ou pintura de cartazes, anúncios, letreiros, tabuletas, chapas metálicas e reclames, quer sejam ou não luminosos. Foi ainda resolvido aprovar outra postura sobre vendedores ambulantes de leite, frutas, legumes, aves, peixe, artigos destinados aos turistas, roupas usadas, etc.<sup>158</sup>.

Ainda neste dia resolveu a Comissão Administrativa adoptar o orçamento ordinário da receita e despesa desta Câmara Municipal para o ano civil de 1937, com o lançamento de todas as taxas, contribuições, impostos e licenças municipais, pô-lo em reclamação pelo prazo de oito dias durante as horas de expediente, para quem o quiser examinar e publicando-se os respectivos editais na imprensa. Esta comissão decidiu também avaliar o prédio urbano situado à esquina da Rua Ivens com a Rua dos Aranhas em S. Pedro, para se proceder à expropriação amigável do mesmo. Foi ainda decidido afixar as taxas que devem ser pagas à Câmara Municipal pelos vendedores ambulantes de flores, leite, frutas, etc.

Na última reunião camarária da Comissão Administrativa, de 31 de Dezembro de 1936, e sob a presidência do Doutor Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, procedeu-se à arrematação da renda das bancadas sul do mercado D. Pedro V, cuja cobrança se vai proceder no ano de 1937. Foi resolvido abrir concurso público pelo prazo de 90 dias para a aquisição de um carro automóvel destinado a lavar e varrer as ruas. Foi então aprovado o orçamento para o ano de 1937 no valor de 7.984.439\$90, aprovada a abertura de novo concurso para o fornecimento de pedra extraída na Madeira e destinada à segunda parte do plano de calcetamento da cidade, e decidida a abertura do concurso para exploração do cinema no Teatro Municipal pelo espaço de 10 anos. Foi também estabelecido um acordo entre a Comissão Administrativa da Levada de Santa Luzia e a Câmara Municipal do Funchal no sentido de a água que corre no leito da ribeira ser canalizada entre o sítio da Fundoa de Cima e da Fundoa de Baixo. A discussão dos pormenores relativos a este entendimento fica em anexo documental, registado a 31 de Dezembro de 1936. A Câmara deve proceder a essas obras no prazo de dois anos e a Levada de Santa Luzia renuncia, em favor da Câmara, a todos os direitos de utilização da energia proveniente da queda da corrente e entregará à Câmara a sua contribuição para a realização daquela obra no valor de

---

<sup>158</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Dezembro de 1936.

25.000\$00. Em contrapartida fica a pertencer à Levada de Santa Luzia todo o aumento do caudal resultante da obra a realizar, se esse aumento for apenas de cinco litros<sup>159</sup>.

Uma das importantes actualizações feita neste ano de 1936, no que respeita a



imposto camarário, foi o pagamento de 1.000 contos que o Sr. Hinton passaria a pagar, o que motivou grande desagrado do conhecido “*El-Rei da Garapa*”, como se pode ver no *Re-Nhau-Nhau* de 30 de Novembro<sup>160</sup>.

Na última página do ano deste humorístico, também o Dr. Rui Bettencourt da Câmara protesta contra o imposto camarário que o obrigou a retirar a tabuleta da sua quinta, por não ter o dinheiro para efectuar o respectivo pagamento<sup>161</sup>.

Após a consulta das actas da Comissão Administrativa da Câmara

Municipal do Funchal do ano de 1936, podemos verificar que a intensa actividade camarária prossegue. A Comissão Administrativa dá assim continuidade a um conjunto de promessas que se haviam iniciado no ano de 1935, com a presidência de Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves na Câmara Municipal do Funchal.

A vontade de demonstrar capacidade de realização de obras de interesse público pelo Estado Novo, leva os responsáveis da Câmara do Funchal a um rigoroso controlo das despesas, procurando sempre evitar gastos supérfluos.

Do conjunto das obras salientam-se a restauração das finanças municipais, como é visível através da actualização do imposto camarário; a concretização de projectos de interesse para toda a Ilha como foi o caso do Casino da Madeira que era uma aspiração de há muito e que juntou numa só as quintas *Vigia, Pavão e Bianchi*, destacando-se também neste ponto a cedência da Quinta Santana para um sanatório; o estabelecimento de diversas

<sup>159</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 31 de Dezembro de 1936.

<sup>160</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 30 de Novembro de 1936, p.1.

<sup>161</sup> *Re-Nhau-Nhau*, última página de 1936.

escolas oficiais; as preocupações com a higiene pública, visíveis nos contactos estabelecidos com o posto Antivenéreo, mas também no moderno sistema de esgotos e distribuição de água da cidade e ainda nos concursos dos médicos municipais; a distribuição da iluminação pública; o alargamento de algumas vias e a construção de outras novas, que em ambos os casos envolveram expropriações nem sempre amigáveis recorrendo-se depois da primeira tentativa à via judicial; a preocupação com aspectos sociais notória na construção de um bairro económico com 50 casas; a municipalização dos serviços de transporte; a construção de bancadas no Mercado dos Lavradores. No entanto, o maior destaque vai para as grandes obras de recalçamento das principais vias urbanas da cidade do Funchal, terminando-se o ano civil de 1936 com novo concurso para o fornecimento de paralelepípedos com vista à segunda parte do plano de calcetamento da cidade.

Tendo terminado neste ano a primeira parte do plano de calcetamento da cidade, consideramos que este é o momento para poder afirmar que as primeiras intenções deixaram de ser meras aspirações para se transformarem em efectivas realizações. Estes dois anos de intensa actividade camarária, iriam marcar o ritmo dos acontecimentos nos anos seguintes. As transformações estavam em curso e iriam prosseguir.

### 3.4 – A obra realizada pela vereação Camarária até 1946

As obras realizadas nos anos de 1935 e 1936, que poderiam ser consideradas como uma primeira intenção da vereação de Fernão Ornelas, prosseguiram com a vontade de transformar utopia em realidade. Uma transformação como a que se anunciava, profunda e acima de tudo incómoda, tendo em conta as perturbações que iria trazer ao quotidiano urbano do Funchal, não só pela quantidade de obras em marcha mas também pelas movimentações de interesses de alguns particulares, atraía com certeza oposições e colocava continuamente obstáculos.

O inicial *Ofício-memorandum*, que em 1935 parecia não ter resolução à vista, conseguia finalmente ver iniciadas algumas das suas ideias votadas à muito ao esquecimento. Não podem aqui ser enunciados todos os passos dados no sentido de solucionar as muitas dificuldades encontradas por quem teve de gerir a época e as suas limitações inerentes. Por essa razão, serão aqui apenas destacados alguns desses especiais momentos da gestão de Fernão Ornelas, esperando poder contribuir de alguma forma para um maior conhecimento dos mesmos e possivelmente levantar o véu de outros, que necessitam muito provavelmente de uma maior investigação para se lhes conhecer as causas e as consequências.

Assim se constituiu o ano de 1937 da gestão camarária, demonstrando uma forte vontade de trabalhar, sublinhando vincadamente que não se tratavam apenas de primeiras intenções, mas sim de concretizar um sonho, conferindo ao Funchal a utopia de uma cidade digna de qualquer capital europeia. Se para muitos era perfeitamente utópica, para os que nela acreditavam e souberam juntar uma série de esforços para se atingirem os objectivos em causa, era perfeitamente alcançável.

Ano após ano, à medida das possibilidades, as intenções davam lugar à obra que se ia impondo perante todos e passou mesmo a receber o apoio da comunicação social mais à esquerda. Foram dessa data as manifestações mais visíveis de apoio do célebre *Re-Nhau-Nhau*, periódico satírico de então e que não costumava apoiar toda e qualquer acção em que não acreditasse e da qual não visse mérito.

Voltando então à *carta* que a Junta Geral, sob a presidência do Dr. João Abel de Freitas, enviou à Câmara pedindo as necessidades mais instantes do concelho do Funchal, vamos analisar qual a resposta dada pela mesma e os trabalhos então desenvolvidos. Não

significa isto que fosse esta ou aquela acção mais prioritária que as restantes, pois todas elas foram consideradas necessidades prementes, enumeradas apenas para mais facilmente as referenciar. Em todas elas se sentia urgência na sua realização. Para tentarmos acompanhar o ritmo das diversas realizações, e porque não nos é possível esmiuçar ao pormenor cada uma das obras apontadas, procuramos agrupá-las na tentativa de melhor as interpretar e compreender.

Num primeiro grupo colocamos a transformação e adaptação de um corpo de edifícios de propriedade camarária para instalação dos Serviços Municipalizados, repartição de Registo Civil, delegação do Instituto Nacional de Trabalho e Tribunal de Trabalho, assim como a instalação condigna da Secretaria Judicial e a construção das casas para habitação dos magistrados, regalia a que tinham direito. Este conjunto de obras abarca as que visam a melhoria do funcionamento das várias dependências do município, e são aquelas que foram enumeradas em 1º, 2º e 6º lugar.

Num segundo grupo, achamos por bem inserir a pavimentação das ruas, os esgotos e os fontanários, tendo em conta a sua área de intervenção prática. Era uma área de há muito carente, que deixava descontentes os inúmeros turistas que circulavam pela cidade e que muito se queixavam. Estava em causa não só o aspecto visual imediato, mas também as condições gerais de higiene que deixavam então muito a desejar.

De seguida juntámos no mesmo grupo a construção de um mercado de flores e frutas, a construção de um mercado para a venda de peixe e ainda o matadouro municipal. Até então a venda em mercados abertos e não diferenciados levantava inúmeros problemas e de há muito que se impunham uma gestão sistematizada dessa área. Estas necessidades vinham apontadas no *memorandum* em 4ª, 5ª e 9ª posição.

Faltará então inserir a construção de escolas municipais, até aí a funcionarem em casas arrendadas, com valores avultados e sem as condições exigidas para a sua função, que agrupamos com a construção de bairros económicos e sociais, que pretendiam dar resposta às desigualdades sociais sentidas por grande parte da população.

Deixamos para o fim um outro grupo, constituído essencialmente pelo passivo camarário, envolvendo então o pagamento do avultado montante de 1.400.000\$00, acrescido ainda da necessidade de criar um aumento das receitas camarárias, a fim de a Câmara poder cumprir os encargos com os importantes melhoramentos a que se propunha.

Desta forma ficariam por abordar ainda, uma série de grandes realizações desta Comissão Administrativa, para além das que estavam enumeradas no *memorandum* realizado a 8 de Fevereiro de 1935, pelo que consideramos importante inserir um outro

ponto para destacar algumas das obras efectuadas. Na sequência das primeiras intenções manifestadas na carta em causa, com o contacto mais directo com a situação e a vida do município, a comissão administrativa de Fernão Ornelas veio ainda a meter ombros a mais uma série de realizações não previstas no início do mandato, mas imprescindíveis à transformação que se desejava.

Por aqui se percebe desde logo, que as primeiras intenções, que à data pareciam de utópica resolução, foram de facto cumpridas e em larga medida superadas. Com o passar dos anos, foram sendo apontadas como necessárias outras obras de grande dimensão regional e a que se procurou dar efectiva resposta. Acresce que muitas delas continuam a revelar-se de grande funcionalidade nos dias que correm, o que demonstra bem a visão de futuro que os dirigentes da época souberam alcançar. Todas elas, no seu conjunto, ajudarão a compreender um pouco melhor o modo de vida daqueles que nos antecederam e nos transmitiram o seu legado histórico.

Quanto à transformação e adaptação de um corpo de edifícios municipais para instalação dos Serviços Municipalizados, repartição de Registo Civil, delegação do Instituto Nacional de Trabalho e Tribunal de Trabalho, Secretaria Judicial e casas dos magistrados, podemos afirmar que este é um aspecto essencial para poder melhorar o desempenho nas suas funções das várias repartições aqui inseridas.

Refere a carta de 1935, que os “*Serviços Municipalizados criados recentemente, estão a funcionar em dependências que de dia a dia se tornam insuficientes com o desenvolvimento crescente dos mesmos*”. Ainda refere que a “*Repartição do Registo Civil está instalada num edifício velho, muito mal acomodada e já, por duas vezes, estiveram em grave risco os seus documentos, em dois incêndios sobrevindos em estabelecimentos comerciais que lhe ficam subjacentes*”<sup>162</sup>.

Ao longo dos anos de 1935 e 1936 já enumerámos as tentativas de encontrar uma solução para estes problemas. No entanto, a sua efectiva resolução continuava em aberto, uma vez que continuamos a encontrar nos anos seguintes registos nas deliberações que apontam para diversas alterações. Apesar de desde o início desta vereação se verificar uma grande preocupação com as instalações municipais, a sua concretização foi-se prolongando no tempo, atendendo também à grande diversidade de construções. Como exemplo, apontava-se a preocupação com as obras na Secretaria Judicial na ala sul do edifício dos Paços do Concelho, obras que sendo deliberadas em 27 de Junho de 1935,

---

<sup>162</sup> *Ofício-memorandum* de 8 de Fevereiro de 1935.

continuam em análise a 25 de Julho do mesmo ano<sup>163</sup>, sendo apresentadas duas propostas ainda em Agosto de 1935.

No mês de Outubro de 1936, foi deliberada a pintura da entrada para a sobreloja dos Paços do Concelho<sup>164</sup>, a construção de um tabique de madeira na mesma sobreloja<sup>165</sup> e a colocação de balcões e campainhas na Secretaria Judicial<sup>166</sup>. Em 24 de Junho de 1937 foi deliberado o retalhamento do edifício dos Paços do Concelho a Isaías de Freitas, pela quantia de 1.050\$00, e no primeiro dia do mês seguinte, a pintura e caiação da fachada principal do referido edifício foi adjudicada à Empresa Decoradora da Madeira, Ld.<sup>167</sup>.

Na sessão do dia 3 de Agosto de 1939 *“tornando-se necessário instalar as repartições municipais na parte posterior dos Paços do Concelho, a fim de se proceder ao arranjo e decoração das diversas salas e do pátio de entrada, mais conformemente com a dignidade que é indispensável dar à sede do Município da terceira cidade do País, resolve a Comissão Administrativa aprovar as obras a realizar no andar nobre, na loja, sobreloja e segundo andar do Palácio da Câmara, conforme o projecto nesta sessão apresentado, abrindo-se o respectivo concurso”*<sup>168</sup>. A 7 de Setembro é então aberto o concurso público para as modificações na parte posterior dos Paços do Concelho, de modo a serem ali instalados todos os serviços municipais. No fim deste mês, a construção das alterações neste edifício é adjudicada a José Fernandes de Gouveia, pelo valor de 233.580\$00.

Ainda relativo ao edifício dos Paços do Concelho, a 14 de Março de 1940 *“foi resolvido aprovar o projecto de modificação das colunas de madeira na frente da escada principal por colunas e arcos de cantaria e abrir concurso público para a sua realização”*<sup>169</sup>. Neste mesmo ano, as preocupações com o edifício da Secção de Finanças eram evidentes como se pode verificar a 20 e 27 de Junho. Na primeira data, *“foi resolvido propor a redução da renda da casa onde funciona a secção de Finanças, de 1.800\$00*

---

<sup>163</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 25 de Julho de 1935.

<sup>164</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 1 de Outubro de 1936.

<sup>165</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 15 de Outubro de 1936.

<sup>166</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 22 de Outubro de 1936.

<sup>167</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 1 de Julho de 1937.

<sup>168</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 3 de Agosto de 1939.

<sup>169</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Março de 1940.

para 1.200\$00 mensais, ficando o Sr. Presidente encarregado de tratar este assunto, comunicando o resultado das diligências na próxima sessão”<sup>170</sup>. Na segunda, face às dificuldades na redução da renda, “o senhor Presidente comunicando à Comissão o resultado das «demarches» efectuadas junto do proprietário da casa onde funciona a Secção de Finanças e cuja renda mensal, somente respeitante ao alto deste prédio é de 1.800\$00 mensais, disse que: os seus proprietários não concordaram com a proposta que se lhes fez para reduzirem a renda para 1.200\$00 mensais, alegando ao mesmo tempo que para a cessação do arrendamento não prescindiam da notificação nos termos da lei. Resolve a Comissão Administrativa notificar o proprietário de que a Câmara abandona o referido prédio em 30 de Junho de 1941”<sup>171</sup>.

Para colmatar esta e outras dificuldades nas instalações de edifícios municipais, resolve a Comissão Administrativa desta Câmara aprovar a construção de um edifício para instalação de repartições a seu cargo. Desta forma, na sessão do dia 29 de Agosto de 1940, “foi presente e aprovado o projecto da construção de um edifício para a instalação da secção de Finanças, Conservatórias do registo predial, Civil e Comercial. Resolve a Comissão Administrativa enviar cópia do projecto a Sua Excelência o Governador do Distrito, para os efeitos que Sua Excelência tiver por convenientes”<sup>172</sup>.

As preocupações com o edifício da Secção das Finanças eram visíveis já em 1938, quando na reunião camarária de 13 de Janeiro desse ano foi deliberado o fornecimento de um balcão para a Repartição de Finanças e, em Abril, foi decidida a reparação do gabinete do chefe desta Sessão<sup>173</sup>. Essas preocupações estendem-se à Secretaria Judicial, para onde se mandaram fazer 2 mesas e 1 estante, e à sala de desenho da Repartição Técnica, para onde se mandou construir um balcão e uma galeria<sup>174</sup>. Para esta repartição técnica municipal seria nomeado em Outubro, por proposta do Sr. Presidente e conveniência do

---

<sup>170</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Junho de 1940.

<sup>171</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 27 de Junho de 1940.

<sup>172</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 29 de Agosto de 1940.

<sup>173</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Janeiro e 28 de Abril de 1938.

<sup>174</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 24 de Fevereiro de 1938 e de 3 de Março do mesmo ano.

serviço, o irmão do Presidente, a que já nos referimos, Sebastião de Ornelas Gonçalves, continuando no quadro a que pertencia e com o mesmo vencimento<sup>175</sup>.

Os Paços do Concelho continuam na ordem do dia das preocupações camarárias, pelo que a 20 de Fevereiro de 1941 sobre a sua decoração foi deliberado que “*tendo-se verificado no concurso a que se procedeu*” em 14 de Março de 1940, que a *Casa Alcobia*, de Lisboa era a que melhores condições oferecia à Câmara Municipal para o “*fornecimento de objectos, obras de arte e trabalhos de decoração das salas dos Paços do Concelho*”, atendendo ainda ao orçamento apresentado, e porque a referida casa oferecia as necessárias garantias de carácter técnico, resolveu a Comissão Administrativa “*usando da faculdade que lhe confere o artigo 361 do Código Administrativo*” adjudicar à mesma o “*fornecimento de mobiliário, objectos de arte e os trabalhos de decoração dos Paços do Concelho do Funchal*” pela importância de 199.815\$00, nos termos e condições da proposta presente nessa reunião. Acrescenta-se então que todos os trabalhos de colocação, pintura, electricidade, bem como transportes e outros, seriam da conta do fornecedor e obrigando-se este a fazer dirigir as referidas obras pelo arquitecto que viria à Madeira para esse fim<sup>176</sup>. As obras deveriam ficar concluídas até 30 de Junho próximo, tendo sido resolvido autorizar o Presidente a assinar o respectivo contrato.

Para além destes aspectos de decoração dos Paços do Concelho, “*resolve a Comissão Administrativa encarregar o Sr. Professor Alfredo Miguéis, da decoração do tecto do Salão Nobre dos Paços do Concelho*”<sup>177</sup>. O pagamento de seis mil escudos por este trabalho foi deliberado a 20 de Novembro de 1941. Quanto à pintura do Gabinete da Presidência e da Sala de Espera, foi adjudicada, precedendo concurso limitado, à firma *Ricardo Gouveia e C.ª L.ª*, sendo a execução deste trabalho, pela quantia de nove mil e quinhentos escudos (9.500\$00), por ser este concorrente o único que possuía em depósito o material apropriado para a obra de pintura<sup>178</sup>. No entanto, a decoração da sala da Presidência, não ficaria completa sem a encomenda de um quadro ao pintor Alfredo Miguéis, por 11 contos<sup>179</sup>. Foi ainda “*resolvido encarregar o Professor Sr. Alfredo Vital*

---

<sup>175</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Outubro de 1938.

<sup>176</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Fevereiro de 1941.

<sup>177</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 7 de Agosto de 1941.

<sup>178</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Outubro de 1941.

<sup>179</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 10 de Fevereiro de 1938.

*Miguéis, de pintar 4 retratos das seguintes individualidades: Conselheiro José Silvestre Ribeiro, Dr. Luiz da Câmara Pestana, Marquez do Funchal e Pimenta d'Aguiar, afim de serem colocados nas salas dos Paços do Concelho*<sup>180</sup>.

Na sessão desta última data, 14 de Março de 1940, a Comissão Administrativa deliberou aprovar o projecto de modificação das colunas de madeira na frente da escada principal, por colunas e arcos de cantaria e abrir concurso público para a sua realização. Por sua vez, a praça das modificações na escada principal do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a 4 de Abril deste mesmo ano. Apenas concorreu a esta obra a *Empresa de Construção Civil Ld.<sup>a</sup>*, representada pelo seu sócio gerente Manuel Teixeira Júnior, a quem foi adjudicada por 19.950\$00. Já na sessão de 29 de Maio de 1941, resolveu-se adjudicar a Agostinho Nunes por 4.100\$00, a execução das seguintes obras nos Paços do Concelho: mudança da porta da antiga tesouraria para o centro da divisória; transformar a porta que separa o corredor norte do corredor oeste em um arco de betão armado; construir dois arcos iguais ao primeiro nos corredores Norte e Oeste<sup>181</sup>.

Quase um ano depois, a 5 de Março de 1942, procedeu-se à substituição das tábuas dos sete vãos da fachada principal e do Gabinete da Presidência. Esta obra foi adjudicada igualmente mediante concurso limitado, a Henrique Casimiro da Silva, pela importância de 2.960\$00. No mês seguinte, a 23 de Abril do mesmo ano, foi adjudicado o “*assentamento de 920 azulejos na entrada da corredora principal da Câmara*”, a Joaquim Gregório pela quantia de 1.400\$00<sup>182</sup>. A instalação eléctrica nas cinco salas dos Paços do Concelho, essa ficou adjudicada a 24 de Julho de 1941, à firma *Ramos & Ramos*, pela quantia de 9.414\$00 e com início imediato da obra.

Para além das preocupações com o interior do edifício, a 27 de Março de 1941 a vereação camarária interessa-se pela limpeza das cantarias da fachada principal dos Paços do Concelho. Resolve por isso, “*adjudicar, procedendo concurso limitado, a execução destes trabalhos, compreendendo 10 janelas do rés do chão, 10 janelas grandes no 1º andar, porta principal e janelas centrais, sacada, pilastras e cimalthas e respectivos concertos a Manuel Figueira de Faria, por 5.500\$00*”<sup>183</sup>.

---

<sup>180</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Março de 1940.

<sup>181</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 29 de Maio de 1941.

<sup>182</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Abril de 1942.

<sup>183</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 27 de Março de 1941

Nesta data a Câmara Municipal do Funchal convidou o arquitecto Raul Lino para dar parecer sobre novas alas a edificar a norte e a sul do corpo principal do edifício camarário, com vista a uma integração harmoniosa. Para dar lugar a estas obras foi expropriado e demolido, a norte, o antigo Palácio Torre Bela e uma outra construção do século XVI, ambas em muito mau estado de conservação. Esta demolição permitiu a abertura de nova rua e posteriormente a construção do Palácio da Justiça do Funchal.

Em virtude de um violento temporal, a primitiva torre do Palácio da Câmara oferecia nesta altura perigo de desmoronamento, efectuando-se um estudo sobre as condições de segurança que levariam à substituição dessa antiga torre<sup>184</sup>, que veio a ficar substancialmente aumentada.

A 11 de Junho de 1942 deliberou-se ainda revestir de cantaria rija o soco da fachada principal do edifício da Câmara e completar a base da pilastra do cunhal norte com cantaria branda. Mediante concurso limitado, esta obra foi entregue a Agostinho Figueira da Silva, pela importância de seis mil escudos<sup>185</sup>.

No ano seguinte, prosseguem no edifício da Câmara Municipal outras obras complementares, que foram adjudicadas na sessão de 23 de Fevereiro, ao empreiteiro João Cândido Gomes, pela quantia de 521.250\$00. Neste mesmo dia, foi também deliberado o *“preço do custo de um metro quadrado de mão-de-obra de reconstrução do telhado mouriscado com os canais todos descobertos conforme se encontra a água sobre a fachada principal da Câmara”*<sup>186</sup>. Essa obra foi adjudicada mediante concurso limitado a José Humberto Fernandes, à razão de 6\$00 cada metro quadrado. A 18 de Julho de 1946, ficou em comunicado, que a Repartição de Obras Públicas Municipais, pediu autorização para aumentos na modificação do edifício dos Paços do Concelho, no montante de 19.237\$00. Esses aumentos foram autorizados.

Em Janeiro de 1947 as obras dos Paços do Concelho continuam na ordem do dia. Ficou então registado que *“está feita a planta, faltam medições e orçamento. O antigo funcionário da Repartição de Obras da Câmara, Senhor Pereira, ficou de completar o projecto no prazo de 15 dias”*<sup>187</sup>. Esta e outras obras a serem participadas pelo Estado, podem ser consultadas no anexo documental. Infelizmente, não localizámos até ao

---

<sup>184</sup> *Roteiro Histórico Turístico da Cidade do Funchal*, Câmara Municipal do Funchal, 1997, p. 118 e 119.

<sup>185</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 11 de Junho de 1942.

<sup>186</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Fevereiro de 1943.

<sup>187</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 30 de Janeiro de 1947.

momento as plantas preparatórias em causa, nem a enviada depois de Lisboa e da autoria do arquitecto Raul Lino.

Uma vez que as preocupações com a decoração, não se prendem apenas com aspectos de interior ou do edifício da Câmara, “foi resolvido pedir autorização à Exm.<sup>a</sup> Junta Geral para ocupar a Cerca do Edifício” do antigo Paço Episcopal onde funcionava então o Liceu Jaime Moniz, para a “construção da Praça do Município”<sup>188</sup>. Posteriormente, a 23 de Julho de 1942, sobre o projecto de uma *Fonte Pelourinho* no Largo do Município, “foi resolvido aprovar e abrir concurso para a execução desta obra, cujo projecto é da autoria de Raul Lino”<sup>189</sup>, peça cujo desenho chegou até nós e reproduzimos neste trabalho.

Antes dessa data, a 21 de Maio de 1942 é adjudicado a António Gomes por 6.000\$00, a construção de uma base em alvenaria ordinária na fonte da Praça do Município. Para a construção desta *Fonte-Pelourinho*, concorreram os empreiteiros João Cândido Gomes, João Soares Dantas, António Gomes e José Filipe Lopes, resolvendo a Câmara adjudicar a João Cândido Gomes pela importância de 52.000\$00<sup>190</sup>.

Esta fonte ficou integrada numa praça ampla com acesso pela Rua dos Ferreiros e pela Rua Câmara Pestana. Confronta para Norte com o antigo adro da igreja do Colégio dos Jesuítas, já anteriormente amputado, para Este com os Paços do Concelho e para Sul, com o actual Museu de Arte Sacra, antigo Paço Episcopal e então o Liceu Jaime Moniz. Trata-se de um chafariz em cantaria rija, tendo o obelisco as armas da cidade e toda uma gramática de elementos de feição nacionalista. É uma bela peça de arquitectura civil ao gosto *Estado Novo*, mas onde se manifesta uma boa integração dos materiais regionais com o sentido apologético dos Descobrimentos e se prepara o caminho da modernidade<sup>191</sup>.

O Projecto desta fonte, de 1942, bem como a planta da nova organização da Praça do Município, do arquitecto urbanista Faria da Costa, já de 1945, encontram-se em anexo. Através delas, é possível perceber as modificações que se pretendiam introduzir e qual o arranjo que se queria dar a este largo como espaço central do Município e verdadeiro

---

<sup>188</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 19 de Dezembro de 1940.

<sup>189</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Julho de 1942.

<sup>190</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Setembro de 1942.

<sup>191</sup> Ana Cristina Tostões, “Arquitectura portuguesa do século XX”, in *História da Arte Portuguesa*, direcção de Paulo Pereira, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 1990, p. 524; Raul Lino, “Arquitectura – A propósito da casa madeirense”, in *Das Artes e da História da Madeira*, nº 32, Funchal, 1962, p. 43.

retrato da vereação de Fernão Ornelas. Podemos também constatar que para além das modificações que hoje conhecemos, foram pensadas outras formas de organização deste espaço citadino, nomeadamente com a abertura de uma rua entre o Largo do Município e a rua Capitão Tenente Carvalho Araújo. Desta forma a Igreja do Colégio e a Sé do Funchal ficariam ligadas por uma rua em linha recta que rasgaria o quarteirão de norte a sul, projecto que não teve sequência.

Com algum espírito *comemorativo e propagandístico* já patente a 21 de Novembro de 1940, a Câmara decidiu custear a ida do Sr. José da Silva à Casa da Madeira, em Lisboa, para apresentar um documentário fotográfico acerca das obras municipais então em curso no Funchal.

As instalações dos Bombeiros Municipais, foram também alvo das atenções dos representantes camarários. Começamos por dizer que em Maio de 1938, foi exarado um Voto de Louvor às corporações de Bombeiros Municipais e Voluntários Madeirenses e de um modo especial aos seus respectivos comandantes os Srs. Raul da Conceição Mendes e Joaquim Quintino Travassos Lopes, pela maneira brilhante como se louvaram no exercício que teve lugar no dia 9 do corrente, no edifício do novo hospital – sanatório – “Quinta Santana”, Monte, por ocasião das festas ali realizadas pela Delegação da Assistência Nacional aos Tuberculosos, enviando-se uma cópia desta parte da acta às referidas corporações<sup>192</sup>.

Apesar disso em Outubro de 1937, é nomeado comandante efectivo o tenente Manuel Luciano Dias, a quem se pedia então o projecto de reorganização do Corpo dos Bombeiros Municipais e as “*medidas para uma boa eficácia dos Serviços de Incêndio*”<sup>193</sup>. Essa boa eficácia, parece ter resultado bem, uma vez que foi deliberado um voto de Louvor às Corporações de Bombeiros e respectivos comandos, pelos seus serviços, a 21 de Abril de 1938.

As obras nas instalações destes serviços são visíveis após a deliberação de 13 de Maio de 1938, em que foi decidida a demolição das cumeeiras e ombreiras da porta de serviço do lado do quartel dos Bombeiros e a construção de um portão de ferro e sua

---

<sup>192</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Maio de 1937.

<sup>193</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 21 de Outubro de 1937.

colocação<sup>194</sup>. Antes de se iniciarem estas obras, *Re-Nhau-Nhau* mostra-nos as preocupações de Travassos Lopes, exibindo algum do equipamento dos bombeiros<sup>195</sup>.



Para melhoria dos recursos dos bombeiros municipais, foi aberto concurso público para aquisição de trezentos metros de mangueira de lona com cinquenta e cinco milímetros de diâmetro interno, e outros tantos metros com o diâmetro interno de setenta milímetros<sup>196</sup>. A aquisição deste material para o serviço municipal de incêndios, continua no dia 9 de Fevereiro, dia em que ficou registado em acta, o bom desempenho no exercício levado a cabo pelos Bombeiros Voluntários Municipais. A par deste bom desempenho, foi

premiada a 19 de Outubro de 1939, a valiosa cooperação dada pelos Bombeiros Voluntários Madeirenses aos seus colegas Bombeiros Municipais, em defesa das vidas e haveres dos seus concidadãos. Foram assim condecorados, o comandante dos Voluntários Madeirenses, Sr. Joaquim Quintino Travassos Lopes, com medalha de ouro; o chefe de divisão, Sr. José de Sousa e o chefe de secção, José dos Santos Freitas com medalha de prata, sendo atribuída a medalha de cobre a quatro bombeiros de 1ª classe e a três de 2ª classe. Na sequência deste bom desempenho, registre-se que a 7 de Maio de 1940 “o Senhor Presidente comunicou ter recebido o diploma que concede a Comenda da Ordem de Benemerência aos Bombeiros Voluntários Municipais e disse que se congratulava em nome da Câmara pela justíssima mercê com que Sua Excelência o Senhor Presidente da República se dignou galardoar os relevantes serviços que os Municipais têm prestado ao Funchal”<sup>197</sup>. Com estes reconhecimentos, não terá sido estranha a resolução de

<sup>194</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 12 de Maio de 1938.

<sup>195</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 3 de Fevereiro de 1937, p.1.

<sup>196</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 12 de Janeiro de 1939.

<sup>197</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 7 de Maio de 1940.

encomendar a manufactura de um estandarte para a corporação dos Bombeiros Municipais, de harmonia com os desenhos, orçamento e tecidos previamente apresentados. Esta encomenda foi feita à *Casa das Bandeiras*, de António Cardoso, de Lisboa, sendo decidida a 15 de Maio de 1941.

Pelas plantas atrás mencionadas, especialmente a do “*Arranjo da Praça do Município*”, ter-se-ia colocado a hipótese de demolição do velho Quartel dos Bombeiros nas traseiras da sede camarária e a sua construção no espaço da antiga *Casa Veith*, ou o *Castelo dos Cossart*, onde funciona hoje o Instituto do Vinho da Madeira. Não sabemos se se planeava então a demolição do importante conjunto edificado, como se fez em relação ao antigo palácio Torre Bela, ou se apenas se pretendia aproveitar o espaço dos armazéns.

Em virtude do ciclone de 15 de Fevereiro de 1941, são aprovadas dispensas de pagamento de taxas nas licenças para reparações que tenham sido motivadas pelos temporais, apresentando sempre o respectivo requerimento com a indicação das obras que pretende efectuar. Nesta sequência, o pessoal da câmara que havia com presteza tratado de remover destroços, serrar as árvores caídas, limpeza, etc. mostrando assim uma compreensão nítida dos seus deveres e de interesse público, foi agraciado com um Louvor, nomeadamente o fiscal dos Jardins, Júlio França e os fiscais de Limpeza Luís Ribeiro da Silva, César Marcelino Correia e José Salomé de Andrade, assim como o pessoal seu subordinado<sup>198</sup>.

A 2 de Julho de 1942, “*foi resolvido aprovar as alterações ao regulamento do Corpo Municipal de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários Municipais – e, conseqüentemente dispensar os serviços do 1º Comandante e seu adjunto, cujos cargos são extintos. Seguidamente procedeu-se à nomeação, por escrutínio secreto, nos termos do art.º 349 do Código administrativo, do Comandante do mesmo corpo, sendo nomeados escrutinadores os vogais da Câmara Senhores Engenheiro Clemente Pinto da Silva Júnior e João Alfredo Faria*”<sup>199</sup>.

Corrido o escrutínio secreto constatou-se que as sete listas tinham o nome de Raul da Conceição Mendes, para comandante do referido corpo. Em face do resultado, foi proferido o acórdão que nomeou o referido Comandante, com as obrigações, deveres e direitos inerentes a este cargo, resolvendo ainda a Câmara, que o Comando Geral do Corpo fique a cargo do Sr. Inspector. Assim, a partir das 15 e meia horas deste dia,

---

<sup>198</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 27 de Fevereiro de 1941.

<sup>199</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Julho de 1942.

assumiram o Comando nos termos da deliberação, os Srs. Vereador da Câmara e Inspector Sr. Tenente Domingos Cardoso e Raul da Conceição Mendes.

Reconhecendo os serviços prestados pelo Comandante, Sr. Tenente Manuel Luciano Dias e adjunto Sr. Gabriel Ferreira de Gouveia que agora encerram estas funções, consignou-se na acta um voto de Louvor. Nesta mesma sessão é descrito o Regulamento do Corpo Municipal de Salvação Pública do Funchal – “*Bombeiros Voluntários Municipais*”, nos seus 74 artigos que anulam e revogam todos os outros bem como as ordens de serviço que contrariam as suas disposições. A este Regulamento acrescenta-se a 13 de Julho de 1944, o Regulamento para promoções aos diferentes postos do Corpo Municipal de Salvação Pública.

O Corpo Municipal de Salvação Pública foi alvo de novas condecorações a 8 de Agosto de 1946. Nesta data, foram condecorados por bom comportamento e assiduidade de serviço ao longo de 20 anos, os Comandantes Raul da Conceição Mendes e o Médico Dr. José da Cunha Tavares da Silva, com medalha de ouro, e ainda o chefe de Secção e bombeiros de 1ª, 2ª e 3ª classes. Foram também distribuídas medalhas de prata e de cobre.

A 19 de Dezembro de 1946 “resolveu a Câmara Municipal aumentar a gratificação atribuída ao Comando do Corpo Municipal de Salvação Publica de quinhentos escudos para setecentos escudos mensais”<sup>200</sup>.

Neste conjunto de edifícios municipais, não poderão ser esquecidas as instalações para os serviços municipalizados, consideradas desde há muito insuficientes para dar a resposta adequada que os serviços exigem.

Neste ponto, a municipalização do serviço de transportes foi largamente ponderada na sessão do dia 5 de Novembro de 1936. Nesta, foi considerado que no regulamento dos Serviços Municipalizados desta Câmara, aprovado em sessão de 13 de Setembro de 1932, se estabeleceu que um dos serviços a municipalizar seria o de transportes, devido à maneira deficiente como, de um modo geral, vem sendo explorado este serviço, com manifesto prejuízo para o público, impondo-se assim, a sua municipalização.

Por outro lado, considerando que, terminando em Dezembro próximo a concessão da exploração de algumas das principais carreiras de transporte colectivo de passageiros e de mercadorias, se apresenta agora a oportunidade para a municipalização deste serviço, e considerando ainda, serem satisfatórias as conclusões do relatório técnico e financeiro da municipalização do serviço de transportes presente nesta sessão, resolve a Comissão

---

<sup>200</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 19 de Dezembro de 1946.

Administrativa, ao abrigo do disposto no nº 6 do artigo 1º do Decreto 13.913 e dando realização ao deliberado na sessão de 13 de Setembro de 1932, iniciar no dia 1 de Janeiro de 1937 a exploração em regime de serviço municipalizado do transporte colectivo de passageiros, mistos e de mercadorias dentro da área do Concelho do Funchal<sup>201</sup>.

O director dos Serviços Municipalizados fica encarregue de elaborar o projecto de regulamento do serviço de transportes, mantendo-se as tarifas actuais e estudando-se a sua futura redução. Esta municipalização dos serviços reveste-se de grande importância para a vida dos cidadãos, pelo que esta deliberação será comunicada à Junta Geral Autónoma deste distrito e aos serviços de Viação, solicitando-se a não prorrogação das concessões de transporte de passageiros e de mercadorias, à medida que forem terminando<sup>202</sup>. Em anexo podem ser consultadas outras deliberações tomadas sobre este assunto.

Em face das deliberações tomadas, verificamos que em Dezembro do ano de 1937 surgem novos pedidos de concessão de carreiras de transporte colectivo, nomeadamente do serviço de viação acerca da carreira de transporte colectivo de passageiros entre o Funchal e a Levada de Santa Luzia e do entroncamento da estrada nacional nº 23 e Largo António Nobre.

Os Serviços Municipalizados parecem estar no centro das atenções quando a 20 de Outubro de 1938, *“por proposta do Sr. Presidente e por conveniência de serviço, resolveu a Comissão Administrativa que o funcionário da Repartição Técnica Sr. Sebastião de Ornelas Gonçalves passe a partir de 1 de Novembro, a prestar serviço na secção Técnica dos Serviços Municipalizados, passando na mesma data a prestar serviço na Repartição Técnica o funcionário da Secção Técnica dos Serviços Municipalizados, Sr. Filipe Castanheta. Os referidos funcionários continuarão no quadro a que actualmente pertencem e receberão os vencimentos que lhes pertencem”*<sup>203</sup>. A 29 de Dezembro, foi presente um relatório do director dos Serviços Municipalizados acerca do serviço de transportes. As propostas desse relatório apontam para que seja dispensado o pessoal que neste momento a Direcção dos Serviços Municipalizados julgue conveniente, que cessem todos os passes gratuitos e que sejam reduzidos em dez por cento os ordenados ao pessoal do referido serviço<sup>204</sup>.

---

<sup>201</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 12 de Novembro de 1936, p. 10.

<sup>202</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 5 Novembro de 1936.

<sup>203</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Outubro de 1938.

<sup>204</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 29 de Dezembro de 1938.

Dada a importância que os serviços municipalizados alcançaram no conjunto da reorganização de todas as estruturas camarárias, procedeu-se a 5 de Janeiro de 1939, à eleição por escrutínio secreto, do Dr. William Edward Clode para vice-presidente e de Francisco Leão de Faria para vogal da Comissão Administrativa dos serviços municipalizados<sup>205</sup>.

Já com esta nova direcção, a 26 de Janeiro de 1939 foi resolvido extinguir a praça de automóveis de transporte colectivo do Largo António Nobre, não só pela exiguidade da via pública, mas também por o “*terminus*” da Carreira do Socorro ser na Penha e não neste Largo. Foi ainda proposto aos Serviços de Viação a mudança provisória da praça de automóveis de transporte colectivo do Largo das Fontes para a Avenida do Infante, em consequência das obras de modificação daquele espaço, indispensáveis para a concordância com a Nova Avenida Marginal em construção.

Em face do relatório presente à sessão de 29 de Dezembro de 1938 e assinado pelo Sr. Director dos Serviços Municipalizados, relativo à situação do serviço de transporte, resolve a Comissão Administrativa abrir concurso publico pelo prazo de vinte dias, para a cedência das concessões municipalizadas, bem como de todo o material que se encontra afecto a esta exploração. Esta deliberação surge porque o objecto que norteou a Comissão Administrativa ao municipalizar este serviço publico foi a sua melhoria dentro do princípio do indispensável equilíbrio das receitas e despesas de exploração, melhoria essa que se tem tornado impossível por razões de ordem vária, nas proporções que se requeria<sup>206</sup>. Cerca de 15 dias após esta situação, verificamos que se procede à praça da transferência de todas as concessões de transporte colectivo de passageiros exploradas pela Câmara Municipal.

Estes serviços acabariam por ser extintos pouco tempo depois, mesmo tendo conseguido alcançar importantes objectivos para o município. Ao longo da sua existência tentou responder às dificuldades sentidas nos vários edifícios municipais e no seu funcionamento diário.

Na sessão de 17 de Maio, observadas as formalidades legais, procedeu-se à arrematação em hasta publica da transferência de todas as concessões de transporte colectivo exploradas pela Câmara Municipal, tendo ficado deserta a praça, pelo que foi

---

<sup>205</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 5 de Janeiro de 1939.

<sup>206</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 27 de Abril de 1939.

resolvido por unanimidade encarregar o Sr. Presidente da mesma comissão de tratar deste assunto.

Nessa conformidade, a 1 de Junho de 1939 o Sr. Presidente apresentou uma proposta, que viria a ser adjudicada depois de efectuadas as necessárias diligências, subscrita por José Góis Ferreira, segundo a qual é oferecida à Câmara a quantia de 755 contos, 600 contos pagos a pronto e 155 contos até 15 de Dezembro próximo, pela transferência de todas as concessões e material circulante. Depois de confirmada a legalidade desta situação, decidiu o Dr. Clode votar a favor, o que não aconteceu com o Dr. Francisco Leão de Faria que insistiu na sua posição.

Neste dia 1 de Junho, com a praça das camionetas e material circulante dos Serviços Municipalizados, acabaria por ficar definida a extinção destes serviços. Como se pode constatar no anexo documental, quando se esgrimiam posições nesta reunião camarária, “*o Vogal Sr. Francisco Leão de Faria, apresentou a seguinte declaração de voto: Francisco Leão de Faria, como vogal desta Comissão Administrativa e da dos Serviços Municipalizados declara não concordar com a forma como foi feita a praça das Camionetas e concessões das carreiras exploradas pelos Serviços Municipalizados nem com o preço da venda de escudos 755.000\$00.*

*Seguidamente o Sr. Presidente disse estranhar que o referido vogal tendo votado na sessão de 17 de Maio último a proposta pela qual o Presidente da Câmara ficava encarregado de resolver o assunto e não tendo assistido à sessão preparatória do dia 30, nem trocado com ele Presidente, quaisquer impressões sobre este assunto, apresente agora uma declaração de voto, que reputa ofensiva por dela se poder inferir que não quis ou não soube defender o interesse da Câmara. Convidado o referido vogal, em razão destas considerações a retirar a sua declaração, e como este mantivesse o desejo de que figurasse na acta, o Presidente declarou que, não podendo continuar a trabalhar com quem tão injustamente apreciava a sua acção e tão levemente se conduzia em assuntos de responsabilidade, como este, iria pedir ao Sr. Governador Civil a exoneração do Sr. Francisco Leão de Faria, do Cargo de Vogal da Comissão Administrativa.*

*Nesta altura o referido Senhor abandonou a sessão, passando a secretariá-la o vogal Dr. William Edward Clode<sup>207</sup>.*

Em função das posições tomadas e considerando que não se justifica a sua manutenção, decidiu o Sr. Presidente extinguir os Serviços Municipalizados Autónomos

---

<sup>207</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 27 de Abril de 1939.

desta Câmara, criar um serviço municipal de águas e saneamento, ficando o próprio, encarregue de superintender enquanto não se tornar definitiva a transferência das concessões de transportes colectivos. A proposta sujeita a votação foi aprovada por unanimidade. A posição do Sr. Francisco Leão de Faria contrasta com a do vogal Sr. Tenente Cardoso que propôs que se consignasse na acta um voto de louvor ao Sr. Presidente por ter resolvido o problema do serviço municipalizado de transporte da forma mais conveniente para o interesse da Câmara, sendo essa proposta aprovada pelo Sr. Vice-Presidente e demais vogais.

Como consequência desta deliberação, autorizou-se o Sr. Presidente a constituir



procurador para tratar, em Lisboa, junto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, da transferência das concessões de transporte colectivo de automóveis, em definitivo para as novas empresas. Por isso, a 4 de Maio de 1939, *Re-Nhau-Nhau* apresenta-nos a seguinte caricatura<sup>208</sup>.

Pela extinção dos Serviços Municipalizados desta Câmara, a Comissão Administrativa vê-se forçada a dispensar parte do pessoal que trabalhava nesses serviços. No entanto, dentro dum critério de justiça, serão admitidos na Câmara os assalariados

que ingressaram nos Serviços Municipalizados antes de 1937, aquando da criação dos Serviços Municipalizados de transporte colectivo e cujos serviços sejam considerados necessários. Serão dispensados todos os operários da secção do serviço de transporte colectivo a quem se pagará um mês de salário como gratificação, tal como se pode confirmar em anexo<sup>209</sup>.

A 6 de Julho, considerando o trabalho extraordinário que se efectuou com o encerramento das contas dos Serviços Municipalizados, resolveu a Comissão

<sup>208</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 4 de Maio de 1939, p.10.

<sup>209</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 1 de Junho de 1939.

Administrativa conceder ao ex-chefe e ao ex-director dos referidos serviços, a gratificação extraordinária de 7.500\$00 e 3.000\$00 respectivamente. Uma semana depois, foram autorizados os pagamentos de dívidas dos ex-serviços municipalizados no montante de 498.084\$00, e no dia 20, pelo balancete assinado pelo chefe da contabilidade, Sr. António Ferreira, ficamos a conhecer as contas da gerência dos extintos serviços municipalizados, no ano de 1938 e 5 meses de 1939. No início de Setembro foi apresentada no Tribunal do trabalho do Funchal uma acção sumária contra a Câmara, pelo motorista dos extintos Serviços Municipalizados, Álvaro Eleutério da Silva, no valor de dois mil escudos. Nessa altura o Sr. Herculano Lourenço dos Ramos envia um relatório acerca dos extintos serviços municipalizados, para esclarecer várias perguntas formuladas pela Câmara. Este relatório seguiu para a Inspeção-geral de Finanças.

Provavelmente pela necessidade de prestar alguns esclarecimentos sobre os serviços municipalizados, em Fevereiro de 1940 são apresentadas, em reunião camarária, as contas da gerência destes serviços referentes ao ano civil de 1939, ou seja durante 5 meses. Após a sua apresentação foi proferido o acórdão no qual todos os vogais aprovam as contas de gerência dos extintos serviços, desde um de Janeiro a um de Maio de 1939. Estes serviços municipalizados foram extintos por deliberação camarária de um de Junho do mesmo ano.

A defesa do interesse público continua acima de qualquer outro interesse como se pode depreender das palavras proferidas em Janeiro de 1942, ao iniciarem funções os novos Vereadores. Dessas palavras que ficam em texto anexo, salientamos o facto de o Presidente ter afirmado que o programa do próximo quadriénio *“é a defesa intransigente do interesse público adentro dos princípios lapidares que norteiam a Revolução Nacional. Nem favores nem perseguições, mas somente justiça recta e firme. A Câmara e o seu Presidente constituirão um único bloco, uma só vontade. O Município tem nesta altura em mão a conclusão d`um vasto programa de realizações. Se Deus quiser e sob o comando de Salazar, chegaremos ao fim”*<sup>210</sup>.

Desta forma, Fernão Ornelas considera que não haverá uma quebra de continuidade entre a acção das Comissões transactas e a acção da Câmara que agora inicia os seus trabalhos. Mais, considera mesmo que este período *“ficará memorável na Vida da Madeira”*<sup>211</sup>.

---

<sup>210</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Janeiro de 1942.

<sup>211</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Janeiro de 1942.

Deixa bem claro o elogio do funcionalismo municipal, cujas virtudes e dedicação se traduzem em grande parte na obra realizada ao longo destes 7 anos, em que se tem trabalhado para o engrandecimento e progresso do Concelho, onde muitos deram o seu esforço e a sua boa vontade na construção da importante obra. Esta atitude mantém-se em 1946, ao dar-se início a mais uma Comissão Administrativa liderada por Fernão Ornelas, que por sinal seria a última, mas que não dava sinais de fraqueza, afirmando que a Câmara deveria ainda intensificar a sua acção.

Durante esta gestão camarária, houve a preocupação de clarificar a questão do feriado Municipal, pelo que a 9 de Abril de 1942, “*tendo na devida consideração os doutos pareceres d`algumas das individualidades mais em destaque do nosso meio intelectual, consultadas pela Câmara, quanto ao dia a fixar para feriado do Concelho, (...) resolve a Câmara que seja considerado feriado Municipal o dia Vinte e um de Agosto, data da elevação do Funchal a cidade*”<sup>212</sup>.

No que se refere à pavimentação das ruas, aos esgotos e fontanários, parece-nos que estas construções foram largamente ultrapassadas em face do estipulado no *memorandum* de 1935.

Concretamente no que respeita às ruas, seu alargamento e sua pavimentação, já pudemos verificar que ao longo dos anos de 1935 e 1936 existiu uma grande preocupação em colmatar esta necessidade. A imagem do humorístico *Re-Nhau-Nhau*, caricaturando o presidente da edilidade como galinha poedeira de paralelepípedos para dar resposta a este problema é disso bem demonstrativa.

Depois de confirmadas as primeiras intenções de realizar uma obra digna da população do Funchal, terminando a 1ª parte do calcetamento das ruas da cidade em tempo *recorde*, passa-se de imediato à segunda fase. Assim, a 14 de Janeiro de 1937 “*foi resolvido aprovar o projecto, pedir a respectiva participação e enviar ao seu destino o projecto da 2ª parte do calcetamento das ruas desta cidade, com paralelepípedos no montante de escudos: 1.203.065\$00*”<sup>213</sup>. Nesta mesma sessão foi publicada uma nota oficiosa informando que o trânsito de veículos na rua dos Ferreiros passa a ser feito no sentido norte - sul, visto terem terminado as obras de calcetamento do Largo do Colégio e outras desta cidade.

---

<sup>212</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 9 de Abril de 1942.

<sup>213</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Janeiro de 1937.

Na semana seguinte procedeu-se à Praça do fornecimento de paralelepípedos de basalto ou cantaria para a segunda parte do calcetamento das ruas da cidade. Foi presente apenas uma proposta de Manuel Alberto Gomes, sendo 25\$00 por cada metro quadrado o preço do basalto e a cantaria a 36\$00 por metro quadrado. Com estes valores foi então adjudicado, a 11 de Fevereiro de 1937, o fornecimento de mil metros quadrados de cantaria e 15.578 metros quadrados de paralelepípedos. Nesta última data foram também adjudicados os lancis rectos e curvos ao preço de 13\$00 cada metro, e as sarjetas ao preço de 60\$00 cada uma. Esta adjudicação foi entregue a Manuel de Sousa, morador ao sítio da Palmeira de Câmara de Lobos.

Para servir de abrigo aos operários na confecção dos paralelepípedos para o recalçamento das ruas da cidade, procedeu-se a 22 de Julho deste ano, à arrematação em hasta pública por lanços verbais, de um barracão desmontável na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos. Depois de algum tempo em praça, foi arrematado a João Figueira da Silva, morador no sítio do Covão pela importância de 800\$00<sup>214</sup>.

A praça de calcetamento desta 2.<sup>a</sup> parte das obras, foi realizada a 8 de Abril de 1937, “sendo lido o Edital Camarário datado de 16 de Março último, que anunciou o concurso, abrindo o Sr. Presidente a praça pelo prazo de meia hora o qual começou a contar-se às 15 e 55 minutos, sendo a praça encerrada às 16 e 30 minutos, dando entrada apenas uma única proposta do Sr. Manuel Alberto Gomes, a qual com os documentos que a instruem teve o seguinte despacho proferido pela Exm.<sup>a</sup> Comissão Administrativa: À Repartição Técnica para informar”<sup>215</sup>.

Nesta segunda parte, o calcetamento das ruas da cidade acabaria por ser adjudicado ao único concorrente, Manuel Alberto Gomes, casado, proprietário, morador à rua do Castanheiro desta cidade. Ficaram estabelecidos os preços consoante as tarefas a realizar, oscilando entre 28\$00, 50\$00, 5\$00, 40\$00 e 20\$00.

Na última reunião de Abril de 1937, foi adjudicado a Francisco de Sales Pinto Correia o assentamento de azulejos e calçada com tijolos em redor do tanque do Campo Almirante Reis, pela quantia de 2.850\$00 e a construção de um muro de vedação, na extensão de 50 metros, pela quantia de 4.450\$00. Passados cerca de dois meses, volta a ser adjudicado a este senhor, novo troço de 50 metros, no referido Campo Almirante Reis,

---

<sup>214</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 22 de Julho de 1937.

<sup>215</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 8 de Abril de 1937.

pela quantia de 4.150\$00. Destaca-se também o facto de ser adjudicado à Empresa Decoradora da Madeira, Limitada, a pintura de 72 números de polícia e nomes das ruas da cidade, pela quantia de 118\$50. Esta situação mostra já uma preocupação com a estética e organização da cidade, à medida que esta começa a crescer.

É também devido ao crescimento da cidade que se justifica o alargamento da Ponte da Rua de João de Deus, cujo concurso foi aberto a 17 de Junho de 1937. Pela mesma razão, foi proposta a alteração ao trânsito na subida do Caminho das Virtudes, e resolveu-se dar o nome de Caminho Novo dos Barreiros à via pública recentemente construída pela Junta Geral, na freguesia de S. Martinho. Foi ainda resolvido adjudicar a António Gomes, pela quantia de 2.400\$00, a reparação nos mainéis da Ribeira de João Gomes. Também na Avenida Elias Garcia prosseguem as obras com a demolição e reconstrução do Canto do muro, que foi adjudicada precedendo concurso limitado, a Aires Gonçalves pela quantia de 1.240\$00, no mesmo dia em que se adjudicou a Manuel Martins, o calçamento de um troço do Caminho das Courelas, na extensão de 153 metros, por 4.495\$00. É precisamente neste dia 24 de Junho de 1937, que se adjudica a Manuel Teixeira, pela quantia de 3.250\$00, a construção de dois bancos, modificação das colunas e construção de uma entrada ao meio do largo, e ainda a caiação dos muros existentes no Largo António Nobre<sup>216</sup>. Passados cinco meses, é adjudicada ao mesmo Manuel Teixeira, a modificação do recinto da fonte neste largo pela quantia de 2.495\$00.

Devido às obras que se torna necessário fazer na Rua da Ponte Nova, foi preciso autorizar o pagamento de indemnizações. A Augusta Rodrigues, proprietária de uma barbearia ao nº 10 desta rua, o valor atribuído pelo despejo foi de 500\$00, enquanto que ao sapateiro Jordão Pereira foi de 100\$00. Estes valores ficaram estabelecidos na sessão de 1 de Julho de 1937. Pela quantia de 10 contos, ficou resolvida na semana seguinte a expropriação amigável de parte do prédio de João Rodrigues de Aguiar, necessária ao alinhamento da Rua Ivens. Contrariamente a esta negociação, a Comissão Administrativa procedeu à expropriação judicial de 58 metros de terreno do prédio do Sr. Luís Filipe Rodrigues, situado na rua Pedro José de Ornelas, para alargamento da mesma via pública, ficando o consultor jurídico de tratar do assunto com a máxima urgência. Ainda neste dia, foi resolvido adjudicar a Francisco de Sales Pinto Correia, a construção de um troço de muro no Campo Almirante Reis, na extensão de 50 metros com alvenaria de cal

---

<sup>216</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 24 de Junho de 1937.

hidráulica, pela quantia de 4.150\$00, e ainda ao mesmo construtor, a execução de um mainel no Ribeiro da Nora, junto ao arsenal Blandy, pela quantia de 4.000\$00<sup>217</sup>.

No dia 15 de Julho, o emboco e capeamento nos mainéis da Ribeira de João Gomes é adjudicado a António Gomes, pela quantia de 4.500\$00, referente a uma extensão de 350 metros e demolição do mictório junto ao mainel da ribeira, na antiga Feira Velha. As expropriações prosseguem neste dia, com a negociação amigável de parte do prédio da extinta Conservatória do Concelho do Funchal, à Rua da Ponte Nova nº 14, enviando-se o mapa ao Comando da Polícia para lavrar o respectivo termo do prédio pertencente a Francisco de Castro, casado com Maria Pacheco de Castro, moradores à rua das dificuldades, nº 40, por 5.000\$00. Também o nº 16 da mesma rua seria expropriado aos mesmos senhores e pelo mesmo valor, sendo este prédio de Josefina Rufina de Jesus<sup>218</sup>.

Uma vez concluído o alargamento da Rua Pedro José de Ornelas, resolve a Comissão abrir concurso para o recalçamento e construção de um passeio nesta rua. Por sua vez, nas ruas 31 de Janeiro e 5 de Outubro, ficam isentas as construções iniciadas até 31 de Dezembro deste ano, desde a Ponte do Bettencourt até à Ponte Nova, afim de se conseguir o embelezamento destas artérias. O funcionário da Repartição Técnica desta Câmara, João Ferraz Júnior, foi encarregue de por concurso limitado proceder às obras de alargamento da rua Silvestre Quintino de Freitas e apeamento da muralha ali existente, enquanto Sebastião de Ornelas Gonçalves ficou encarregue do calcetamento da rua do Oudinot a Oeste e Norte do Dispensário da Assistência Nacional aos Tuberculosos. Para uma sessão extraordinária agendada para o dia 11 de Agosto, ficou de se tratar da Praça de construção da Ponte de João de Deus.

Para os casos em que era necessário proceder ao levantamento das calçadas, foi aprovada uma taxa de levantamento de calçadas a paralelepípedos, com valores de 100\$00, 110\$00 e 120\$00 o metro corrente com 0,70m de largura, respectivamente calçada de basalto na faixa de rodagem, levantamento de cantaria, e por fim levantamento de *vidraço* no passeio (outro tipo de pedra, como o calcário branco continental). Este calcetamento será feito pela Câmara e o levantamento feito na presença do fiscal da mesma<sup>219</sup>. Apesar desta deliberação, na sessão de 30 de Setembro foi resolvido fixar em

---

<sup>217</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 8 de Julho de 1937.

<sup>218</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 15 de Julho de 1937.

<sup>219</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 29 de Julho de 1937.

vinte escudos por metro corrente, o levantamento de calçada no passeio do Caminho da levada de Santa Luzia, bem como nas ruas ou passeios calcetados pelo mesmo sistema.

O dia 29 de Julho de 1937, serviu também para adjudicar a Manuel Martins, a demolição da muralha da cidade, de outro prédio e aterro na rua Silvestre Quintino de Freitas, pela quantia de 3.995\$00. Nos primeiros dias de Agosto, pela demolição do prédio urbano e pequeno quintal ao Largo do Socorro, em Santa Maria Maior, foi resolvido depositar na Caixa Geral de Depósitos, a importância de 10 contos à ordem de Guilhermina Felicidade Camacho Gouveia e Joana Gouveia, como indemnização.

As obras prosseguem nos mais variados pontos da cidade, como se pode verificar pelas deliberações do mês de Agosto de 1937. É neste mês que se procede à praça da empreitada do alargamento da Ponte do Campo da Barca, do lado leste da rua de João de Deus. Procede-se também à empreitada da construção de mictórios e retretes no extremo sul e leste da Praça de Tenerife. Já no mês seguinte adjudica-se a José Pedro Marques o calcetamento da rua do gorgulho e a Luís Gomes as obras a fazer num prédio à rua Pedro José de Ornelas. Na rua de ligação entre a travessa de Manuel Alexandre e a da Boa Vista, foi adjudicado o calcetamento, capeamento do muro, rebaixo, aterro, levada e derivações na referida rua, a António Gomes por concurso limitado. Por outro lado, aos estabelecimentos de ferreiros e latoeiros na Rua 31 de Janeiro, a Câmara não autoriza quaisquer obras, em virtude dos prédios em questão não terem condições. Prossegue sim, a praça de terreno e construções da rua da Ponte Nova e a estrada de ligação entre as freguesias de São Roque, S. António e S. Martinho que representa um importante melhoramento de interesse económico e turístico. Esta é uma obra que está a ser realizada pela Comissão de iniciativa de Santo António, aprovada pelo Ministério de Obras Públicas<sup>220</sup>.

Ainda neste mês destaca-se uma deliberação que proíbe o trânsito de veículos, animais, e pessoas carregadas, no recinto ajardinado do Campo Almirante Reis, bem como na parte destinada a exercícios militares.

Já no mês de Outubro, António Gomes ficou com a adjudicação do emboço e capeamento de 350 metros nos mainéis da Ribeira de João Gomes, por 4.500\$00. Manuel Figueira ficou com o calcetamento da rua ao nascente do Campo da Barca e Francisco de Sales Pinto Correia com a construção de um muro junto ao Ribeiro da Nora e a leste do Campo Almirante Reis. A Francisco Tolentino Gomes, foi resolvido dar de indemnização

---

<sup>220</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 16 de Setembro de 1937.

a quantia de 700\$00 para deixar vaga a casa da rua da Ponte Nova, a qual seria demolida para efeitos de alargamento da mesma rua. Pela mesma razão, ao inquilino dos n.ºs 24 e 26 da referida rua, António de Sousa, o valor da indemnização foi de 3.500\$00 para abandonar a habitação e estabelecimento comercial da mesma casa<sup>221</sup>.

Nesta data foi aprovada uma licença para levantamento de calçada, com o objectivo de se evitar abusivas delongas nas obras de reparação dos canos que obrigam a que as valas permaneçam abertas durante muitos dias, prejudicando o trânsito. Desta forma as licenças depois de pagas, caducam quando não utilizadas dentro de 15 dias, e depois do levantamento da calçada, a obra deverá concluir-se dentro do prazo de 8 dias.

Com o objectivo de iniciar no próximo ano a estrada de ligação entre São Roque e o Monte, a Comissão Administrativa da Câmara solicitou à Junta Geral Autónoma, o envio do projecto da estrada a realizar entre estas duas freguesias.

Face ao avanço das obras no que respeita a estradas, alargamentos e calcetamentos nas ruas da cidade do Funchal, no final do ano de 1937 a Comissão Administrativa resolve abrir concurso para a compra de um carro automóvel destinado ao serviço desta Comissão. Perante as 7 propostas admitidas, nomeou-se uma comissão composta dos Srs. Presidente da Câmara, engenheiro Herculano Lourenço dos Ramos, Jorge Schiappa de Azevedo e Luís Bettencourt, para examinar as referidas propostas e dar o seu parecer. Para conduzir esta viatura, foi assalariado o “*chauffeur*” Henrique Martins Pereira, com o salário diário de vinte e três escudos. A compra do automóvel para a Comissão Administrativa, em vista do parecer dado pela comissão acima referida, foi adjudicada à firma comercial desta praça, Freitas Irmãos & Companhia Limitada. Trata-se de um carro Vauxhall Gy Saloon de Luxo, de 6 cilindros e 25 cavalos de força, que foi dotado com um aparelho de telefonia.

Ainda antes do ano terminar, foi aberto o concurso para a estrada de ligação das freguesias de São Roque e do Monte e inscrita verba no orçamento para o alargamento dos Caminhos do Pilar e Velho da Ajuda.

No início de 1938, para dar prosseguimento ao calcetamento das ruas da cidade, foi resolvido pôr em praça, pelo moderno sistema dos paralelepípedos, o calcetamento das ruas da Ponte Nova, 5 de Outubro (parte Sul), da Queimada de Baixo, Bispo, Estanco Velho, Murças, Alfândega, Ferreiros (parte Sul), Capelistas, Travessa dos Arrieiros e António José de Almeida<sup>222</sup>.

---

<sup>221</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Outubro de 1937.

<sup>222</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Janeiro de 1938.

Para além destas obras em pleno centro da cidade do Funchal, continuam muitas outras nos mais variados pontos. Uma delas é o calcetamento da Rua Pedro José de Ornelas, adjudicada a João Batista Gomes por 205.981\$00, em face do parecer da Repartição Técnica. Concorreram a esta praça, para além do referido empreiteiro, Manuel Alberto Gomes, por 225.302\$00; José Miguel Gomes, por 228.75\$00; Empresa de Construção Civil Ld.<sup>a</sup>, por 220.518\$00 e João Pinto Correia Segundo, por 234.291\$00.

Outra obra significativa é a estrada de circunvalação de Santo António, que devido à sua importância de utilidade pública, leva a Comissão Administrativa a aceder ao solicitado pela Comissão de iniciativa de Santo António, concedendo o subsídio de 15 contos para a continuação das obras. A estrada de ligação entre as freguesias de S. Roque e Monte, a terminar no sítio do Lombo da freguesia do Monte, é também de significativa importância. Por essa razão foi resolvido solicitar ao Sr. Ministro das Finanças a cedência dos terrenos da propriedade do Estado, denominada Reis e Palmeira, necessários à construção da referida estrada na área de 1771 metros quadrados. A 24 de Fevereiro, surge o pedido ao Estado para participar esta obra e a estrada do Livramento, Monte.

O asfaltamento da Rua do Gorgulho é outra das realizações deste período, sendo entregue a António Silvino de Andrade, por 1.750\$00. Destaca-se a 10 de Fevereiro, a construção de uma curva para alargamento da travessa do Colégio, adjudicada a António Gomes por 1.200\$00 e o capeamento do resto do mainel na Ribeira de João Gomes, junto ao Hospital dos animais, adjudicada ao mesmo por 1.285\$00. Já a 17 deste mês, é adjudicado o fornecimento de 30 metros de paralelepípedos de cantaria aparelhada para o calcetamento da parte sul da Rua da Sé, a Agostinho Figueira da Silva, à razão de 30\$00 cada metro.

Também neste início de ano é divulgada novamente a postura que proíbe as reparações de automóveis nas ruas e caminhos do concelho e o estacionamento junto a garagens ou oficinas. Surge também uma postura sobre praças de automóveis ligeiros, definindo aquelas que são permitidas na cidade do Funchal.

Para prolongamento da Rua 31 de Janeiro, a 10 de Março decidiu-se proceder à expropriação amigável de parte de um prédio pertencente a José Figueira e sua consorte, residentes no sítio da Igreja, pelo valor de 1.200\$00.

Muitas obras continuam a ser realizadas ao longo deste ano, pelo que a Comissão Administrativa enviou “*os projectos de alargamento do Caminho Velho da Ajuda, entre a Rua do Dr. Pita e o Caminho do Lido; do Caminho do Pilar – 1º troço entre a Ponte do*

*Ribeiro Seco e o Caminho da Fé e da 3ª parte do calcetamento das ruas da cidade, e solicitar do Estado a respectiva comparticipação*”<sup>223</sup>.

Esta seria uma fase de difícil resolução, uma vez que as obras envolviam interesses particulares de alguns poderosos desta ilha, conseguindo mesmo que a Comissão Administrativa da Câmara tomasse posições divergentes quanto a alguns assuntos. Provavelmente um dos mais importantes foi o caso do Bazar do Povo. Numa carta enviada pelo Sr. Presidente da Câmara ao seu Vice-Presidente, fica claro que a decisão tomada pela vereação na ausência de Fernão Ornelas, que estava em serviço em Lisboa, não corresponde ao teor das conversas já estabelecidas anteriormente sobre esse assunto.

Essa carta do Sr. Presidente acerca do Passeio do “*Bazar do Povo*”, foi presente e lida na sessão de 7 de Abril de 1938, e apresenta o seguinte teor:

*“Ex.mº Sr. Vice-Presidente em exercício da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal – Venho de ter conhecimento da deliberação tomada pela Comissão sob a Presidência de V. Ex.ª, no sentido de ser mantido o passeio que fica adjunto ao prédio do “Bazar do Povo”, na Rua 5 de Outubro.*

*Como consta das cartas entre nós trocadas sobre o assunto, eu aconselhei V. Ex.ª e a Comissão a tomarem a atitude que a solução objectiva do caso impusesse.*

*Nessas cartas dizia a V. Ex.ª que dever-se-ia resolver o caso em harmonia com o interesse público e sem considerar interesses particulares, como, de resto, tem sido sempre nossa norma de proceder.*

*Portanto, desejo acentuar que sou, como é do inteiro conhecimento de V. Ex.ªs, estranho em absoluto à deliberação agora tomada.*

*Da lealdade de V. Ex.ª e da Comissão Administrativa da Câmara solicito e espero que, 1º - Seja lida esta carta na 1ª sessão publica que se efectuar;*

*2º - Se consigne inteiramente na acta da referida sessão o seu conteúdo.*

*Com os meus Cumprimentos para V. Ex.ªs, subscrevo-me – A Bem da Nação*

*(a) Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves – Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal e Procurador à Câmara Corporativa.”*

*“ Consigne-se na Acta”*<sup>224</sup>.

---

<sup>223</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 31 de Março de 1938.

<sup>224</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 7 de Abril de 1938.

Perante o conteúdo desta carta, fica no mínimo a curiosidade para tentar perceber os contornos que teriam levado a esta decisão, contrariando as intenções do Presidente e a



postura que a Câmara pretendia dar a todas as suas resoluções, sem nunca atender aos interesses particulares e salvaguardando sempre o interesse público. Esperamos com este modesto contributo, espicaçar outros historiadores ou interessados, no sentido de aprofundar e ajudar a esclarecer correctamente toda esta situação. Devido à vastidão de todo este trabalho, não nos é possível fazê-lo de momento. Gostaríamos de deixar no entanto, a imagem que por estes dias *Re-Nhau-Nhau* decidiu publicar<sup>225</sup>.

A preocupação com toda a rede viária da cidade do Funchal não pode encaixar num ou noutra obstáculo e por isso prosseguem as iniciativas. Neste mesmo dia, para permitir o alargamento do Caminho Velho da Ajuda, avançou-se com a expropriação amigável de parte do prédio rústico ao sítio da Ajuda, pertencente a João de Castro, pela quantia de 7.000\$00. Neste caminho adjudicou-se, a José Pedro Marques por 4.300\$00, a construção de muros feitos em alvenaria, embocados e capeados, pertencentes a José Rodrigues, Manuel de Andrade e Maria Nunes, deixando uma porta em cada<sup>226</sup>.

Já em Maio, prosseguem com normalidade as obras de regularização e alargamento do Caminho do Meio, com o propósito de o tornar próprio para o trânsito de automóveis, tendo o recalçamento atingido já a Quinta Reid. Esta e muitas outras realizações estão a ser levadas a cabo para que a colaboração da Madeira nas comemorações do centenário da Fundação e Independência da Nação Portuguesa, que se vai realizar por todo o país no biénio de 1939-1940, possam resultar com todo o entusiasmo e brilhantismo. Pretende a Câmara do Funchal colaborar neste evento com a inauguração do novo Mercado e

<sup>225</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 5 de Abril de 1938, p.1.

<sup>226</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 21 de Abril de 1938.

Matadouro, os bairros de casas económicas e populares e possivelmente com a nova Cadeia Central. A juntar a estas inaugurações, pretende editar uma obra de grande interesse cultural sobre a Madeira, que poderá conter a reunião dos mais importantes manuscritos conhecidos relativos a este arquipélago, juntando-se uma resenha da sua história. O Director do Arquivo Distrital do Funchal fica encarregue desta tarefa, podendo juntar a si as pessoas que entender convenientes<sup>227</sup>. Na sessão seguinte foi resolvido juntar a esta comemoração a edição que estava a ser elaborada pelo Padre Eduardo Pereira e que trata do arquipélago da Madeira nos seus vários aspectos: história, clima, mar, população, vida, costumes, tradições, arte, música, indumentária, folclore, psicologia, etnografia, fauna, flora, etc.

As obras de alargamento de várias ruas continuam, como se pode verificar pelo anexo documental relativo a Junho de 1938, de onde destacamos o facto de se proceder ao concurso limitado do calcetamento da Rua do Pico de S. João, “*que deverá ser realizado sob direcção do funcionário Sebastião Ornelas*”<sup>228</sup>. No entanto, a regularização e calcetamento desta rua, é entregue a António Abreu, respectivamente ao preço de 3\$70 e 7\$80 ao metro quadrado de calçada e levada. Na semana seguinte iniciam-se as obras para o alargamento da Rua do Bom Jesus, ficando o calcetamento pelo novo sistema para o próximo ano e em toda a extensão da rua serão plantadas acácias de flor. Para o alargamento desta rua, adjudicou-se o desaterro e transporte de terras para a Ribeira de João Gomes, pela quantia de 4.900\$00 e por 4.000\$00 a demolição de um muro na mesma rua, a António Lucas Cardoso Vicente.

Em face de toda a obra já realizada, a 14 de Julho de 1938 o destaque vai para o facto de o Presidente da Câmara ter sido condecorado Oficial da Ordem de Cristo, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República. A condecoração surge em virtude dos altos serviços prestados à cidade do Funchal, pelo que todos querem associar-se à digna distinção, apresentando-lhe os cumprimentos e felicitações. De facto esta é a melhor forma de reconhecimento pela obra já feita, mas que ainda está em curso. Muitos dos que terão resistido às iniciativas de Fernão Ornelas, não terão agora mais argumentos senão o do reconhecimento.

Sendo esta área de intervenção uma das mais significativas da acção desta Comissão Administrativa, e uma vez que dela depende grande parte de todo o projecto de

---

<sup>227</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 5 de Maio de 1938.

<sup>228</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Junho de 1938.

urbanização e desenvolvimento da cidade do Funchal, vamos continuar a assistir a um grande número de iniciativas nesta área de intervenção. Os alargamentos e recalçamentos das vias de circulação, são pois fundamentais numa nova organização e distribuição dos espaços citadinos que se pretendem para o Funchal.

Para poder dar efectiva continuidade às obras já traçadas, a 22 de Dezembro de 1938 foram nomeados os Senhores António Sabino da Silva Júnior e João Alexandrino de Andrade, para vogais da Comissão Permanente da avaliação de prédios urbanos e rústicos neste concelho, para o ano de 1939. É então nesse início de ano que a Comissão Administrativa resolve “*adquirir ao Senhor Martinho Olim Perestrelo uma planta da área urbanizada do Concelho do Funchal, da escala de um para cinco mil, por três mil escudos*”<sup>229</sup>.

Nesta mesma sessão, esclareceu o Sr. Presidente que reuniu com os Senhores Presidentes da Junta Geral e Engenheiro Mesquita de Lima da Junta Autónoma de



Estradas, para acordarem a jurisdição da Junta e da Câmara em matéria de ruas, estradas e caminhos. Passam para a Câmara Municipal do Funchal a jurisdição de todas as ruas e caminhos do concelho que não façam parte integrante das estradas Nacionais. É portanto de uma actuação concertada entre estas entidades que resultam significativas mudanças na circulação da cidade do Funchal, que ao seu ritmo introduzia alterações no quotidiano dos funchalenses. Algumas dessas alterações, foram assim traduzidas por *Re-Nhau-Nhau*<sup>230</sup>.

O alargamento da Rua do Bom Jesus para 10 metros, deliberado a 26 de Janeiro de 1939, vem dar continuidade ao projecto da rede viária, mesmo que para isso seja necessário recorrer à expropriação de vários prédios. Caso seja necessário recorrer à

<sup>229</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 19 de Janeiro de 1939.

<sup>230</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 25 de Maio de 1939, p.10.

expropriação judicial, passa-se uma procuração a advogado nessa conformidade. Talvez por causa dos numerosos casos em que se tornou necessário o auxílio do Consultor jurídico desta Câmara, Dr. Albino Teixeira da Costa, que tem defendido em todas as emergências os interesses municipais com muito zelo e competência, e colaborando com a maior lealdade com a Comissão Administrativa, decide-se aumentar para mil e quinhentos escudos a remuneração mensal do Consultor jurídico desta Câmara<sup>231</sup>.

Em Junho de 1939, foi resolvido adjudicar a João Gomes Chamusca o lançamento do cano de esgoto na Rua 5 de Outubro, ao norte da Ponte de Pau por 982\$70 e a Raul Fernandes Diniz na Travessa do Forno pela importância de 1.280\$00. Por causa do alargamento da Rua do Bom Jesus foi necessário proceder a modificações na Igreja do mesmo nome, sendo esta obra adjudicada a José Eusébio Pereira, pela quantia de 2.240\$00 inicialmente, passando na semana seguinte ao valor de 4.500\$00<sup>232</sup>.

Devido ao alargamento desta Rua do Bom Jesus, são pagas indemnizações aos inquilinos dos prédios que vão ser demolidos. Os valores em causa são: duzentos escudos a cada um, Júlio Quintal Calisto, Isabel Ribeiro, Manuel Teixeira Conceição, António Rodrigues e Manuel Figueira, e duzentos e cinquenta escudos a José Vieira Ferreira, Manuel Gonçalves Júnior e Manuel Santos. Mais tarde, a 2 de Março o valor da indemnização pago a Elvira da Graça Matias é de quinhentos escudos. Após uma vistoria efectuada ao prédio da esquina da Rua 31 de Janeiro com a Rua do Bom Jesus, intimou-se o inquilino do rés do chão, António da Silva Gouveia, a desocupar o referido prédio, enquanto se procede à demolição e reconstrução da fachada, uma vez que se torna perigoso para o público o facto de o estabelecimento estar aberto durante o decorrer dos trabalhos<sup>233</sup>.

O concurso para o recalçamento desta rua e das ruas de João de Deus, Veiga Pestana e Elias Garcia, pelo sistema de paralelos embebidos em cal, ficou deliberado a 13 de Abril de 1939, mas foi em Junho que se procedeu à arrematação em hasta pública da empreitada de calçamento das ruas da cidade (Rua João de Deus, do Bom Jesus, 31 de Janeiro entre a Ponte Nova e a Rua das Dificuldades, Rua das Hortas, Alferes Veiga Pestana e Avenida Elias Garcia), ficando para estudar a única proposta apresentada para o

---

<sup>231</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 26 de Janeiro de 1939.

<sup>232</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 15 e 22 de Junho de 1939.

<sup>233</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Março de 1939.

efeito. As preocupações com o calcetamento das ruas da cidade continuam assim na ordem do dia.

Outra expropriação que nos parece de assinalar, é a do Largo Público de Santo António. Por dez mil escudos, foi então expropriada a propriedade de Clemente Fernandes Mendes, fronteira à Igreja de Santo António, para a construção de um largo. A planta das obras de construção desse largo à frente da Igreja de Santo António e de mictórios subterrâneos, foi aprovada a 23 de Fevereiro de 1939, devendo estar as obras concluídas em Maio. Esta empreitada foi adjudicada a António Gomes, pela quantia de trinta e sete mil trezentos e noventa e quatro escudos. Para que fique concluído também em Maio, encarregou-se o funcionário da Repartição Técnica, Senhor João Ferraz, de elaborar o projecto de embelezamento do largo junto à Igreja de S. Gonçalo.

Na freguesia de S. Roque, no sítio da Igreja, adjudicou-se a demolição de muros de arrumação da pedra, a José Miguel Gomes por quatro mil oitocentos cinquenta escudos e o calcetamento junto ao Largo do Cemitério de S. Roque foi adjudicado a António Alberto Garcês por 3.350\$00.

Depois de um ano e meio de “*demarches*”, conseguiu-se chegar a acordo sobre as indemnizações a pagar aos serralheiros que mudaram os respectivos estabelecimentos da Rua 31 de Janeiro. A Repartição Técnica considerou justas as indemnizações atribuídas com as mudanças, que permitirão que esta Rua passe a ser uma das melhores da cidade. Com o mesmo objectivo de contribuir para a melhoria das ruas centrais da cidade, procedeu-se à mudança da Fábrica de Manilhas junto à Ribeira de João Gomes, sendo adjudicado este trabalho por concurso limitado a Raul Fernandes Luís por novecentos e quarenta escudos<sup>234</sup>.

As principais ruas da cidade prosseguem, com as obras de calcetamento a serem agora adjudicadas por pequenos troços, a começar na Rua 31 de Janeiro entre a Ponte Nova e a Rua das Dificuldades. A execução desta empreitada fica a cargo de Raul Fernandes Luís, por 27.552\$12. Por sua vez, entre a Rua de Santa Maria e a Calçada do Socorro, decidiu-se abrir concurso público para o calcetamento do Largo do Socorro com pedra tipo II, que acabaria por ser adjudicado a Raul Fernandes Luís, por ser este quem ofereceu os preços unitários mais baixos.

Neste mês de Agosto de 1939, foi resolvido demolir um muro em frente ao Palácio de São Lourenço, efectuar um desaterro e em harmonia com o combinado com S. Ex.<sup>a</sup> o

---

<sup>234</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 9 de Março de 1939.

Sr. Governador Civil, Dr. Nasolini, proceder mediante concurso limitado à demolição do muro e gradeamento junto à Avenida Gonçalves Zarco, e bem assim ao arranjo do relvado em volta do Palácio. Na semana seguinte, resolveu-se adjudicar a execução do muro de alvenaria em blocos em frente do Palácio de S. Lourenço, pela quantia de 1.300\$00, a Jordão Gomes Lume e ainda ao mesmo empreiteiro, o revestimento das muralhas ao sul do Palácio por 700\$00. Já no dia 17 de Agosto, foi adjudicada a demolição de parte da parede de cantaria encostada à muralha do Palácio de São Lourenço, a António Gomes, por mil e seiscentos escudos. Foi ainda adjudicado o calcetamento da entrada do referido Palácio, por concurso limitado, a Jordão Gomes Lume, por três mil escudos, e a Rua de João de Deus é adjudicada por 130.273\$92 ao já conhecido Raul Fernandes Luís<sup>235</sup>.

Esta obra, pode bem ser o sinal demonstrativo do bom relacionamento existente entre as diversas instituições governativas da Ilha, nesta data.

Ainda neste mês, por trezentos e noventa três mil e oitocentos escudos, adjudicou-se a José Pedro Marques a construção de casas económicas no bairro de S. Gonçalo, e foi resolvido ainda tornar obrigatório o registo de bicicletas na secretaria da Câmara, sob pena de vinte escudos de multa<sup>236</sup>.

A par das obras no Palácio de S. Lourenço, também os Paços do Concelho estiveram sujeitos a vários arranjos, nomeadamente no pátio de entrada, como se pode ver em anexo.

Já no final de Setembro, António de Abreu fica com as obras de calcetamento das ruas do Bom Jesus e do Alferes Veiga Pestana, pela importância de cento e vinte sete mil quinhentos e noventa escudos e oitenta centavos.

Para que fosse possível a abertura da Rua 31 de Janeiro, entre as Pontes do Bettencourt e de D. Manuel, a 12 de Outubro de 1939 *“foi resolvido proceder às necessárias expropriações para a realização desta obra de grande interesse na urbanização da cidade. Mais foi resolvido que se proceda judicialmente contra os proprietários com quem não seja possível chegar a acordo”*<sup>237</sup>. Na semana seguinte foi atribuído o valor de 300\$00 a cada um dos inquilinos cujas habitações são totalmente demolidas para prolongamento desta rua, nomeadamente de Carlos Silva, Henriqueta da Silva e Lucrecia Perestrelo. Os preços praticados nas indemnizações que se efectuaram com o prolongamento desta mesma rua, são significativos e os valores oscilam consoante

---

<sup>235</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 3, 10 e 17 de Agosto de 1939.

<sup>236</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 31 de Agosto de 1939.

<sup>237</sup> Acta Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 12 de Outubro de 1939.

a importância e a categoria que o espaço ocupa na tabela da Câmara. Como exemplos temos que, a 26 de Outubro de 1939, resolveu a Comissão Administrativa, de acordo com os proprietários, pagar as seguintes indemnizações pela ocupação de terrenos e realização de algumas obras para o alargamento e prolongamento da Rua 31 de Janeiro entre a Rua Direita e a Ponte de D. Manuel.

Pela ocupação de 75,5 metros quadrados, demolição de um moinho, construção de um muro de suporte à rua e reconstrução da fachada do edifício no novo alinhamento, cujo projecto será submetido à aprovação da Câmara, do prédio pertencente a Vicente Cândido Martins da Silva Farinha, D. Maria Helena Fernandes Farinha e Beatriz Pimenta de França Gonçalves Farinha, onde está instalado o estabelecimento da Firma J. Farinha & C.<sup>a</sup>, é concedida a indemnização de dez contos.

Pela ocupação de 54 metros quadrados de terreno, demolição da fachada do prédio, situado na esquina das Ruas Direita e 31 de Janeiro, casinha e anexos e reconstrução de uma nova fachada, cujo projecto será submetido à aprovação da Câmara, prédio pertencente a João de Castro, é concedida a indemnização de dez contos.

Pela ocupação de 264,00 metros quadrados de terreno, demolição e reconstrução no novo alinhamento das fachadas segundo projecto a submeter à aprovação da Câmara dos prédios pertencentes a D. Maria do Monte Ferreira e Carlos Ferreira (4 Prédios) indemnização de noventa contos.

Pela ocupação de 165,70 metros quadrados de terreno e demolição de um telheiro, prédio pertencente a João de Andrade, indemnização de dez contos.

Estas importâncias serão pagas: 50% imediatamente e 50% logo após a conclusão das obras respectivas. O prédio de Manuel Sérgio Pereira, será demolido em parte, pela Câmara, sendo pelo proprietário oferecido o terreno que será ocupado na área de 21,80 metros<sup>238</sup>.

Ainda para prolongamento desta rua, deve ter-se em conta que a 2 de Novembro se verificou que *“em sessão camarária de 20 de Outubro de 1905 foi apresentado um requerimento em que José Jasmins Pereira e Vicente Cândido Gonçalves Farinha cederam à Câmara gratuitamente 87,55 metros quadrados de terreno do seu prédio situado à Rua Direita e rampa de D. Manuel para o prolongamento da então Rua da Princesa, hoje Rua 31 de Janeiro, com a obrigação de demolirem e reconstruírem à sua*

---

<sup>238</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 26 de Outubro de 1939.

*custa o armazém que nessa data se pretendia reconstruir no referido local*<sup>239</sup>. Tendo em conta esta situação, resolve a Comissão Administrativa e de acordo com essa deliberação antiga e contrato celebrado em 27 de Outubro de 1905, considerar sem efeito a deliberação recente em que se atribuía a indemnização de dez mil escudos aos herdeiros pela ocupação do terreno. Os herdeiros são ainda intimados a procederem à demolição e reconstrução imediata do edifício, segundo projecto a submeter à aprovação da Câmara.

A praça da empreitada do calcetamento da Rua 31 de Janeiro entre a Rua Direita e a Rampa de D. Manuel, ocorre na sessão de 2 de Janeiro de 1941, onde são presentes três propostas para a execução da obra. Esta empreitada é adjudicada a Raul Fernandes Luís pelo valor de 24.773\$00, por ser a mais vantajosa para a Câmara. Ao mesmo empreiteiro foi ainda adjudicada a construção de um mainel neste mesmo local, entre a Rua Direita e a Rampa de D. Manuel. Na sessão de 10 de Julho deste ano, a praça do calcetamento da Rua 31 de Janeiro, entre a Rua Direita e a Ponte do Bettencourt é adjudicada ao mesmo senhor por 19.860\$50, pois este apresentou-se como único concorrente.

Outra rua de importância capital para esta cidade é a Rua Pedro José de Ornelas. Neste caso, por não se ter chegado a acordo, *“resolveu a Comissão Administrativa expropriar por utilidade pública o terreno necessário à construção da rua em prolongamento da Rua Pedro José de Ornelas e bem assim uma faixa de terreno a leste da rua a abrir em toda a sua extensão e na profundidade de vinte metros e onde deverá ser construído um grupo de casas económicas. O terreno a expropriar pertence ao Senhor Joaquim Silvestre de Sousa e mulher”*<sup>240</sup>. Na perspectiva da Câmara, as obras deverão prosseguir com a máxima rapidez, como tal, não deve atrasar-se a resolução desta dificuldade. Uma semana depois o Presidente comunicou que se tinha chegado a acordo acerca do terreno a ocupar, ficando a execução das obras a realizar por conta do proprietário nos muros da sua propriedade. Em função desta alteração, não deverá seguir a acção judicial.

Prossegue ainda por esta altura, o terceiro lanço da estrada S. Roque – Monte, não se tendo alcançado o acordo para a expropriação de terrenos com a proprietária da *“Quinta Marreta”*, pertencente à Sr.<sup>a</sup> D. Maria Alba Ornelas de Freitas. Por essa razão resolveu-se expropriar por utilidade pública os 1460 metros quadrados, propondo-se a competente

---

<sup>239</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Novembro de 1939.

<sup>240</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 16 de Novembro de 1939.

acção judicial<sup>241</sup>. A empreitada para as obras desta estrada entre o Caminho dos Saltos e a Estrada dos Marmeleiros surge a 28 de Dezembro, e é adjudicada à Empresa de Construção Civil Ld.<sup>a</sup> por 31.000\$00.

No ano seguinte, a 4 de Abril é deliberada a praça da empreitada de construção da ponte na estrada S. Roque – Monte, sobre a Ribeira de Santa Luzia. A arrematação foi feita em hasta pública, tendo surgido dez propostas, das quais a de João Cândido Gomes saiu vencedora com o valor de 218.700\$00.

Já a 10 de Julho de 1941, são aprovadas modificações para o Caminho do Monte, entre o Caminho das Tílias e Grande Hotel Belmonte. Depois do voto contra do Presidente, foi decidido por maioria, ordenar à Repartição Técnica proceder às alterações necessárias para substituir os degraus, para facilitar o trânsito de veículos automóveis<sup>242</sup>.

Nesta 2ª fase de obras, é também lançado o 2º troço da Avenida Marginal, que foi discutido na sessão de 14 de Dezembro de 1939. Na acta ficou registado que, é do maior interesse para a urbanização do Funchal que se proceda ao prolongamento da Avenida Marginal, cujo 1º troço acaba de ser concluído pela Junta Autónoma dos Portos.

Antes disso, na sessão do dia 23 de Março deste ano, “*foi resolvido encarregar o Senhor Engenheiro João Ribeiro Coutinho de Lima, para proceder ao levantamento da planta e orçamentar o custo do prolongamento da Avenida Marginal ao Porto do Funchal*”<sup>243</sup>.

Considerando, porém, o elevado custo desta obra, que terá de ser suportado pela receita ordinária da Câmara e considerando ainda, que se não deve alterar o ritmo de realizações em curso, do maior alcance social e interesse para os povos do concelho, resolve a Comissão Administrativa, conciliando as circunstâncias enunciadas, que a obra de prolongamento da avenida se faça de modo que o seu pagamento se efectue em dois ou três anos económicos, abrindo-se imediatamente o respectivo concurso e iniciando-se as obras nos primeiros meses do próximo, aprovando-se o projecto. Foi então resolvido que o Presidente da Câmara fique encarregado das diligências necessárias para a obtenção dos terrenos a utilizar pela construção da Avenida<sup>244</sup>.

---

<sup>241</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Novembro de 1939.

<sup>242</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 10 de Julho de 1941.

<sup>243</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Março de 1939.

<sup>244</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Dezembro de 1939.

Esta é sem dúvida uma obra de grande impacto em todo o plano de urbanização da cidade do Funchal. O desenvolvimento que se pretendia alcançar no município, não seria viável sem uma artéria capaz de suportar com alguma qualidade, a ligação entre a zona mais antiga da cidade, e a nova cidade que se começava a edificar. Esta avenida, poderá ter significado a abertura de uma estrada para o desenvolvimento, não só de uma cidade, mas sim de toda uma região. Esta ponte para o futuro contribuiu para o afirmar de uma cidade à escala internacional, onde os *modernos* apostam no progresso, deixando para trás as reacções dos *antigos*.

A importância do prolongamento desta avenida volta a ser tema de trabalho na reunião de 4 de Janeiro de 1940, data em que se procedeu à arrematação em hasta pública, por proposta em carta fechada. A única proposta desta empreitada, que ficou para estudar, foi apresentada pela Sociedade Construtora da Madeira Ld<sup>a</sup>., firma comercial desta praça, com sede à rua do Bispo n<sup>o</sup> 42, e foi assinada pelos sócios – gerentes João Pinto Correia Segundo e José Ferreira Duarte Soares. Por sua vez, à Cooperativa dos Carpinteiros, foi adjudicada a demolição de um muro de guarda em frente da Alfândega e em frente do Palácio, pela quantia de 980\$00, já a 14 de Março deste ano. Para o prolongamento da Avenida do Mar, levou-se à praça o concurso de duas pontes sobre as Ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes, sendo recebida uma única proposta, de João Pinto Correia Segundo que se propunha executar a obra pela quantia de 381.650\$00 quando a base de licitação era de 320.384\$00. Por esta razão resolveu a Câmara não adjudicar a obra, que é colocada em praça novamente a 3 de Abril, com algumas alterações. A 24 de Abril de 1941, esta obra seria adjudicada a Gabriel Franklim Correia da Silva, “*entendendo-se que a Câmara se responsabilizaria pelo excedente do preço do ferro, comprovado pelas respectivas facturas, até ao limite máximo de cinco contos, pelo que a empreitada não poderá exceder trezentos setenta e quatro contos no total*”<sup>245</sup>.

Ainda devido ao prolongamento desta avenida, a 16 de Abril de 1942 foi adjudicada a conclusão das obras no edifício da Companhia da Luz Eléctrica a António Lucas Cardoso Vicente, pela importância de 6.290\$00<sup>246</sup>. Uma semana depois, discutem-se as alterações que se pretendem fazer na Rampa do Cabrestante. Pela leitura do texto em anexo, podemos constatar algum desentendimento entre as partes envolvidas. Por um lado, a Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira, que pretende construir duas

---

<sup>245</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 24 de Abril de 1941.

<sup>246</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 16 de Abril de 1942.

escadas de acesso ao calhau encimadas com galeria de ferro, no local onde se encontra a rampa, por outro, a Câmara que considera essa obra de desagradável aspecto estético, ocupando parte do passeio sul da avenida, acrescentando que não será razoável que, depois de a Câmara ter gasto avultadas quantias nas expropriações, se realizem obras na avenida sem o acordo prévio da Câmara. Por esta razão foi solicitada a intervenção do Sr. Governador civil<sup>247</sup>.

A escolha do nome a atribuir à Avenida Marginal à Baía do Funchal, ficou decidida a 20 de Junho de 1940, sendo resolvido dar o nome de “*Avenida do Mar*”. Foi também neste dia que a Comissão Administrativa abriu concurso público para o calcetamento com paralelepípedos, da área em volta do Novo Mercado.

Tendo em vista a construção da rotunda da Avenida do Infante, procedeu-se à praça da cobertura da Ribeira de São João, abrindo-se o concurso público para a execução desta obra a 5 de Dezembro de 1940. No ano seguinte, a 13 de Março resolve a Comissão Administrativa aprovar o projecto da terraplanagem da Avenida do Infante, abrindo concurso público para o efeito. Verifica-se que no início de Abril estas obras já estão iniciadas, devendo iniciar-se também de imediato as obras de reconstrução no alinhamento da avenida dos muros do Hospício.

Nesse mesmo dia decidiu-se ainda aprovar o projecto e anunciar a praça do muro de vedação e anexo do Hospício da Princesa D. Maria Amélia, bem como, adjudicar o calcetamento em redor do Largo do Campo Almirante Reis, a Francisco Bartolomeu Nunes pela quantia de 680\$00 e ainda a adjudicação a João Ferreira Júnior por 7.900\$00, do alargamento do Caminho Velho da Ajuda entre os perfis 16 e 23. A adjudicação das obras relativas ao Hospício acima indicadas, foi entregue a João Pinto Correia Segundo, que entre vários concorrentes ganhou a empreitada pelo valor de 76.500\$00.

Foi já na última sessão de Março deste ano que se procedeu à praça da empreitada de terraplanagem e muros para a Avenida do Infante. Em hasta pública e por proposta em carta fechada, surgiram oito propostas de execução da obra. Os candidatos eram: José Miguel Gomes; firma Gomes e Andrade; José Pedro Marques; Ângelo R. Fernandes Gouveia; Júlio da Silva Correia; Frederico da Silva; Gabriel Franklim Correia da Silva e João Pinto Correia Segundo. Os Valores das propostas variaram entre 312.855\$00, proposta deste último concorrente, e 374.000\$00 de José Miguel Gomes, pelo que a obra foi adjudicada ao já referido Mestre-de-obras pelo valor mais baixo.

---

<sup>247</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Abril de 1942.

Relacionado com a construção de prédios nesta Avenida do Infante, a 5 de Março de 1942 foi deliberado que “*nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei número 30.605, de 22 de Julho de 1940, vai proceder-se depois do dia 31 de Março corrente, à venda em hasta pública, dos terrenos marginais `a Avenida do Infante, (parte já construída), cujos proprietários não tenham requerido até à referida data as respectivas edificações, conforme lhes foi intimado há um ano*”<sup>248</sup>. A confirmar esta deliberação, na sessão de 26 de Março deste ano de 42, procedeu-se “*à praça em hasta pública, por lanços verbais e nos termos do respectivo anúncio publicado na imprensa diária desta cidade, do talhão de terreno confinante com a Rua do Jasmineiro e Avenida do Infante, freguesia de S. Pedro, desta cidade, com a área de seiscentos e quatro metros quadrados, cuja base de licitação era de oitenta escudos por metro quadrado, sendo o mesmo talhão arrematado pelo Sr. Doutor Walter Belmonte, solteiro, maior, médico, morador à Rua dos Ilhéus, desta cidade, pela importância de escudos oitenta e quatro mil quinhentos e sessenta escudos (84.560\$00), por ser este o maior lanço oferecido*”<sup>249</sup>. Assinado o respectivo contrato entre as partes, o arrematante fica com a obrigação de construir dentro do prazo de um ano, a contar da data da arrematação, um prédio urbano segundo projecto a aprovar previamente pela Câmara.

Para a venda de um talhão de terreno contíguo e a leste do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia, realizou-se uma praça em hasta pública, no dia 24 de Julho de 1941. Com a base de licitação de 80\$00 por metro quadrado, o terreno com a frente de vinte e dois metros e a profundidade de trinta metros, foi arrematado pelo Dr. Fernando Tolentino da Costa, para a sua filha, Dona Maria José Tolentino da Costa de Bettencourt Sardinha, pela quantia de 52.800\$00, com a obrigação de construir neste terreno um prédio urbano no prazo de um ano, nas condições indicadas pela Câmara<sup>250</sup>.

Nesta mesma sessão, foi resolvido aprovar o projecto e anunciar a praça da empreitada de terraplanagem e calcetamento do Largo do Município. A adjudicação desta praça, confirma-se a 8 de Agosto deste ano, ficando as obras a cargo de António Abreu, pela importância de cento e trinta contos seiscentos noventa e sete escudos.

Ainda na Avenida do Infante, a 8 de Julho de 1943 procedeu-se à venda em hasta pública de um talhão de terreno, *entre a casa Minas Gerais e a Senhora D. Maria José*

---

<sup>248</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Março de 1942.

<sup>249</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 26 de Março de 1942.

<sup>250</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 24 de Julho de 1941.

*Tolentino da Costa Bettencourt Sardinha casada com o Sr. António B. Sardinha, com a área de seiscentos trinta e nove metros (...) pela importância de 95.925\$00*<sup>251</sup>. Esta porção de terreno foi alienada ao Sr. João da Gama Pereira.

Na sessão de 15 de Março de 1941, foi resolvido isentar de taxas as edificações cuja construção seja intimada ou resulte do plano de urbanização da cidade, de acordo com o Decreto – Lei nº 30.605. Foi ainda aberto o concurso para a aquisição de placas em bronze para afixar nas propriedades consideradas património da Câmara.

Outra rua de significativa importância em pleno centro do Funchal é a Avenida Arriaga, cuja empreitada do calcetamento entre a Rua S. Francisco e a Rua do Conselheiro Silvestre Ribeiro, se realizou a 17 de Abril de 1941. O projecto desta obra foi aprovado nesta data, ficando para a semana seguinte a praça respectiva que adjudicou a obra ao calceteiro António Abreu, que apresentou a única proposta. O preço total por que o empreiteiro se propõe executar o calcetamento e esgoto do referido troço, é de 112.900\$00. Para o calcetamento do 2º lanço da Avenida Arriaga, entre a Avenida Gonçalves Zarco e a Rua de São Francisco, realizou-se a 29 de Maio deste ano a praça da empreitada, por proposta em carta fechada, sendo apenas concorrente António de Abreu, morador no sítio dos Alecrins, Santo António, a quem foi adjudicada esta obra por 105.000\$00. Ainda ao mesmo empreiteiro, foi adjudicada a escavação de parte desta avenida, para lá da estátua de Zarco, numa extensão de 100 metros.

Levando em consideração as reclamações dos moradores da parte oriental da cidade pela demora verificada no calcetamento da parte final da Avenida Arriaga e Rotunda, procedeu-se a 17 de Dezembro de 1942 ao respectivo concurso para a conclusão destas obras. O calcetamento desta parte final da Avenida Arriaga, passeios a norte da Praça e Avenida do Infante, foram assim adjudicados a António de Abreu pela importância de 153.000\$00, ficando prejudicada a outra proposta de Júlio Fernandes Pereira de Sousa<sup>252</sup>. Esta empreitada viria a ser motivo de rescisão por iniciativa da Câmara, tendo como fundamento uma exposição feita pelo Senhor Presidente, de onde se conclui a incorrecção dos representantes ou sócios deste empreiteiro e com a qual o mesmo se solidarizou. Em consequência disto, a Câmara resolve excluir das obras municipais o empreiteiro em questão, como pode ser verificado em anexo documental<sup>253</sup>.

---

<sup>251</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 8 de Julho de 1943.

<sup>252</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Dezembro de 1942.

<sup>253</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Fevereiro de 1943.

As obras nesta zona da cidade iriam prosseguir, e a 22 de Agosto de 1946 as principais preocupações estavam relacionadas com as obras de cobertura da Ribeira de São João entre a Praça do Infante e a Avenida do Mar. Antes desta data, já tinha sido apresentado um projecto para esta praça e Ponte de S. Lázaro, da autoria do Engenheiro Raul de Andrade Araújo<sup>254</sup>. Todavia, só depois do parecer dado pela Secção de Estudos Hidráulicos da Direcção de Obras Públicas da Junta Geral, em Junho de 1945, confirmando que se deu integral e rigoroso cumprimento ao que foi estabelecido no respectivo projecto, não apresentando por isso qualquer inconveniente de ordem técnica, resolveu a Câmara executar as obras, como se pode ver em anexo. Saliente-se neste ponto que o projecto tem a aprovação superior de Sua Excelência o Sub - Secretário das Obras Públicas<sup>255</sup>.

No final do ano de 1942, são reconduzidos como vogais da Comissão Permanente de avaliação de prédios rústicos e urbanos para o ano de 1943, os Srs. Manuel Dias da Costa, com o curso de desenho arquitectónico e João Alexandrino de Andrade.

A 18 de Dezembro de 1941 *“foi resolvido abrir concurso público para o calçamento de várias Ruas da Cidade, tais como: da Carreira, da Sé, dos Murças, do Sabão, dos Tanoeiros, Cristóvão Colombo, Esmeraldo e Travessa do Cabido”*<sup>256</sup>, dando assim continuidade às obras de calçamento de várias ruas da cidade, já na sua 3ª fase de execuções.

Destas obras, iria fazer parte a construção de uma nova rua de ligação entre o Largo do Colégio e a Rua 5 de Outubro. Para tal, foi presente na reunião de 19 de Junho de 1941 a minuta de contrato a celebrar entre a Câmara e o Senhor Dr. Rui Bettencourt da Câmara e sua esposa, Sr.ª D. Margarida da Rocha Machado e Câmara, que se encontra em anexo e a qual aconselhámos. Estes eram proprietários de prédios e armazéns no local onde deveria surgir a nova rua de ligação, à Rua dos Ferreiros nº 86 a 92, e à rua 5 de Outubro nº 60 de polícia. Os 420 metros quadrados de terreno ao sul dos Paços do Concelho no valor de 42 contos, serão trocados por um terreno com igual número de metros a adquirir. No terreno ocupado pelos prédios demolidos e a sul da rua de ligação entre a Rua dos Ferreiros e a Rua 5 de Outubro, serão construídas edificações nos termos do projecto a aprovar pela Câmara e no prazo de um ano a contar da demolição. O Exm.º Sr. Dr. Rui

---

<sup>254</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 11 de Maio de 1945.

<sup>255</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 22 de Agosto de 1946.

<sup>256</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 18 de Dezembro de 1941.

Bettencourt da Câmara, construirá igualmente um ou mais prédios, dentro do prazo de um ano, nos termos do projecto a aprovar pela Câmara, no terreno que lhe é cedido por troca ao Norte da rua projectada de ligação entre o Largo do Colégio e a Ponte do Bom Jesus.

Em face da minuta apresentada, resolve a Comissão Administrativa aprovar este contrato autorizando o Senhor Presidente a assinar a respectiva escritura, feita a boa reacção nos termos do artigo 51, n.º 20 e parágrafo 3.º do Código Administrativo<sup>257</sup>.

Na planta da Praça do Município já apresentada anteriormente é visível o traçado desta nova artéria de ligação à Rua 5 de Outubro. Também em anexo pode ser verificado o requerimento efectuado pelo proprietário do Palácio Torre Bela, presente na reunião camarária de 24 de Julho de 1941.

Ainda neste mesmo ano, na reunião camarária de 25 de Setembro, foi apresentada uma notificação aos proprietários do Palácio Torre Bela, que pretende por fim às negociações sobre este assunto. O registo desta situação ficou lavrado em acta e encontra-se no nosso anexo documental. Sugerimos portanto essa leitura que nos apresenta a resolução de notificar o Senhor “Dermot F. Bolger”, proprietário, morador à Rua dos Ferreiros n.º 96 e 98 de polícia, desta cidade, para assinar pessoalmente ou por procurador bastante a expropriação amigável, revogando-se consequente e automaticamente quaisquer despachos que sobre este assunto hajam sido proferidos, tudo nos termos do deliberado por esta Câmara em sua reunião de 25 do corrente mês<sup>258</sup>.

Nesta fase, e para conclusão das obras de alargamento da Rua da carreira, foi necessário proceder ao corte do prédio de D. Leonor Mimoso de Aragão. Este tema foi analisado na sessão camarária de 15 de Janeiro de 1942 e a Câmara Municipal do Funchal propôs as condições à Senhora Dona Leonor Mimoso Aragão para efeitos de justa indemnização a pagar por este Município pelo corte que é necessário fazer no prédio pertencente aquela Senhora, para conclusão das obras do alargamento da Rua da Carreira. Essas condições ficam descritas no anexo documental que acompanha os nossos trabalhos e para o qual remetemos.

Saliente-se que se trata de um caso em que foi necessário recorrer a uma Comissão de três engenheiros, um por cada parte e o terceiro por mútuo acordo, o que demonstra bem as dificuldades de entendimento na negociação. Ficam então registadas previamente as condições da negociação para um melhor entendimento futuro, sujeitando-se

---

<sup>257</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 19 de Junho de 1941.

<sup>258</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 25 de Setembro de 1941.

inteiramente as partes ao resultado da peritagem. Por sua vez, a fiscalização das obras ficará a cargo de um mestre-de-obras nomeado e pago pela Câmara e escolhido pela outra parte. Tenta-se desta forma assegurar os interesses da proprietária do prédio e os do Município, esperando-se uma resposta para que este assunto seja novamente submetido à apreciação da Câmara<sup>259</sup>.

Acerca do alargamento da Rua da Carreira, a 15 de Março de 1941 foi lido um comunicado da Repartição Técnica informando que “*para o alargamento da Rua da Carreira até 10 metros até o Largo da Igrejinha como complemento do alargamento do Largo do Colégio, não é possível executar as obras sem que os inquilinos tanto comerciais como de habitação abandonem os prédios do lado norte conforme o projecto aprovado em reunião de 11 de Abril de 1940. Tendo para isso os locatários, o prazo de 60 dias conforme Decreto – Lei nº 20034 e 20221, a contar da data do recebimento da intimação, pelo que julgo que será conveniente mandar intimar, devendo as referidas obras ficarem concluídas no prazo de seis meses conforme o decreto acima citado*”<sup>260</sup>.

Ora este tipo de obras não é de aceitação fácil, pois altera a rotina diária e mexe com



hábitos muito antigos e costumes instalados nem sempre utilizados da forma mais adequada. Aos poucos vão-se beliscando alguns interesses privados e mesmo de instituições, que não percebem o alcance das obras que se pretendem realizar e reagem menos positivamente, contribuindo assim para aumentar as dificuldades de realização das obras em curso. Mas os responsáveis camarários não se deixam intimidar e continuam a sua tarefa como se vê em *Re-Nhau-Nhau*<sup>261</sup>.

<sup>259</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 15 de Janeiro de 1942.

<sup>260</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 15 de Março de 1941.

<sup>261</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 10 de Julho de 1941, p. 1.

Apesar das dificuldades que vão surgindo, prossegue a tarefa de modernização da cidade do Funchal, definindo a nomenclatura de novas vias públicas. Desta forma, a 17 de Setembro de 1942 “*resolve a Câmara dar o nome de “Praça do Município” à Praça recentemente construída em frente do edifício dos Paços do Concelho; Rua do Padre Gonçalves da Câmara (Frei Gonçalves da Câmara), à via pública recentemente construída a sul do edifício dos Paços do Concelho; Rua do Marquês do Funchal, à via pública em construção a norte do mesmo edifício e rua “Câmara Pestana” à via pública recentemente alargada entre a Praça do Município e o Largo da Igrejinha*”<sup>262</sup>.

Relacionado ainda com a questão das vias de comunicação, em Junho de 1943, foi autorizado o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, a outorgar e assinar a escritura do pagamento da indemnização de novecentos contos e noventa escudos (900.090\$00) à Companhia do Caminho de Ferro do Monte, como se pode confirmar em anexo<sup>263</sup>.

Esta questão é de facto importante, uma vez que põe fim ao projecto do *Caminho-de-ferro do Monte*, que teve grande impacto no seu tempo e que foi já objecto de estudo por parte de um colega de mestrado.

As ruas da cidade do Funchal, nomeadamente a rua de ligação entre a Ponte do Bettencourt e o Mercado dos Lavradores, voltaram a ser tema de discussão na sessão camarária de 19 de Abril de 1945. Nesse dia “*resolveu a Câmara Municipal autorizar o Senhor Presidente da mesma Câmara a outorgar e a assinar os contratos com os respectivos proprietários e referentes às expropriações, demolições, reconstruções, indemnizações e vendas de terrenos sobrantes para ratificação de alinhamentos dos prédios compreendidos no Plano de Urbanização da cidade do Funchal e nomeadamente dos que se referem à rua de ligação entre a Ponte do Bettencourt e o Mercado dos Lavradores, (futura Rua dos Mercadores) alargamento da Rua do Aljube, Largo do Chafariz, Rua do Bettencourt, Rua do Phelps, Rua do Monteiro e dos Medinas e respectivas imediações, pedindo a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro das Finanças a isenção da sisa para estas aquisições*”<sup>264</sup>.

A 25 de Agosto de 1945 procedeu-se à praça da construção da nova Rua dos Mercadores e concordância com a Rua do Ribeirinho de Baixo, tendo apresentado

---

<sup>262</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Setembro de 1942.

<sup>263</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Junho de 1943.

<sup>264</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 19 de Abril de 1945.

propostas os empreiteiros João Pinto Correia Segundo (949.800\$00), José Nascimento de Sousa (949.865\$00), e Luís Gomes (950.000\$00). A obra foi adjudicada pelo valor mais baixo, ao empreiteiro residente no sítio de Santana, da freguesia de S. Roque.

Para que esta Rua dos Mercadores fosse uma realidade, a 7 de Fevereiro de 1946 o Sr. Presidente foi autorizado a assinar a escritura do acordo a efectuar com os proprietários da “*Fábrica da Companhia Nova*”, dando-lhes “*280 contos como indemnização pelos prejuízos sofridos com a deslocação de caldeiras, da oficina de serralharia, de outros maquinismos, alteração da fachada, para efeito das obras com a construção da Nova Rua dos Mercadores e compra do prédio urbano denominado Casa Nova à Rua dos Medinas e Ribeirinho de Baixo*”<sup>265</sup>. Foi também nesta data que se concluíram as negociações com o Sr. Dr. Nunes de Vasconcelos Porto e família, proprietários do prédio urbano à Rua dos Medinas e do Ribeirinho de Baixo, pela quantia de cem contos, aquisição indispensável para a construção desta nova rua.

Já a 4 de Abril de 1946, para efeito do alinhamento desta artéria em construção, solicitou-se “*a isenção de sisa para a permuta de terrenos, cada um com a área de setenta e nove metros quadrados, no valor de setenta e nove contos cada um, terrenos estes, o primeiro pertencente à Câmara Municipal e que faz parte do solo da Rua do Ribeirinho de Baixo, e o segundo pertencente à firma “Viúva de Romano Gomes e Filhos, Limitada”, situado junto da nova Rua dos Mercadores, freguesia da Sé*”<sup>266</sup>.

Sobre as obras nesta rua, a 27 de Junho de 1946, a Repartição Técnica deu conhecimento de que alguns proprietários dos terrenos marginais à Rua dos Mercadores, ainda não começaram as obras, contrariando assim o que foi estipulado. Desta forma esses proprietários deverão ser intimados a começar as obras no prazo de 45 dias, sob pena de expropriação dos terrenos e rescisão do contrato por falta de cumprimento. Além do mais, muitos destes proprietários já se encontram na posse dos respectivos projectos<sup>267</sup>.

Para que estas obras pudessem prosseguir, a 1 de Agosto de 1946 foi resolvido autorizar o Senhor Presidente a tratar das expropriações dos prédios para prolongamento da Rua dos Mercadores, na parte compreendida entre a Ribeira de João Gomes e o Liceu de Jaime Moniz e assinar os respectivos contratos<sup>268</sup>. As obras em toda a zona envolvente

---

<sup>265</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 7 de Fevereiro de 1946.

<sup>266</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 4 de Abril de 1946.

<sup>267</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 27 de Junho de 1946.

<sup>268</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 1 de Agosto de 1946.

iriam prosseguir com o objectivo de melhorar os acessos ao novo Mercado dos Lavradores. Nesta mesma sessão foi também resolvido intimar José Figueira, para no prazo de 90 dias apresentar projecto de reconstrução do novo prédio a edificar na Avenida do Mar.

Viviam-se tempos de muita agitação, nestes meses quentes do verão de 1946. Os acontecimentos que se seguiram a este verão levaram a que Fernão Ornelas deixasse de ser Presidente da Câmara do Funchal em Outubro deste ano. No entanto as Obras por ele iniciadas não iriam ficar paradas. O caso mais significativo será sem dúvida o da rua com o seu nome. Essa rua, inicialmente denominada de Rua dos Mercadores, depois da deliberação camarária de 7 de Novembro de 1946 passaria a designar-se Rua Fernão de Ornelas, “*como expressão modesta e incompleta de gratidão*”<sup>269</sup> por tudo o que tinha feito pela cidade. Em anexo documental ficam outras palavras elogiosas à sua actuação, por parte dos que tomaram esta resolução camarária.

Foi já depois destes acontecimentos que se fizeram as expropriações previamente acordadas, para o alargamento e alinhamento da Rua do Hospital Velho. Estas iriam permitir “*uma perfeita ligação entre os grandes e novos edifícios: Mercado dos Lavradores e Liceu de Jaime Moniz*”<sup>270</sup>. Da mesma forma, a 7 de Agosto de 1947, foi quando se pediu em deliberação camarária a comparticipação para as obras de calcetamento e esgoto do Largo do Phelps e da Rua Dr. Fernão Ornelas<sup>271</sup>.

Sendo também uma grande preocupação desta edilidade a questão dos esgotos, atendendo às péssimas condições higiénicas em que se encontra a rede antiga e à falta de canos em grande número de ruas com muitas habitações, que não podem fazer o seu esgoto, a Câmara vai tentar solucionar este problema.

Através da leitura do relatório sobre as inundações, apresentado a 17 de Dezembro de 1936, por Aníbal Trigo e Schiappa de Azevedo, podemos perceber melhor a dimensão deste problema. De facto, os trabalhos já tinham sido iniciados anteriormente, mas as inundações entretanto ocorridas deram-lhe uma outra relevância. Desse relatório fazem parte importantes considerações que nos parecem esclarecedoras quanto a este assunto, pelo que remetemos para anexo a leitura na íntegra do mesmo. Deseja-se deste modo que

---

<sup>269</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 7 de Dezembro de 1946.

<sup>270</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 6 de Março de 1947.

<sup>271</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 7 de Agosto de 1947.

o assunto fique completamente esclarecido sem que sejam esquecidos os interesses dos munícipes e tentando acabar com a grave suspeita levantada nas últimas inundações<sup>272</sup>.



Este assunto iria mesmo ser motivo de crítica por parte de *Re-Nhau-Nhau* por diversas vezes. Aqui apresentamos uma dessas situações, sugerindo uma solução para o problema das inundações<sup>273</sup>.

As razões apontadas no relatório parecem ajudar a compreender os problemas surgidos, mas não resolvem os inconvenientes causados pelas inundações. Fica no entanto o esclarecimento dos que trabalharam para um projecto que visa preparar a cidade do Funchal para o futuro.

As preocupações com este assunto ficam registadas também a 20 de Maio de 1937, com o Presidente a comunicar que parte no dia seguinte, no vapor “Lima”, o Sr. Engenheiro José Filipe Rebelo Pinto, que veio a esta cidade estudar o problema do saneamento e da distribuição de águas do Concelho. Posteriormente o Ministério das Obras Públicas enviará o seu parecer à Câmara, devendo desde já ser levadas em consideração as indicações dadas provisoriamente pelo referido Engenheiro.

Do que ficou dito, percebe-se que mesmo que estivesse já concluído todo o projecto, seria praticamente impossível que com as condições climáticas descritas não houvesse algumas complicações, uma vez que o volume de águas é bastante superior ao leito que corre normalmente nas ruas da cidade do Funchal. Como prova disto mesmo, temos que a 14 de Outubro de 1937, foi aprovada uma Postura camarária sobre cursos de água marginais às ruas e caminhos, que entra de imediato em vigor. Esta medida deve-se ao facto de se considerar como principal causa das constantes depressões no pavimento das

<sup>272</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Dezembro de 1936.

<sup>273</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 18 de Outubro de 1937, p.1.

ruas e caminhos, o extravasamento das águas de rega, que em muitos casos correm na própria meia cana destinada à condução das águas da chuva e, conseqüentemente, sem capacidade nem condições para cursos permanentes de água. Daí a medida para tentar solucionar alguns problemas, uma vez que o tratamento deste assunto deve ser diversificado, conforme se trate de uma área dentro da cidade ou de uma freguesia suburbana. Também aqui julgamos que é importante a leitura da postura em anexo, nos seus oito artigos, onde se percebem as principais exigências fora e dentro da área da cidade. Em todo o caso, a Câmara poderá, se assim o julgar conveniente, desviar o curso das águas decorrido o prazo do artigo quinto<sup>274</sup>.

Já na sessão do dia 28 deste mês, tendo em conta que algumas Comissões Administrativas das Levadas solicitaram o fornecimento de manilhas fabricadas pelos serviços municipalizados, foi resolvido que o seu fornecimento se faça somente às levadas ou particulares que o requisitem até 15 de Dezembro próximo, devendo o preço ser o do custo e um terço do total ser pago no acto da requisição.

Estas questões prendem-se também com aspectos de limpeza e higiene que a cidade deve apresentar. Neste sentido, foi resolvido adjudicar a *Pedro Fernandes Camacho & C.<sup>a</sup>*, o fornecimento de 24 cestos em ferro para papéis a colocar em vários pontos da cidade. A estética citadina é um aspecto a ter em conta pelo que, no Campo Almirante Reis se procede à construção de uma armação em cantoneira de ferro, em forma de chapéu-de-sol, a executar por *António Rodrigues & Filhos* ao custo de 1.800\$00. Ora neste sentido, chega-se mesmo a officiar “*aos Reverendos Párocos e Regedores das freguesias de S. Gonçalo e Monte para que tornem cientes os seus paroquianos de que devem proceder à caiação das casas e muros dos prédios e à limpeza das valetas que passam junto dos seus prédios, remetendo-se uma cópia das posturas*”<sup>275</sup>.

A higiene pública continua a ser uma preocupação, como se pode constatar pela resolução de mandar abrir concurso para a construção de um mictório para ambos os sexos, no Jardim de S. Francisco, mas também é notória pela Postura sobre a cobertura de poços. Esta Postura tem o duplo objectivo de regular a cobertura dos poços, para defesa da higiene pública e protecção às crianças. Para este efeito deve considerar-se não só a parte efectivamente urbanizada do Concelho, uma vez que a área da cidade vai muito além

---

<sup>274</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Outubro de 1937.

<sup>275</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 28 de Outubro de 1937.

desta. Na área definida para os efeitos desta Postura, os poços deverão ser vedados ou cobertos, de forma a não representarem perigo para a vida das populações. Para facilitar a cobertura dos poços dentro da cidade, a Câmara deliberou em Janeiro de 1938, isentar estas obras do pagamento de taxas. Fez mais ainda para atenuar as despesas que a referida postura acarreta. Resolveu que o Engenheiro Director da Repartição Técnica assumira a responsabilidade de todas as obras de cimento armado respeitantes à cobertura de poços, sem qualquer encargo para os interessados<sup>276</sup>.

Na sessão de 4 de Novembro, sai reforçada a ideia de se melhorar a higienização, nomeadamente na Rua da Alfândega, proibindo-se o trânsito de mulas e bois entre a rua dos Taneiros e o Largo dos Varadouros. Mas as condições mínimas de ordem sanitária voltam à discussão a 16 de Dezembro quando é aprovada uma postura sobre pocilgas e



cortelhos, no sentido de condicionar a sua existência dentro da área mais fortemente urbanizada da cidade do Funchal. Por esta postura, a Câmara fica com a possibilidade de estabelecer zonas onde não seja permitida a instalação destas pocilgas, depois de ouvida a Junta de Higiene. Nesta mesma sessão, para além da discussão sobre a melhoria das condições higiénicas da cidade, foram também debatidas essas condições relativas às freguesias suburbanas. O enigma figurado de *Re-Nhau-Nhau* fica para reflexão<sup>277</sup>.

Como é evidente, não se pode tratar aqui da questão dos esgotos da cidade, sem se falar também da questão do abastecimento de água, ou seja, dos fontanários. Tanto mais que a Câmara preferiu fazer primeiro a distribuição de águas de uma maneira completa, começando depois o lançamento da rede geral de esgotos com o saldo que lhe ficasse do empréstimo. Essa foi também uma tarefa complicada como se pode constatar pelo acordo

<sup>276</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Janeiro de 1938.

<sup>277</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 25 de Setembro de 1937, p.8.

que estabelece as negociações ocorridas entre a Câmara Municipal e a Levada de Santa Luzia a 31 de Dezembro de 1936<sup>278</sup>. O texto desta negociação consta do conjunto de anexos.

Podemos no entanto referir que, esta negociação volta a ser tema de discussão na reunião camarária de 29 de Abril de 1937. Nesse dia ficou estabelecido o acordo entre a Câmara e a Levada de Santa Luzia, resolvendo a Comissão Administrativa autorizar o Sr. Presidente desta Comissão a assinar a escritura de acordo. Os pormenores estabelecidos nesse acordo ficam explícitos com a leitura do anexo relativo a este assunto. Acrescentamos que através dele, fica reconhecido à Câmara o direito de explorar águas para abastecimento e para saneamento da cidade, tanto nas encostas da Ribeira de Santa Luzia, como no Montado do Barreiro e no Montado do Pizão<sup>279</sup>.

A 20 de Maio de 1937, mandou-se proceder à construção de mais dois fontanários na Levada de Santa Luzia, sendo estas obras realizadas pelos Serviços Municipalizados e pagas pelo Cofre da Câmara Municipal. Para o dia 28 de Maio, em comemoração do XI ano da Revolução Nacional, ficou marcada a inauguração de mais dois fontanários em S. Martinho que já estão concluídos, isto para além de outras obras a inaugurar nessa data comemorativa.

Nesta mesma sessão, a Comissão Administrativa resolveu officiar ao Sr. Hinton, “proprietário de um cano na rua das árvores que conduz os detritos da fábrica do Torreão, para a praia, para que faça a respectiva reparação e modificação do mesmo, por este se achar em mau estado e colocado muito à superfície, ou declarar que prescinde do referido cano, para que a Câmara possa fazer os melhoramentos necessários na referida rua. Para que não seja prejudicada a laboração na referida fábrica esta Comissão empresta a título provisório o cano geral da referida rua das árvores, devendo começar imediatamente as respectivas reparações e modificações nas condições que serão indicadas pela Repartição Técnica desta Câmara. A urgência deste serviço é para que o publico não fique prejudicado por muito tempo com a vedação da referida rua”<sup>280</sup>.

As preocupações desta Câmara com a higienização das ribeiras, leva mesmo a introduzir melhorias e até uma postura relacionada com o assunto. Essa preocupação

---

<sup>278</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 31 de Dezembro de 1936.

<sup>279</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 29 de Abril de 1937.

<sup>280</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Maio de 1937.

constante desta Comissão Administrativa estende-se à melhoria das condições higiénicas da cidade e das freguesias suburbanas. Em Outubro de 1937 tinham-se já construído mais de 20 fontanários, dotaram-se muitos outros já existentes de água potável, construíram-se lavadouros, montaram-se bebedouros na cidade e tem-se procurado que se introduzam nas casas de habitação os requisitos indispensáveis a uma vida saudável. Apesar de se ter esgotado já o empréstimo para o saneamento, tem-se prosseguido nas obras de rede de esgotos. Construiu-se um mictório e outros estão em construção, adoptaram-se medidas tendentes a evitar o mau habito de escarrar no chão a evitar maus cheiros e propagação de doenças.

Com este objectivo foi lançada a praça do fornecimento dum tanque automóvel para limpeza e lavagem das ruas. As propostas apresentadas ficaram para estudar, após a sessão de 17 de Junho de 1937. Esta data serviu também para encarregar Joaquim dos Santos Correia, da construção de 10 bebedouros segundo o projecto do Sr. Architecto Couto Martins, pela quantia de 800\$00 cada. Estes projectos foram oferecidos pelo referido architecto a esta Câmara. Para além dos bebedouros, os lavadouros públicos eram também uma necessidade sentida pela população. Por essa razão foi resolvido encarregar a Repartição Técnica de elaborar o projecto de 4 lavadouros na Ribeira de Santa Luzia, na Ribeira de João Gomes e no Almirante Reis junto ao arsenal<sup>281</sup>.

A 8 de Julho deste ano, seria decidida a construção de mais um lavadouro na Ribeira de João Gomes, do mesmo tipo do que se acha em construção na Ribeira de Santa Luzia. Neste dia, depois de estudadas as propostas apresentadas anteriormente para a limpeza da cidade, solicitou-se à Câmara Municipal de Lisboa o fornecimento de 12 carros de 2 rodas para a limpeza da cidade, a fim de substituírem os existentes que são de arrasto.

Os fontanários da cidade voltam uma semana depois, ao serem substituídas as torneiras existentes no Caminho da Levada de Santa Luzia, por dois novos fontanários já em construção. Neste caminho serão construídos ainda mais dois, tal como no Caminho do Til, onde um deles deverá aproveitar o ribeiro ali existente. É adjudicado neste dia, mais um lavadouro a Luís Gomes, na ribeira de João Gomes, pela quantia de 4.100\$00<sup>282</sup>. A cobertura deste lavadouro é adjudicada por três contos ao mesmo empreiteiro, na semana seguinte.

---

<sup>281</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 e 24 de Junho de 1937.

<sup>282</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 15 de Julho de 1937.

O problema das ribeiras, particularmente na parte em que atravessam a cidade, não tem sido também descurado. Procura-se que não sejam focos pestilenciais e em parte este objectivo já se conseguiu. As ribeiras não são já o esgoto da cidade. Tem-se procurado evitar que nos seus leitos existam águas estagnadas. Tudo isto, porém, precisa de regulamentação e é o que se propõe conseguir a Comissão Administrativa ao aprovar, mandar publicar e pôr em execução a postura sobre a higienização das ribeiras, nas condições que apresentamos no anexo documental<sup>283</sup>.

Aí verificamos que é proibido lançar lixo, imundícies, terras materiais e quaisquer objectos nos leitos das ribeiras, dentro da área da cidade, sob pena de 100\$00 de multa e o dobro nas reincidências, entre muitas outras proibições. Recordamos apenas que é também proibido encostar escadas, andaimes e chaprões, às muralhas das ribeiras, dentro da área da cidade, bem como lavar roupas nos leitos das mesmas. Esta situação remete-nos para a descrição feita por um conterrâneo, que lembra as ribeiras do Funchal com as “celhas” onde eram colocadas as galinhas pela manhã, para serem colocadas dentro das ditas ribeiras durante o dia para se alimentarem, sendo apenas recolhidas pelo anoitecer. A postura agora publicada visa pois contribuir para criar uma imagem de maior desenvolvimento da cidade do Funchal e pode ser integrada dentro do grande plano de urbanização da cidade, tal como a postura sobre a obrigatoriedade de recipientes para lixo, saída da sessão de 13 de Janeiro de 1938.

Os fontanários da cidade continuam a ser uma necessidade e para tal, a 18 de Março, solicitou-se autorização ao Senhor Graham Blandy, para permitir a construção de 2 fontanários em terrenos que lhe pertencem, um próximo da Capela das Neves e outro junto do portão da Quinta do Palheiro<sup>284</sup>. Também os fontanários de Santo António e de S. Martinho eram necessários, mas faltava a aquisição de água potável, pelo que se decidiu pela compra de 12 penas e 24 centésimas partes de uma pena de água potável da nascente denominada “*Fonte do Senhor*”, na freguesia de Santo António por 18.360\$00. Prevê-se que antes do dia 28 de Maio, 18 fontanários nas freguesias de S. Martinho, Monte, Stª Maria Maior e S. Gonçalo estejam concluídos.

Precisamente por causa do abastecimento de água na cidade do Funchal, registre-se que o Presidente recebeu um telegrama do Senhor chefe de Gabinete do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Depois de analisado o telegrama, responde Fernão

---

<sup>283</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 16 de Dezembro de 1937.

<sup>284</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 10 de Março de 1938.

Ornelas alterando alguns dos termos da redacção da proposta. Nesta sequência, comunicou o presidente que já foi assinado o contrato entre a Câmara e a Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira, pelo qual o município se obriga a fornecer aquela entidade a água necessária ao abastecimento da navegação<sup>285</sup>.

Para que todas as situações sejam claras sobre este assunto, “*resolve a Comissão Administrativa aprovar o regulamento para o abastecimento de água potável à cidade do Funchal, submetendo-o à aprovação de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, nos termos do artigo dez do decreto vinte e nove mil e noventa e dois*”<sup>286</sup>.

No início de 1939, prosseguem as obras de abastecimento de água potável às freguesias suburbanas, estudando-se a localização de cerca de mais vinte, que deverão ser inaugurados no dia 28 de Maio. A 23 de Fevereiro, e ainda com o objectivo de serem concluídos em Maio próximo, decidiu-se que fossem construídos cerca de 35 fontanários nas freguesias suburbanas de S. Roque, Monte, Santo António, S. Gonçalo, S. Martinho e Santa Maria Maior, abrindo-se concurso para a compra de água destinada ao seu abastecimento<sup>287</sup>.

No fim do mês de Março, surgem as propostas para o fornecimento de água potável acompanhadas do parecer dos Serviços Municipalizados, assinado pelo Director destes Serviços, Engenheiro Herculano Lourenço dos Ramos e Delegado de Saúde, Dr. Carlos Leite Monteiro. Estas devem ser adjudicadas tendo em conta a qualidade da água mas também a situação das nascentes e possibilidades de inquinações que em certos casos vem modificar a potabilidade da mesma. Ainda nesta sessão foi presente um ofício do Engenheiro Director Geral da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, com um projecto de regulamento para o serviço de abastecimento de água potável à cidade, com o qual a Câmara concorda<sup>288</sup>.

Na freguesia do Monte, o abastecimento de água leva em consideração as propostas da Assistência Nacional aos Tuberculosos e do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, que devem custear as despesas com a condução de água dos Tornos para o Hospital e Sanatório, até à verba de 62.490\$00. Perante tal vantagem, a Comissão resolve a 27 de Abril de 1939, que os Serviços Municipalizados iniciem imediatamente as obras necessárias para que a água dos Tornos esteja nos fontanários no dia 28 de Maio.

---

<sup>285</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 22 de Setembro de 1938.

<sup>286</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 29 de Dezembro de 1938.

<sup>287</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Fevereiro de 1939.

<sup>288</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 30 de Março de 1939.

A 25 de Maio, o Sr. Presidente dá conhecimento de dois recursos apresentados contra a Câmara Municipal do Funchal. Um deles é um recurso administrativo interposto na auditoria administrativa de Lisboa pela firma H.M. Borges, Sucessores, Ld.<sup>a</sup> e o outro, é um recurso administrativo interposto pelas levadas dos Piornais, nova do Cural e Castelejo, da Madalena, de D. Isabel, do Poço do Lombo, do pico do Cardo, da Serra da Alegria e das Amoreiras, contra a postura de 20 de Janeiro de 1938<sup>289</sup>. Nesse mesmo dia foi deliberado proceder a diversas inaugurações comemorativas do XIII aniversário da Revolução Nacional.

Por causa do abastecimento de água potável à cidade, a 27 de Julho de 1939 o Sr. Presidente comunicou que dada a urgência da obra, mandou proceder à canalização de água do Montado do Pisão para o abastecimento da cidade sem aguardar a sessão camarária, pelo que foi sancionado pela Comissão Administrativa. A 3 de Agosto,



resolveu-se fixar em três metros cúbicos o consumo mínimo de água municipal, podendo ser fixado também em dois metros cúbicos, por despacho do Presidente. Devido ao estado adiantado de algumas das obras de abastecimento de água à cidade, procedeu-se no início de Setembro à arrematação por concurso público para o fornecimento de mil contadores para água potável, e em Dezembro a mais 500. *Re-Nhau-Nhau* não deixou passar a ideia dos contadores sem a sua interpretação<sup>290</sup>. No início de Novembro, adjudicou-se a execução de 50 grades em ferro para sarjetas a

colocar na linha de água junto aos passeios e às paredes.

O ano de 1940 inicia com o fornecimento de água potável para abastecimento do bairro económico de São Gonçalo. Após a apresentação das duas propostas, a adjudicação foi entregue à Sociedade de águas potáveis do Pico da Silva e Cova do Louro, Limitada,

<sup>289</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 25 de Maio de 1939.

<sup>290</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 25 de Setembro de 1939, p.1.

que se propôs fornecer as 10 penas de água potável no local indicado no bairro, pela importância total de 41.250\$00 escudos. De seguida realizou-se a praça pública para o fornecimento de 500 contadores, entregue a Clemente Gomes Aguiar & Filhos, por ser a única proposta.

A 11 de Janeiro deste ano de 1940, cumprindo o disposto no artigo quatrocentos oitenta e um e seguintes do Código Administrativo aplicável à Madeira a partir do dia um do corrente, deixaram de prestar serviço nesta Câmara os seguintes funcionários, que têm mais de setenta anos de idade: Reverendo Cónego António Homem de Gouveia, Conservador do Museu; condutor José Maria Pereira, servindo de Director da Repartição Técnica; João Florêncio da Costa, chefe de conservação e Carlos João de Sousa, escriturário, sendo louvados pela maneira como desempenharam as suas funções, com grande proveito para o município<sup>291</sup>.

Na semana seguinte, é aprovado o novo quadro geral do pessoal desta Câmara. Surgem então nomes como Ernesto Pelágio dos Santos, Albino Teixeira da Costa, António Gregório Ferreira, Luís Gonzaga de Sousa Farinha e José Jerónimo Martins com nomeação vitalícia no quadro geral administrativo. Para o quadro privativo, mas também de nomeação vitalícia, são nomeados Abel da Silva Branco Camacho, Artur de Castro Freitas, João Watts Vieira Rodrigues e Luís Guilherme Salbany que prestam serviço na repartição de obras municipais enquanto nos serviços de saúde ficam Júlio Vicente Ferreira e Luís de Freitas Ferraz. Como escriturários de terceira são nomeados também vitaliciamente, Eduardo Alberto de Jesus, Carlos Alberto Mesquita Spranger, João da Silva Branco Camacho, Carlos José B. C. Correia, este último a prestar serviços no matadouro, e para os serviços de águas e saneamento o escriturário Flávio Assis Fernandes Neves. Muitos outros nomes dos mais variados serviços poderão ser aqui confirmados. Gostaria no entanto, de salientar os que se relacionam com as obras municipais. Assim na secção de viação e obras particulares referimos o encarregado Filipe Rodrigues, o desenhador Rogério Malco Franco de Castro, os fiscais Francisco Fernandes, Artur de Freitas e Herculano de Freitas, o chefe de conservação Aires Teles Vilhena de Menezes e o fiscal Eduardo de Nóbrega. Na secção de construções e urbanização, aqueles que decidimos destacar foram o encarregado João Higino Ferraz Júnior, o desenhador Francisco de Freitas e o chefe de conservação José Fernandes de Gouveia<sup>292</sup>.

---

<sup>291</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 11 de Janeiro de 1940.

<sup>292</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 18 de Janeiro de 1940.

O cobrador do serviço de águas e saneamento, João Coelho de Meireles, por razões de saúde pediu a exoneração a 29 de Fevereiro de 1940, sendo assalariado Eduardo Eurico Fernandes nesse cargo. A 11 de Abril, procede-se à mudança de um depósito de água do Sul dos Paços do Concelho, adjudicada à Cooperativa dos Carpinteiros pela quantia de 1.090\$00.

A 27 de Fevereiro de 1941, após o temporal do dia 15 deste mês, quando o Sr. Vice-Presidente visitou vários pontos da cidade, constatou que o pessoal da Câmara havia tratado de remover destroços, serrar as árvores caídas, etc. mostrando assim zelo pelas coisas públicas. Esta atitude foi motivo para atribuição de um louvor ao pessoal que interveio, nomeadamente, o fiscal dos jardins, Júlio França e os fiscais de limpeza Luís Ribeiro da Silva, César Marcelino Correia e João Salomé de Andrade, bem como ao pessoal seu subordinado.

É também nesta data que se aprova o projecto e abertura do concurso para a construção de um chafariz cascata no Largo da Restauração. Na semana seguinte, a 6 de Março, a execução desta obra ficou a cargo de Estêvão da Silva por 10 contos, devendo a mesma estar concluída a 7 de Junho.

O ante-projecto de abastecimento de água de rega à cidade, foi apresentado na sessão de 17 de Julho de 1941 pelo serviço de águas e saneamento e foi aprovado. Junto deste, vem o plano para melhorar o aproveitamento e captação das nascentes de água potável da região dos Tornos e ainda a estimativa de parte das obras, no valor de 220 contos. É precisamente no último dia deste mês que são adjudicadas várias obras relativas à construção de pequenas levadas e canalizações de água, como se pode verificar também no anexo documental relativo ao registo dos assuntos tratados em reunião da Comissão administrativa do dia 31 de Julho de 1941. Sobre este ponto, a 25 de Setembro procedeu-se à praça da construção de uma levada na ribeira de Santa Luzia, com a extensão de 3.700 metros ao preço de 32\$80 por metro. Na mesma proposta, o empreiteiro José Pedro Marques propõe-se executar cada metro de beton ciclópico em represas, incluindo escavação, à razão de 161\$00 cada metro cúbico.

As questões de higienização da cidade, merecem uma atenção especial na sessão de 4 de Agosto de 1938, data em que se faz aprovar uma postura sobre a guarda de carros de bois ou zorras nas ruas consideradas mais centrais da cidade. Nessa postura estabelece-se que sejam afastadas das ruas mais centrais, as lojas de arrecadação dos carros de bois e

zorras. É também proibido que dentro da área da cidade circulem bois ou muares desatrelados do carro, sob pena de multa de 100\$00 e o dobro na reincidência<sup>293</sup>.

Estas questões de higiene e saneamento voltam à discussão a 25 de Agosto deste ano, quando surge uma outra postura, desta vez para regulamentar que os proprietários dos prédios já edificados ou a edificar nas zonas da cidade onde se encontra construída a rede de esgotos, são *“obrigados a estabelecer pela forma prescrita nesta postura e nos regulamentos de salubridade e higiene em vigor, as instalações sanitárias indispensáveis para o completo e perfeito saneamento dos prédios, e bem assim a sua ligação aquela rede”*<sup>294</sup>.

Dos quinze artigos desta postura, não podemos deixar de referir que se trata de incentivar a população a proceder à instalação de aparelhos sanitários, principalmente retretes, dos seus ramais de descarga, de tubos de queda ou colectores particulares até à via pública e da tubagem de ventilação. Para além disso, o ramal ou canais de ligação assentes na via pública, serão sempre assentes pelos Serviços Municipalizados. Será ainda obrigatória a inserção de um sifão de diâmetro proporcionado ao da respectiva tubagem na ligação de qualquer aparelho sanitário ou ramal de descarga. Todos estes trabalhos só deverão começar a ser executados, depois da rede das canalizações de esgotos assegurar a ligação dos prédios dessa zona. Quem não der cumprimento ao estabelecido será multado em trezentos escudos em conformidade com o artigo vinte e oito do decreto 13.166. Nenhum projecto de construção ou reconstrução poderá ser aprovado sem incluir as respectivas instalações sanitárias e a sua ligação à rede. Esta rede de esgotos ou saneamento é destinada ao esgoto de matérias fecais, águas sujas domésticas e águas pluviais, sendo proibidas quaisquer substâncias sólidas que possam obstruir ou danificar as canalizações. Pelo artigo 8º desta postura, não poderão ser construídos de futuro os designados sumidouros, depósitos ou fossas domésticas. Pelo artigo 9º, fica estabelecido que para a realização das obras de saneamento, sua inspecção e fiscalização, poderá a Câmara Municipal pelos seus empregados ou adjudicatários, entrar durante o dia, livremente, mediante prévio aviso, nos prédios a beneficiar ou beneficiados, para o que se requisitará se necessário o auxílio das autoridades.

Na sessão de 6 de Outubro, decidiu-se proceder ao lançamento da canalização de esgotos de harmonia com a postura de Agosto em variadas ruas do Funchal,

---

<sup>293</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 4 de Agosto de 1938.

<sup>294</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 25 de Agosto de 1938.

nomeadamente na Rua da Carne Azeda, Beco do Anselmo, Beco do Geraldo, Travessa da Estufa, Rua de Santa Maria, Rua dos Barreiros, Travessa do Pimenta, entre outras<sup>295</sup>. A abertura do concurso para o lançamento dos canos nestas e noutras ruas surge a 10 de Novembro, e é feita contando com a participação dos proprietários dos prédios confinantes com as vias públicas. No entanto, é a 8 de Dezembro que se procede à arrematação por proposta em carta fechada e lacrada, da empreitada do lançamento dos canos de esgoto nas referidas ruas e travessas. São treze as propostas apresentadas para serem examinadas pela Repartição Técnica. Só na sessão do dia 15 de Dezembro, em face do informe dado por esta Comissão, foi adjudicado o lançamento de canos de esgoto nas referidas vias. A Empresa de Construção Civil Limitada, representada pelo sócio gerente Sr. Manuel Teixeira Júnior, apresentou a proposta mais vantajosa para a Câmara, no valor de 49.467\$61.

Em prosseguimento das obras de saneamento da cidade do Funchal, a 24 de Agosto de 1939, foi aberto o concurso público para o lançamento dos colectores de esgotos na Rua 31 de Janeiro, Rua do Torreão, no Beco dos Louros, no Caminho de D. João, Caminho dos Saltos e Rua do Deão. Atendendo a que estamos num período de dificuldades económicas, agravadas com o deflagrar da segunda grande guerra, que dificulta aos proprietários a participação que devem fazer em proporção ao rendimento colectável do seu prédio, resolve a Comissão Administrativa que essa participação passe a ser feita em oito prestações mensais, quando os proprietários interessados o requeiram<sup>296</sup>. Aliás, atendendo às circunstâncias motivadas pela guerra, resolveu-se dispensar um guarda do serviço de fiscalização de posturas e dois guardas cívicos, apesar dos bons serviços prestados pelos agentes em causa.

O saneamento do concelho do Funchal, tem sido acautelado na medida do possível, e a obra já realizada fala por si. A 16 de Novembro de 1939, o Sr. Presidente comunicou à Comissão administrativa que será enviado ao Sr. Inspector de Saúde um relatório pormenorizado acerca dos trabalhos realizados por esta Câmara no saneamento de todo o Concelho. Esse resumo encontra-se em anexo e confirma a obra já feita. Desde fontanários de água potável, bebedouros, lavadouros, rede de esgotos, retretes e mictórios, as alterações são visíveis<sup>297</sup>. Aliás neste mesmo dia, é resolvido o lançamento de um cano de

---

<sup>295</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 6 de Outubro de 1938.

<sup>296</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 21 de Setembro de 1939.

<sup>297</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 16 de Novembro de 1939.

esgoto na Rua das Cruzes e Beco das Cruzes, entregue a Manuel de Sousa por 2.360\$00. Em Dezembro, as intervenções nesta área prosseguem com a empreitada do lançamento de um cano de esgoto na Rua 31 de Janeiro, entre as ruas do Torreão e do Deão. Manuel de Sousa, com 8.990\$00, foi quem apresentou a melhor das 7 propostas que foram enviadas à Repartição Técnica, sendo confirmada a adjudicação na semana seguinte.

No que se refere a retretes e fossas, no ano de 1939 foram construídas 78 nas freguesias de Santa Maria Maior e S. Gonçalo, 76 em Santo António e S. Martinho e 208 em S. Roque, St.<sup>a</sup> Luzia e Sé. Quanto ao abastecimento de água aos postos médicos de Santo António, S. Martinho, S. Roque e S. Gonçalo, fez-se a adjudicação da canalização a José Nunes de Andrade, pela importância de 5.750\$00.

Como já ficou dito anteriormente, a construção do Emissor da Rede de Esgotos é uma obra fundamental para a concretização da higienização que se pretende.

Por esta razão, a 17 de Outubro de 1940, *“resolveu a Comissão Administrativa encarregar os Senhores Engenheiros Abel Rodrigues da Silva Vieira e José Humberto Santos Guerreiro, de fazer o projecto e orçamento completo das obras de saneamento, cuja participação se pediu ao Estado e nos termos das indicações do Ministério das Obras Publicas e Comunicações. Por este trabalho que deverá estar concluído nos primeiros meses de 1941, apresentarão conta os referidos senhores Engenheiros, nos termos das tabelas oficiais e que não poderá exceder 50:000\$00, cinquenta mil escudos, sendo o respectivo pagamento feito em duas prestações: a 1ª na altura da conclusão do trabalho e a 2ª logo que seja concedida a participação do Estado”*<sup>298</sup>.

A 12 de Dezembro de 1940, por ofício da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, é devolvido a esta Câmara o projecto da obra de construção do emissor da zona oriental da cidade, afim de ser convenientemente remodelado, de acordo com as condições descritas neste ofício. Ainda nesta data, foi presente em reunião camarária o plano de obras de saneamento e abastecimento de águas para o ano de 1941. Foi lido o ofício nº 31 do Sr. Governador deste Distrito, que transcreveu o texto do ofício nº 3632, da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, acerca dos “esgotos da cidade”. Nesse texto pode ler-se que *“em harmonia com as indicações constantes do ofício nº897, de 15 de Abril próximo passado, está sendo elaborado o projecto do “emissor oriental” da rede de esgotos, que será remetido à*

---

<sup>298</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Outubro de 1940.

*Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos e que faz parte do plano de obras a compartilhar pelo Estado no concelho do Funchal, no ano de 194*”<sup>299</sup>.

Dando então cumprimento a esse plano de obras, a 8 de Maio de 1941 resolve a Comissão Administrativa aprovar o projecto de construção do Colector Principal e do Emissário da rede de esgotos da zona oriental da cidade do Funchal. Para esse efeito, convocou a Comissão Municipal de Higiene para dar o seu parecer sobre o projecto, que de seguida foi remetido à Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos do Ministério das Obras Públicas e Comunicações<sup>300</sup>.

Com essa mesma preocupação de contribuir para uma melhor imagem da cidade do Funchal, nesse dia 8 de Maio deliberou-se colocar varões de ferro nas margens da Ribeira de Santa Luzia, para sustentar as buganvílias que darão outra beleza a esta cidade, ao mesmo tempo que se procuram disfarçar as imundícies que navegam nas ribeiras. Por outro lado, procura-se que as cargas de cana sacarina conduzidas dentro da cidade, não causem estragos nos prédios, pelo facto de as cargas excederem lateralmente os estrados das carroçarias. Esta é uma situação que justifica mesmo o envio de um ofício à Direcção dos Serviços de Viação e ao Comandante da Polícia, para que se tomem medidas uma vez que os estragos produzidos são já consideráveis e muito superiores ao que é habitual.

Prossegue deste modo a tarefa de dar efectiva resposta aos problemas desta natureza que a cidade do Funchal apresenta. É então aprovado o regulamento do serviço de Saneamento da cidade do Funchal a 21 de Janeiro de 1943, data em que “*resolveu a Câmara Municipal aprovar este projecto e submete-lo à aprovação do governo por intermédio da Direcção Geral dos serviços Hidráulicos e Eléctricos, nos termos do artigo 22 do Decreto – Lei número 31.673*”<sup>301</sup>.

Passados três anos, este problema continua a estar no centro das prioridades da Comissão Administrativa. Procede-se por isso à 2ª praça da empreitada da construção do colector principal e do emissário da rede de esgotos na zona oriental da cidade. Apesar do aumento de 20% sobre a base de licitação que foi indicado na semana anterior e que era de 1.586.542\$00, esta praça ficou deserta por falta de concorrente<sup>302</sup>. Esta obra de grande

---

<sup>299</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. do Funchal de 12 de Dezembro de 1940.

<sup>300</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 8 de Maio de 1941.

<sup>301</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 21 de Janeiro de 1943.

<sup>302</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 26 de Setembro de 1946.

necessidade sob o ponto de vista da saúde pública fica então a aguardar novos desenvolvimentos.

No dia 10 de Outubro de 1946, sugere-se da repartição de abastecimento de água e saneamento, a nomeação do Sr. Engenheiro Alexandre Ferreira Chaves, para elaborar o projecto de abastecimento de águas a esta cidade juntando a proposta. A Câmara concorda com a proposta apresentada<sup>303</sup>. Neste mesmo dia, resolve a mesma Câmara proibir o lançamento de entulhos em qualquer local da cidade, fixando-se para esse fim um único local que será a Ponta da Cruz, utilizando-se para isso o caminho que segue para a fábrica de conservas.

A Construção de um mercado de frutas e flores, a construção de um mercado para a venda de peixe e a construção de um novo Matadouro Municipal, são outra grande preocupação deste município. Qualquer destas construções se revela de grande necessidade para a população, que tem aumentado progressivamente nos últimos tempos. Torna-se por isso imperioso encontrar uma nova organização e uma nova funcionalidade no quotidiano do município. Deste modo, deve ser estabelecido um regulamento de abertura e encerramento dos estabelecimentos comerciais e industriais, nessa nova organização.

Com esse propósito, foi presente na sessão de 25 de Fevereiro de 1937, um regulamento, sendo resolvido publica-lo após a aprovação pelo Sr. Dr. Delegado do Instituto Nacional do Trabalho. Aí ficou escrito, entre outros aspectos, o descanso semanal, horário de encerramento e abertura dos estabelecimentos de venda ao público da área do Concelho do Funchal e o direito ao descanso semanal de 24 horas seguidas. Esta medida, só em caso expressamente determinado, poderia ser aplicada aos assalariados e empregados que se ocupem em estabelecimentos comerciais e industriais, qualquer que seja a sua profissão e categoria<sup>304</sup>.

---

<sup>303</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 10 de Outubro de 1946.

<sup>304</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 25 de Fevereiro de 1937.

Tendo em conta as condições em que laboram actualmente, tanto o Mercado como a praça do peixe, resolve a Comissão Administrativa construir dois mercados, Oriental e



Ocidental, nomeando-se desde já uma Comissão para escolha dos locais composta pelo Presidente da Câmara e pelos Vogais Dr. William Clode e Tenente Domingos Cardoso. Esta iniciativa prende-se com o facto de o Mercado existente bem como a Praça do Peixe não satisfazerem quer pela sua situação, quer ainda pelas péssimas condições higiénicas e exiguidade de proporções<sup>305</sup>. A satisfação pelo anúncio dos novos mercados agradou ao ponto de Fernão Ornelas ter direito a uma manifestação de simpatia como se pode ver em *Re-Nhau-Nhau*<sup>306</sup>.

Quase exactamente um ano depois, “*resolveu a Comissão Administrativa e em face dos estudos a que se procedeu, que o local que reúne melhores condições para a construção do Novo Mercado Municipal cuja construção foi autorizada pela Portaria de cinco de Abril do corrente ano, é o rectângulo delimitado ao Norte pela Rua do Hospital Velho, Sul com a Rua Latino Coelho, Leste com a Rua da Boa Viagem e Oeste com o Largo dos Lavradores*”<sup>307</sup>.

Nesta data de 9 de Junho de 1938, foi resolvido proceder às expropriações amigáveis de todos os prédios compreendidos nesta área, quando seja possível e à expropriação judicial dos prédios sobre o preço dos quais não tenha havido ou não haja acordo.

Para dar então seguimento ao que ficou escrito anteriormente, a 30 de Junho de 1938, a Comissão Administrativa procura continuar a expropriar amigavelmente todos os prédios pertencentes ao Sr. José Miguel Gomes, morador no Caminho da Achada nº 9<sup>A</sup> e situados nas ruas Latino Coelho, Boa Viagem, Hospital Velho e Largo dos Lavradores,

<sup>305</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Junho de 1937.

<sup>306</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 28 de Junho de 1937, p. 10.

<sup>307</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 9 de Junho de 1938.

pela quantia de 350.000\$00, para a construção do Novo Mercado, autorizando o Sr. Presidente a assinar o respectivo termo no Comando da Polícia. As condições acordadas podem ser vistas em anexo referente a esta data. O expropriado fica com o direito aos materiais dos prédios expropriados, com excepção da pedra e com a obrigação de entregar todos os prédios livres e desembaraçados de materiais dentro do prazo de 45 dias a contar da data do termo, isento do pagamento das taxas camarárias pelas construções ou reparações de prédios no prazo de 1 ano e confinantes com o Mercado<sup>308</sup>.

Tenta-se deste modo e em primeiro lugar, a expropriação amigável, no sentido de viabilizar esta construção de grande necessidade e urgência para esta cidade. As expropriações amigáveis decorrem a bom ritmo, pois a 7 de Julho deste ano, o Presidente comunica em sessão camarária que já haviam sido efectuadas algumas, nomeadamente a José Miguel Gomes (350.000\$00), Elmina Bela Cruz Corte (30.000\$00), Carlos Burrromeu Nunes Pereira (10.000\$00), Cristina de Jesus Gomes e outros (10.000\$00), José Fernandes Faria Rebolo (75.000\$00). Pela forma como têm decorrido as negociações, a Comissão resolveu registar com louvor a boa vontade dos expropriados, principalmente do Sr. José Miguel Gomes proprietário de 11 casas<sup>309</sup>.

Ainda nesta sessão autorizou-se o pagamento das indemnizações pela saída dos estabelecimentos industriais que vão ser demolidos na área do Novo Mercado, no Largo dos Lavradores. Nesta situação encontram-se uma casa de bordados de José Clemente da Silva, outra também de bordados de Patrício & Gouveia Ld.<sup>a</sup> e uma livraria de D. Amélia de Brito Moura.

As indemnizações aos industriais com prédios e lojas na zona a demolir com vista à construção do Novo Mercado, prosseguem a 21 de Julho de 1938. São vários os proprietários e os estabelecimentos variam entre oficinas de serralheiros, atelier de confecções, oficina, alfaiataria, modista, atelier de moda e oficinas de garagem. O zelo e a competência demonstrados pelo funcionário da repartição técnica da Câmara, Sr. João Ferraz Júnior, que se empenhou de forma perfeita nesta missão, conseguindo negociar as expropriações de forma amigável, valeram a este desenhador um voto de louvor na reunião camarária de 8 de Setembro de 1938.

---

<sup>308</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 30 de Junho de 1938.

<sup>309</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 7 de Julho de 1938.

Relativamente às ruas de acesso ao novo Mercado, ficou estipulado na sessão de 29 Setembro de 1938, que estas deveriam ter a largura de dez metros, devendo estudar-se a possibilidade de alterar alguns alinhamentos.

É já no final de 1938, a 8 de Dezembro que a Comissão Administrativa avança então para a construção do Novo Mercado e Praça do Peixe aprovando o orçamento.

A praça para a construção do Novo Mercado realiza-se assim a 29 de Dezembro, por proposta em carta fechada, tendo concorrido doze propostas, que nos sugerem os nomes de vários empreiteiros, com valores entre 2.605.000\$00 e 2.625.000\$00. Pelo valor mais baixo a obra foi entregue a Manuel Alberto Gomes<sup>310</sup>.

Esta obra que se inicia numa segunda-feira, dia 9 de Janeiro de 1939 “*é a obra de maior valor orçamental que a Câmara tem levado a efeito no presente século. Com ela não só se aumentará a receita da Câmara, por ser o espaço aproveitável para a venda muito maior do que o actual, como se dotará a cidade dum mercado digno da sua categoria. O novo mercado deverá ficar concluído no verão de 1940*”<sup>311</sup>.

Neste final de ano de 1938, é também decidido avançar com a aprovação do orçamento para as fundações do Novo Matadouro. A praça desta obra realiza-se no dia 29 de Dezembro e foram recebidas 22 propostas. O valor mais alto era de 185.000\$00 e o mais baixo de 180.000\$00, proposta de João Pinto Correia Segundo a quem foi adjudicada a obra. Tal como no Novo Mercado, também estas obras deverão iniciar a 9 de Janeiro para estarem concluídas antes do verão de 1940.

A 13 de Julho procedeu-se à adjudicação do fornecimento de pedra para a construção do novo mercado a António Fernandes Luís, pela importância de 90\$00, por cada braça posta no local da obra, e a 3 de Agosto de 1939, foram enviados ao Sr. Intendente de Pecuária deste Distrito, dois volumes contendo o projecto de construção do Novo Matadouro Municipal a edificar nesta cidade, com o parecer da Junta de Higiene deste concelho, para ser sujeito à aprovação da Direcção Geral dos Serviços Pecuários, do Ministério da Agricultura<sup>312</sup>.

A abertura do concurso público para a construção propriamente dita do Novo Matadouro Municipal, seria decidida apenas a 10 de Agosto de 1939, devendo a obra ficar concluída em 12 meses.

---

<sup>310</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 29 de Dezembro de 1938.

<sup>311</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 5 de Janeiro de 1939.

<sup>312</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Julho e 3 de Agosto de 1939.

Depois de ultrapassada a questão das expropriações na zona do Mercado dos Lavradores, a vereação dirigiu as suas atenções para o abastecimento de carnes verdes. Foi então apresentada a 15 de Dezembro de 1938, pelo Sr. Presidente, uma proposta para entrar em discussão. Nela se apresentavam os valores que a Câmara auferiu do exclusivo do abastecimento de carnes verdes nos anos de 1926 a 1937, bem como as respectivas despesas anuais, concluindo-se que a Câmara passou a receber um rendimento líquido de 720 contos anuais. Para melhor esclarecimento deste assunto aconselhamos a leitura em anexo documental.

Aí verificamos que nesta sessão foi presente um requerimento assinado por João Maria Pestana, João Gomes Serrão Sobrinho, João Gomes Serrão, José Ferreira, Alfredo Severo Gomes; João Leandro Ferreira, Filipe Abreu, José Fernandes & C.<sup>a</sup> e João Martins da Silva representado por Vicente Brás Gonçalves, oferecendo à câmara pelo exclusivo em questão a importância anual de 1300 contos ou sejam três mil e novecentos contos em três anos, período porque se pede a concessão.

Ora, como o rendimento que a câmara vem obtendo, embora se tenha previsto um aumento para o ano de 1939, e da importância total oferecida se tenham de deduzir as despesas do Matadouro é, ainda assim, bastante inferior à que receberá se a adjudicação se fizer pela quantia proposta de 1300 contos. Atendendo portanto aos valores em causa, a Comissão Administrativa anuncia, para o próximo dia 5 de Janeiro de 1939, a arrematação do exclusivo do abastecimento de carnes verdes no Concelho do Funchal pelo espaço de três anos e nas condições do edital, que faz parte integrante desta deliberação<sup>313</sup>.

Também o edital sobre este exclusivo do abastecimento de carnes verdes se encontra no nosso anexo, transcrevendo apenas algumas das 21 condições anunciadas no referido edital.

Resulta desta situação, a não concordância do Vogal Sr. Dr. William Edward Clode, que apresentou a sua declaração de voto em relação à deliberação sobre o abastecimento de carnes verdes, expondo as suas razões.

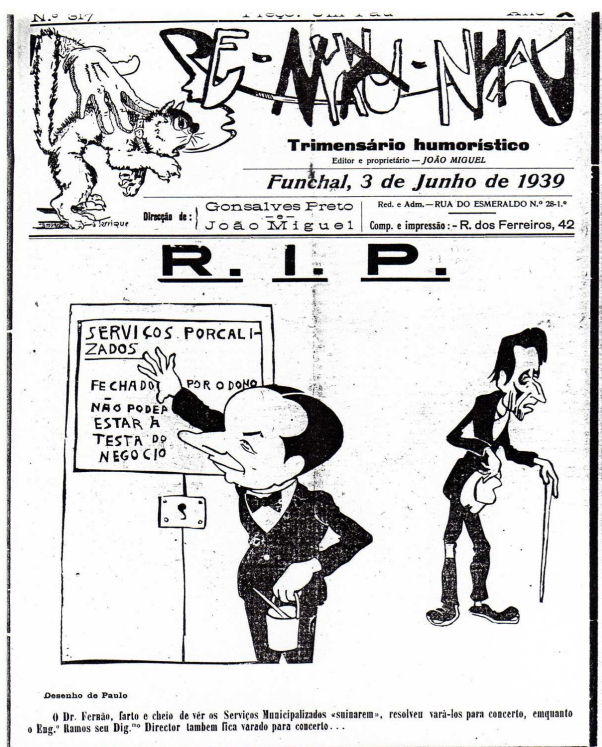
A discussão centra-se então no facto de se acabar com a municipalização do abastecimento de carnes verdes e a colocação desse negócio em arrematação. William Clode, considera que não devem atender-se apenas aos aspectos económicos mas também aos sociais e humanos. Acrescenta ainda, entre outros argumentos que ficam em anexo, que *“a municipalização trouxe a esta Câmara enormes vantagens não só sob o ponto de*

---

<sup>313</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 15 de Dezembro de 1938.

vista financeiro mas também no que diz respeito à terminação de abusos que se vinham cometendo com prejuízo manifesto para os criadores de gado, os donos dos talhos e consequentemente o público em geral”<sup>314</sup>.

Em resposta a esta posição do referido vogal, foi a vez de Fernão Ornelas esgrimir os seus argumentos, apresentando alguns esclarecimentos. Salienta-se o facto de este considerar que “a municipalização é um processo de administração que só se justifica quando pelo processo ordinário o público e os interesses da Câmara não estejam devidamente salvaguardados”. Justifica assim que foi oportuna a municipalização do



exclusivo de abastecimento de carnes verdes em 1934 e pelo mesmo critério julga que é de boa administração proceder-se agora à sua arrematação. Daí as condições anunciadas para a arrematação e que constam do edital, considerando-as como salvaguarda bastante dos interesses do público tanto consumidor, como intermediário (talhos), como produtor de gado<sup>315</sup>. Na verdade estávamos a caminhar para um processo de eliminação dos serviços municipalizados, como nos mostra *Re-Nhau-Nhau*<sup>316</sup>, apesar de todo o bom

trabalho que se reconhece aos seus responsáveis, Estas divergentes opiniões irão dividir alguns membros desta Comissão, mas este processo seria irreversível.

Com o objectivo de tentar regulamentar o abastecimento de carnes verdes, a 29 de Fevereiro de 1940, foi deliberada uma Postura sobre carnes, na qual resolveu a Comissão Administrativa que a multa de 300\$00 escudos consignada na Postura aprovada em sessão ordinária de 21 de Dezembro de 1939 e publicada em edital de 22 do mesmo mês e ano, seja elevada para 500\$00<sup>317</sup>. Desta forma procurava-se evitar alguns excessos e abusos e

<sup>314</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 15 de Dezembro de 1938.

<sup>315</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 15 de Dezembro de 1938.

<sup>316</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 3 de Junho de 1939, p.1.

<sup>317</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 29 de Fevereiro de 1940.

introduzir alguma regulamentação neste sector. Já antes disso, a 4 de Janeiro de 1940, tinha sido decidido que o pagamento do gado fornecido ao Matadouro Municipal se fizesse pela tesouraria da Câmara às segundas-feiras. Para este mesmo espaço, a 18 de Abril deste ano é decidido adjudicar o fornecimento do apetrechamento mecânico ao Instituto Pasteur. A 8 de Agosto pede-se *“ao Senhor Ministro das Finanças a isenção do pagamento de sisa pela compra de 1.612 metros quadrados de terreno e respectivas bemfeitorias na Ribeira de João Gomes, freguesia de Santa Luzia a João Gonçalves Cardoso e sua consorte, pela importância de vinte mil escudos, para a feira do gado e depósito de materiais do Novo Matadouro Municipal e pela compra de setecentos metros quadrados de terreno e respectivas bemfeitorias a Luís Marciano de Aguiar, herdeiros de, para o alargamento da entrada do Novo Matadouro”*<sup>318</sup>.

A 21 de Novembro de 1940, na sessão camarária semanal, foi registado em acta que o Mercado de D. Pedro 5º será demolido até ao próximo mês e que o Mercado dos Lavradores é oficialmente inaugurado no dia 24 do corrente mês, passando para ali todas as vendas ao público<sup>319</sup>. Estamos portanto nas vésperas da festa de Natal do ano de 1940, precisamente a 24 de Novembro, quando é inaugurado oficialmente o Mercado dos Lavradores. De facto, esta é uma data apropriada para o efeito, uma vez que irão funcionar já no Novo Mercado todos os preparativos desta festividade natalícia, dando assim resposta a uma importantíssima necessidade sentida por todos desde há muito.

Para que fosse colocado neste espaço, a 7 de Novembro do ano de 1940 é deliberado o fornecimento de um escudo, coroa e fita em pedra basáltica. Após concurso público, a execução deste trabalho foi adjudicada ao empreiteiro João Cândido Gomes pela quantia de 7.000\$00<sup>320</sup>. Neste mesmo dia são também decididas outras construções, como armários e bancos, não só para o Novo Mercado mas também para o Novo Matadouro.

Em Janeiro de 1940 procedeu-se, depois de observadas as formalidades legais, à praça em licitação verbal da venda das “miudezas” provenientes das rezes das espécies bovina, lanígera e caprina, abatidas no Matadouro Municipal durante o ano de 1940. Esta adjudicação foi entregue ao Sr. João Martins da Silva, comerciante morador nesta cidade, pelas seguintes importâncias: vacas e bois, a 264\$00 cada, vitelas a 20\$50 e carneiros ou cabras por 11\$50 cada. Seguiu-se a praça e adjudicação do exclusivo do fornecimento das

---

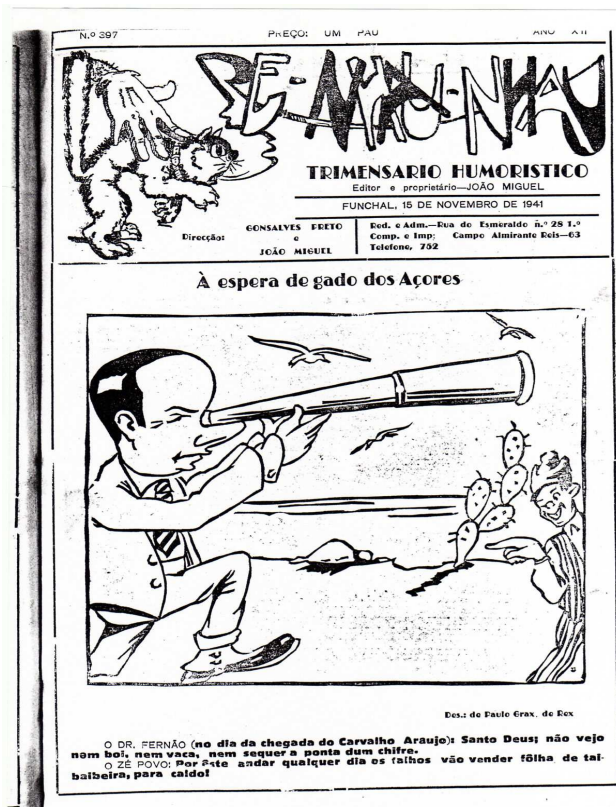
<sup>318</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 8 de Agosto de 1940.

<sup>319</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 21 de Novembro de 1940.

<sup>320</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 7 de Novembro de 1940.

rezes da espécie bovina a abater no matadouro, entregue a João Gomes Serrão Sobrinho, morador ao sítio do Pico do Cardo, na freguesia de Santo António. O pagamento do gado fornecido, seria feito pela Tesouraria da Câmara às segundas-feiras.

Por causa das dificuldades sentidas no abastecimento de carnes verdes à cidade, a 31 de Novembro de 1941, Fernão Ornelas faz uma longa exposição sobre o problema e considera que o rendimento deste serviço, que foi sempre uma das melhores receitas do



município, decresceu. Procura analisar as causas da escassez de gado dizendo que se tem tentado abastecer o mercado com gado adquirido nas freguesias rurais, ao mesmo tempo que se negocia a aquisição de gado nos Açores para o abastecimento regular da cidade. Diz ainda que o preço do gado dos Açores pago por Lisboa é sensivelmente igual ao que se paga ao produtor local, pelo que se decide aumentar o preço de compra de gado local e também o preço de venda de carnes verdes ao público<sup>321</sup>. *Re-Nhau-Nhau* fica então a aguardar o gado dos Açores<sup>322</sup>.

Estes preços de venda da vitela para permitir uma melhor remuneração do lavrador iriam ser novamente alterados a 21 de Maio de 1942, data em que são adjudicadas obras de ampliação do tabuleiro em cimento para limpeza dos debulhos, modificação na caixa do elevador e um depósito para água com capacidade para 500 litros, no Novo Matadouro. António Gomes ficou com os trabalhos por 2.661\$00.

As dificuldades económicas sentidas na época, bem como as dificuldades em aceitar as novas regras sugeridas para o funcionamento do mercado, levam a um processo policial que ocorreu a 1 Abril de 1943, quando o vogal desta Câmara, Guilherme Rodrigues da Silva, elabora uma participação em que aparece envolvido o antigo fiscal das carnes Manuel de Andrade. Como consequência “o fiscal Manuel de Andrade foi suspenso por

<sup>321</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Novembro de 1941.

<sup>322</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 15 de Novembro de 1941, p.1.

*seis meses em virtude de uma investigação organizada na presidência da Câmara por ter recebido 50\$00 para não processar um transgressor – sessão de 19 de Novembro de 1942; o mesmo fiscal foi mais tarde dispensado do serviço por andar a difamar um vogal da Câmara, sessão de 28 de Janeiro de 1943”<sup>323</sup>.*

No que respeita à venda de flores pela cidade, a 17 de Dezembro de 1936 é publicada uma Postura sobre vendedeiras ambulantes de flores. Através dela sabemos que apenas as pessoas do sexo feminino que se apresentem vestidas com o traje regional da Madeira do modelo estabelecido pela Câmara, podem vender na área do concelho, devendo para isso adquirir a competente licença camarária. Por esta postura é ainda criado um prémio anual de 1.000\$00, a atribuir em Maio, à vendedeira de maior beleza e apresentação. Todas as vendedeiras com menos de trinta anos que se apresentem com os trajes referidos ficam isentas do pagamento de taxas<sup>324</sup>.

A 3 de Junho de 1937 foi entregue o prémio de 200\$00 à “vendedeira de flores” Rosa de Aguiar, por ser aquela que se apresentou com a indumentária mais completa e dentro do rigor da tradição, de harmonia com a sugestão do júri que conferiu os prémios estabelecidos pela postura de Dezembro de 1936<sup>325</sup>.

As posturas camarárias visavam também outras áreas da vida cidadina funchalense. Daí a necessidade de regulamentar a colocação de cartazes, anúncios, letreiros, tabuletas, chapas metálicas, sobre os vendedores ambulantes de leite, frutas, legumes, aves, peixe, artigos destinados aos turistas, roupas usadas, bem como os engraxadores que devem munir-se previamente com a competente licença camarária. Surgem também as posturas sobre telheiros, sobre a condução de lenha, queima, giesta e cargas semelhantes, sobre as pocilgas e condução de gado na cidade, sobre cursos de água e muitas outras situações da vida quotidiana desses anos trinta<sup>326</sup>.

No que se refere à construção de escolas municipais no concelho do Funchal, vemos a preocupação desta comissão em construir uma escola de raiz logo em 1936. Até esta data muitos dos edifícios escolares funcionavam em instalações provisórias, muitas delas alugadas a particulares e sem grandes condições para a prática lectiva. Os custos das rendas e outras obras de melhoramentos necessárias para viabilizar o funcionamento

---

<sup>323</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Novembro de 1941.

<sup>324</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Dezembro de 1936.

<sup>325</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 3 de Junho de 1937.

<sup>326</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Dez. de 1936, 17 de Jun. de 1937, 8 de Jul. de 1937, 29 Jul. de 1937 e 14 de Out. de 1937.

destes espaços, levaram esta comissão a pensar em construir edifícios de raiz para servirem de escolas.

Por essa razão, a 22 de Outubro de 1936 a Comissão Administrativa da Câmara reconheceu que a área de 1666 metros quadrados de terreno destinado á construção de uma escola modelo na Rua dos Ilhéus é insuficiente, decidindo por isso expropriar de forma amigável mais uma parcela de terreno com 208,12 metros quadrados, ao proprietário Sr. Ernesto Machado de Melo Macedo, residente em Ponta Delgada, nos Açores.

Para que se torne efectiva a edificação deste espaço escolar, procede-se a 19 de Novembro de 1936 ao anúncio da praça para a construção de um edifício para escola primária na Rua dos Ilhéus. Os quatro concorrentes a esta empreitada apresentaram as suas propostas que foram enviadas à Repartição Técnica para estudar. João Pinto Correia Segundo apresentou para a execução da obra um valor de 410.000\$00, João Augusto Ribeiro 375.000\$00, José Miguel Gomes 171.800\$00 e António Lucas Cardoso Pires 422.000\$00. Neste mesmo dia foi enviado ao Comando da Polícia o mapa das expropriações de uma pequena porção de bemfeitorias na Rua dos Ilhéus, de um terreno de Ernesto de Melo Macedo, para serem lavrados os termos da expropriação<sup>327</sup>.

São então equacionadas as várias possibilidades, tendo-se decidido avançar para a construção da Escola Primária dos Ilhéus. Esta decisão foi tomada a 17 de Dezembro de 1936, data em que foi também abordada a situação das expropriações necessárias para o efeito. Considerada uma Escola Modelo, depois de observadas as formalidades legais, procedeu-se à arrematação em carta fechada, da empreitada de construção dum edifício para uma Escola Primária, no terreno expropriado pela Câmara situado na Rua dos Ilhéus, freguesia de S. Pedro. Concorreram a esta obra os empreiteiros João Pinto Correia Segundo (384.999\$00), José Miguel Gomes (344.800\$00), Empresa da Construção Civil, Limitada (340.000\$00), representada pelo gerente Sr. Manuel Teixeira Júnior e António Pereira Camacho & C.<sup>a</sup> Limitada (365.000\$00).

Depois de examinadas pela Comissão Administrativa estas quatro propostas, que tinham sido abertas perante o público uma a uma, adjudicou-se a empreitada da construção dum edifício para uma escola Primária à Empresa da Construção Civil, Limitada, com

---

<sup>327</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 19 de Novembro de 1936.

sede ao Beco do Forno, desta cidade, pela importância de 340.000\$00, por ser esta a proposta mais vantajosa para a Câmara<sup>328</sup>.

Para a construção desta escola modelo, foi necessário expropriar amigavelmente ao Padre Jacinto da Conceição Nunes, uma bemfeitoria de cana doce, vinha e algumas árvores de fruto, pela quantia de 150\$00, para vedação da escola primária oficial que a Câmara está a construir no Bairro dos Ilhéus<sup>329</sup>.

A 20 de Maio de 1937 e para assinalar o XI ano da Revolução Nacional, ficou decidido que no dia 28 de Maio se iria proceder às inaugurações de dois fontanários na freguesia de S. Martinho, que no dia 30 seriam inaugurados os caminhos das Romeiras e Courelas e o novo edifício para escola do sexo feminino no sítio das Romeiras. A escola modelo à Rua dos Ilhéus, será inaugurada logo que se encontrem concluídas as obras. Nas inaugurações aqui referidas estiveram presentes as mais altas individualidades, destacando-se o Sr. Governador Civil e representante do Sr. Comandante Militar, pelo que a Câmara agradece a “*imponente recepção feita*”<sup>330</sup>.

Em Junho de 1937 e no dia 17, foi dito que a escola modelo para o sexo feminino da Rua dos Ilhéus se encontra quase concluída, estando já aberto o concurso para a adjudicação da construção do cano de esgoto. Só a 9 de Setembro foi adjudicado o encerramento desta escola modelo à Empresa Decoradora da Madeira Limitada, pela importância de duzentos e setenta e nove escudos. Já depois disso, a 17 deste mês, foi resolvido dar à Escola Modelo da Rua dos Ilhéus o nome “*Escola Doutor Salazar*”, sendo ainda adjudicado a Gaspar de Andrade por trezentos e oitenta e oito escudos, o encerramento do corticite nos corredores e pátios do edifício da Escola Doutor Salazar.

Feliciano de Abreu, a 23 de Setembro ficou encarregue da construção de 4 armários, 4 cadeiras e 4 secretárias em mogno do Brasil para a Escola Dr. Salazar, e ainda mais dois armários, duas mesas e seis cadeiras<sup>331</sup>.

A 30 de Setembro, Mário Pires foi assalariado para guarda da escola, definindo-se nesta sessão, em harmonia com o que está combinado com o Sr. Governador Civil e a Comissão Administrativa, fixar para o dia 10 de Outubro pelas 14.30, a inauguração da

---

<sup>328</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Dezembro de 1936.

<sup>329</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 8 de Abril de 1937.

<sup>330</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 3 de Junho de 1937.

<sup>331</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Setembro de 1937.

Escola Dr. Salazar e das Escolas Centrais masculina de S. Pedro e masculina e feminina de Santa Maria<sup>332</sup>.

Para combater o frio da Escola Dr. Salazar, a 7 de Outubro adjudicou-se a construção de seis capachos de coiro com um metro de comprimento, a Henrique A. Rodrigues & C.<sup>a</sup>, por cento e oitenta escudos. A Henrique Casimiro da Silva, a 13 de Janeiro de 1938, adjudicou-se a execução de 4 caixas para suportes de guarda-chuvas. Só a 7 de Agosto de 1941, seria adjudicada a caiação interior e exterior da Escola Doutor Salazar, pela importância de 485\$00 à Empresa Decoradora da Madeira Ld.<sup>a</sup>, empresa que pelo valor de 1.100\$00, ficaria também com a pintura exterior, em sessão de 20 de Agosto de 1942.

Terminada esta construção, decide-se a 27 de Janeiro de 1938 a abertura de concurso para a construção de 4 edifícios escolares, conforme a planta aprovada nesta sessão. Desta forma, surge a 24 de Fevereiro a abertura da praça para estas construções. Esta praça viria a ser anulada para que se fizesse o concurso por escolas isoladas. A 5 de Maio deste ano, verifica-se que as obras destes 4 edifícios escolares se encontram bastante adiantadas.

Entretanto procedeu-se à expropriação para a escola modelo dos Louros na Rua Bartolomeu Dias e na Quinta do Acciouli ou do Faial foram também expropriados 700 metros de terreno de D. Leonor Mimoso Aragão, Dr. João Figueira de Freitas e João Eliot Henriques e respectivas consortes. Tratou-se aqui de negociações amigáveis. A 14 de Julho adjudicou-se a construção do muro de vedação da escola de Santa Luzia a Júlio da Silva Correia por 4.998\$00 e uma semana depois o muro de vedação na escola da Rua Pedro José de Ornelas, a Ângelo R. Fernandes Gouveia por 4.999\$00. Estas duas adjudicações viriam a sofrer alterações na sessão de 21 de Julho.

A 29 de Setembro de 1938 são inaugurados oficialmente os edifícios escolares do sítio dos Louros, do Caminho do Palheiro, da Rua Pedro José de Ornelas, do Jardim das Águas e da Madalena. Dando continuidade a este plano de instalação de escolas oficiais, deve construí-se em 1939 pelo menos mais um edifício nos moldes dos que foram inaugurados.

No entanto, estas construções modelo não seriam suficientes para responder às necessidades sentidas pelos habitantes. Com esse objectivo surge em 24 de Abril de 1941, um plano de construções escolares. Para que este fosse exequível, *“foi resolvido conforme o plano presente nesta reunião, solicitar participação do Estado para a construção de noventa e três salões escolares agrupados em edifícios com número variável de lugares,*

---

<sup>332</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 30 de Setembro de 1937.

*no máximo de oito. Ficarão existindo no Concelho mais 34 salas de escola além das existentes. Este plano terá seu início no próximo ano e ficará totalmente concluído em 1944. O seu custo é de 3.429.500\$00*<sup>333</sup>.

Como sinal de agradecimento por esta iniciativa e procurando dar continuidade à resolução deste plano de construções escolares, a 14 de Agosto de 1941, *“foi resolvido enviar a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente do Conselho um telegrama manifestando o regozijo desta Câmara pelo grandioso plano de construções escolares, cuja execução vem satisfazer uma antiga aspiração deste município*”<sup>334</sup>.

Estas construções não iriam preencher todas as lacunas, pelo que outros edifícios escolares vão ser aprovados, como é o caso de uma “creche” junto do Bairro económico de Santa Maria<sup>335</sup>. Há medida que avançavam estas construções iam-se cancelando alguns contratos de arrendamento de edifícios para esse efeito. Com o passar dos anos foram-se colmatando algumas das necessidades nesta área, mas as novas exigências obrigavam a que mais ainda fosse feito.

Depois de serem pensadas várias situações, em Junho de 1946, estavam reunidas as condições para avançar com a aquisição de terrenos para novas escolas. Estas iniciativas estavam inseridas no Plano dos Centenários, como se constata pela leitura do que foi escrito à data na acta da reunião camarária. A Câmara Municipal resolveu adquirir os terrenos necessários para a construção dos edifícios escolares, dando assim início à execução do “Plano dos Centenários”, autorizando o Sr. Presidente da Câmara a outorgar e assinar os respectivos contratos de compra de terrenos para as escolas de ensino primário.

Mais foi resolvido solicitar a sua Excelência o Senhor Ministro das Finanças a isenção de sisa para a aquisição dos terrenos para os oito primeiros edifícios escolares<sup>336</sup>.

Para que se possa perceber melhor o desenvolvimento que tiveram estas obras, torna-se necessário continuar a consulta dos registos camarários já depois de Fernão Ornelas ter saído da presidência da Câmara do Funchal. Essa é uma tarefa que ultrapassa o âmbito do nosso trabalho. No entanto, parece-nos que este conjunto de obras irão ter desenvolvimentos durante a vereação liderada por Óscar Baltazar Gonçalves.

---

<sup>333</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 24 de Abril de 1941.

<sup>334</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Agosto de 1941.

<sup>335</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 22 de Dezembro de 1943.

<sup>336</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 6 de Junho de 1946.

Juntamente com a construção dos edifícios escolares, achamos por bem referir-nos à construção de casas económicas ou de bairros sociais. Esta foi também, desde o início, uma preocupação desta comissão administrativa. Confirma-se esta iniciativa, desde Maio de 1936, quando no dia 14 é presente na sessão um ofício da Junta Geral Autónoma do distrito, comunicando a possibilidade de atribuir um subsídio para a construção de casas económicas neste concelho.

Perante esta possibilidade e conforme fora proposto superiormente pela Junta, resolve a Comissão Administrativa perguntar qual o quantitativo do subsídio, pedir a cedência de plantas ou desenhos referentes a este assunto e proceder à imediata escolha do terreno destinado a este fim<sup>337</sup>.

Por aqui se pode ver que existe uma colaboração entre estas duas instituições no sentido de fazer obra e dar resposta às necessidades sentidas pelas populações. Em muitos projectos levados a cabo, torna-se necessário o envolvimento de ambas as partes para que se consiga uma efectiva resolução dos verdadeiros problemas. Sem essa colaboração, partilha de esforços e dedicação a uma causa conjunta, certamente tudo seria de maior dificuldade de resolução.

Passados cerca de três meses, a 20 de Agosto deste mesmo ano, foi resolvido abrir concurso para a aquisição de terreno destinado à construção dum bairro económico de cerca de cinquenta casas, nas condições estabelecidas pelo decreto número vinte e três mil e cinquenta e dois de vinte e três de Setembro de mil novecentos trinta e três<sup>338</sup>.

Estas construções iriam prolongar-se pelos anos seguintes, uma vez que as dificuldades da população nesta matéria eram de facto muitas. Prosseguiram portanto os esforços para responder a mais esta necessidade que era a construção de casas económicas para grupos mais desfavorecidos da sociedade.

Muitas vezes foi necessário recorrer às expropriações, como aconteceu a 4 de Março de 1937. Nesta data *“resolve a Comissão Administrativa expropriar amigavelmente o prédio rústico pertencente a Manuel Alberto Gomes, que mede cerca de trinta mil metros quadrados, com o direito a regar com 28 horas d’água de renda no giro grande, da Levada dos Piornais, prédio situado na Ajuda, freguesia de Sam Martinho, pelo preço de seis escudos sessenta e cinco centavos, ao metro quadrado, com excepção de bemeitorias, a fim de dar-se início, à construção de casas económicas, nos termos do decreto nº 23.05.*

---

<sup>337</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Maio de 1936.

<sup>338</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Agosto de 1936.

*A repartição técnica procederá imediatamente ao levantamento da planta do local e apresentará até à próxima sessão a medição exacta deste terreno a fim de ser lavrado o competente auto de expropriação*”<sup>339</sup>.

Para além deste terreno, resolveu também a Comissão Administrativa expropriar amigavelmente um terreno com cerca de três mil metros quadrados e respectivas benfeitorias, situado ao Ribeiro Seco, freguesia de São Gonçalo, pertencente a Maria Vitória Gomes e José César Gomes, pelo preço de quatro escudos ao metro quadrado, para nele serem construídas habitações destinadas à acomodação dos moradores de casas sem condições higiénicas existentes nesta cidade. Tal como no caso anterior, irá proceder-se o mais rapidamente possível ao levantamento da planta do local. Outros terrenos viriam a ser expropriados neste local para permitirem a construção deste bairro económico. A aprovação da planta do Bairro da Ajuda ocorreu a 16 de Dezembro de 1937, tendo sido elaborada pela repartição das casas económicas da Administração das Obras Públicas. Neste dia o Sr. Presidente “*comunicou à Comissão que se encontram tomadas todas as providências para que esta obra se inicie nos princípios do próximo ano. Mais deu a conhecer que até ao fim do mês deve chegar à Câmara a planta do Bairro Popular de S. Gonçalo. Procura-se que estas últimas edificações sejam feitas de modo a que a renda a fixar seja no máximo de 40\$00*”<sup>340</sup>.

A 28 de Abril de 1938 e 6 de Julho de 1939 realizaram-se diversas expropriações amigáveis, para levar a efeito a construção do Bairro económico da Ajuda em S. Martinho. Estas construções levaram a Comissão Administrativa a “*pôr à ordem da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a verba de quinhentos mil escudos, parte da comparticipação da Câmara na construção dos Bairros Económicos, sendo feita a respectiva transferência com cheque da aludida quantia*”<sup>341</sup>.

Já a 25 de Maio de 1939, as propostas para a construção da terraplanagem das ruas do Bairro Económico da Ajuda ficam para estudar. Com o deflagrar da 2ª guerra mundial aumentaram as dificuldades em concluir alguns projectos. Como exemplo, podemos apontar o caso do Bairro de Casas Económicas da Ajuda, que a 8 de Maio de 1941 viu alterado o prazo para a sua construção.

---

<sup>339</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 4 de Março de 1937.

<sup>340</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 16 de Dezembro de 1937.

<sup>341</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 19 de Maio de 1938.

Tal adiamento ficou registado em acta nos seguintes termos: “*foi resolvido officiar à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Secção das Casas Económicas e ao Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, pedindo que seja alargado o prazo para a construção do Bairro de Casas económicas da Ajuda, enquanto durar o actual estado de coisas motivado pela guerra, tanto mais que recente e sobranceiramente a este Bairro foi construída uma bateria de Artilharia ou solicitar autorização para que seja vendido o respectivo terreno, embora com prejuízo, visto a Câmara ter feito já obras de terraplanagem no mesmo Bairro e construí-lo noutra local*”<sup>342</sup>.

As preocupações sociais com o bairros económicos de S. Gonçalo e da Ajuda prosseguem, no primeiro caso convidando as pessoas que queiram fornecer materiais, a dar os preços e condições na Repartição Técnica (madeiras, telhas, cimento, ferragens, etc.), no segundo procedendo à expropriação amigável de prédios para ser completado o plano de construção do bairro económico.

Apesar das dificuldades, o projecto definitivo do Bairro económico de S. Gonçalo é aprovado a 3 de Agosto de 1939. Este bairro comportará 68 habitações e deverá ficar concluído dentro de 10 meses<sup>343</sup>.

A continuidade destes projectos confirma-se ainda a 19 de Outubro de 1939 quando se decide a compra de terrenos e a construção de mais um bairro económico de 100 casas do tipo do Bairro de S. Gonçalo em que as rendas não serão superiores a 30\$00 mensais. A arrematação em hasta pública, por proposta em carta fechada, da empreitada de construção de 25 grupos com 100 habitações e urbanização do Bairro Económico de Santa Maria, realizou-se a 25 de Janeiro de 1940, sendo adjudicada à Sociedade Construtora da Madeira Limitada, representada pelos sócios gerentes João Pinto Correia Segundo e José Ferreira Duarte Soares, pelo valor de 879.500\$00.

Para a comemoração do duplo centenário da Fundação e Independência foram marcadas várias inaugurações. Entre elas, os bairros de Santa Maria e S. Gonçalo, num total de 168 casas, a inaugurar no dia 10 de Novembro, o Mercado dos Lavradores e o Novo Matadouro com inauguração no dia 24 deste mês, bem como o livro “*Ilhas de Zargo*” editado pela Câmara e da autoria do Padre Eduardo Pereira<sup>344</sup>.

---

<sup>342</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 8 de Maio de 1941.

<sup>343</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 6 de Julho e 3 de Agosto de 1939.

<sup>344</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 31 de Outubro de 1940.

Procurando prevenir e acautelar determinadas situações para os dois bairros agora inaugurados, efectuou-se o seguro contra risco de incêndios nas companhias de seguros regionais “Aliança Madeirense” e “Garantia Funchalense”.

Já em Janeiro de 1941 *“foi resolvido mandar demolir os “telheiros” e “furnas” que forem desocupadas pelas famílias a quem sejam atribuídas casas nos Bairros Económicos, e bem assim, mandar colocar um sinal convencional nas lojas impróprias para habitação e que pelo mesmo motivo tenham sido ou venham a ser desocupadas”*<sup>345</sup>. Esta medida mostra bem as condições em que vivia uma parte bastante considerável da população na área do Funchal e mesmo nos arredores. Por esse motivo, a 27 de Fevereiro do ano em curso, é publicada uma postura que condena as habitações impróprias, pelo perigo que significam do ponto de vista higiénico e social. Atendendo a estas questões e *“pelos trabalhos a que procedeu a Comissão presidida pelo vogal Senhor António Sardinha no que respeita às famílias em piores condições de habitação, concluiu-se serem estas as que habitam o bairro de Santa Maria, pelo que resolve a Comissão Administrativa fazer evacuar os locais indicados sendo os seus ocupantes quando o desejem, transferidos para os bairros económicos. Nos prédios desocupados será aposto um círculo vermelho indicativo de inabitabilidade. Com esta medida, fica totalmente saneado o bairro de Santa Maria, devendo os prédios em más condições ser demolidos ou grandemente beneficiados”*<sup>346</sup>.

Os inquilinos destes bairros económicos deveriam efectuar os pagamentos dentro dos prazos fixados sob pena de se mandar efectuar os respectivos despejos. Os problemas de habitação são tais que a Câmara Municipal resolve *“fornecer gratuitamente terrenos aos proprietários que desejem construir casas dos tipos 1, 2 e 3 criados por esta Câmara, e que se destinem à locação”*, isto com o objectivo de promover a construção de pequenas casas para a população menos abastada. Ficavam ainda isentos da contribuição predial por quinze anos e da sisa na *“primeira transmissão efectuada dentro dos primeiros dois anos depois da construção”*. Os terrenos para estas construções eram escolhidos pela Câmara e de acordo com os interessados, que deveriam requerer a esta o número de casas a construir. Se seis meses depois da entrega as construções não estivessem concluídas estes terrenos voltariam para a posse da Câmara<sup>347</sup>.

---

<sup>345</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Janeiro de 1941.

<sup>346</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 27 de Fevereiro de 1941.

<sup>347</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 6 de Maio de 1943.

As preocupações neste âmbito do social são uma constante ao longo desta governação camarária. Volta novamente a ser tema de análise na sessão de 6 de Junho de 1946, quando no plano de obras relativo a estudos de urbanização, surge o Bairro dos Ilhéus, que deverá permitir a *“ligação da Avenida do Infante com a Ponte Monumental, ruas do Favila, Jasmineiro, Beco das Portadas, Patronato de S. Pedro, Ilhéus, Cruz de Carvalho. Acesso nos dois sentidos do Estádio dos Barreiros, ligação da Avenida da Ribeira de S. João para S. Roque e São João”*<sup>348</sup>.

Estas construções tinham uma grande preocupação em organizar o espaço citadino mas também tentar dar resposta a muitas dificuldades económicas que não permitiam a muitas famílias adquirir por si só as suas habitações dentro das condições sanitárias que se recomendavam. Esta é uma realização de cariz fortemente social que pretende conciliar a recuperação da cidade com a melhoria das condições de vida das populações.

Atendendo a que as condições financeiras da Câmara em 1935 são de facto muito precárias, é necessário encontrar formas de aumentar as receitas para que esta possa fazer face aos seus grandes encargos, e encontrar uma solução para o passivo que atinge o montante de 1.400.000\$00. Para que fossem satisfeitas as instantes pretensões já mencionadas, era urgente adquirir financiamento para as mesmas. Ora uma câmara que apresentava um elevado passivo, não tinha margem de manobra e precisava de “inventar” o seu próprio financiamento.

É sabido que o facto de o regime do Estado Novo querer mostrar obra feita na região, pode ter contribuído. Por um lado, pretendia acabar definitivamente com as tendências do regime autonómico que as ilhas vinham reivindicando com alguma força desde os anos 20. Por outro, satisfazer algumas das pretensões que a população da Madeira já reclamava há muito e sem efectiva resposta. Não será de descurar também, o facto de existir uma ligação pessoal de Fernão Ornelas com os defensores dos ideais do Estado Novo, não só no continente mas essencialmente na Madeira, até pelo facto de se vislumbrar através dele a possibilidade de se resolverem algumas das carências desta Ilha.

No seu conjunto, estes diversos factores terão facilitado de alguma maneira as formas de financiamento de alguns dos projectos então apresentados.

Dois anos após a chegada à governação camarária, em que se verificou um esforço para controlar as finanças do município, tentando rentabilizar ao máximo todos os fundos existentes, tornou-se necessário recorrer a financiamentos exteriores.

---

<sup>348</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 6 de Junho de 1946.

Neste sentido, no dia 10 de Fevereiro de 1938, encarregou-se o Sr. Presidente, Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, de negociar com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência um empréstimo de oito mil e duzentos contos, que se destina às seguintes obras: construção de um Mercado, construção de um Matadouro, construção de uma Cadeia, construção de um Bairro Económico e de um Bairro Popular, construção do Emissor da Rede de Esgotos e aquisição de material moderno para o serviço de transportes<sup>349</sup>.

Para dar resposta a este mesmo objectivo, na sessão de 31 de Março deste ano, foi presente um comunicado onde se lê que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro das Finanças autorizou o empréstimo de 8.200 contos solicitados por esta Câmara para a realização das obras acima referidas. Como sinal da maior gratidão e reconhecimento da população da Ilha, foi enviado ao Excelentíssimo Presidente do Concelho, um telegrama de agradecimento. O texto desse telegrama encontra-se em anexo. Através dele, percebemos também que esta Comissão se mantém gloriosamente sob a chefia de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho, disposta a colaborar na Comemoração dos Centenários da Constituição e Restauração da nossa Nacionalidade<sup>350</sup>.

A negociação para este empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, já se tinha iniciado em Fevereiro, tendo ficado essa negociação a cargo do Presidente da edilidade Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves. Por tão elevada prova de consideração dada com este empréstimo, também o Grémio dos Construtores Civis e Empreiteiros da Madeira quis manifestar o seu agradecimento ao Presidente do Conselho, solicitando ao Presidente da Câmara que lhe fizesse chegar as intenções do grémio que está em fase de organização.

Por esta altura, concretamente a 17 de Fevereiro de 1938, Fernão Ornelas, em sessão semanal, comunicou a toda a vereação *“que no dia 14 do corrente, foi penhorado pela Fazenda Nacional um crédito do montante de escudos 7.998\$70, que esta Câmara deve à Companhia de Petróleos da Madeira Ld.<sup>a</sup>, para garantia do pagamento da quantia de escudos 174\$55 que esta Companhia deve à Fazenda Nacional, proveniente d’uma execução<sup>351</sup>”*. Esta terá sido também uma forma, usada pelo Presidente da Câmara, para regularizar as muitas situações que estavam em atraso. Deste modo, a capacidade de

---

<sup>349</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 10 de Fevereiro de 1938.

<sup>350</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 31 de Março de 1938.

<sup>351</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Fevereiro de 1938.

actuação desta Câmara, em termos financeiros, ia aumentando. Aumentava também porque eram conseguidas negociações que viriam a revelar-se vantajosas para a Câmara. É o caso do pedido feito para a construção do novo edifício do Banco de Portugal à Avenida Gonçalves Zarco. Para esta construção a Comissão Administrativa concedeu uma redução de 50% quando se pedia a isenção de taxas, atendendo ao importante melhoramento para a cidade que a construção representava. O texto deste requerimento encontra-se em anexo<sup>352</sup>.

Também em anexo documental transcrevemos um texto relativo a dívidas passivas que nos mostra claramente a vontade desta comissão em regularizar as contas da Câmara. Depois de feito o pagamento das dívidas passivas da Câmara relativas aos anos de 1924 – 1931 e Janeiro de 1932 na sua totalidade, pretende-se efectuar os pagamentos referentes aos meses de Fevereiro e Março de 1932 que atinge o valor de 92.231\$00. Remetemos para o nosso anexo a leitura da lista de indivíduos e firmas a que respeitam os créditos em reclamação<sup>353</sup>.

Apesar dos empréstimos concedidos anteriormente, o ritmo das obras consumia todas as verbas disponibilizadas e exigia novos financiamentos. Por essa razão, tornou-se necessário recorrer a novo empréstimo. Foi no mesmo dia 4 de Maio de 1939 que a Câmara resolveu pedir autorização ao Ministro das Finanças para um empréstimo na Caixa Geral até doze mil contos.

Este dinheiro seria para construir a Avenida do Infante, obra iniciada pela Junta Geral mas cujos trabalhos se encontram paralisados; para prolongamento da Avenida Marginal, que foi parcialmente feita pela Junta Autónoma dos Portos; para proceder ao alargamento do Largo do Colégio, de modo a descobrir a fachada dos Paços do Concelho; para construção de cerca de 200 casas económicas; para a construção de um edifício para instalação da sessão de finanças, registo civil e registo predial e ainda para a conversão do empréstimo de sete mil contos destinado ao saneamento da cidade. “*Este empréstimo será garantido pelo imposto sobre os tabacos cobrado na alfândega do Funchal, nos termos do artigo 15 e parágrafo primeiro do Decreto vinte e três mil oitocentos quarenta e sete de 14 de Maio de 1934 e pelas receitas gerais da Câmara*”<sup>354</sup>. Para que esta operação fosse realizada encarregou-se o Presidente da Câmara de proceder às diligências necessárias.

---

<sup>352</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Novembro de 1938.

<sup>353</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 4 de Maio de 1939.

<sup>354</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 4 de Maio de 1939.

A gestão dos recursos financeiros feita por Fernão Ornelas, permitia-lhe “*pagar as dívidas passivas que em Janeiro de 1935 eram de 1.429.784\$58, no montante de 152.201\$62, ficando o passivo assim reduzido a 230.181\$85*”<sup>355</sup>. Em função da sua rigorosa gestão, foi possível efectuar o pagamento total das dívidas passivas relativamente a obras e fornecimentos. A satisfação por ter alcançado este objectivo é visível pela leitura do documento anexo datado de 13 de Julho de 1939. As dívidas, do valor total acima referido ficariam assim totalmente pagas em menos de 4 anos. Apesar de ter de pagar as dívidas das gerências anteriores a 1935, tal não foi impedimento para pagar também todas as obras realizadas depois dessa data<sup>356</sup>.

Outra forma de encontrar meios para financiar determinados projectos foi a comparticipação dos proprietários de forma proporcional ao rendimento colectável dos prédios beneficiados, como foi o caso no lançamento dos canos de esgoto da cidade. As taxas adicionais às contribuições directas do Estado são outro meio de rentabilizar recursos, o que aconteceu com a contribuição predial urbana e rústica, com a contribuição industrial e o imposto profissional. Por outro lado, as diversas rendas municipais foram sempre um importante suporte financeiro da Câmara, que actualizava os valores todos os anos.

As diligências do Presidente relativamente ao empréstimo anteriormente referido, acordam um valor que ascende apenas a dez mil e quinhentos contos. O Presidente foi autorizado a assinar este contrato a 19 de Setembro de 1940, tal como pode ler-se em anexo. Este empréstimo é contraído nas condições propostas pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, sendo as referidas condições aceites pela Comissão Administrativa da Câmara<sup>357</sup>. Pelas condições exigidas nesta proposta, esta negociação foi sujeita ainda à aprovação do Conselho Municipal nos termos do número dez do artigo cinquenta e cinco do Código Administrativo. Por essa razão, cerca de um mês depois é finalmente decidido que se contrairia este empréstimo, aceitando expressamente as condições de amortização e as taxas de juros exigidas pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. Para o pagamento deste empréstimo e juros respectivos, ficam

---

<sup>355</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 22 de Junho de 1939.

<sup>356</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Julho de 1939.

<sup>357</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 19 de Setembro de 1940.

canalizadas especialmente as receitas dos tabacos a cobrar na Alfândega do Funchal para esta Câmara e além disso todas as receitas da Câmara<sup>358</sup>.

Facto de registar, será o de um conterrâneo desta cidade, de nome João Maria Teixeira, que tendo emigrado e depois vivido em Lisboa durante alguns anos, regressou à Madeira onde se fixou em definitivo. Verificou que a cidade do Funchal sofreu uma modificação de tal ordem que resulta numa melhoria do nível de vida dos seus habitantes, graças à visão, objectividade e isenção aliadas a uma administração municipal verdadeiramente exemplares. Perante tais constatações, o signatário propõe-se prestar a sua cooperação, se assim se pode chamar, sugerindo um empréstimo até à importância de três mil contos, para a realização de mais obras. Isto porque as condições financeiras da Câmara inspiram a máxima confiança. As condições em que é proposto este empréstimo ficam em texto anexo que transcreve o requerimento do próprio. A construção de escolas primárias segundo o plano do governo e a construção do Parque da Cidade, são aquelas a que se destinaria este valor<sup>359</sup>.

Na sequência deste empréstimo, na sessão do dia 8 de Outubro de 1942, foi decidido rectificar esta decisão, resolvendo a Câmara contrair na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, um empréstimo até ao montante de três mil contos destinado à construção de escolas primárias, segundo o plano do governo, e à construção do Parque da Cidade (Santa Catarina), ao juro de quatro e meio por cento ao ano, que poderia, durante a vigência do respectivo contrato, ser elevado até cinco por cento amortizável em quinze anos, podendo ter um período inicial até um ano em conta corrente, o qual será garantido por todas as receitas do Município e, em especial, pela receita proveniente dos adicionais às contribuições directas do Estado. Foi nomeado para outorgar e assinar a respectiva escritura, em representação da Câmara, o Exm.º Senhor Dr. Paulo Gonçalves Jardim Amaro. Esta deliberação foi submetida à apreciação e aprovação do digno Conselho Municipal para os efeitos legais<sup>360</sup>.

Este empréstimo de 3.000 contos, em Janeiro de 1944 ainda não podia ser utilizado pela Câmara, uma vez que se aguardava o plano de construção dos edifícios escolares e

---

<sup>358</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 24 de Outubro de 1940.

<sup>359</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 21 de Maio de 1942.

<sup>360</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 8 de Outubro de 1942.

aprovação do projecto do Parque de Santa Catarina (Parque da Cidade)<sup>361</sup>. Por esta razão era então pedida a prorrogação do prazo da conta corrente do empréstimo de três mil contos. Em Janeiro de 1945, esta questão colocava-se novamente, obrigando a Câmara a pedir, por mais um ano, a prorrogação da conta corrente do referido empréstimo tendo em conta que finaliza no dia 4 do próximo mês de Fevereiro o prazo de conta corrente do empréstimo de 3.000 contos celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência em 4 de Fevereiro de 1943<sup>362</sup>.

Já em Fevereiro de 1947, e não se tendo esgotado ainda a capacidade de crédito que a lei autoriza, resolve a Câmara solicitar ao governo a necessária autorização para contrair na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência um empréstimo de três mil contos. A verba destina-se às obras de conclusão do Cemitério de S. Martinho, à construção dos bairros económicos da Madalena e Viveiros, a saldar a dívida à A. N. T. no valor de 1.688.640\$46 até ao encerramento das contas de 1945, e à construção do Cemitério de São Gonçalo. Verifica-se em anexo que também para este empréstimo foi solicitada a aprovação do Conselho Municipal<sup>363</sup>.

A realização deste conjunto de obras, necessárias e pretensões justíssimas da população, obrigaram a uma indispensável cooperação e conjugação de esforços no sentido de serem satisfeitas. O recurso a novas formas de financiamento foi a fórmula encontrada para viabilizar muitas destas pretensões. Os seus encargos regulares apontam para a necessidade de ver aumentadas as receitas camarárias. Por isso, a banca funcionou como grande impulsionadora de todo o trabalho desenvolvido por esta Comissão Administrativa.

Todavia, as diversas praças que foram surgindo ao longo dos anos, deram também um significativo contributo para a regularização das contas. As rendas das barracas e bancadas do Mercado dos Lavradores, não só da carne e do peixe, mas de todos os espaços do novo mercado, a tabela de preços dos serviços de automóveis, os preço de gado e carne e as taxas do novo matadouro, as rendas dos bairros económicos, as restrições de consumo adoptadas na distribuição da energia eléctrica, entre muitas outras situações, revelaram-se um contributo de extrema importância para a gestão financeira da Câmara. Os orçamentos

---

<sup>361</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Janeiro de 1944.

<sup>362</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 18 de Janeiro de 1945.

<sup>363</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Fevereiro de 1947.

suplementares concedidos e a participação de várias instituições em algumas das obras realizadas, ajudaram ao equilíbrio financeiro da edilidade.

O movimento de capitais, toda a entrada e saída de dinheiros, os vários negócios realizados envolvendo por vezes valores bastante elevados, acabaram por conduzir a uma situação de intimação camarária por parte do Tribunal de Contas, tendo esta Câmara apresentado recurso. O desenrolar destes acontecimentos ficou registado em acta do dia 17 de Outubro de 1946, num período extremamente crítico para a presidência de Fernão Ornelas. Fica registada em anexo documental a condenação previamente feita aos membros desta Câmara, no pagamento de 25.680\$00 e respectivos juros de moras, que devem dar entrada nos cofres municipais, isto enquanto se aguarda que o recurso decorra, com a urgência possível, os tramites legais<sup>364</sup>.

As respostas a esta questão podem ser deduzidas da leitura em anexo, registadas no dia 14 de Novembro deste mesmo ano. Nesta data, o Senhor Governador do Distrito Autónomo do Funchal enviou um estudo acerca da dívida da Câmara à Assistência Nacional aos Tuberculosos. Através dele, pode ver-se que o critério interpretativo da legislação em vigor, respeitante à definição e efectivação dos interesses desta Câmara e da Assistência Nacional aos Tuberculosos e o rendimento do imposto sobre o tabaco, tiveram uma orientação estabelecida em concordância. O mesmo se verificou com os empréstimos de 7.000 e de 10.500 contos. Seguiu-se, na interpretação da lei, a orientação traçada pelo então Governador do Distrito Autónomo, com inteira concordância do Contencioso da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

As inspecções feitas pela Inspecção-geral de Finanças aos serviços da Câmara, analisando este problema, não consideraram irregular ou errada a orientação seguida. Bem ao contrário, no relatório final da última inspecção realizada a 25 de Junho de 1945, depois de se ter concluído pela normalidade da administração com inteiro respeito pela lei, considera-se que não se esgotou a capacidade de crédito. Isto apesar dos melhoramentos que tanto modernizaram e sanearam a cidade. Esses *“melhoramentos ficam a marcando uma época na história dessa cidade, dando relevo e brilho à pertinácia e ao espírito administrativo de tão inteligente e grave magistrado (...). Bem devem pois, os seus habitantes estar reconhecidos à Vereação que tanto a aformoseou, arrancando-a do marasmo em que jazeu durante tempos, apesar de ser tão procurada e admirada por nacionais e estrangeiros. Por outro lado, o Tribunal de Contas, no seu julgamento anual*

---

<sup>364</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Outubro de 1946.

*das contas do município, nunca levantou o problema que agora se suscita, (...)*”. Assim podemos dizer que a orientação da Câmara resulta de uma interpretação da lei e não da sua violação<sup>365</sup>.

Antes de findar o ano civil, na sessão do dia 12 de Dezembro de 1946, foi discutida a conta da responsabilidade do Tesoureiro da Câmara Municipal do Funchal desde 1 de Janeiro a 22 Outubro de 1946. Pela sua gerência neste período, o Senhor Carlos Militão Ferreira Leal e a presente conta, foram considerados pela Câmara Municipal do Funchal, quites com a Fazenda Municipal<sup>366</sup>.

Para além de todas estas realizações, muitas outras iriam ser levadas a cabo pela equipa liderada pelo Presidente Fernão de Ornelas e que não eram mencionadas no *memorandum* de 1935. Deixamos para esta parte final, algumas dessas muitas obras que marcaram a actuação desta vereação camarária. Em anexo mais facilmente poderá ser confirmado o volume de obras realizadas à época, mas também a sua pertinência face às necessidades sentidas pela população em geral.

De facto a preocupação em modernizar a cidade, obrigaria a outros investimentos, muito para além do que havia sido reivindicado no ano de 1935. Contudo, esta pretensão significa que as necessidades mais prementes já haviam sido atendidas, facto que será de exaltar. Pois não faria sentido querer modernizar uma cidade como o Funchal, sem antes criar as condições de base que lhe permitissem um crescimento de acordo com as exigências do desenvolvimento.

Depois de terminado o período por nós considerado de primeiras intenções, onde é visível a vastidão das obras apontadas nesses anos de 1935 e 1936, realizaram-se nos anos seguintes muitas outras, nos mais variados sectores, das quais salientamos apenas o caso do Mercado dos Lavradores, do Matadouro Municipal, do abastecimento de água potável às freguesias, edifícios escolares para as escolas oficiais, calcetamento da cidade e rede de esgotos, bairros económicos e populares para os moradores de telheiros, furnas e casas insalubres, mediante pagamento de uma renda, diversas obras de urbanização, com alargamentos e alinhamentos de ruas e várias artérias de ligação, pela sua importância no progressivo desenvolvimento do Funchal.

Podemos assim avançar para outro patamar de realizações, na esfera da actuação desta Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal. Será com certeza uma

---

<sup>365</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Novembro de 1946.

<sup>366</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 12 de Dezembro de 1946.

etapa de exigência e de dificuldades, mas também de muita satisfação por lutar em nome de uma terra, pelo reconhecimento de todas as suas valências, com vontade de bem servir.

Neste patamar muitas obras irão ser projectadas, mas nem todas conseguirão ver realizada a sua construção. Podemos ainda assim, apontar algumas das áreas destas realizações que se conseguiram efectivar e que se inserem no grande plano de urbanização da cidade do Funchal, levado a cabo nestes anos em estudo.

Não podemos deixar de referir a construção dos cemitérios de S. Martinho e S. Gonçalo; o casino da Madeira; a cadeia civil; as protecções das ribeiras; os médicos municipais; a higiene pública; a organização do comércio e indústria; os alargamentos da via pública; o Banco de Portugal na Madeira; o Hospital da Misericórdia; o Dispensário de Doenças Sociais; os postos médicos; a Avenida Marginal; o Parque de Santa Catarina e o novo Quartel de Infantaria, entre muitos outros.

A conjugação de esforços para que obras desta envergadura se concretizem, fica bem patente ao ler-mos a carta de agradecimento enviada aquando da cedência das Quintas *Vigia, Pavão, e Bianchi* para a realização de um casino. Os agradecimentos enviados às diversas instituições e personalidades, ficam registados em anexo<sup>367</sup>.

A actuação conjunta dos vários intervenientes, indica-nos claramente que esta obra não pode ser atribuída apenas a uma individualidade ou mesma a uma só instituição, mas sim a todas aquelas que de alguma forma deram o seu contributo para que tal fosse possível. Esta actuação concertada entre os vários elementos activos neste processo, culminou com a concretização de um projecto considerado de grande importância para o desenvolvimento do turismo, não só na cidade do Funchal, mas em todo o arquipélago da Madeira.

Como rampa de lançamento para este patamar de realizações, podemos tomar por base os comunicados apresentados na sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, do dia 5 de Janeiro de 1939. Aqui o Presidente Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, apresentou algumas considerações sobre o estudo financeiro da Câmara e mostrou satisfação ao comunicar o pagamento das dívidas passivas, deixando explícitas as principais metas a atingir.

Entre outras, as obras de adaptação da Praia da Barreirinha a praia de banhos para as classes pobres, que deverá ser inaugurada a 28 de Maio de 1939, a iluminação completa de todo o concelho, depois de se concluir a iluminação da cidade, a montagem dos postes de

---

<sup>367</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 30 de Janeiro de 1936.

sinalização luminosa e a constituição da Caixa de Reformas, Previdência e Pensões de Pessoal da Câmara, iniciando-se os descontos a partir deste mês que abrangerão todos os assalariados permanentes<sup>368</sup>.

Podemos referir ainda as obras nos edifícios para o Quartel dos Bombeiros Municipais, Secção de Limpeza Urbana e Posto Clínico Central; as obras com o colector principal e Emissário Oriental da rede de esgoto do Funchal; o calcetamento e esgoto do Caminho Velho da Ajuda; o Cemitério Oriental de Nossa Senhora da Piedade; a Fonte decorativa da Praça do Infante e o Monumento ao Infante; o Dispensário de Higiene Infantil; a Rua dos Mercadores; a Cobertura da Ribeira de S. João entre a Praça do Infante e a Avenida do Mar; a Cobertura da Ribeira de João Gomes numa extensão de 35 metros; a Creche do Bairro de Santa Maria; as obras de ampliação e restauro nos Paços do Concelho; os Jardins e arredores da Creche do Bairro de Santa Maria.

Este conjunto de obras demonstra bem o dinamismo da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal. Apesar de muito já se ter feito, as forças dos dirigentes camarários pareciam renovar-se a cada obra realizada. As energias eram assim cada vez mais fortalecidas para enfrentar as adversidades.

Muitos foram aqueles que tiveram um papel preponderante como colaboradores na realização destas obras. Começamos por indicar antes de mais, os nomes dos delegados para conjuntamente com os regedores de freguesia e delegados do comando distrital de Polícia, organizarem o recenseamento eleitoral das freguesias com base na lei de 27 de Dezembro de 1933. São eles, pela Sé, Roldão Filipe de Abreu; por S. Pedro, Sebastião de Ornelas Gonçalves; por Santa Maria Maior, José Antero de Freitas; por Santa Luzia, Luís Liberato dos Santos Sousa; São Gonçalo, José Pedro Gonçalves; Santo António, Alberto Rodrigues; S. Martinho, Aires Vilhena de Meneses; S. Roque, Luís Justiniano Afonso; e, pelo Monte, Luís Guilherme Fernandes. Ficamos deste modo a conhecer os nomes que em cada freguesia do Funchal, colaboram com os defensores do regime do Estado Novo. Refira-se que em S. Pedro, o delegado é precisamente o irmão de Fernão Ornelas.

Salientamos ainda o regulamento de abertura e encerramento de estabelecimentos comerciais e industriais, que foi presente na sessão de 25 de Fevereiro de 1937, sendo resolvido publica-lo após a aprovação pelo Sr. Dr. Delegado do Instituto Nacional do Trabalho, neste distrito. O regulamento e respectivos artigos fazem parte do nosso anexo

---

<sup>368</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 5 de Janeiro de 1939.

documental e sofreram alterações no mês seguinte. Foi também nesta data aprovada a escala de abertura à sexta-feira, dos talhos existentes neste concelho.

A 15 de Abril de 1937 foi ordenado à Companhia da Luz Eléctrica que colocasse lâmpadas de iluminação pública na Estrada Monumental até à Praia Formosa. Em Maio de 1938, comunicou o Presidente que em complemento das obras de iluminação da cidade pelo novo sistema e conforme o acordado com o Sr. Director da Companhia da Luz, deve ficar concluída em Dezembro a iluminação da Rua do Conde Carvalhal até ao Chão da Loba e Rua da Levada em toda a sua extensão.

Já em Janeiro de 1939, não poderá ser esquecido o facto de o Sr. Presidente apresentar à Comissão o plano para a iluminação dos caminhos e principais veredas do Concelho, que compreende noventa e nove vias publicas. Este plano deverá estar concluído em Dezembro de 1940, conforme combinado com a Companhia da Luz Eléctrica, e o número de lâmpadas existentes no Funchal será sensivelmente o dobro do actual<sup>369</sup>.

Mas as preocupações com a modernização da cidade passam também pela sinalização luminosa. Com esse propósito, o Sr. Presidente comunicou, a 19 de Maio de 1938, que devem começar na próxima segunda-feira as obras de sinalização luminosa da cidade. Esta obra será custeada pela Junta Geral e por esta Câmara e terá início no cruzamento da Rua das Hortas com as ruas de João de Deus e Bom Jesus.

É também preocupação desta Câmara a colocação de cabos telefónicos nas ruas da cidade, pelo que a 23 de Março de 1939 é autorizado o Presidente a assinar um termo de responsabilidade que a Câmara assume com a Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, em que esta fica obrigada a esse lançamento. Atendendo à colocação da nova rede telefónica, em Janeiro fizeram-se “*demarches*” junto do Senhor Sebastião Gustavo Rodrigues, delegado dos Correios, para que se não colocassem fios atravessados nas ruas, o que apresenta um aspecto desagradável. Esta atitude demonstra bem a preocupação com a estética da cidade, que deve ser agradável aos olhos dos visitantes, mas também nos permite constatar a vontade de modernizar e criar melhores condições para a população.

---

<sup>369</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 19 de Janeiro de 1939.

Já a 25 de Julho de 1946, é adjudicado à firma Gabriel Barros & Irmãos, Ld.<sup>a</sup>, o fornecimento da aparelhagem necessária para uma rede de intercomunicação nos diversos serviços desta Câmara, para uma estação de dez postos, pela quantia de 13.632\$50<sup>370</sup>.

Foi a 17 de Junho de 1937 que ficou resolvido iniciar no próximo ano a construção da cadeia do Funchal, constituindo-se para esse efeito uma comissão para escolha do local, tal como se pode ver em anexo. Foi também solicitado ao Sr. Ministro da Justiça, o envio de um projecto e logo no mês seguinte, foi resolvido abrir concurso público para a aquisição de terreno destinado à construção da cadeia<sup>371</sup>.

Foi já a 29 de Julho desse ano, que se realizou o concurso para a compra de terreno destinado a esta construção. As duas propostas apresentadas, uma num terreno de João Fernandes da Silva, na freguesia de S. António com 1200 metros quadrados e outra num terreno ao sítio do Canavial, S. Roque, com cerca de sessenta mil metros quadrados pertencentes a 3 proprietários, ficaram para estudar<sup>372</sup>.

Enquanto isso, decorrem algumas reparações na cadeia de S. Lázaro, como se verifica em Janeiro de 1939, destacando-se a adjudicação dos trabalhos de reparação na Cadeia Civil e a aquisição, ao Senhor Martinho Olim Perestrelo, de uma planta da área urbanizada do Concelho do Funchal, da escala de um para cinco mil, por três mil escudos<sup>373</sup>.

Em Setembro de 1943 realizou-se a mudança da cadeia civil, tal como se pode ler em anexo, depois de ser efectuada uma vistoria. As condições em que esta estava a funcionar em S. Lázaro, obrigaram à mudança imediata dos presos para o edifício dos Viveiros. Apesar das obras de adaptação necessárias, este espaço oferecia melhores condições, até que se resolvesse a construção definitiva. Nesta data, deliberou-se proceder à demolição da velha cadeia e ao arrendamento de um espaço para essa função, na Rua do Arcebispo D. Aires<sup>374</sup>.

Para as adaptações no edifício da Cadeia Civil dos Viveiros, a 20 de Abril de 1944, procedeu-se à abertura das propostas para o fornecimento de quadros, lâmpadas, ferragens e todo o material necessário para a instalação da luz eléctrica neste edifício. Apresentaram propostas as firmas de Agostinho Rodrigues Pimenta, a firma H.B.C., Nunes, Sousa e

---

<sup>370</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 25 de Julho de 1946.

<sup>371</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 17 de Junho de 1937.

<sup>372</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 29 de Julho de 1937

<sup>373</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 5 e 19 de Janeiro de 1939.

<sup>374</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 30 de Setembro de 1943.

Companhia e Ramos & Ramos, ficando esta última com a adjudicação da obra por 20.500\$00. O alargamento da porta da cadeia dos Viveiros seria realizado por António Fernandes Luís por 5.450\$00<sup>375</sup>.

Já em Abril de 1945 é adjudicado o fornecimento de 15 bancos e 15 carteiras para a escola da cadeia, sendo este trabalho realizado pela Escola das Artes e Ofícios. O calcetamento da parada da Cadeia dos Viveiros com pedra rolada, é adjudicado a 12 de Abril de 1946, a António de Abreu, por 9\$80 cada metro quadrado<sup>376</sup>.

Esta foi uma obra de significativa importância para os funchalenses, que como vimos anteriormente é recordada pelo actual Presidente do Governo Regional, para demonstrar uma faceta da personalidade de Fernão Ornelas, que primeiro actuou e só depois informou superiormente, da mudança dos presos para o novo estabelecimento.

Salientamos também neste conjunto de obras, a construção do Aquário Municipal. Para esse efeito, a 23 de Dezembro de 1937, decidiu-se inscrever verba no orçamento para 1938 destinada aos primeiros trabalhos com a construção de um *Aquário*. Para isso solicitou-se aos Srs. Reverendo Padre Fernando Augusto da Silva, Henrique Hinton, Tenente-Coronel Alberto Artur Sarmiento e Adão Abreu Nunes que participassem da Comissão encarregada da escolha do local e instalação do aquário, nomeadamente o vogal Dr. William Clode, para na qualidade de representante da Câmara presidir à referida Comissão<sup>377</sup>.

Dados os primeiros passos, a realização desta obra foi-se tornando uma realidade, até que a 10 de Fevereiro de 1944 adjudicou-se a caiação e pintura, de várias dependências do Museu Municipal no Palácio de S. Pedro, ao pintor Ângelo Fernandes Velosa<sup>378</sup>.

A esta construção de cariz cultural, podemos juntar a ideia de construir um cinema no Funchal, como ficou registado em acta de 8 de Fevereiro de 1945, ou uma outra de cariz mais social, como o edifício para a sopa económica, abordado a 17 de Agosto de 1944 e que *Re-Nhau-Nhau* salientou nas suas páginas de humor.

Mas a obra feita não é apenas em termos de edifícios, pelo que destacamos a criação das Posturas sobre as farmácias, ou a regulamentação sobre os papéis nas ruas da cidade, ou mesmo as bibliotecas nos jardins públicos e a criação de parques infantis em diversos espaços da área do Funchal. Como exemplo disso, temos a 8 de Setembro de

---

<sup>375</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Abril de 1944.

<sup>376</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 5 e 12 de Abril de 1945.

<sup>377</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Dezembro de 1937.

<sup>378</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 10 de Fevereiro de 1944.

1938 a resolução de, em conformidade com o Governador Civil, mandar construir um parque infantil no Campo Almirante Reis, no local onde funcionou um arsenal que está a ser demolido<sup>379</sup>.

Outra obra de grande significado para o Funchal, até nos tempos que correm, é sem dúvida a construção do Parque de Santa Catarina.

Para esse efeito e por despacho ministerial, o Senhor Arquitecto Moreira da Silva realizou um esboço ou ante-projecto que viria a ser rejeitado pela Comissão Administrativa da Câmara, depois de o apreciar com ponderação. Pretendia-se que o espaço apresentasse uma completa unidade de composição, desaparecendo os limites de propriedade. Tal não se verifica neste projecto, de onde resulta o propósito evidente de criar zonas distintas. Por todos os argumentos que ficam em anexo, a Câmara considera inaceitável o projecto<sup>380</sup>.

O Parque de Santa Catarina teve novos desenvolvimentos a 23 de Agosto de 1945. Foi neste data que *“resolveu a Câmara Municipal adquirir à firma Blandy Brothers & C. Limitada, os prédios rústicos e urbanos situados na zona destinada à construção do Parque de Santa Catarina e limitados a Norte pela Avenida do Infante, terrenos municipais e antigo Cemitério das Angústias, a Leste por terrenos municipais e Ribeira de São João, a Sul pela Estrada da Pontinha e a Oeste pela Quinta de Nossa Senhora das Angústias. O preço de compra é de mil e seiscentos contos, sendo oitocentos contos pagos no momento da compra (contrato), quatrocentos contos em 1946 e os restantes quatrocentos no ano de 1947. As demolições das construções serão de conta do vendedor, que ficará com os respectivos materiais. A continuação do Parque deverá iniciar-se ainda no corrente ano”*<sup>381</sup>.

Relativamente a esta questão, encontramos um ofício datado de 11 de Setembro de 1941 que nos refere que *“o Director da Alfândega pediu esclarecimentos sobre a futura construção do armazém central da venda de álcool, no edifício em que se encontra instalada a Companhia de Aguardente da Madeira, em virtude do ante-projecto incluso a este ofício ter baixado à Direcção da Alfândega para ser informado. O terreno que circunda o Forno da Cal, propriedade da firma Blandy, está incluído no terreno*

---

<sup>379</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 8 de Setembro de 1938.

<sup>380</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Março de 1944.

<sup>381</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 23 de Agosto de 1945.

*destinado à construção do Parque da Cidade, pelo que esta Câmara não pode autorizar que se efective ali quaisquer obras de edificação”<sup>382</sup>.*

Apesar da vontade de alterar esta área da cidade, levou algum tempo a discussão dos pormenores relacionados com os interesses das partes envolvidas. A viabilização deste projecto avançaria a 21 de Março de 1946, quando a Câmara resolveu encarregar os Senhores Arquitecto Manuel Fabrício Rodrigues e Engenheiro Raul Andrade Araújo de elaborar o projecto do arranjo do Parque de Santa Catarina, parte municipal, dentro do plano de conjunto já estabelecido para aquele local. Este engenheiro, seria encarregue, no início de Junho, de ir a Lisboa adquirir o material necessário para a repartição de obras e contratar o pessoal técnico necessário para os levantamentos topográficos, para os serviços de urbanização do Funchal e plano complementar do abastecimento de águas ao concelho<sup>383</sup>. O plano de obras apresentado nesta data e que transcrevemos em anexo, mostra bem a dimensão das obras em curso em toda a zona urbana do Funchal.

O início das obras deste Parque de Santa Catarina, por administração directa ou empreitadas parciais, ficou decidido a 9 de Maio de 1946. Nesta sequência, o Engenheiro Raul Araújo propõe que se contrate um técnico especializado para orientar a preparação dos terrenos e plantações, cujo custo é de 40 contos<sup>384</sup>.

Outras preocupações surgem para a Câmara, como a de considerar que deve tomar as necessárias providências para que se não dificulte no futuro, a realização dos melhoramentos indispensáveis para se obter um progressivo embelezamento da cidade Funchal.

O Jardim de São Francisco é em parte cortado pelo natural prolongamento da Avenida Arriaga até à rotunda a construir na Ribeira de São João. Fica então destinado à construção de um jardim o quarteirão limitado ao norte pela Rua Hermenegildo Capelo, leste pela Rua do Conselheiro, sul pela Rua das Fontes e oeste pela Rua da Ribeira de São João, não sendo permitido quaisquer obras, além de beneficiações dos prédios existentes e mesmo essas a título precário<sup>385</sup>.

Também o Montado do Pisão e o Montado do Barreiro foram obras de significativa importância para esta vereação camarária. No caso do último, registre-se a intenção de

---

<sup>382</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 11 de Setembro de 1941.

<sup>383</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 6 de Junho de 1946.

<sup>384</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 9 de Maio de 1946.

<sup>385</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 2 de Junho de 1938.

arborizar o Montado do Barreiro em 5 anos. Em todo o caso, a venda de nozes e peros produzidos no Montado do Barreiro, bem como lenha, revertia a favor da tesouraria da Câmara, sendo também esta uma forma de angariar receitas para o Município.

A questão dos cemitérios da cidade é um problema central na vida do município. Por essa razão, no dia 12 de Setembro de 1940 percebemos a grande preocupação da vereação relativamente a este assunto. As abordagens feitas ao problema pelos responsáveis camarários, podem ser lidas em anexo documental, onde se confirmam as opções de construir um cemitério oriental e outro ocidental.

Para dar seguimento a esta questão, a 24 de Abril de 1941 aprovam-se os projectos relativos à ampliação do cemitério de S. Martinho, denominado de Nossa Senhora das Angústias, e da construção do cemitério oriental, de Nossa Senhora da Piedade em S. Gonçalo. Para esse efeito convoca-se a Comissão Municipal de Higiene, a fim de dar o seu parecer sobre os terrenos e local dos novos cemitérios. Os terrenos a adquirir e respectivos preços, para o caso de S. Martinho, foram presentes na sessão de 10 de Julho de 1941<sup>386</sup>. No início de 1942 realizam-se empreitadas para a construção de campas e jazigos com capelas no novo cemitério das Angústias.

A 16 de Abril de 1942 resolve a Câmara que *“a partir do próximo dia 25 do corrente mês todos os enterramentos sejam feitos no Novo Cemitério de Nossa Senhora das Angústias, em S. Martinho, sendo encerrado o antigo Cemitério do mesmo nome na Rua da Imperatriz D. Amélia, no dia 24 próximo. As trasladações do antigo para o novo Cemitério serão feitas passados cinco anos da data do enterramento, nos termos da lei, podendo as pessoas de família assistir à exumação, inscrevendo-se previamente na secretaria da Câmara para que lhes seja dado conhecimento do dia em que se realiza este piedoso acto”*<sup>387</sup>.

As alterações efectuadas nesta área, envolvendo os sentimentos das pessoas, foram de facto uma obra que não poderia passar indiferente. Como recorda a sua própria filha, terá sido mesmo aquela que mais impressionou. Afirmou em entrevista que um dos episódios que *“deve ter chocado algumas pessoas”* foi a mudança do cemitério do actual Parque de Santa Catarina para S. Martinho<sup>388</sup>. Também essa situação foi alvo do humor de

---

<sup>386</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 24 de Abril e 10 de Julho de 1941.

<sup>387</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 16 de Abril de 1942.

<sup>388</sup> Santos, Gonçalo Nuno e Gouveia, Sérgio, “O Homem que transformou o Funchal”, in *Revista Diário, Diário de Notícias* do Funchal, 13 a 19 de Outubro de 2002, p.14.

*Re-Nhau-Nhau*, fazendo a primeira página deste trimensário humorístico no dia 10 de Julho de 1939<sup>389</sup>.



Com preocupações na saúde, o vogal Dr. William Clode comunicou no dia 17 de Março de 1938 à Comissão Administrativa que, a Comissão do Posto de Socorros Urgentes tomou de arrendamento o prédio urbano à Rua da Carreira, pertencente a D. Adelaide Sardinha e filhos para nele funcionar o mesmo posto a partir do dia 1 de Abril próximo.

Sendo também a saúde uma questão essencial para assegurar às populações algum bem-estar, na sessão de 21 de Setembro 1939,

assume destaque a questão do Hospital da Misericórdia do Funchal. Pela leitura da acta deste dia, que remetemos para anexo, percebemos que foi resolvido pagar metade do deficit actual do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, passando a Câmara a assumir responsabilidade de 50% nas dívidas que possam surgir. De imediato foi pedida ao Hospital da Misericórdia uma nota do deficit actual<sup>390</sup>.

Muito poderia ser dito acerca das mudanças que foram introduzidas nas diversas valências desta área de actuação, mas referiremos muito sucintamente apenas algumas. Refira-se que em Novembro de 1939 procurou-se a cedência gratuita do terreno onde está a ser construída a “*Casa de assistência*” e “*Albergue nocturno*”, na Praça de Tenerife, junto ao Posto de Desinfecção e à sede da Sociedade Protectora dos animais domésticos desta cidade. Nesta data, resolveu-se ainda comprar outro terreno destinado à construção do Dispensário de Higiene Social do Funchal, situado à rua Elias Garcia.

Em Dezembro de 1939 continua a ser uma preocupação o Dispensário de Doenças Sociais do Funchal, abrindo-se o concurso para a sua construção e efectuando-se a

<sup>389</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 10 de Julho de 1939, p.1.

<sup>390</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 21 de Setembro de 1939.

empreitada de um edifício para esse fim na rua Elias Garcia. Esta foi adjudicada a Raul Fernandes Luís por 137.500\$00, sendo 130.000 pelo Dispensário e 7.500\$00 pelos arredores. A par desta empreitada, na sessão de 28 de Dezembro procede-se a uma outra destinada à construção de 5 edifícios para postos médicos em diversas freguesias, esta adjudicada por 128.500\$00 à Sociedade Construtora da Madeira Ld.<sup>a</sup>.

Destas 5 construções, o edifício destinado ao Posto Médico da freguesia de Santa Maria Maior ficaria a aguardar, adjudicando-se a construção dos quatro restantes edifícios por 25.700\$00 cada um<sup>391</sup>. Para a construção dos postos médicos, foi resolvido comprar o terreno necessário do prédio pertencente a D. Maria das Neves Costa por seis mil escudos.

Atendendo a que o novo código administrativo estabelece que só um médico municipal poderá exercer as funções do seu cargo na sede do concelho, resolve a comissão administrativa criar cinco partidos médicos no concelho do Funchal. Determina-se que o médico municipal Dr. Agostinho Cardoso ocupe o partido da cidade e provisoriamente o de São Roque e Monte e que o médico municipal Dr. Alfredo Maria Rodrigues ocupe o partido de Santa Maria Maior – parte suburbana e São Gonçalo e provisoriamente os de São Martinho e Santo António<sup>392</sup>.

O papel do médico nesta área de intervenção social é sem dúvida fundamental, pelo que relacionado com as funções de médico municipal, registre-se o abandono do Dr. Carlos Leite Monteiro que termina funções em de Janeiro de 1940. Havia sido nomeado em sessão ordinária desta Câmara de 27 de Fevereiro de 1896, cujas funções desempenhou durante 43 anos, exercendo ainda como delegado de saúde deste concelho<sup>393</sup>.

Foi admitido para o seu lugar o Dr. Agostinho Gabriel de Jesus Cardoso, médico municipal das freguesias de São Pedro e de São Roque. Este Director do Serviço de Saúde Municipal viria a receber um louvor na sessão de 1 de Julho de 1943. Para tal contribuíram os esplêndidos serviços que o Serviço de Saúde Municipal vem prestando à população do Funchal, reconhecendo-se que *“se tem atingido plenamente os objectivos que presidiram à criação desta vasta organização clínica e profiláctica, devido principalmente, à dedicação, zelo invulgar e extraordinário espírito de sacrifício do seu ilustre director, o Ex.º Senhor Doutor Agostinho Cardoso”*<sup>394</sup>. O louvor é assim atribuído pela maneira

---

<sup>391</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 4 de Janeiro de 1940.

<sup>392</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 25 de Janeiro de 1940.

<sup>393</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 18 de Janeiro de 1940.

<sup>394</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 1 de Julho de 1943.

verdadeiramente excepcional e superior como tem dirigido o serviço a seu cargo, mas também porque tem interpretado com absoluta fidelidade as deliberações da Câmara.

Tendo em vista a construção de um posto médico nesta última freguesia de S. Roque, resolveu a Comissão administrativa adquirir por compra a José Francisco, uma porção de terreno com duzentos metros quadrados, na referida freguesia por dois mil escudos.

Uma semana depois foi a vez de se decidir adquirir um terreno para construção do edifício para o Posto Médico de Santo António, pela quantia de sete contos, fazendo-se desde já a escritura de promessa de compra e venda. Já na sessão de 22 de Fevereiro de 1940, resolveu-se adquirir os terrenos para os postos médicos de São Gonçalo e São Martinho, como se pode verificar em anexo documental.

Para além da construção de novos postos de saúde e da regulamentação das funções dos médicos, foram introduzidas muitas melhorias no apoio médico aos cidadãos. Tudo isto revela a constante preocupação da vereação com a saúde dos seus munícipes.

Tal como na área da saúde foi sendo necessária a substituição dos médicos, também noutras áreas de responsabilidade da Câmara tornou-se inevitável a colocação de novos funcionários ao serviço das causas desta Câmara.

De registar que por força do disposto no artigo quatrocentos oitenta e um e seguintes do Código Administrativo aplicável à Madeira a partir do dia 1 de Janeiro de 1940, deixam de prestar serviço nesta Câmara, os funcionários que têm mais de setenta anos de idade. São eles o reverendo cónego António Homem de Gouveia, conservador do Museu; condutor José Maria Pereira, servindo de director da Repartição Técnica; João Florêncio da Costa, chefe de conservação e Carlos João de Sousa, escriturário. Todos eles foram louvados pela maneira como desempenharam as suas funções com grande proveito para o município. Foram admitidos alguns assalariados para vários serviços da Câmara, incluindo-se a nomeação do Sr. Rui de Ornelas Gonçalves para bibliotecário adjunto, depois de o vogal do pelouro respectivo, Dr. José Luís de Canavial de Brito Gomes ter afirmado que a forma como actualmente funciona a Biblioteca Municipal é deficiente.

Não concordou o Sr. Presidente com esta nomeação, por se tratar de um seu irmão, não querendo de modo nenhum que a proposta fosse interpretada como um favor, o que não pode nem deve aceitar. Nesta altura, tomou a palavra o Dr. Clode para afirmar que não pode tal facto impedir a nomeação de alguém de incontestável competência, que contribuirá para a boa eficiência do Serviço Público. Disse ainda que o serviço público está acima de qualquer melindre pessoal do Sr. Presidente. Perante estas afirmações e não

querendo intervir no assunto, Fernão de Ornelas abandonou a sala de sessões, sendo substituído na presidência pelo Dr. Paulo Gonçalves Jardim Amaro<sup>395</sup>.

Em função do novo código administrativo, resolveu a Comissão enviar ao Sr. Governador deste distrito o quadro geral do pessoal desta Câmara Municipal. Nesta sessão de 18 de Janeiro podem ser confirmados os nomes e respectivos vencimentos auferidos pelos funcionários da Câmara<sup>396</sup>.

Muitos dos pormenores destas iniciativas, bem como muitas mais obras podem ser verificadas em anexo documental. Todas elas dão o seu contributo parcial para o grande plano de urbanização da cidade do Funchal que prossegue mesmo depois de Fernão Ornelas se retirar da presidência da Câmara. O estado desse conjunto de obras ainda em execução fica em anexo, datado de 30 de Janeiro de 1947. Nesta fase, após a saída de Fernão Ornelas, as funções da presidência da Câmara são assumidas por José Rafael Basto Machado, até então Vice-Presidente da edilidade. Só a 8 de Maio de 1947, o novo Presidente Óscar Baltazar Gonçalves toma posse, ficando logo nesse dia registado no expediente da Câmara, uma nota sobre a construção do novo edifício da Junta Geral. As declarações proferidas nessa data ficam também no nosso anexo documental.

O conjunto de todas as obras referenciadas ao longo deste nosso trabalho, assim como aquelas que foram incluídas apenas no anexo documental, demonstram bem a capacidade de renovar uma cidade que se encontrava adormecida para o desenvolvimento e que agora desperta com a passagem do “*terramoto*” que foi Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves.

---

<sup>395</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 11 de Janeiro de 1940.

<sup>396</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 18 de Janeiro de 1940.

### 3.5 – As Divergências e a saída

Os motivos que levaram à saída de Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves da Presidência da Câmara Municipal do Funchal serão mais claros no final deste ponto. Para isso, muito terão contribuído as inúmeras divergências que se foram acumulando ao longo dos anos dos seus mandatos.

Logicamente, nem todos viram com bons olhos algumas das investidas camarárias, que procuravam salvaguardar os interesses públicos sem atender aos interesses dos particulares. Uma reorganização de um núcleo citadino obriga a alterações, por vezes profundas, para posteriormente ser possível uma reconstrução de acordo com as exigências da sociedade da época. Por isso mesmo, trava-se uma luta clara de interesses, onde a realidade dos *antigos* choca com as preocupações dos *modernos*.

Desta forma, o progresso surge apenas como uma capacidade de reacção às forças opositoras dos interesses privados, que apenas pensam no seu bem pessoal. A mentalidade de uma sociedade colectiva, com objectivos conjuntos e interesses partilhados de forma desinteressada, é a maior utopia que contraria muito do que se pretende para o bem comum. Uma sociedade, para viver bem em grupo, precisa de manter o respeito por tudo aquilo que é pertença de todos, sendo por vezes necessário abdicar de algo que é apenas do nosso íntimo. A perda material de algo que é considerado nossa pertença, pode ser transformado num bem essencial para um conjunto de pessoas que vivem organizadas num espaço geográfico, fazendo desta forma com que o bem particular ganhe mais reconhecimento colectivo.

A sociedade individualizada não deve sobrepor-se a uma verdadeira vivência colectiva, sob pena de os conflitos se agudizarem drasticamente, conduzindo à desordem generalizada. O respeito comum por determinados pressupostos torna-se o garante de algum equilíbrio colectivo que proporciona o bem-estar de cada um. É, no entanto, muito difícil conseguir conciliar as partes envolvidas nesta partilha, o que gera divergências de ordem diversa, aumentando as dificuldades de realização daqueles que se preocupam acima de tudo, por zelar o que deveria ser de todos.

É precisamente nessa luta que persistem os responsáveis camarários da época, tentando levar por diante a gigantesca tarefa de modernizar a cidade do Funchal. Com base em estudos já feitos anteriormente por indivíduos de renome como foi Ventura Terra, procurou-se dar uma efectiva resposta a parte do plano de urbanização já traçado.

Ao procurar desta forma dar andamento aos muitos projectos pensados para o Funchal, começam a surgir algumas dificuldades de concretização. Podemos apontar vários exemplos, mas as expropriações que tiveram de ser feitas para permitir as obras, são talvez o principal ponto de celeuma ao longo destes anos.

Para percebermos um pouco melhor a dimensão das expropriações efectuadas com as diversas obras, fica o registo do mapa enviado ao Comando de Polícia em Abril de 1938, para ser lavrado o termo de expropriação amigável. “*Silvestre Rodrigues de Freitas e consorte, no valor de 3.000\$00; de Francisco da Silva e consorte por 7.000\$00; de Luísa Augusta de Jesus, no valor de 2.800\$00; de Carolina da Silva Pinto, no valor de 2.000\$00; de Carlos Maria de Macedo, no valor de 20.000\$00; de João Gomes Câncio, no valor de 11.500\$00; de José Fernandes Camacho Júnior, no valor de 17.500\$00; de João Fernandes Camacho, no valor de 2.000\$00 e de Carolina de Jesus Freitas e seus filhos no valor de escudos: 8.500\$00, expropriações estas a realizar para levar a efeito a construção do Bairro Económico da Ajuda, freguesia de S. Martinho*”<sup>397</sup>.

Apesar das expropriações amigáveis serem as mais abundantes, foram as outras que despertaram maior curiosidade e motivaram maiores divergências.

Como primeiro exemplo, as negociações para expropriação dos terrenos onde se situavam os barracões no Campo Almirante Reis não foram fáceis. Foi necessário mandar intimar, “*todos os donos dos barracões existentes no Campo Almirante Reis, a demoli-los e a entregarem à Câmara o terreno completamente desocupado, dentro do prazo de 60 dias a contar da intimação*”<sup>398</sup>. Esta acção estava devidamente combinada entre o Presidente da Câmara e o Exm.º Sr. Comandante militar da Madeira.

Um segundo exemplo destas divergências, foi a expropriação judicial de 58 metros de terreno de um prédio do Sr. Luís Filipe Rodrigues, situado à Rua Pedro José de Ornelas, para alargamento da mesma via pública. Outro caso, também na mesma rua “*em virtude de não se ter chegado a acordo, resolveu a Comissão Administrativa expropriar por utilidade pública o terreno necessário à construção da rua em prolongamento da Rua Pedro José de Ornelas e bem assim uma faixa de terreno a leste da rua a abrir em toda a sua extensão e na profundidade de vinte metros e onde deverá ser construído um grupo de*

---

<sup>397</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 28 de Abril de 1938.

<sup>398</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 10 de Fevereiro de 1938.

*casas económicas. O terreno a expropriar pertence ao Senhor Joaquim Silvestre de Sousa e mulher*”<sup>399</sup>.

Para as obras do 3º lanço da Estrada S. Roque – Monte, a 23 de Novembro de 1939, não foi possível chegar a acordo com a proprietária da “*Quinta Marreta*”, Sr.<sup>a</sup> D. Maria Alba Ornelas e Freitas, no que diz respeito à expropriação de 1460 metros quadrados de terreno, pelo que se expropriou por utilidade pública, propondo-se a competente acção judicial.

Perante o volume das expropriações, a 8 de Agosto de 1940 foi nomeado perito, por parte da Câmara, o Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves para a comissão permanente que iria fixar os preços de aquisição e indemnização, nas expropriações dos prédios para a realização das obras.

As negociações, por vezes obrigavam a que se fizesse uma 2.<sup>a</sup> avaliação, como aconteceu a 30 de Dezembro de 1940 nos prédios de António Gregório de Freitas, da Rua Imperatriz D. Amélia com os n.ºs 36 e 38; de Bartolomeu Pedro de Abreu e consorte, à Rua Serpa Pinto n.º 5 e 7; de José Gomes de Caíres, à mesma Rua de Serpa Pinto com os n.ºs 9 e 11 de polícia e da Rua da Ribeira de São João n.º 9 e o prédio de herdeiros de Manuel Rodrigues Braz, da Praça do Município<sup>400</sup>.

Na sessão de 24 de Abril 1941, resolve a Comissão Administrativa proceder à expropriação judicial dos prédios urbanos pertencentes ao Sr. Carlos Ferreira, situados à Rua da Carreira, para as obras de alargamento desta rua. O Presidente foi autorizado a constituir advogado para tratar do caso, e a assinar as escrituras de acordo com os proprietários de prédios da Rua da Carreira. Ainda neste dia, resolveu a Comissão Administrativa autorizar o Senhor Presidente da Câmara a constituir advogado para representar a Câmara Municipal do Funchal em júízo, em todos os autos e julgamento de transgressões de posturas municipais sempre que julgar necessário e conveniente aos interesses do município.

Na Rua da Carreira foi mesmo necessário proceder ao corte de um prédio de D. Leonor Mimoso de Aragão para conclusão das obras de alargamento, como já referimos anteriormente. Neste caso foi preciso o recurso a uma Comissão composta por 3 engenheiros, um por cada parte e outro por mútuo acordo para mediar as negociações.

---

<sup>399</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 16 de Novembro de 1939.

<sup>400</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 30 de Dezembro de 1940.

Por muito que os particulares quisessem resistir, quando chegava a hora de as obras avançarem, não havia outro remédio senão seguir o conselho de *Re-Nhau-Nhau*<sup>401</sup>.



As dificuldades em defender os interesses do município sem olhar a interesses particulares, vão aumentando com o volume de obras iniciado ao longo dos anos. As necessidades de uma cidade moderna interferem com vontades de alguns privados, que não aceitam ver diminuídos quaisquer dos seus privilégios adquiridos. As dificuldades parecem maiores quando se tenta mexer no passeio que fica adjunto ao prédio do *Bazar do Povo*, na Rua 5 de Outubro. As opiniões trocadas entre os responsáveis camarários sobre o assunto, acabam por não ser mantidas. Esta alteração leva mesmo o Presidente

a fazer publicar a sua posição sobre o assunto, uma vez que a decisão foi tomada na sua ausência. Em anexo pode ler-se todo o texto da carta<sup>402</sup>.

A 22 de Julho de 1943 podemos referir outra situação: o Senhor Bartolomeu Pedro de Abreu reclama contra a importância recebida pela expropriação dos prédios que D. Joana Batista de Abreu possuía na Rua de Serpa Pinto, pedindo uma indemnização pelos prejuízos sofridos. Remetemos o teor desse texto para o anexo documental.

O plano de urbanização do Funchal teve de enfrentar outra adversidade a 24 de Maio de 1945. Nesta data, decidiu-se constituir advogado para requerer em júízo a imediata demolição do prédio à Rua de João Gago nº 7 e 9, do demente João Luís Henriques Gomes da Silva, assumindo a Câmara a responsabilidade do pagamento de trezentos contos pela expropriação, bem como o pagamento das rendas da casa<sup>403</sup>.

<sup>401</sup> *Re-Nhau-Nhau*, 19 de Abril de 1941, p.8.

<sup>402</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 7 de Abril de 1938.

<sup>403</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 24 de Maio de 1945.

A expropriação judicial voltou a ser a forma usada, à Rua do Ribeirinho de Baixo nos números 7, 9, 11 e 13 de polícia. Estes prédios urbanos pertencentes a Manuel António Basílio Pestana Júnior e consorte, foram expropriados por utilidade pública, devido às obras de urbanização nesta zona da cidade<sup>404</sup>. Cerca de três meses depois, esta situação altera-se porque os expropriados pretendem negociar um acordo com a Câmara. Depois de aceitar a oferta do acordo, a Câmara resolve assinar o respectivo termo de desistência.

A 3 de Janeiro de 1946, pedia-se a prorrogação do prazo para demolição do prédio onde funcionava um clube, à Rua da Cadeia Velha, sendo apenas concedido até ao dia 10 desse mês, uma vez que a sequência das obras não permitia a concessão de um prazo superior. Neste caso argumentava-se que decorriam as obras no prédio ao Largo da Feira, onde se iria instalar o referido clube. A intimação para desocupar este prédio foi feita a 6 de Novembro e deveria ficar vago a 6 de Janeiro<sup>405</sup>.

Sendo as expropriações uma constante ao longo destes anos, foram-se gerando algumas situações de desagrado. Muitas tiveram de recorrer à via judicial para ultrapassar o impasse, mas a vereação mostrava firmeza nas decisões tomadas. Há medida que os anos passavam, eram beliscados interesses de alguns particulares para permitir que o grande plano de urbanização da cidade se pudesse tornar uma realidade. Essa nova organização do espaço citadino, de acordo com as novas exigências do progresso, não seria possível sem a interferência no espaço edificado. Mantendo a ideia de evolução, era necessário conciliar a salvaguarda dos interesses *antigos* com os *modernos*.

Apenas alguns, conseguiram à época, perceber o alcance das obras que estavam em curso, reconhecendo-lhe o mérito. Esse reconhecimento foi-lhe expresso na sessão do dia 14 de Julho de 1938, por considerarem que todas as suas iniciativas mereciam tal distinção. Os membros da Comissão Administrativa “*apresentaram as suas felicitações ao Sr. Presidente da Câmara pela Condecoração de Oficial da Ordem de Cristo concedida com a maior justiça por S. Excelência o Senhor Presidente da República, em virtude dos altos serviços prestados à cidade do Funchal pelo Sr. Dr. Fernão de Ornelas Gonçalves. O Sr. Presidente do Município foi também procurado por todo o pessoal da Câmara que,*

---

<sup>404</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 22 de Nov. de 1945 e 7 de Fev. de 1946.

<sup>405</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 3 de Janeiro de 1946.

*pela palavra do Sr. Chefe da Secretaria, Dr. Ernesto Pelágio dos Santos, lhe apresentou pelo mesmo motivo os seus cumprimentos*”<sup>406</sup>.

Apesar dos reconhecimentos públicos pela obra que estava a ser edificada nas variadas áreas da competência camarária, as adversidades eram também evidentes por parte dos seus opositores. Mesmo depois desta condecoração, os inimigos da sua forma de actuação política continuam a oferecer dificuldades à sua gestão.

O caso da extinção dos serviços municipalizados, de que resultou a demissão do vogal Francisco Leão de Faria, pode bem ser um sinal das divergências internas da Câmara. O facto de este vogal não concordar com a forma como foi tratado este assunto, apresentando uma declaração de voto que se recusou a retirar tendo sido convidado para tal, e que foi considerada ofensiva por Fernão Ornelas, levou à exoneração do referido vogal. A confiança entre estes elementos tinha-se quebrado com o desenrolar dos acontecimentos, como se pode inferir da leitura do anexo documental sobre a extinção destes serviços. A posição assumida pelo Dr. Clode, inicialmente era a mesma do Dr. Francisco Leão de Faria, mas depois de confirmada a legalidade desta situação, decidiu votar a favor.

As divergências são também visíveis no relacionamento com a Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira. Numa altura em que a Câmara se empenhava na construção da Avenida do Mar, pretendia a referida Junta proceder à construção, na rampa do cabrestante, de duas escadas de acesso ao calhau ocupando parte do passeio sul. Estas construções, já referidas anteriormente e que podem ser confirmadas em sessão do dia 23 de Abril de 1942, eram consideradas de desagradável aspecto estético e pouco razoáveis tendo em conta os gastos já efectuados. Para resolver este choque de posições foi solicitada a intervenção do Governador Civil.

Também a penhora realizada em 1938, envolvendo a Fazenda Nacional, a Câmara Municipal do Funchal e a Companhia de Petróleo da Madeira Ld.<sup>a</sup>, revela sinais de divergência uma vez que se recorre ao uso de todos os meios para regularizar as dívidas. O valor em atraso era de apenas 174\$55, mas o valor penhorado foi de 7.998\$70. Neste caso serviu a Câmara de intermediário para que a Companhia de Petróleo cumprisse o seu pagamento à Fazenda Nacional. Desta forma, vai-se gerando alguma tensão uma vez que o crédito de 7.998\$70, que a Câmara deve à Companhia de Petróleo, é penhorado para que a Companhia de Petróleo pague à Fazenda Nacional a dívida de apenas 174\$55.

---

<sup>406</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 14 de Julho de 1938.

Não terá sido motivo de muito agrado para o Sr. Hinton, a actualização feita no ano de 1936, no que respeita ao imposto camarário, obrigando-o ao pagamento de 1.000 contos pela laboração na Fábrica do Torreão. Seria este o valor que passaria a pagar, o que motivou, se não divergências, pelo menos grande desagrado do conhecido “*El-Rei da Garapa*”.

Não deixará de ser motivo de descontentamento também, um conjunto de casos que revelam algum rigor no cumprimento das mais variadas funções. Exemplo curioso dessa situação, é o facto de ser admoestada a guarda das cantinas do Torreão, Beatriz de Freitas, por se fazer substituir no serviço por sua Mãe, sem comunicar ao fiscal respectivo esse facto. Tal acontecimento, registado em sessão do dia 13 de Outubro de 1938, seria apenas um dos muitos casos em que se verificavam falhas, das quais resultavam prejuízos para os serviços camarários. Alertava-se, por isso, para o cumprimento de horários de trabalho e regras estabelecidas, que nem sempre foram respeitadas, resultando daí alguns castigos disciplinares. Alguns desses castigos a varredores, jardineiros e outros podem ser confirmados em anexo.

As posições de confronto podem ser encontradas de cada vez que era necessário salvaguardar o interesse público, sem olhar a meios para o conseguir. Acima de tudo estava o critério de defesa dos princípios que Salazar impunha à nação, não deixando margem para os interesses dos particulares.

Surgem portanto, de forma quase natural, os conflitos de interesse entre as partes envolvidas nestas questões. Algumas dessas situações evoluem para as instâncias superiores, como é o caso descrito na acta do dia 6 de Julho de 1939. Nessa data, o Sr. Presidente deu conhecimento de um pleito judicial, envolvendo como embargante Dona Maria das Dores Drumond Borges de Ornelas e o ex-tesoureiro da Câmara, João Francisco de Ornelas. Remetemos esta leitura para o anexo documental. A situação aí descrita tem desenvolvimento na sessão de 27 de Março de 1941, onde “*o Senhor Presidente comunica que tem conhecimento de que foi distribuída na primeira vara desta câmara uma acção com processo sumário em que é autor Augusto Pinto Correia e Ré a Câmara Municipal do Funchal, na qual pede o pagamento da importância de dez contos como compensação da ocupação de uma ou mais dependências de uma sua casa à Rua das Maravilhas, desta cidade, com o depósito dos móveis arrestados ao ex-tesoureiro desta Câmara, João Francisco de Ornelas. Resolveu a Comissão Administrativa, em face do exposto, autorizar desde já o Senhor Presidente, Doutor Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves a constituir*

*advogado para contestar a referida acção, defendendo os interesses da Câmara Municipal, quer na primeira instância, quer nas instâncias superiores*”<sup>407</sup>.

Já em Maio de 1939 se registam situações de divergência entre a Câmara e várias levadas, que se manifestam contra as posturas aprovadas. Sobre este assunto, o Sr. Presidente da Comissão Administrativa comunica aos seus colegas que foi citado no dia 22 do corrente para contestar, no prazo de 10 dias, posterior à dilação de 45 dias, o recurso contencioso interposto na auditoria administrativa de Lisboa pelas Levadas dos Piornais, Nova do Curral e Castelejo, da Madalena, de D. Isabel, do Poço do Lombo, do Pico do Cardo, da Serra da Alegria, das Amoreiras e da Megra contra postura de 20 de Janeiro de 1938. Foi decidido contestar esta reclamação e uma outra relacionada com o recurso administrativo interposto na auditoria administrativa de Lisboa pela firma H.M. Borges, Sucessores, L.<sup>a</sup>, desta cidade, contra a Câmara Municipal do Funchal<sup>408</sup>.

As ideias de transformação preconizadas por Fernão Ornelas introduziram uma profunda revolução na organização do espaço urbano, com consequências para o cidadão comum que tinha de estar preparado para acompanhar as alterações do quotidiano. Aos poucos a cidade ia abrindo as portas para o progresso e também para alguma mudança de mentalidade. A adaptação à nova realidade alterou o comportamento de muitos, que nem sempre souberam aceitar as transformações que lhe foram impostas.

O passar dos anos, sempre com a mesma vontade de fazer pela sua terra, permitiu-lhe acumular divergências dos mais variados quadrantes. Mesmo com o reconhecimento pela obra já feita, as dificuldades não deixam de existir.

Quando o vogal desta Câmara, Guilherme Rodrigues da Silva apresenta, a 20 de Setembro de 1945, uma declaração indicando as razões de ordem particular que o levam a sair antes de findar o meu mandato, fica claro que existem forças de bloqueio à actuação camarária. Depois de tecer elogios aos seus colegas e agradecer toda a lealdade e consideração, disse ainda que sentia orgulho por ter prestado a sua modesta colaboração durante quatro anos. Em anexo deixamos todo o texto relativo a este assunto, onde se confirma que antes da sua retirada, este vogal afirmou: “*V. Ex.<sup>as</sup> me dão licença eu aproveito esta ocasião para cumprir um dever, manifestando ao Ilustre Presidente desta Câmara, Doutor Fernão de Ornelas Gonçalves, actualmente em Lisboa, a minha maior admiração pelo seu carácter, pelas suas qualidades inultrapassáveis de administrador,*

---

<sup>407</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 27 de Março de 1941.

<sup>408</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 25 de Maio de 1939.

*pela sua inteligência e pelo seu amor a esta Terra. Já não se pode falar do Funchal sem falar do Dr. Fernão de Ornelas. A sua obra impõe-se à admiração de todos quer queiram quer não queiram os seus inimigos.*

*Luta a administração do Dr. Fernão de Ornelas com dificuldades de vária ordem e a coroar tudo isto mantém-se-lhe uma campanha surda e inconcebível, sendo tanto mais para lamentar quanto é certo que ela parte, em especial, de indivíduos que dizem servir a mesma causa nacional.*

*Senhor Vice-Presidente: Srs Vereadores: que a Câmara realize integralmente o vastíssimo plano de obras que tem entre mãos são os meus votos para sua honra e honra da cidade*<sup>409</sup>.

Destas palavras não restam dúvidas de que existe uma campanha organizada para complicar a actuação dos membros da vereação. Uma campanha surda, que tem por responsáveis indivíduos que dizem estar ao serviço do mesmo objectivo nacional. Talvez a dimensão da obra já realizada fosse o motivo de desagrado por parte daqueles que nada tinham a ganhar com um maior reconhecimento pelo trabalho já feito. Ainda mais porque se anunciavam novas obras com a mesma dimensão, que naturalmente aumentariam o prestígio dos seus mentores.

Essas dificuldades parecem ter aumentado com a vinda para a Madeira do Governador Civil Daniel Vieira Barbosa. O relacionamento deste com Fernão Ornelas acabaria por não ser facilitador da obra realizada pela vereação camarária.

Apesar de serem dois homens condecorados, não souberam ou não quiseram evitar o choque das suas convicções. Talvez por isso mesmo, possamos encontrar sinais de divergência na acta da sessão camarária de 19 de Setembro de 1946. Nesse dia, *“atendendo ao grande interesse que Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito, (Engenheiro Daniel Vieira Barbosa) tem manifestado pelas coisas do Distrito e tendo Sua Excelência sido Condecorado pelo Governo com a Comenda da Ordem de Cristo, resolve a Câmara Municipal convidar todos os Corpos Administrativos do Distrito a concorrerem com a verba necessária para a compra das respectivas insígnias que lhe seriam oferecidas pelos Corpos Administrativos da Madeira”*<sup>410</sup>.

Talvez esta atitude não tenha sido bem aceite pelo Governador Civil, numa altura em que se falava de um grande jantar de homenagem ao Presidente da Câmara do Funchal.

---

<sup>409</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 20 de Setembro de 1945.

<sup>410</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 19 de Setembro de 1946.

Esse jantar acabaria por se realizar a 5 de Outubro de 1946, pelo que, na 1ª sessão após a homenagem foram tecidas algumas considerações sobre o assunto. Em anexo deixamos o texto na íntegra, mas lembramos aqui algumas das palavras proferidas pelo Vice-Presidente, Professor José Rafael Basto Machado. *“Sendo esta a primeira sessão da Câmara após a grandiosa festa de homenagem a V. Ex.<sup>a</sup>, no dia 5 do corrente no “Hotel Savoy”, desta cidade, não podíamos nós, vossos modestos colaboradores, deixar de registar o notável acontecimento e com a devida vénia dar público e perpétuo testemunho através da acta desta reunião, que no dia 5 de Outubro de 1946 estando presentes todos nós, Vice-Presidente e Vogais da Câmara desta cidade do Funchal, prestou a Madeira grande homenagem de admiração e apreço ao Ilustre Presidente desta Câmara, Doutor Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves.*

*Senhor Presidente, a Câmara julga interpretar essa homenagem prestada a Vossa Excelência pela cidade do Funchal, como uma manifestação de um sentimento colectivo de justiça e gratidão pela obra admirável que V. Ex.<sup>a</sup> realizou e vem realizando em prol do bem comum; e, sendo esta a concepção do acontecimento à Câmara cumpre o dever de consagrar na reunião de hoje o pensamento dessa homenagem e, por isso, delibera em justo sinal de regosijo, suspender por vinte e quatro horas a presente reunião e manda que na acta referente ao dia de hoje seja apenas exarado o teor deste publico testemunho.*

*Em seguida pelo Chefe da Secretaria foi dito: que em seu nome e em nome de todos os funcionários da Câmara, se associavam à justíssima homenagem prestada ao Senhor Presidente da Câmara<sup>411</sup>.*

A estas palavras, Fernão Ornelas respondeu que *“a cidade homenageando-o põe em relevo uma obra que não é dele mas de todos os que com o mesmo espírito de servir têm, sob a sua presidência tomado parte nas vereações”*.

Por estes dias, surge a complicar a situação um recurso do Tribunal de Contas que manda intimar a Câmara Municipal do Funchal, no dia 7 de Outubro de 1946, pelo acordão do Conselho do Tribunal de Contas, proferido em 16 de Julho do corrente ano, com referência à conta de gerência desta Câmara do período que decorre de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1944. O texto deste recurso do Tribunal de Contas pode ser lido em anexo documental, datado de 17 de Outubro de 1946.

---

<sup>411</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 10 de Outubro de 1946.

Este facto, até pela proximidade relativamente à data do abandono do cargo de presidente, não pode ser ignorado. Veio com certeza lançar alguma desconfiança e aumentar o desconforto em que o Presidente da edilidade já se encontrava.

No entanto, devemos referir que a 13 de Setembro de 1945, depois de apreciar o relatório da visita e inspecção realizadas no fim do ano anterior, a Câmara congratula-se com “*as palavras de justiça dirigidas no “Parecer” do Ex.º Senhor Inspector Geral de Finanças, ao Presidente da Câmara*”. Nessas palavras fica explícita a admiração pela grandeza dos melhoramentos, “*dando relevo e brilho à pertinácia e ao espírito administrativo de tão inteligente e grave magistrado*”<sup>412</sup>. Nesse relatório refere-se que as dúvidas que possam surgir em qualquer serviço, devem ser apresentadas dentro do mais curto espaço de tempo. Ficam, portanto, os elogios à forma como tem sido feita a gestão dos recursos da Câmara.

Neste Outubro de 1946, os acontecimentos que se seguem irão provocar consequências mais marcantes. A carta do Governador do distrito enviada a Fernão Ornelas iria servir para agudizar ainda mais as divergências, já por si bastante complexas. As convicções de ambos acabariam por chocar, como se vê da leitura do que escreveram sobre este assunto.

A importância da situação, levou-nos a transcrever aqui a acta da reunião extraordinária, realizada a 21 de Outubro de 1946, para que se esclareça o teor dos argumentos apresentados.

*“Acta da Reunião extraordinária da Câmara Municipal de 21 de Outubro de 1946  
Presidência do Snr. Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves*

*“Aos vinte e um dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos quarenta e seis, reunidos extraordinariamente na sala das Sessões da Câmara Municipal do Funchal, nos Paços do Concelho, os Senhores Doutor Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves e Professor José Rafael Basto Machado, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da mesma Câmara e os vogais António Bettencourt Sardinha, João Alfredo Faria, Dr. Henrique de Freitas e João de Freitas Martins Júnior, comigo Ernesto Pelágio dos Santos, Chefe da Secretaria da mesma Câmara, abriu o Senhor Presidente a reunião pelas quinze horas”.*

*“Expediente*

---

<sup>412</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 13 de Setembro de 1945.

*Foi lida uma carta do Senhor Governador do Distrito, do teor que se segue:*

*“ Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal*

*Quando no dia 27 do mês passado os Senhores Capitão do Porto e Dr. Agostinho Cardoso me procuraram para afirmar que o banquete de homenagem a V. Ex.<sup>a</sup>, levado a efeito no dia 5 do corrente, não constituía, de qualquer modo, uma atitude de menor consideração para comigo, frizei claramente que o facto em si não representava, para mim, motivo de menor preocupação, dada a confiança que em V. Ex.<sup>a</sup> depositava.*

*É certo que entre as pessoas que tratavam da sua organização se via uma ou outra de quem eu não poderia esperar – nem queria – atitudes de boa vontade para com o Governo do Distrito; mas via, a par delas, pessoas da maior consideração e estima e como só com estas me costumo preocupar não subsistia razão para manter no meu espírito a mais ligeira desconfiança que fosse. De resto eram amigos de V. Ex.<sup>a</sup> que a V. Ex.<sup>a</sup> prestavam homenagem, e eu só podia estimar o ver que um dos meus mais directos colaboradores tinha tão grande número de amizades e tão espalhadas por todos os campos.*

*Por seu lado V. Ex.<sup>a</sup> sabia que a atitude do Governador, durante a ausência de V. Ex.<sup>a</sup>, lhe tinha sido inteiramente leal e franca; não fugira à promessa que lhe fiz, aquando da sua partida para o Brasil, de que não se resolveriam durante a sua ausência os problemas da Câmara que tinha pendentes, ou em estudo: e V. Ex.<sup>a</sup> sabe que assim aconteceu, embora com isso outros tivessem sofrido.*

*Quando se descobriu o lamentável negócio clandestino de açúcar apareceu, como consequência das investigações, a fraude praticada por um funcionário da Comissão Reguladora do Comércio que, fugindo, voluntariamente se denunciou; sei o que infelizmente se disse, conheço o que lamentavelmente se passou, mas não julgo da culpa de ninguém que haja quem minta ou invente, tornando-se merecedores, por isso, de desprezo irreductível das pessoas dignas e leais.*

*O que me interessa é vincar que V. Ex.<sup>a</sup> sabe perfeitamente que se não deu aqui um passo, que se não escreveu sobre o assunto uma só linha, que não fosse em inteiro acordo com o Senhor Vice-Presidente da Câmara, em exercício, com o Snr. Ludgero Freitas Martins e com o Sr. Comandante da Polícia: muito embora concluísse, logo de princípio, que só o desleixo no serviço, a falta absoluta do mais elementar controle, fossem a causa do sucedido – e disso tinha V. Ex.<sup>a</sup> responsabilidade – o problema foi sempre por mim posto dentro do princípio que acima de tudo era preciso salvaguardar a posição de V.*

*Ex.<sup>a</sup>, dado que a sua ausência, naquele momento poderia causar interpretações que deveríamos procurar evitar.*

*Isto sabe-o V. Ex.<sup>a</sup> e nenhum daqueles senhores o nega.*

*Nada havia, portanto, da minha parte que tivesse podido dar a V. Ex.<sup>a</sup> motivo de qualquer melindre ou que pudesse dar a impressão a V. Ex.<sup>a</sup> que a consideração em que o tenho tido – e que lhe manifestei com as formas mais concretas no mês de Fevereiro passado – tivesse de qualquer modo diminuído; sendo assim tinha de ser num espírito aberto, dentro da maior das confianças, que eu conversei com V. Ex.<sup>a</sup>, naquele dia 27, acerca da Homenagem que lhe ia ser prestada.*

*Compreendi as suas razões, com o espírito que felizmente tenho de compreender que os outros se preocupam com aquilo que a mim é totalmente indiferente: tinham-se tecido as maiores fantasias, haviam corrido as mais disparatadas hipóteses, e os seus amigos pretendiam homenageá-lo como protesto contra o que se dissera e com o preito de admiração pelas suas qualidades que se pretendiam atacadas.*

*Tudo quanto havia de mais natural e lógico. Mas receava V. Ex.<sup>a</sup>, segundo me afirmou, que eu pudesse dar uma interpretação diferente aos factos que se iam passar e preferiria, até, não aceitar tal homenagem se, de algum modo, eu visse nele qualquer inconveniente.*

*Tranquelizei-o com uma resposta que foi do seguinte teor:*

*“Julgo conhecer de sobra o Senhor Dr. Fernão Ornelas Gonçalves para ter a certeza de que se V. Ex.<sup>a</sup> visse nesse banquete uma segunda intenção, V. Ex.<sup>a</sup> seria o primeiro a não o aceitar; mais ainda, que se alguém nos seus discursos procurasse, de qualquer modo, ser deselegante para comigo, ou para quem quer que fosse, V. Ex.<sup>a</sup> seria o primeiro a metê-lo na devida ordem”.*

*E posto o problema assim, nada mais havia a discutir sobre ele.*

*Mas veio de V. Ex.<sup>a</sup> o receio, aliás bem compreensível de que partindo eu para Lisboa no dia seguinte e não podendo, portanto, estar cá à data do banquete, se tenderia a criar a impressão de que se tinha aproveitado a ausência do Governador para tomar uma atitude que poderia ser interpretada do modo que de facto o foi; lembrei então a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Sr. Dr. Agostinho Cardoso, como de manhã já o lembrara ao Senhor Capitão do Porto, a vantagem de se adiar o banquete passando-o do dia 5 para o dia 12: a minha demora em Lisboa devia ser curtíssima e, assim, haveria toda a probabilidade de já estar no Funchal quando o banquete se realizasse, se tal não acontecesse porém, e como*

*resposta a um telegrama de convite, eu mandaria um telegrama de cumprimentos que destruiria todas as más interpretações.*

*É certo que não iria ao jantar, como declarei logo ao Sr. Capitão do Porto, pelo simples facto de que a homenagem a prestar a V. Ex.<sup>a</sup> nunca se apresentou neste Governo como de carácter oficial; mas teria muito prazer como lhe declarei e ao Sr. Dr. Agostinho Cardoso, em dias depois do meu regresso convidar V. Ex.<sup>a</sup> para um jantar íntimo no Palácio de S. Lourenço onde uns tantos amigos à nossa volta seriam as testemunhas, amanhã, de que havia as melhores das relações entre o Governador e o Presidente da Câmara.*

*Pois bem; parto no dia seguinte para Lisboa e tudo se esqueceu: deixou de interessar que o Governador estivesse ou não no Funchal quando a homenagem se prestasse, não se olhou mais às interpretações que surgiriam com o banquete realizado na sua ausência; e assim, sem a menor das satisfações, sem uma atitude elementar de delicadeza que impunha que se explicasse porque razão se deixaram de considerar motivos que ontem se tinham apresentado, voluntariamente, como imperiosos, o banquete realizou-se no dia previamente marcado, tendo o Governador conhecimento dele por notícias particulares ou pelos jornais.*

*Nem um simples telegrama a apontar uma razão, que seria com certeza aceite dentro da melhor vontade e que motivaria resposta; unicamente na véspera, no dia 4, um convite ao Governador substituto, então em exercício, para que comparecesse à homenagem: lamentável e significativa atitude esta a de convidar de véspera, à última hora e talvez como último convidado, a primeira autoridade do Distrito, o representante na Madeira do Governo da Nação.*

*E escolheram-se para o convite, dentro de uma Comissão composta por pessoas de tanta categoria, precisamente aquelas que menor a tinham.*

*Não só se não procurou, assim, evitar qualquer má interpretação, mas marcou-se bem uma atitude que permitiu uma só; não só se procurou esquecer o representante do governo e afasta-lo totalmente, mas tomou-se indubitavelmente, uma posição de desconsideração e menosprezo pela pessoa que o representava.*

*Ponhamos o problema, tiremos a conclusão:*

*O Governador partira para Lisboa, bruscamente, em condições que se não sabiam, mas que se presumiam especiais; falava-se em desentendimentos, em falta de apoio, etc., e com aquela facilidade que é uso na Madeira de assentar certezas onde mal se apoiariam hipóteses (e o Senhor Presidente da Câmara tem, pessoalmente a*

*experiência do caso) concluiu-se, peremptoriamente, que o Governador estava em terra e que não voltava a exercer mais o seu cargo.*

*Se V. Ex.<sup>a</sup> entendeu, no seu pleno direito, que não valia a pena, então, estar com mais considerações; e eu concluo agora, no meu pleno direito também, que toda a atitude de V. Ex.<sup>a</sup> anterior à minha partida, se justificava pela consideração que as funções que eu exercia lhe mereciam, mas não por qualquer motivo de consideração pessoal.*

*Não é fácil para mim Senhor Presidente da Câmara do Funchal, distinguir a dignidade da minha própria pessoa da dignidade das funções de que estou investido e, sendo assim, compreende V. Ex.<sup>a</sup> que dispenso, a partir de agora, a sua colaboração.*

*De facto, e pelo que me diz respeito, não pretenderia manter num lugar de confiança uma pessoa que deixou de me merecer; pelo que respeita a V. Ex.<sup>a</sup>, e dentro da sua personalidade marcada, não estaria certo, também, que V. Ex.<sup>a</sup> se sacrificasse colaborando com uma pessoa que não lhe mereceu consideração alguma.*

*V. Ex.<sup>a</sup> escolherá qual de nós resolve o assunto, aguardando eu a resposta de V. Ex.<sup>a</sup> até às 17 horas de amanhã.*

*De V. Ex.<sup>a</sup>*

*Atenciosamente*

*(a) Daniel Vieira Barbosa*

*Funchal, 20 de Outubro de 1946.*

*Em seguida foi lida a resposta à referida carta do teor que segue:*

*Senhor Governador do Distrito Autónomo – Funchal –*

*Excelência.*

*Acuso recebida a carta de V. Ex.<sup>a</sup>, datada de ontem, domingo 20 do corrente, ontem mesmo entregue na minha residência.*

*Lendo com toda a atenção este extenso documento, não consigo descobrir o fundamento dos motivos que levam V. Ex.<sup>a</sup> a tomar a atitude que na referida carta se define.*

*Na primeira parte fala V. Ex.<sup>a</sup> longamente nas provas de consideração que me dispensou, e pelas quais me confesso agradecido, na segunda concretiza V. Ex.<sup>a</sup> aquilo que em seu entender são razões que determinam V. Ex.<sup>a</sup> a demitir-me do cargo de Presidente da Câmara. Pondo de parte as provas de consideração recebidas que, repito,*

*agradeço, e às quais procurei corresponder, permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que analise as causas da minha demissão.*

*V. Ex.<sup>a</sup> conclui que eu o tratei com menos consideração no pressuposto que V. Ex.<sup>a</sup> não voltava de Lisboa. Santo Deus! Onde, quando e como teria manifestado uma ideia perfeitamente absurda, como essa do não regresso de V. Ex.<sup>a</sup> que aqui deixara a Exm.<sup>a</sup> Família, e que, segundo afirmação por V. Ex.<sup>a</sup> produzida, devia voltar dentro de 8 dias! Nem eu nem ninguém, que eu saiba, fez tal pensamento. Mas, Exm.<sup>o</sup> Senhor, mesmo que eu assim pensasse é grave injustiça que V. Ex.<sup>a</sup> pratica supor que cortejo os que têm força, para menosprezar os mais fracos. A consideração que V. Ex.<sup>a</sup> me merecesse seria invariavelmente a mesma, quaisquer que fossem as funções que V. Ex.<sup>a</sup> tivesse desempenhado, ou a situação política que usufruísse.*

*Mas, vamos aos factos:*

*O não adiamento do jantar que me foi oferecido –*

*Empenho a minha palavra de honra em como V. Ex.<sup>a</sup> não me falou no adiamento no jantar. Na conversa, a única que sobre o assunto tivemos, com a presença do Dr. Agostinho Cardoso, membro da Comissão organizadora do referido jantar, nada mais se passou além da afirmação que V. Ex.<sup>a</sup> na sua carta reproduz, por mim feita, de que só aceitaria a homenagem que se pretendia prestar-me desde que ela fosse, como incontestavelmente foi, uma festa em que se não pôde descortinar qualquer propósito reservado, designadamente de atingir, por qualquer modo V. Ex.<sup>a</sup>.*

*V. Ex.<sup>a</sup> aceitou, nos termos que refere, esta minha declaração.*

*A categoria das pessoas que constituíram a Comissão organizadora, o número e a categoria das pessoas que ao jantar assistiram, os discursos que se pronunciaram, por tudo, a festa do Savoy nada mais foi que o reconhecimento público do esforço honesto, da dedicação sem condicionamentos e do entusiasmo de servir, que sempre me animaram nos onze anos que presidi à Câmara do Funchal.*

*A este acto de público reconhecimento da actuação a bem do interesse geral de um sector da actividade administrativa e, conseqüentemente, também política, da actual situação na Madeira, não se associou o Governo. Não se associou o seu representante. E este facto que profundamente me magoou, transforma-o, afinal, V. Ex.<sup>a</sup> numa razão de melindre para si.*

*De resto, admitindo o que só por hipótese se faz, que V. Ex.<sup>a</sup> me teria falado e ao Dr. Cardoso no adiamento do jantar, era ao Dr. Cardoso, membro da Comissão Organizadora, que convidou nessa altura V. Ex.<sup>a</sup> a assistir à festa, a quem competia*

*providenciar para que esse adiamento se efectivasse. Eu, era, como V. Ex.<sup>a</sup>, afinal um convidado.*

*Modo como a Comissão fez o convite do Exm<sup>o</sup> Governador em exercício –*

*Como se poderá imputar responsabilidades ou sequer pretender que por mim seja explicado um facto a que eu sou completamente estranho!*

*E terminando, declaro a V. Ex.<sup>a</sup> que nada, absolutamente nada, me pode levar, em consciência a pedir a demissão. Entretanto, disponho tudo para entregar quando V. Ex.<sup>a</sup> o determine as funções de Presidente da Câmara do Funchal.*

*De V. Ex.<sup>a</sup>.*

*Atenciosamente*

*(a) Fernão Manuel de Ornellas Gonçalves*

*Funchal, 21 de Outubro de 1946.*

*Em acto contínuo os vereadores da Câmara, Senhor António Bettencourt Sardinha, João Alfredo Faria, João de Freitas Martins Júnior e Dr. Henrique de Freitas, tomaram a deliberação do teor que segue:*

*“A Câmara solidarizando-se com o seu Presidente, Senhor Doutor Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, roga a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador Civil se digne dar por terminado o seu mandato.*

*Eu, Ernesto Pelágio dos Santos, chefe da Secretaria a escrevi e subscrevo.*

*Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves*

*José Rafael Basto Machado*

*António Bettencourt Sardinha*

*João Alfredo Faria*

*João de Freitas Martins Júnior*

*Henrique de Freitas”<sup>413</sup>.*

A leitura atenta da correspondência trocada entre Daniel Vieira Barbosa e Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, permite-nos retirar algumas explicações para a situação que se vivia na época.

Aparentemente, o jantar de homenagem serviu para que o Governador Civil perdesse a confiança no Presidente da Câmara. Ao que parece, a ida ao Brasil realizou-se numa data que poderia permitir interpretações subjectivas face aos acontecimentos

---

<sup>413</sup> Acta da Comissão Administrativa da C. M. Funchal de 21 de Outubro de 1946.

descobertos recentemente com o lamentável negócio clandestino de açúcar e a fraude praticada por um funcionário da Comissão Reguladora do Comércio. Esta é uma situação que vem manchar, de alguma forma, o bom nome da vereação.

Independentemente disso, as declarações de Daniel Vieira Barbosa deixam transparecer que não tinha qualquer intenção de estar presente no referido jantar, visto que este fora organizado por um grupo de amigos do homenageado e não tinha carácter oficial.

No seguimento destes acontecimentos o Governador Civil declara que dispensa, a partir de então, a colaboração do Presidente da Câmara.

Por sua vez, Fernão Ornelas afirma que não está disposto a apresentar a sua demissão, já que, em consciência considera não haver motivos para o fazer. Chegou-se assim a um impasse. A reacção imediata dos vereadores foi, em solidariedade com o seu Presidente, pedir que o Governador desse por terminado o mandato da vereação.

A data de 21 de Outubro de 1946 assinalava assim o fim da presidência de Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves à frente dos destinos da Câmara Municipal do Funchal.

O somatório de todas estas questões, resulta então na cadeira vaga da Presidência da Câmara Municipal do Funchal. Essa posição acabaria por ser ocupada pelo Vice-Presidente, José Rafael Basto Machado, provisoriamente, até que Óscar Baltazar Gonçalves tomasse posse a 8 de Maio de 1947.

#### 4 – Conclusão

Após a consulta das Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal dos anos de 1935 a 1946, podemos concluir que estes foram anos de intensa actividade camarária. Estas actas dão-nos conta das realizações efectuadas pelos responsáveis da edilidade do Funchal e da importância que estas tiveram para o município. Os anos de 1935 e 1936, período por nós designado de primeiras intenções, iriam marcar o ritmo imposto à actuação dos membros da vereação que, mesmo com substituição de alguns dos seus elementos, soube manter a mesma capacidade de execução.

As obras, nem sempre no interesse da maioria da população, foram surgindo aos poucos, tentando resgatar o Município do passado e projectá-lo no futuro, de acordo com a visão política e espírito de iniciativa dos seus responsáveis. Com o desejo de bem servir, esta comissão pretendeu demonstrar que o Estado Novo é capaz de grandes obras, se se fizer uma correcta administração dos interesses públicos. Foi com este propósito que a equipa liderada pelo Dr. Fernão de Ornelas começou a controlar a cobrança das taxas existentes para permitir que os saldos fossem positivos. Com uma melhor gestão das receitas, *“cumprindo despesas e exigindo os sacrifícios possíveis e legais dentro duma zelosa e honesta administração pelo desejo de bem servir a comunidade”*<sup>414</sup>, deu-se início a um conjunto de importantes obras que iriam ficar para a História da cidade do Funchal.

Nos anos de 1935 e 1936, essas variadas obras passam pela restauração das finanças municipais, pela regulamentação da venda do peixe, pelo estabelecimento de escolas oficiais, pelos cuidados com a higiene pública e abastecimento de água, pela modernização da iluminação pública, pela elaboração de um novo roteiro turístico, pela construção e melhoramento dos caminhos, pela abertura de novas ruas e alargamento de outras, mas fundamentalmente pelo recalçamento das vias urbanas, dando à cidade uma apresentação digna de qualquer capital europeia.

Segundo a opinião de Eduardo Pereira, iniciou-se em 1935 uma obra de tão grande eficiência administrativa, relativamente ao concelho do Funchal, qual foi a do Conselheiro José Silvestre Ribeiro, o maior Governador Civil da Madeira, em todos os sectores da vida social, administrativa e económica do Arquipélago.

---

<sup>414</sup> Eduardo C. N. Pereira, “Regime Administrativo”, in *Ilhas de Zarco*, Vol. II p. 342.

Os acontecimentos nacionais do início do século XX vieram modificar muito a vida dos portugueses. A queda da Monarquia e a implantação da República impunham mudanças de atitude que raramente foram postas em prática. A rapidez dos acontecimentos não tinha uma correspondente capacidade de resposta prática.

Na Madeira, esperava-se que as transformações ocorridas pudessem minorar os problemas sentidos. Ao longo dos tempos, muitas tinham sido as horas de dificuldades, de crises económicas e sociais. Os regimes de quase monocultura do açúcar, seguido do cultivo da vinha, colocavam a maioria da população na dependência do exterior, o que significava crónicas situações de carências alimentares. Nos inícios do século XX, face às dificuldades que continuam a fazer-se sentir e à incapacidade de resposta do governo central, fortalecem-se os sentimentos autonómicos contra Lisboa e o Terreiro do Paço.

Na verdade, as reformas necessárias continuavam à espera da sua realização. Por esse motivo, sobe de tom a discussão autonómica que em 1922 reclama para a Madeira o estatuto de Estado Federado. Todavia, as ideias fascistas ganhavam força por toda a Europa e grassava em Portugal a ideia da Unidade Nacional. Nem mesmo os graves acontecimentos surgidos na Madeira em 1931 conseguiriam travar essa nova ideologia. A ditadura salazarista instalara-se no país para ajustar os interesses particulares aos interesses da Nação. *Tudo pela Nação, nada contra a Nação.*

Para que este objectivo fosse cumprido, e face às dificuldades surgidas na Madeira nas primeiras décadas deste século, procedeu-se à substituição do Governador Civil, do Comandante da Polícia de Segurança do Distrito, do Comandante Militar da Ilha, da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito e da Câmara Municipal do Funchal. Só com esta substituição de líderes políticos foi possível trabalhar em conjunto em nome de uma causa nacional.

Destacou-se a acção do Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves que, enquanto Presidente da Câmara Municipal do Funchal, tudo fez para cumprir todos os objectivos que se propunha atingir em prol do Município. Filho do médico Fernão de Sousa Gonçalves, pertencia a uma das mais ilustres famílias da Madeira, provavelmente com ligação à casa do Infante D. Henrique de onde vem o primeiro registo do nome Ornelas, segundo Gaspar Frutuoso. Desempenhou outros cargos de relevo, mas foi a sua acção como Presidente da Câmara que lhe permitiu dar nome a uma importante rua da cidade do Funchal.

Para esta mudança de líderes e para apoiar a governação agora nomeada, terá contribuído José Vicente de Freitas, natural da Calheta e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 1927. Este tinha sido Governador Civil do Funchal em 1915 e organizou as

eleições de 1928 que deram a vitória a Óscar Fragoso Carmona. Também Avelino Quirino de Jesus, assessor de Salazar e doutrinador do catolicismo, quis participar numa reorganização do país depois da instabilidade vivida e esteve na base da elaboração da Constituição de 1933. Ambos estavam numa posição privilegiada para influenciar positivamente a acção do Estado Novo na Madeira.

As ideias de transformação preconizadas por Fernão Ornelas introduziram uma profunda revolução na cidade. A sua atitude de mudança, com base numa energia e visão notáveis, custa-lhe inimigos. Na opinião da revista do *Diário de Notícias*, faz obra e muda mentalidades, estando por isso na base da maior transformação que o Funchal já presenciou.

Inaugura as Instalações dos Serviços Municipalizados, da Conservatória do Registo Civil, do Tribunal do Trabalho e da Secretaria Judicial. Acaba com os serviços municipalizados e introduz profundas alterações na organização do município. Cria novas regras e regulamentos para o funcionamento dos Bombeiros Voluntários e Municipais, bem como constrói edifícios para essa função. Rasga avenidas para permitir uma nova organização do espaço urbano e procede ao calçetamento das principais ruas, introduzindo alargamentos e novos alinhamentos. Entre os muitos exemplos que ainda hoje persistem, realçamos as avenidas do Infante e do Mar, que tiveram papel preponderante na ligação do porto à cidade, facilitando assim a entrada dos muitos forasteiros que visitavam o Funchal. Promove o lançamento da rede geral de esgotos, com importantes obras de saneamento básico. Avança com o lançamento da rede geral de água potável, construção de reservatórios, compra de água e contadores, não só para a população da cidade mas também para a população rural. Constrói inúmeros fontanários nas freguesias para garantir essa distribuição. Inaugura o Mercado dos Lavradores e o novo Matadouro, fixando taxas e introduzindo alterações ao seu funcionamento. Cria regulamentos para a venda de carnes verdes, define preços e fiscaliza o seu funcionamento. Preocupa-se com as condições de higiene e venda ao público, não só destes serviços, mas também do mercado de peixe. Publica diversas posturas no sentido de regularizar muitas das práticas dos cidadãos, entre elas o regulamento das vendedeiras de flores. Promove a escolarização, inicialmente com o arrendamento de casas para professores, depois com a ideia de construir escolas de raiz para esse fim. Dá início ao grande plano de construções escolares, destacando-se a construção da escola-modelo dos Ilhéus ou Dr. Salazar. Manda erguer os bairros económicos para os grupos mais desfavorecidos da sociedade, entre outros, o bairro económico da Ajuda, em S. Martinho, de Santa Maria, dos Louros e São Gonçalo. Ganha a

confiança das instituições financeiras que lhe permitem contrair empréstimos, sendo esta a principal fonte de receitas. Com uma gestão criteriosa, equilibra as contas e regulariza muitas situações em falha, como foi o caso Hinton, aumentando assim as receitas. Responde claramente, de forma positiva, às exigências apontadas no *Ofício-memorandum* de 1935, quando assumiu funções.

Muitas outras realizações se efectivaram. A distribuição de energia eléctrica e colocação de cabos telefónicos. A sinalização luminosa da cidade. O regulamento de abertura e encerramento de estabelecimentos comerciais e industriais. A construção da Cadeia Civil dos Viveiros, do Aquário do Museu Municipal e do edifício para a sopa económica. Promove ainda a construção de dois cemitérios periféricos, um oriental e outro ocidental, e a trasladação do cemitério das Angústias para estes dois grandes cemitérios de São Martinho e São Gonçalo. Está na origem das negociações que permitem criar o espaço onde hoje fica o Parque de Santa Catarina, transformando as quintas ali existentes. Aposta na criação do serviço municipal de saúde, decidindo construir 5 edifícios para postos médicos em diversas freguesias e contratando os médicos municipais. Analisa a situação do Hospital da Santa Casa da Misericórdia e compra o terreno para construir o Dispensário de Higiene Social do Funchal. Procede à substituição do Delegado de Saúde do concelho, Dr. Carlos Leite Monteiro, por Agostinho Gabriel de Jesus Cardoso, que desenvolve um trabalho meritório ao serviço da população. Estimula a produção literária publicando várias obras e premiando os melhores trabalhos. Pensa no desenvolvimento do turismo e constrói vários miradouros, traça o roteiro turístico do Funchal, manda colocar buganvílias sobre as ribeiras para melhorar a apresentação da cidade, enquanto se trata da higienização das mesmas. Destaca-se ainda o investimento realizado no montado do Pizão e do Barreiro.

As obras postas em prática acabam por ser uma forma de dar trabalho aos muitos desempregados, ajudando desta forma a combater a miséria que se agravou com a crise provocada pela II Grande Guerra.

O grande plano de urbanização do Funchal é pois traduzido no somatório deste conjunto de obras. Aquelas que se efectuaram no Largo do Município, podem bem ser um exemplo da grande transformação que o Funchal sofreu à data. O Arquitecto Faria da Costa é o responsável pelo projecto de modernização deste espaço, mas muitos outros nomes ficaram ligados para sempre, às profundas mudanças que foram introduzidas na cidade do Funchal.

Desses muitos artistas intervenientes nas várias realizações ao longo destes anos podemos apontar nomes como Alfredo Miguéis, que também fez parte da vereação

camarária de Fernão Ornelas e que acabaria por falecer durante o seu mandato. Raul Lino, responsável pelo projecto da *Fonte-Pelourinho* no referido Largo do Município. Escultor Francisco Franco, que desenvolveu vários trabalhos, sendo mesmo considerado o escultor do regime de Salazar. Moreira da Silva, Raul Andrade de Araújo, Manuel Fabrício, Juvenal de Araújo, e tantos outros.

Todos eles deram o seu contributo para a grande transformação que o Funchal sofreu, ajudando a cumprir o plano de urbanização da cidade. Muitos mais nomes podem ser encontrados pela consulta do anexo documental, assim como muitas das obras realizadas. Fica nesse anexo, pelo menos o registo das deliberações tomadas, para que algumas dessas realizações não caiam no esquecimento.

No entanto, a obra feita, foi menosprezada por aqueles que tudo fizeram para dificultar a acção da governação camarária. As expropriações e muitas outras divergências com algumas das famílias mais influentes na região culminaram com o choque de convicções entre Fernão Ornelas e o Governador Civil, Daniel Vieira Barbosa. A campanha surda que lhe foi feita acabaria por conduzir ao impasse. O dia 21 de Outubro de 1946 seria então a data da última reunião sob sua Presidência.

A modernização preconizada pelos *modernos*, esbarrava assim nas ideias dos *antigos*, que não deixavam que o sonho pudesse ainda ser maior.

Havia apesar de tudo, quem visse a sua actuação com muito mérito. *O Jornal*, no dia 23 de Outubro de 1946, deixa-nos a sua opinião nos seguintes termos: “*a nossa muita simpatia e admiração pela notável obra que realizou na cidade, capital da Madeira, transformando-a quase completamente e de maneira a surpreender os forasteiros que já a conheciam e não nos visitavam há longo tempo. Pela força da sua evidência, bastara para nos convencer, isto é, para a considerar-mos nos devidos termos. E se, hoje a justiça ao Dr. Fernão Ornelas não é plena, mais tarde e uma vez concluídas as obras em curso, então a cidade não lhe regateará a consagração merecida.*”

*Porque as realizações já patentes e as que hão-de seguir-se-lhe, todas obedecendo a um plano previamente traçado durante a sua gerência, não são das que se esquecem facilmente; prevalecerão pelos tempos em fora, a atestar a vontade e a força de ânimo de um madeirense ilustre, que soube bem servir a sua terra, no desejo, de a honrar, de a ver engrandecida aos olhos de todos – dos seus filhos e dos estrangeiros. Nos derradeiros momentos das suas funções, “O Jornal”, expressa ao Sr. Dr. Fernão de Ornelas Gonçalves o seu muito apreço e o seu grato reconhecimento por tudo quanto vez em prol*

*da modernização da nossa cidade – considerada a terceira do país – modernização que uma vez completa, a creditará ainda mais no conceito dos seus milhares de visitantes”<sup>415</sup>.*

Aquele que fora considerado um dos melhores autarcas do país acaba, no entanto, por ir para Lisboa, deixando para trás um Funchal inegavelmente diferente e mais moderno graças à sua visão e capacidade de realização. Parte da utopia estava já realizada.

Concluimos aqui o nosso trabalho com a esperança de ter alcançado o objectivo a que nos propusemos: dar a conhecer a relevância da obra realizada por Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves enquanto Presidente da Câmara Municipal do Funchal. E se muitos dos seus contemporâneos não souberam ou não quiseram dar-lhe o merecido reconhecimento, esperamos ter contribuído, ainda que modestamente, para que este Homem de acção e determinação, o Homem e a obra, não caiam no esquecimento dos seus conterrâneos já que é de indubitável valor o legado deixado às gerações futuras.

---

<sup>415</sup> *O Jornal, 23 de Outubro de 1946*

## ÍNDICE

<b>1 – Introdução</b>	p. 2
<b>2 – O Arquipélago da Madeira nos inícios do século XX</b>	p. 6
2.1 – A Madeira até ao 2º quartel do século XX	p. 6
2.2 – Da República à afirmação do Estado Novo	p. 15
2.3 – O Governo Civil e a Junta Geral	p. 26
2.4 – O Município do Funchal nos inícios do século XX.	P. 32
<b>3 – Fernão de Ornelas, O Homem e a Obra</b>	P. 39
3.1 – O Surgir do Personagem Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves	P. 39
3.2 – Os elementos da Vereação de 1935 a 1946	p. 46
3.3 – As Primeiras Intenções	p. 57
3.4 – A Obra realizada pela vereação camarária até 1945	p. 93
3.5 – As Divergências e a saída	p. 189
<b>4 – Conclusão</b>	p. 207
<b>5 – Índice</b>	p. 212

**6 – Bibliografia** p. 213

6.1 – Fontes manuscritas p. 213

6.2 – Jornais p. 213

6.3 – Fontes impressas p. 213

**7 – Anexo Documental**

7.1 - Anexo Documental I – As deliberações camarárias (1935 - 1946)

7.2 – Anexo Documental II – Transcrição de textos seleccionados das deliberações camarárias durante a governação de Fernão Ornelas (1935 - 1946)

7.3 – Anexo Documental III – Caricaturas do trimensário humorístico *Re-Nhau-Nhau* (1935 - 1946)

## 6 – Bibliografia

### 6.1 - Fontes manuscritas

Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, 1935 a 1947.

### 6.2 - Jornais

*A República Portuguesa*, Funchal, 13 de Outubro 1910;

*Diário de Notícias (RevistaDiário)*, Funchal, de 13 a 19 de Outubro de 2002;

*O Jornal*, Funchal, 9 de Janeiro de 1935 a Janeiro de 1947;

*Re-Nhau-Nhau*, Funchal, Janeiro de 1935 a Janeiro de 1947.

### 6.3 - Fontes impressas

**Antunes**, José Freire, *Salazar e Caetano – Cartas Secretas 1932 – 1968*, Difusão Cultural, Lisboa, 1994;

*Arquivo Histórico da Madeira, Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, vol. XX, DRAC, Funchal, 1997;

**Brasão**, Maria Elisa de França, e **Abreu**, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira – 1931*, DRAC, Funchal, 1994;

**Caldeira**, Ivo, “António Sardinha, «A revolta da Madeira não foi bem feita. Foi contra o Governo”, in *DN, Revista*, Funchal, 4 Outubro 1992;

**Caetano**, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, 3.<sup>a</sup> edição, Verbo, Lisboa, 1985;

**Câmara**, Benedita, *A Economia da Madeira (1850 – 1914)*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002;

**Cardoso**, Agostinho Gabriel, *A Madeira e o Turismo Nacional*, Junta Autónoma do Distrito, Funchal, 1964;

- Carita**, Rui, *A Arquitectura Militar na Madeira nos séculos XV a XVII*, vol. I, Funchal/Lisboa, 1998;
- , *Associação Comercial e Industrial do Funchal Esboço Histórico (1933 – 2002)*, Edicarte, Funchal, 2003;
- , “O grande monumento a Zarco”, in *Isleña* número 3, Funchal, Julho a Dezembro 1988;
- , *História da Madeira*, 6 vols., Secretaria Regional da Educação, Funchal, 1989 a 1999 (em publicação);
- , *Assembleia Legislativa Regional. Região Autónoma da Madeira*, Funchal, 1989;
- , “Madeira e as rotas da viagem. O novo Aeroporto”, in *Atlantis*, número 5, TAP, Lisboa, Setembro/Outubro 2000;
- Clode**, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Caixa Económica do Funchal, Funchal, s/data (1983);
- Dicionário de História de Portugal*, suplemento coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vols., Figueirinhas, Lisboa, 2000;
- Estudos do Século XX, Europa Utopia Europa Realidade*, Quarteto Editora, número 2, Universidade de Coimbra, 2002;
- Fernandes**, Abel, **Alves**, Ângela e **Fernandes**, Julieta, *História da Madeira, Antologia de Textos*, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação, Funchal, 1948;
- Fernandes**, António José, *Organizações Políticas Internacionais: O.N.U., O.E.A. e O.E.A.*, Editorial Presença, Lisboa, 1980;
- França**, Isabella de, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal, 1853 – 1854*, Junta Geral do Distrito do Funchal, 1970;
- Gouveia**, Gregório, *Madeira, Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, O Liberal, Funchal, 2002;
- Guevara**, Gisela Medina, *As Relações Luso-Alemãs antes da Primeira Guerra Mundial, A Questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira*, Edições Colibri, Lisboa, 1997;
- História da Madeira*, coordenação de Alberto Vieira, colaboração de Abel Soares Fernandes, Emanuel Janes e Gabriel Pita, Secretaria Regional da Educação, Funchal, 2001;



- Pereira**, Eduardo C.N., *Ilhas de Zarco*, vol. I e II, Câmara Municipal do Funchal, 1989;  
    , *Das Artes e da História da Madeira*, número 5, 1951.
- Pires**, José Cardoso, *O Dinossauro Excelentíssimo*, com ilustrações de João Abel Manta, Arcádia, Lisboa, 1972 (com 7 edições até 1999);
- Portugal Contemporâneo*, direcção de António Reis, vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, 1990;
- Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica, 1949 – 1999*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, Dezembro de 1999;
- Programa Oficial das Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, s/data (1946);
- Roteiro Histórico Turístico da Cidade do Funchal*, Câmara Municipal do Funchal, 1997;
- Rosas**, Fernando, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo, As Eleições de 16 de Dezembro de 1934*, Edições «O Jornal», Lisboa, 1985;  
    , *O Estado Novo nos Anos Trinta (1928-1938)*, Estampa, Lisboa, 1996;  
    , (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII da *Nova História de Portugal*, dir. De Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques, Presença, Lisboa, 1992;
- Sainz-Trueva**, José de, “Heráldica de Apelidos Estrangeiros na Ilha da Madeira”, in *Islenha*, número 18, DRAC, Funchal, Janeiro 1996;  
    , “Heráldica de Prestígio em Rótulos de Vinho Madeira”, in *Islenha*, número 21, DRAC, Funchal, Julho a Dezembro 1997;
- Silva**, Angelo Augusto da, “O Liceu de Jaime Moniz”, separata dos *Liceus de Portugal*, Junta Geral do Distrito Autónomo, Funchal, 1946;
- Silva**, Fernando Augusto da e **Meneses**, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, vol. III, DRAC, Funchal, 1998;
- Silva**, Yolanda, *A Madeira e o Turismo. Pequeno Esboço Histórico*, DRAC, Funchal, 1985;
- Telo**, António José, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Asa, Lisboa, 1992;
- Tostões**, Ana Cristina, *História da Arte Portuguesa*, direcção de Paulo Pereira, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 1990;
- Veríssimo**, Nelson, *Passos na Calçada*, Edições Calcamar, Funchal, 1998;  
    , “O Alargamento da Autonomia Insular, O Contributo Açoriano no Debate de 1922 - 23”, in *Islenha*, DRAC, Funchal, 18 de Janeiro a Junho 1996;  
    , *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, DRAC, Funchal, 2000;

- , “A questão dos sanatórios da Madeira”, in *Islenha* número 6, DRAC, Funchal, Janeiro a Junho 1990;
- , “Ernesto Gonçalves e o Integralismo Lusitano”, in *Islenha*, número 8, DRAC, Funchal, Janeiro a Junho 1991;
- , “Autonomia Insular: O debate na Primavera Marcelista”, in *Islenha*, número 9, DRAC, Funchal, Julho a Dezembro 1991;
- e **Gomes**, Fátima Freitas, *A Madeira e o Sidonismo*, Funchal, DRAC, 1983;
- Vieira**, Alberto, *Breviário da Vinha e do Vinho na Madeira*, Eurosigno, Ponta Delgada, 1991;
- , *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira, Séculos XV a XX*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 2004;
- , *História do Vinho da Madeira*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1993;
- , “Os Italianos na Madeira: séculos XV – XVI” in *Arquipélago*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, vol. III, Ponta Delgada, 1999;
- Vieira**, Elmano, *O Presidente Carmona na Madeira. Dez horas maravilhosas da História Insular*, Funchal, 1942.